



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Perspectivas locais sobre a conservação da biodiversidade:
Representações e dinâmicas identitárias associadas a inovações legais**

Carla Sofia Lopes Leal Mouro

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutora em Psicologia, na especialidade de Psicologia Social

Orientadora:

Prof^ª. Doutora Paula Castro, Professora Associada com Agregação
ISCTE-IUL

Junho 2011

O presente trabalho foi financiado por uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência SFRH/BD/27316/2006.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

AGRADECIMENTOS

No final deste percurso gostaria de mostrar o meu agradecimento e reconhecimento a todos os que, de muitas formas diferentes, estiveram presentes nele e contribuíram para que fosse possível concluí-lo.

À Professora Paula Castro, por ter aceite acompanhar-me neste desafio, por ter tornado este percurso muito estimulante, pela sua generosidade, pela partilha de momentos importantes.

Ao Departamento de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia por terem assegurado as condições logísticas e financeiras necessárias que à realização este trabalho. Ao Centro de Investigação e Intervenção Social pelo apoio em vários momentos deste percurso e ao Grupo de Investigação em Saúde, Ambiente e Comunidade pelo ambiente intelectualmente estimulante.

A quem, de uma forma mais constante, acompanhou e contribuiu para este percurso, a Professora Luísa Lima, a Professora Sandra Jovchelovitch, os colegas do Grupo Comunicação, Linguagem e Discurso. À Susana.

À LPN, e em particular ao Programa Lince, pelo “encontro de saberes”, que muito enriqueceu este trabalho. A todos os participantes nos estudos realizados e a quem me ajudou a conduzir estes estudos.

À Patrícia pela Amizade. Aos meus amigos, que ajudaram a re-centrar a atenção nas outras dimensões, tão importantes, da vida. Ao Luís, à Filipa e à Luz por todo o apoio.

Aos meus pais e à minha família pelo seu apoio, carinho e incentivo.

RESUMO

A recepção de inovações legais na área da sustentabilidade constitui um campo privilegiado de pesquisa sobre as formas como indivíduos e grupos se organizam para responder às propostas societárias de mudança social. Este trabalho teve como objectivo geral examinar como as comunidades incluídas em zonas protegidas Natura 2000, onde as práticas locais de utilização da terra são reguladas por novas directivas legais, recebem as metas da conservação da biodiversidade. Para isso, investiu-se na análise dos processos representacionais que permitem às comunidades concordar em geral com a norma da conservação e, simultaneamente, discordar com aspectos específicos das novas leis (Estudo 1). Foi também examinado como é que processos identitários e moderadores contextuais contribuem para estas formas mais subtis de resistência à mudança social para a sustentabilidade (Estudo 2). As comunidades mostraram ter posições heterogêneas e complexas, associadas quer a visões da natureza mais globais, quer aos projectos específicos que diferentes grupos locais detêm para a comunidade (Estudo 3). A ligação ao lugar, as relações com a lei e as instituições nacionais, e a avaliação da mudança na comunidade são importantes interventores nos processos de apoio e resistência às leis de conservação da biodiversidade (Estudo 4). Este trabalho mostrou que o apoio genérico à conservação da natureza coexiste com a resistência às formas concretas da sua aplicação em contexto e que diferentes formas de resistência emergem consoante as representações e identidades que são mobilizadas pelos diferentes grupos dentro das comunidades para a recepção às novas leis.

Palavras-chave: mudança social, resistência à mudança, representações sociais, identidades, conservação da biodiversidade

Classificação (American Psychological Association):

3000 Psicologia Social

3020 Processos grupais e interpessoais

4000 Engenharia e Psicologia Ambiental

4070 Questões ambientais e atitudes

ABSTRACT

The reception of legal innovations for sustainability purposes constitutes a privileged field of research about how individuals and groups respond to societal proposals for social change. This work aims at understanding how communities integrated in Natura 2000 protected areas, where the local practices of land use are regulated by new legal directives, receive the goals of biodiversity conservation. For this purpose, we examined the representational processes that allow communities to generally agree with the norm of biodiversity conservation and, simultaneously, disagree with specific aspects of the new laws (study 1). The role of identity processes and of contextual moderators for these more subtle ways of resistance to social change were also examined (Study 2). Local communities have heterogeneous and complex representations and positions regarding the new laws, which are related to the specific projects that different local groups have for the community (Study 3). Place relations, the relationships with the law and national institutions, and the appraisal of change in the community are important factors intervening in the psychosocial processes and contexts that sustain both endorsement of and resistance to biodiversity conservation laws (Study 4). The results of the empirical studies thus reveal that the general support to nature conservation coexists with the resistance to the concrete ways of the application of the law to the local context. Different forms of resistance emerge depending on the representations and identities that are mobilized for the reception of new laws by the different groups within communities.

Key-words: mudança social, resistência à mudança, representações sociais, identidades, conservação da biodiversidade

Classification:

3000 Social Psychology

3020 Group & Interpersonal Processes

4000 Engineering & Environmental Psychology

4070 Environmental Issues & Attitudes

ÍNDICE

INTRODUÇÃO GERAL	1
1. Introdução	3
2. Desafios na pesquisa sobre a recepção das leis para a conservação da biodiversidade a partir de uma perspectiva psicossocial	4
3. Organização da tese.....	8
SECÇÃO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	11
Capítulo I - Fases e contextos da mudança social para a sustentabilidade	13
1. Introdução	15
2. As fases da mudança para a sustentabilidade.....	16
3. Contextos da mudança - o caso concreto da conservação da natureza através da Rede Natura 2000.....	18
Capítulo II - A psicologia social do ambiente e a mudança social para a sustentabilidade .	25
Apresentação do capítulo	27
1. Introdução.....	28
2. A mudança para a sustentabilidade – tipologias e níveis de análise	31
2.1 Contributos das tipologias de comportamentos pró-ambientais	31
2.2 A articulação entre níveis de análise	34
3. Formas de análise da adesão e resistência à mudança	36
3.1. Contributos dos modelos de cariz mais individualista	36
3.2. Contributos das perspectivas sobre acção colectiva.....	47
3.3. O papel dos processos identitários	50
3.4. O contexto e a heterogeneidade de relações na comunidade	60
4. Síntese e Objectivos de pesquisa.....	63
Capítulo III - A Teoria das Representações Sociais e a recepção da mudança para a sustentabilidade	67
1. Introdução.....	69
2. Representação e re-presentar – o fenómeno e o processo	71
3. A dinâmica societal - dialéctica entre estabilidade e mudança	73
4. Re-presentar em contexto – O papel da comunicação e do discurso	77
5. Sistemas mediadores e a mudança normativa	79

6. Opções metodológicas da teoria das representações sociais – a importância da triangulação	81
7. Questões e Objectivos de pesquisa.....	82
SECÇÃO II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	85
Capítulo IV - Entre convencionar e tematizar – apoio e resistência à inovação legal em contexto (Estudo 1)	87
1. Introdução.....	89
2. Método	92
2.1 Recolha do material textual.....	92
2.2 Critérios de análise do material textual	93
3. Análises do material textual	98
<i>A perspectiva da comunidade face às leis</i>	98
3.1 A norma global vs. o caso particular.....	98
3.2 <i>Convencionar e tematizar</i> no encontro com o Outro	100
3.3 A norma global vs. a perspectiva local	103
3.4 A representação dos técnicos pela comunidade	105
<i>A perspectiva dos técnicos locais</i>	108
3.5 Novamente a rigidez das leis – e ainda a oposição direitos vs. deveres	108
3.6 A réplica dos técnicos locais às suas representações na comunidade	111
4. Discussão.....	114
Capítulo V - Dinâmicas identitárias em contexto – a articulação entre níveis de análise (Estudo 2).....	121
1. Introdução.....	123
1.1. A relação entre o nível individual e o nível societal	124
1.2. A relação entre o nível individual e o nível comunitário	126
2. Método	127
2.1. Participantes e procedimento	127
2.2. Variáveis.....	129
3. Resultados	130
3.1 As posições das comunidades locais em relação às áreas protegidas	130
3.2 Lidar com a mudança: a articulação entre crenças, atitudes e práticas	132
3.3 Mudança em contexto: análise dos moderadores sócio-psicológicos	134
4. Discussão.....	138
Capítulo VI - Heterogeneidade e projectos representacionais na comunidade (Estudo 3)	143

1. Introdução.....	145
2. Método	148
2.1 Recolha do material textual.....	148
2.2. Critérios de análise do material textual	149
3. Análises	150
3.1 Visões da natureza.....	151
3.2 Projectos para o futuro da comunidade	156
3.3. Posição face às leis de conservação	161
4. Discussão.....	166
Capítulo VII - Relação com o lugar, avaliação da mudança e protesto na recepção da conservação da biodiversidade (Estudo 4).....	169
1. Introdução.....	171
2. Método	175
2.1. Participantes e procedimento	175
2.2. Variáveis.....	176
3. Resultados	180
3.1 A relação com as leis e instituições públicas	180
3.2 A avaliação da situação local	186
3.3 Impactos da relação com as leis e da modalidade de participação pública na intenção de protesto.....	187
4. Discussão.....	190
4.1. Avaliação da mudança: consensos e dissensões na comunidade.....	191
4.2. Avaliação da mudança em contexto: a relação com as leis e instituições públicas.....	192
4.3. A avaliação da situação local enquanto contexto para a representação da mudança	194
4.4. Processos e contextos que sustentam uma resistência activa à mudança.....	196
4.5. Conclusões	198
SECÇÃO III – DISCUSSÃO GERAL.....	201
1. A conservação da biodiversidade enquanto mudança social para a sustentabilidade	206
2. Principais contribuições teóricas	215
3. Limitações e propostas para o futuro	219
4. Implicações para as políticas de conservação da biodiversidade	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225

ANEXOS.....	241
Anexo A - Guiões de entrevista semi-estruturada do Estudo 1.....	243
Anexo B - Questionário do Estudo 2	247
Anexo C - Guião orientador de grupos de discussão focalizada do Estudo 3.....	253
Anexo D - Questionário do Estudo 4	257

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo IV

Tabela 1. Caracterização da/os participantes nas entrevistas e grupo de discussão.....	93
Tabela 2. Temas e tópicos abordados nas entrevistas.....	95
Tabela 3. Ilustração da co-ocorrência de posições favoráveis e de desacordo face às novas leis	97

Capítulo V

Tabela 4. Caracterização socio-demográfica dos participantes.....	128
Tabela 5. Estrutura factorial das crenças sobre as áreas protegidas.....	131
Tabela 6. Matriz de correlações para as variáveis socio-demográficas e sócio-psicológicas.....	133
Tabela 7. Regressões múltiplas para as atitudes e apoio a práticas.....	134
Tabela 8. Regressões múltiplas hierárquicas para atitude face à área protegida regional e para apoio às praticas de conservação.....	136

Capítulo VI

Tabela 9. Composição dos grupos de discussão focalizada.....	149
Tabela 10. Associação entre a posição face à lei e as categorias de ancoragem por nível de interesses investidos.....	165

Capítulo VII

Tabela 11. Características socio-demográficas da amostra.....	176
Tabela 12. Médias e desvios-padrão globais e por nível de interesses investidos.....	182
Tabela 13. Matriz de correlações para as variáveis socio-demográficas e sócio-psicológicas.....	183
Tabela 14. Regressões múltiplas hierárquicas para atitude face às áreas protegidas.....	184
Tabela 15. Regressões múltiplas hierárquicas para apoio às práticas de conservação.....	185
Tabela 16. Regressões múltiplas hierárquicas para intenção de protesto.....	189

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo V

Figura 1. Atitude face à área protegida regional por nível de identificação com o lugar	137
– efeito moderador dos interesses investidos.....	
Figura 2. apoio às práticas de conservação por nível de atitude face á área protegida	137
regional – efeito moderador dos interesses investidos.....	
Figura 3. Apoio às práticas de conservação por grau de acordo com as crenças pro- conservação – efeito moderador da confiança institucional.....	138

Lista de abreviaturas

CE	Comissão Europeia
ICNB	Instituto de conservação da Natureza e Biodiversidade
ONGA	Organização não governamental da área do ambiente
SC	Sentido de comunidade
TAR	Teoria da acção reflectida
TIS	Teoria da identidade social
TRS	Teoria das representações sociais
VBN	Values, beliefs, norms model

INTRODUÇÃO GERAL

1. Introdução ¹

A responsabilidade humana pelos problemas ambientais, como as alterações climáticas ou a perda da biodiversidade, é hoje em dia discutida de forma persistente na esfera pública. O final dos anos 70 foi marcado pela emergência de uma nova preocupação ambiental entre os públicos de muitos países (van Liere e Dunlap, 1981), seguida de uma forte tendência para a institucionalização da protecção ambiental (Castro, 2002a, 2006; Lima, 2004; Schmidt, 2008). O reconhecimento das consequências negativas das acções humanas sobre o ambiente e a natureza levaram a que, nas últimas décadas, entidades governamentais nacionais e supranacionais, como a Comissão Europeia, tenham investido na definição de políticas e regulamentações orientadas para a mitigação da perda de biodiversidade.

A protecção da biodiversidade ganhou, deste modo, reconhecimento político e força normativa formal, passando a estar incluída em tratados internacionais – como o tratado de Bona em 1983 e o protocolo de Kyoto em 1997 – que foram dando origem a legislação nacional, que por sua vez incide sobre práticas locais. Além disso, a preocupação com a extinção de espécies ameaçadas tem recebido bastante atenção por parte dos meios de comunicação social, quer através da mediatização de acções de associações ambientalistas internacionais, como a Greenpeace, quer através da difusão de notícias de âmbito nacional e local (e.g. Castro, Mouro e Gouveia, 2011), o que contribui para que esta causa tenha também força normativa informal.

O conceito que define as relações entre as pessoas e a natureza subjacentes a estas novas políticas e leis é, desde a década de 90, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, disseminado através do Relatório Brundtland, de 1987. Este conceito propõe a conciliação entre os objectivos de bem-estar humano, antropocêntricos, e os da conservação da natureza (Bonnes, Lee e Bonaiuto, 2003). Esta perspectiva de sustentabilidade tem moldado de forma substancial as novas leis de conservação da biodiversidade, particularmente na União Europeia (Baker, 2007; García-Mira, 2009). Com base nesta concepção de desenvolvimento, foram designadas numerosas áreas protegidas por toda a Europa, numa tentativa de diminuir uma intervenção humana intensiva que retirasse valor ecológico a esses espaços, embora se pretendesse manter a presença de actividade humana necessária à manutenção desses ecossistemas. Um exemplo paradigmático deste tipo de política na Europa é a Rede Natura 2000, um conjunto de sítios classificados a partir de directivas europeias implementadas pelos

¹ Partes do presente capítulo foram baseadas em Mouro e Castro (2010) e Castro e Mouro (2011).

governos nacionais. Em Portugal, estes sítios Natura 2000 abrangem cerca de 20% do território e são predominantemente constituídos por propriedade privada em zonas rurais. Embora a presença humana seja, em vários aspectos, restringida por esta legislação, ela é simultaneamente necessária para a manutenção dos habitats que se pretende preservar. Isto torna a aceitação destas leis por parte das comunidades locais uma condição importante para a sua concretização.

No entanto, este percurso tem sido marcado por algumas dificuldades de aceitação destas políticas por parte das comunidades locais (e.g. Bonaiuto, Carrus, Martorella e Bonnes, 2002; Carrus, Bonaiuto e Bonnes, 2005a; Stoll-Kleeman, 2001). Consequentemente, apesar do investimento político e legislativo efectuado nas últimas décadas, a difusão alargada da preocupação ambiental com a preservação da biodiversidade não tem sido acompanhada de uma concomitante generalização de práticas pró-ecológicas de conservação. Tal como em várias dimensões das questões ambientais, um pouco por todo o mundo encontramos níveis de preocupação ambiental razoavelmente elevados e, no entanto, a clivagem entre ideias e comportamentos ambientais tem persistido (Uzzell e Räthzel, 2009; Steg e Vleck, 2009). Esta clivagem entre a “norma” e o “comportamento” torna as questões ambientais um campo relevante e profícuo de pesquisa para a psicologia ambiental e, de forma mais abrangente, para a psicologia social. Adoptando uma perspectiva sócio-psicológica, neste trabalho procuraremos identificar e responder a alguns desafios que resultam desta clivagem tendo por base o caso concreto da recepção das novas leis para a conservação da biodiversidade pelas comunidades locais.

2. Desafios na pesquisa sobre a recepção das leis para a conservação da biodiversidade a partir de uma perspectiva psicossocial

A relação dos indivíduos e comunidades com a conservação da natureza e da biodiversidade está hoje em dia substancialmente regulamentada por legislação nacional e directivas comunitárias que, orientadas pelos princípios da sustentabilidade, propõem transformações nesta relação (Castro e Mouro, 2011; ver também García-Mira, 2009). Esta redefinição é, por um lado, simbólica, uma vez que passa por uma valorização da qualidade ambiental das zonas rurais que as coloca em posição privilegiada para passarem a ser ‘reservas de biodiversidade’. Mas é também uma redefinição material, dado que é pedido às comunidades que alterem as suas práticas de utilização dos recursos naturais (agrícolas,

cinéticas, etc.) em nome da protecção da biodiversidade (Figueiredo, 2008). Esta forma de introdução de mudança nas sociedades, através da institucionalização de normas, a que podemos chamar de inovação legal (Castro, 2011), tem recebido pouca atenção por parte da literatura da psicologia social e da psicologia ambiental. Se tivermos em conta que esta é uma das formas actualmente mais prementes de relação dos cidadãos com a natureza e que pode assumir contornos bastante complexos, esta lacuna assume ainda maior importância.

A mudança legalmente enquadrada tem características específicas, obriga os actores sociais a seguir determinadas regras com base no pressuposto de que o que a lei propõe é o correcto. Isto atribui uma força normativa ao apelo à mudança que decorre directamente do nível societal, representado por instituições formais. A compreensão das reacções das comunidades locais às novas leis deve, portanto, ser enquadrada por esta normatividade, o que significa ter este contexto específico em mente: que as suas práticas são legalmente constrangidas e que os valores e as ideias que sustentam a lei têm agora elevada carga normativa. No entanto, como alguma da literatura da psicologia social tem mostrado, alterar normas não tem necessariamente como consequência a alteração de práticas (Durrheim e Dixon, 2005), uma vez que não é simples generalizar a aceitação de novas normas (Castro e Batel, 2008). Muitas vezes as leis são alvo de resistência à sua aplicação (Tuffin e Frewin, 2008), embora os processos que subjazem a esta resistência estejam pouco estudados.

As mesmas dificuldades são evidentes no domínio ecológico, e mais especificamente no da relação entre as pessoas e a natureza. A pesquisa tem mostrado que existe uma clivagem, bastante persistente, entre a preocupação ambiental e o comportamento ecológico (Vining e Ebreo, 2002), mas também que os indivíduos e as comunidades reagem às pressões para a mudança ecológica de forma complexa, apresentando quer aceitação quer resistência à mudança (Castro, 2006; Castro e Mouro, 2011; Hernandez, Martín, Ruiz e Hidalgo, 2010; van Vugt, 2002). Na tentativa de lidar com estas dificuldades, a pesquisa tem proposto que os preditores dos comportamentos ecológicos são diferentes para as esferas públicas e privadas e devem, portanto, ser examinados separadamente (Stern, 2000).

Tem havido bastante pesquisa sobre comportamentos da esfera privada, como a conservação da água (e.g., Corral-Verdugo, Bechtel e Fraijo-Sing, 2003), ou a separação de resíduos para reciclagem (e.g., Castro, Garrido, Reis e Menezes, 2009). Comparativamente, existem muito menos estudos sobre *comportamentos não activistas na esfera pública* (Stern, 2000), uma categoria lata de condutas que engloba quer práticas de cidadania ambiental, quer o apoio a políticas públicas. Tradicionalmente, tem sido estudado como exemplo deste apoio a políticas públicas a disponibilidade para pagar um valor adicional de impostos com vista a

apoiar causas ambientais (Stern, 2000), o que torna ainda mais relevante examinar outras acções ou práticas que possam ser representativas desta categoria. Por exemplo, actualmente as práticas de utilização da terra e de exploração dos recursos naturais são moldada por políticas públicas e estão sujeitas ao controlo do público. No entanto, há ainda pouco conhecimento sobre como isto afecta as comunidades locais, e em particular como interfere nas suas crenças, atitudes e apoio às práticas de conservação.

Este trabalho tem então como objectivo geral avançar na compreensão dos processos sócio-psicológicos de adaptação à mudança quando esta é suscitada pela inovação legal, centrando-se sobre um tipo específico de práticas ambientais, os comportamentos não activistas na esfera pública (Stern, 2000). Mais concretamente, é estudado o apoio das comunidades locais às novas leis de conservação da biodiversidade, que regulam quer comportamentos individuais quer relações entre vários grupos (Castro, 2011).

No entanto, estas leis afectam não apenas a adopção de práticas específicas de uso da terra, mas também as relações dentro da comunidade e desta com os interlocutores directamente associados à implementação das leis (como os técnicos de projectos de conservação da natureza de nível local ou de institutos governamentais como o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade).

Em suma, as práticas ambientais que estas leis pretendem normalizar são formatadas por políticas públicas definidas predominantemente com base em conhecimento técnico-científico, onde o conhecimento e a compreensão das questões locais por parte das comunidades têm muitas vezes um papel diminuto (Lima, 2004, 2009). Como a recepção e contextualização das leis ocorre junto de diferentes actores com diferentes posições e identidades sociais, como os proprietários, os agricultores, caçadores, etc., é fundamental um maior conhecimento acerca de como isso afecta a forma como as comunidades gerem as suas relações, dentro e fora da comunidade, quando confrontadas com estas propostas de mudança social em prol da sustentabilidade.

Assim, embora no nível macro, societal, possa haver convergência e consenso relativamente à inovação legal para a sustentabilidade, a generalização das novas normas para o nível micro, local, está sujeita a mecanismos de aceitação e resistência próprios do processo de apropriação de uma norma e sua transformação em algo concreto e contextualizado (Batel e Castro, 2009; Mouro e Castro, 2010).

Por isso, para compreender a mudança fomentada pela inovação legal e as relações das pessoas com as leis é importante examinar diferentes níveis de análise – o societal, o comunitário/contextual e o individual – para conhecer os processos que transformam os

indivíduos e as suas interações (Castro e Mouro, 2011). Os processos de construção, interpretação e negociação do significado destas leis ocorrem em vários níveis de análise, concretamente:

- (1) ao nível macro, na criação e elaboração de novas leis e decisões políticas;
- (2) na acção dos sistemas mediadores que ligam os diferentes níveis de governação para a implementação de novas leis, tais como os meios de comunicação social, as ONGs ou os técnicos de institutos governamentais;
- (3) ao nível micro, na recepção das inovações legais por indivíduos, grupos e comunidades a quem é solicitado que alterem as suas ideias e práticas quotidianas.

Que processos sócio-psicológicos são, então, mobilizados para responder a propostas societais de mudança que implicam alterações nas práticas e nas relações entre grupos e indivíduos? A literatura da psicologia social tem mostrado que as reacções de indivíduos e grupos sociais à mudança social são heterogéneas e complexas. A contestação local, enquanto resposta colectiva organizada, é uma das formas de resistência activa e flagrante à mudança imposta (Klandermans, 1997, 2002). No entanto, este formato de contestação flagrante é pouco utilizado e tem uma existência pontual e limitada no tempo. Existem outras formas mais subtis de resistência, como por exemplo quando as pessoas minimizam os problemas e riscos ambientais a nível local (Uzzel, 2000; Lima e Castro, 2005; García-Mira et al, 2005). Ambas as formas de resistência têm, no entanto, recebido pouca atenção por parte da literatura da psicologia ambiental e precisam de ser examinadas em diferentes contextos e em relação a leis e práticas ambientais específicas para se compreender melhor as consequências da sua utilização neste domínio.

Além disso, é preciso considerar que os contextos quotidianos, constituídos pelas representações e práticas que reproduzimos e transformamos, são articulados através de actos comunicativos (Marková, 2003). Analisar a comunicação torna-se, portanto, essencial para a pesquisa que está interessada nos processos sócio-psicológicos que acompanham a mudança e a resistência à mudança. Estes processos não podem no entanto ser compreendidos em toda a sua extensão se não forem considerados também os aspectos interaccionais, dinâmicos da situação. Para tal, é necessário relacionar os constrangimentos macro-sociais (propostos pelas novas leis) com os efeitos que estes desencadeiam ao nível das relações e interações ao nível local (Bonnes e Bonaiuto, 2002; Bonnes et al, 2003; Castro, 2006). Como mostra a literatura, a relação com o lugar pode ter um papel facilitador (Carrus et al., 2005a) ou inibidor (Bonaiuto et al., 2002; Buchecker, Hunziker e Kienast, 2002) da adesão das comunidades à sustentabilidade, o que mostra que entender o seu papel passa por conhecer os contextos que

lhes estão associados (Devine-Wright, 2009; Duarte e Lima, 2005), para assim avançar na compreensão de resultados à partida contraditórios.

3. Organização da tese

Este trabalho está organizado em três secções. A Secção I é composta por três capítulos e enquadra ao nível teórico e metodológico a investigação empírica que é apresentada na Secção II. O capítulo I contextualiza o objecto de estudo. Neste capítulo, é primeiro feita uma abordagem genérica às diferentes fases de introdução da mudança social para a sustentabilidade. Em seguida apresenta-se o contexto concreto sobre o qual se centram as análises empíricas, o da Rede Natura 2000.

O capítulo II faz um ponto da situação da pesquisa em psicologia social e ambiental que se interessa pela adesão e resistência a novas ideias e práticas. Para isso, apresenta algumas teorias e abordagens que a psicologia social do ambiente tem vindo a desenvolver e testar. O enfoque é colocado nos processos sócio-psicológicos envolvidos na compreensão da relação entre as ideias e práticas ambientais. São revistos os contributos de algumas abordagens à acção colectiva. Finalmente, são revistos também os contributos desta literatura para compreender o papel da relação com o lugar e das relações na comunidade na adesão a estas ideias e práticas, com foco nos processos identitários e nos contextos sócio-psicológicos que revelam a heterogeneidade e complexidade das comunidades. Este capítulo identifica ainda algumas das lacunas e questões presentes na literatura a que o presente trabalho procura responder.

O capítulo III introduz a Teoria das Representações Sociais e discute a importância desta de abordagem para a análise de processos de mudança social que ocorrem em diferentes níveis – o societal, o contextual e o individual – e na relação entre eles. São revistos os contributos da teoria para a análise de processos de mudança de ideias e práticas e dos sistemas mediadores que intervêm nessa mudança. É ainda discutida a importância que a triangulação metodológica assume na análise destes processos.

A Secção II incide sobre os trabalhos empíricos desenvolvidos. O capítulo IV apresenta o primeiro estudo empírico, que teve como objectivo analisar os processos representacionais e recursos discursivos que permitem às comunidades locais concordar em geral com a norma da conservação e, simultaneamente, discordar com aspectos específicos das novas leis. Este estudo, com recurso a entrevistas individuais a residentes em zonas

protegidas e técnicos locais, permitiu ilustrar como as relações das comunidades com as novas leis de conservação da biodiversidade e com os técnicos que traduzem as para o contexto local e que fiscalizam a aplicação destas leis é marcada por formatos comunicativos que podem contribuir para desacelerar a mudança proposta.

O capítulo V examina como processos identitários e moderadores contextuais interagem e contribuem para estas formas mais subtis de resistência à mudança social. Através de um inquérito às comunidades locais, mostra-se como diferentes grupos dentro destas comunidades se apropriam distintamente dos significados associados às novas leis. Concretamente, neste estudo, ao distinguirmos a forma como proprietários de terrenos locais e não proprietários se posicionam face às novas leis e práticas, pudemos ilustrar o impacte das relações de interesses investidos e de proximidade face às leis na complexidade das representações na comunidade.

O capítulo VI retoma estas distinções para ilustrar como as posições dentro das comunidades locais são heterogéneas e complexas. Este estudo foi baseado em grupos de discussão focalizada com residentes com diferentes tipos de relação com as novas leis e mostrou que as suas posições estão associadas aos projectos representacionais que os diferentes grupos detêm para a comunidade.

Finalmente, o capítulo VII examina o papel das relações com o lugar e na comunidade, das relações com a lei e as instituições nacionais, e da avaliação da mudança na comunidade enquanto interventores nos processos e contextos sócio-psicológicos que sustentam formas de resistência subtil (atitudes) e activa (protesto) às leis de conservação da biodiversidade. Os dados deste estudo foram recolhidos através de um segundo inquérito às comunidades locais a residir em zonas protegidas.

Na terceira secção discutem-se as principais conclusões e limitações dos estudos empíricos apresentados.

SECÇÃO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I

Fases e contextos da mudança social para a sustentabilidade

1. Introdução ²

Nos últimos anos temos assistido a inúmeras iniciativas governamentais que incentivam práticas sustentáveis como a redução do consumo, a separação de resíduos ou a protecção de espécies ameaçadas de extinção. Assim, para além da força normativa informal que advém de as questões ambientais reunirem actualmente elevado consenso junto de diversos públicos (Gallup, 2011; Gaskell et al., 2011), a institucionalização das propostas de prevenção e mitigação dos problemas ambientais veio conferir força normativa formal a estas iniciativas (Castro, 2011). Os comportamentos ecológicos, ou sustentáveis, passaram a estar regulados por leis que vinculam governos e indivíduos para o cumprimento de determinadas metas, com organismos e políticas públicas que foram criados especificamente para esse efeito (Soromenho-Marques, 2005). Essas orientações para a mudança resultaram, no caso da protecção ambiental, de ferramentas de governação multinível (Davies, 2005), que foram sendo transpostas do nível macro de decisão – tratados internacionais, legislação nacional – para o nível micro de implementação – os indivíduos e as comunidades locais (Castro, 2011).

As novas metas na protecção ambiental têm, portanto, frequentemente origem em tratados globais, como os que resultaram da cimeira do Rio em 1992 ou o protocolo de Kyoto em 1997, que originam leis nacionais que, por sua vez, orientam as acções implementadas localmente. Os tratados globais contêm guias genéricos de acção; conteúdos mais operativos e concretos são adicionados quando as entidades nacionais e locais trabalham enquanto sistemas mediadores para governar as práticas de grupos e comunidades locais (Castro e Batel, 2008). As alterações para a sustentabilidade são portanto implementadas a nível local como consequência directa das inovações legais negociadas nos níveis globais e nacionais.

Castro (2011) propõe, neste sentido, que o objecto de uma *psicologia social da inovação legal* será o de compreender melhor os processos sócio-psicológicos envolvidos na forma como indivíduos, grupos e comunidades respondem às actuais formas de governação para a introdução de novas normas sociais. Em termos genéricos, podemos considerar que os interlocutores da mudança normativa se organizam em *três esferas* (Carrus, Fornara e Bonnes, 2005a): o *Estado*, que assume o duplo papel de legislador e executor; as *comunidades locais*, sobre as quais recaem de forma mais directa os condicionamentos propostos; e os *sistemas mediadores*, como os peritos ou técnicos de projectos de conservação da natureza e a comunicação social. São estes últimos que, muitas das vezes, medeiam a relação entre o nível

² Partes deste capítulo foram baseadas em Castro e Mouro (2011).

macro ou global, representado pelo Estado, e o nível micro ou local, representado pelo indivíduo inserido numa comunidade (Castro e Batel, 2008; Renedo e Jovchelovitch, 2007). As comunidades locais, constituídas pelos utilizadores da paisagem e recursos naturais que se pretendem preservar e onde as leis ganham expressão factual, tornam-se os alvos específicos de actuação dos sistemas mediadores técnicos encarregues de banir ou incentivar determinadas práticas ambientais (Carrus et al., 2005b). Isto apesar de, muitas vezes, as comunidades não serem consideradas como um referente importante para a definição das políticas ambientais (Lima, 2004, 2009).

Quando a mudança social é suportada por inovações legais pode ser definida também enquanto mudança normativa (Castro, 2011; Castro e Batel, 2008), uma vez que tenta normalizar certas ideias e práticas a toda a sociedade através de normas formais que apontam na direcção do que está “correcto”. Não obstante a sua presença em várias dimensões da vida quotidiana, dos hábitos higiénicos à segurança no trabalho, a literatura da psicologia social tem-se interessado pouco em compreender a mudança social definida a partir destes pressupostos e, por isso, ainda é necessário conhecer os aspectos que enquadram, aceleram ou favorecem a mudança normativa. Uma forma de avançar neste sentido é investir no conhecimento acerca dos processos e factores que intervêm nos diferentes níveis de análise em que a relação com as novas normas decorre – societal, contextual e individual –, bem como na articulação entre estes, como discutiremos no capítulo II. Antes disso, é preciso considerar que a mudança não ocorre apenas numa dimensão espacial, mas também numa dimensão temporal (Bauer e Gaskell, 1999, 2008), e que atravessa diferentes fases (Castro, 2011).

2. As fases da mudança para a sustentabilidade

Uma perspectiva temporal sobre a inovação legal permite focalizar que processos sócio-psicológicos ocorrem em cada fase da mudança normativa. Castro (2011, Castro et al., 2009) propõe que esta transformação ocorre em três fases: *Emergência*, *Institucionalização* e *Generalização*. Na primeira fase, a da *Emergência*, as novas preocupações entram na sociedade através da influência de movimentos minoritários. No caso das preocupações ambientais esta emergência começou após a II Guerra Mundial, quando surgiram alguns movimentos minoritários que subscreviam valores “contra-cultura” e criticavam o elevado consumismo e a excessiva confiança na tecnologia (Douglas e Widalvsky, 1982; Laessoe,

2007). Estes movimentos ilustram a emergência de baixo para cima das preocupações ambientais, muito associada à resolução de problemas locais.

Quando as novas preocupações, inicialmente minoritárias, atingem um certo nível de consenso social, existem condições para a ocorrência de outro estágio, o da *Institucionalização* (Castro et al., 2009). É durante este estágio que surgem ferramentas legais e instituições que regulam os esforços societários para a mudança. No caso da protecção ambiental, isto aconteceu durante os anos 70, quando foram criados organismos reguladores e foram assinados tratados ambientais, como o da conferência de Estocolmo em 1972 (Carrus et al., 2005b; Soromenho-Marques, 2005).

Os anos 70 e 80 foram também marcados pela controvérsia em torno das éticas ambientais que foram surgindo (Baker, 2007) e que culminaram no conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ disseminado pelo relatório Brundtland, em 1987. O conceito de sustentabilidade é um conceito híbrido, que resulta de uma tentativa de articulação de duas representações da relação natureza-cultura frequentemente colocadas em oposição: Proteger a natureza da intervenção humana vs. Utilizar a natureza para o progresso humano (Milfont e Duckitt, 2004). Este conceito defende que as preocupações ambientais, sociais e económicas devem convergir, embora sem detalhar como pode ser encontrado este equilíbrio. Esta noção foi considerada suficientemente abrangente por diversas facções políticas para garantir consenso na sua adopção, passando a estar presente em numerosos documentos oficiais (Baker, 2007).

É esta noção que passa também a marcar o debate das cimeiras globais sobre as questões ambientais promovidas pelas Nações Unidas que se seguiram a Estocolmo, as cimeiras do Rio em 1992, sobre ambiente e desenvolvimento, e de Joanesburgo em 2002, sobre Desenvolvimento Sustentável (Soromenho-Marques, 2005). Embora estas iniciativas de cariz global possam ser consideradas frágeis e como resultando apenas em “soft law com um baixo grau de implementação e sucesso prático” (Soromenho-Marques, 2005, p. 31), o certo é que esta tendência de governação multinível se tem mantido, com consequências práticas para a forma como as sociedades actuais, nomeadamente as europeias, se têm organizado para responder às questões ambientais (Davies, 2005; Schmidt, 2008). Um exemplo disso é a implementação da Agenda 21 Local, proposta na cimeira do Rio, em vários países, incluindo Portugal. Ao propor como condição essencial para o desenvolvimento sustentável a participação cívica e o envolvimento dos cidadãos na resolução das questões ambientais que os afectam, este mecanismo fomentou a articulação entre os níveis internacional, nacional,

regional e local, ainda que com diferentes níveis de adesão para diferentes contextos nacionais (Schmidt, Nave e Guerra, 2006).

Após o estabelecimento de novos organismos e leis, as sociedades entram então na fase em que a Generalização da mudança às várias camadas da sociedade se torna uma prioridade (Castro et al., 2009). Nesta fase, indivíduos e comunidades são confrontados com as inovações legais. Esta é a fase em que a relação das pessoas com as leis se torna uma questão fulcral, porque a mudança requer aceitação e apoio público diário, contextualizado e local. Uma vez que as leis têm de ser apropriadas por indivíduos, comunidades e instituições para poderem existir em sentido factual, a sua aceitação e a adopção de novas práticas torna-se muitas vezes um processo complexo. A fraca adesão de Portugal à Agenda 21 Local ilustra precisamente como várias barreiras e obstáculos, quer por parte das instituições públicas, quer por parte dos cidadãos, podem interferir na tradução de propostas societais para práticas locais (Schmidt et al., 2006). Caso a mudança seja bem sucedida, entra-se numa fase de Estabilização.

Os Estados-membros da União Europeia, em que Portugal se enquadra, encontram-se precisamente na fase de Generalização de normas legais no que respeita aos seus esforços para a conservação da biodiversidade. Nas questões ambientais, a Comissão Europeia exerce fortes pressões externas sobre os Estados-membros, nomeadamente a implementação de um quadro jurídico-legal comum, a ser coordenado e fiscalizado por instituições oficiais, tendo como contrapartida o apoio financeiro dos fundos europeus para algumas infra-estruturas básicas (Schmidt, 2008). Iremos agora apresentar com maior detalhe o caso concreto das propostas legais que sustentam a protecção da biodiversidade através da Rede Natura 2000.

3. Contextos da mudança - o caso concreto da conservação da natureza através da Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é, na União Europeia, um exemplo paradigmático de como a inovação legal para a protecção da biodiversidade foi organizada a nível político, implementada a nível técnico-científico e recebida ao nível local (European Commission, 2008). Esta é uma extensa rede de áreas inseridas no território dos estados-membros europeus, que cobre actualmente cerca de 20% do território europeu, entre 800.000 km² de área terrestre e 100.000 km² de área marítima. Esta rede é governada por leis específicas que resultam de adaptações nacionais de duas Directivas que foram negociadas ao nível europeu,

a Directiva Aves (79/409/EEC) e a Directiva Habitats (92/43/EEC). A Rede Natura foi estabelecida no âmbito da Directiva Habitats, em 1992, através da qual os Estados-membros foram compelidos a apresentar uma lista nacional de sítios a serem considerados como zonas prioritárias de conservação. As autoridades nacionais competentes passaram então a ser responsáveis por preservar as características dos habitats naturais nos sítios Natura 2000. Isto inclui avaliar e autorizar as intervenções propostas em cada sítio, como a modificação de culturas agrícolas. A situação de cada sítio Natura 2000 é periodicamente reportada à Comissão Europeia e as transgressões dos seus princípios estatutários podem ser julgadas pelo Tribunal Europeu, em Bruxelas.

Na última década, a intervenção para a protecção da biodiversidade nos estados-membros concentrou-se largamente nesta rede de sítios, e por isso este é um exemplo que pode ajudar a aumentar a nossa compreensão sobre os processos sócio-psicológicos em curso quando a mudança na comunidade resulta da inovação legal. Se olharmos para este exemplo, o da inovação legal para a conservação da biodiversidade, partindo do modelo de quatro fases da mudança normativa (Castro, 2011; Castro et al., 2009; Castro e Mouro, 2011), podemos constatar que a fase de Emergência, nos anos 60 e 70, se caracterizou pela controvérsia entre a visão radical dos “verdes”, que defendiam o valor intrínseco da natureza, e a visão antropocêntrica das sociedades conservacionistas, que viam a natureza como fonte de recreação e como um legado para as gerações futuras (Rosa e Silva, 2005).

Durante a fase de Institucionalização, a Convenção sobre a Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais Europeus, assinada em 1979, vem articular estas duas visões, embora dando prioridade aos objectivos ecológicos e científicos. No mesmo sentido, a Directiva Aves (79/409/EEC), que serviu de fundamento para a definição de zonas integradas na Rede Natura 2000, coloca particular ênfase na pesquisa científica para a protecção das aves ameaçadas de extinção (artigo 10). Durante este período, o debate entre peritos foi privilegiado e o papel do público trivializado (Schmidt, 2008; Siebert, Laschewski e Dosch, 2008). São os peritos em ecologia que definem o enquadramento conceptual através do qual se passou a olhar para os problemas ambientais e são estes peritos que intervêm nos debates públicos sobre estas questões, assumindo o duplo papel de cientista e cidadão (Castro, 2002a). Os discursos dos grupos ambientalistas foram, consequentemente, sendo construídos com base no modelo científico e as suas estruturas de suporte foram-se profissionalizando (Laessoe, 2007), de modo a responder às exigências da institucionalização da protecção do ambiente. É já enquanto estruturas profissionais que estes grupos participam nos debates

sobre a governação da natureza e contribuem para moldar as soluções legislativas que orientam a conservação da natureza (Hiedanpää, 2005; Rosa e Silva, 2005).

Uma análise de conteúdo detalhada aos documentos escritos que foram produzidos por diferentes grupos de interesse nos debates europeus para preparação dos fundamentos legais da Rede Natura 2000 mostram que nesses debates houve grande convergência em torno do que seriam os argumentos fundamentais para a designação destes sítios. Ao contrário do que se poderia esperar, o valor intrínseco da natureza não é um argumento utilizado nestes documentos, nem sequer pelos ambientalistas. Os argumentos mais utilizados são os do tipo ‘antropocêntrico suave’, em que é defendida a sustentabilidade e o legado para as gerações futuras (Rosa e Silva, 2005). Para além disso, apenas encontramos uma orientação ‘antropocêntrica forte’ nos documentos do sector industrial (Rosa e Silva, 2005). Isto demonstra que os grupos de interesse se foram adaptando de forma pragmática às posições uns dos outros, de modo a conseguirem encontrar soluções consensuais. Neste processo, os argumentos mais ‘radicais’ perderam expressão e entraram na negociação apenas argumentos que propõem moderação. Consequentemente, embora a regulamentação da rede Natura 2000 preveja a diminuição de possibilidades de intervenção humana nas áreas classificadas, ela afirma também uma preocupação em manter nestas áreas actividade humana que seja suporte de e compatível com os valores naturais sob protecção. Esta convergência na proposta ética que sustenta as leis de conservação da biodiversidade mostra a importância de conhecermos o contexto histórico-político em que as ideias e comportamentos se enquadram para compreendermos como indivíduos e comunidades se posicionam face a eles.

Partimos portanto para a fase da Generalização da inovação legal num quadro de convergência e consenso relativamente à ética ambiental. A forma como o termo ‘desenvolvimento sustentável’ entrou nos documentos oficiais ilustra o modo como este resultou de um compromisso entre os actores sociais e os movimentos sociais preocupados com o ambiente, os governos e os organismos supra-nacionais (Uzzell e Rätzl, 2009). Embora vários entendimentos possam ser atribuídos à noção de sustentabilidade, esta conseguiu reunir consenso e criar coesão social mesmo entre interesses antagónicos. Desta perspectiva, esta designação muito abrangente conseguiu que diferentes grupos revissem nela a defesa dos seus interesses.

O debate em torno da definição da Rede Natura conduziu, portanto, a uma substancial convergência de posições de diferentes actores-chave (do sector ambientalista, agrícola, florestal, etc) em torno do conceito de sustentabilidade (Rosa e Silva, 2005). No entanto, a transferência da proposta legal abstracta para formas concretas de articulação entre a

conservação da natureza e as actividades económicas resultou em extensas dificuldades na aceitação destas leis nos vários Estados-membro (Alphandéry e Fortier, 2010, França; Buijs, 2009, Holanda; Ferranti, Beunen e Speranza, 2010, Holanda e Itália; Hiedanpää, 2005, Finlândia; Laffan e O'Mahony, 2008, Irlanda; Stoll-Kleeman, 2001, Alemanha). Viver em áreas classificadas como os Sítios Natura 2000 trouxe até às comunidades rurais um conjunto de limitações concretas, como a proibição de formas de gestão agrícola ou florestal intensivas e restrições à construção de infra-estruturas de pequena (edifícios residenciais) e de larga-escala (auto-estradas e barragens), que foram recebidas com contestação (Laffan e O'Mahony, 2008; Stoll-Kleeman, 2001; Visser, Moran, Regan, Gormally e Skeffington, 2007). Como consequência, as comunidades atravessam processos complexos de adaptação às novas leis, marcados pela controvérsia social, que incluem quer ajustamento quer resistência às alterações propostas (Castro e Mouro, 2011).

Esta controvérsia resulta, por um lado, da tentativa de articulação entre a conservação da natureza e as actividades económicas através da noção híbrida de sustentabilidade, cuja definição genérica permite que diversas interpretações possam ser propostas por diferentes actores sociais. Por outro lado, está associada à coexistência da imposição de valores e práticas sustentáveis com a valorização da participação pública para as questões ambientais, outra proposta supra-nacional (Convenção de Aarhus, 1998) que adquiriu força normativa formal através da sua transposição para a legislação nacional (em Portugal foi ratificada em 2003). Apesar da legitimidade que as leis da participação pública para as questões ambientais trouxeram à intervenção das comunidades locais, mantém-se ainda muitas vezes uma interpretação minimalista na tradução destas leis para a prática (Batel, 2010; Castro e Batel, 2008; Lima e Pato, 2006), que permite adoptar uma abordagem pedagógica face às comunidades, com ênfase na informação e comunicação unilateral e não em processos de envolvimento e parceria (Lima, 2004; Jovchelovitch 2007, Schmidt et al., 2006). Uma análise comparativa de tipos de conhecimento utilizados em programas e projectos de conservação da natureza e da biodiversidade, incluindo alguns relacionados com a designação e gestão de zonas Natura 2000, concluiu que efectivamente “[i]n most cases nature protection is set up in a standard top-down approach that almost exclusively draws upon scientific knowledge” (Siebert, Laschewski e Dosch, 2008, p. 236). A integração do conhecimento local nas fases de elaboração e decisão destas políticas é ainda, portanto, uma prática rara no cenário Europeu – e o mesmo sucede no contexto português (Schmidt et al., 2006; Schmidt, 2008).

Contextualizar a forma como estas leis foram sendo apresentadas às comunidades é importante para compreendermos como é que as pessoas dão sentido ao seu quotidiano e que

barreiras e oportunidades à acção encontram nas leis para a conservação da natureza. Sabemos que inicialmente os critérios de definição das leis e dos projectos que chegavam até às comunidades tinham uma base exclusivamente técnico-científica e foram claramente impostos através de processos do topo para a base. Em Portugal, por exemplo, encontramos indicação de que ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses (e.g., Decreto-Lei nº 140/99 e nº 49/2005). Esta abordagem legitimou uma separação entre técnicos de instituições de conservação da natureza e comunidades que dificultou a aproximação entre estas duas esferas. Stoll-Kleeman (2001) mostrou como os técnicos receavam que encorajar a participação das comunidades na implementação de áreas protegidas na Alemanha tornasse ainda mais difícil assegurar a protecção da biodiversidade. Na base destas preocupações está a imagem de um público pouco informado e incapaz de compreender a ciência (Lima, 2004; Wynne, 1996). E embora mais recentemente, devido à contestação das comunidades e ao reconhecimento formal da importância do seu envolvimento, haja maior investimento em as informar e consultar, o objectivo principal destas intervenções é frequentemente ainda o de atenuar ou erradicar o conflito (Visser et al., 2007), e não o de as envolver na tomada de decisão, negando assim legitimidade ao conhecimento local para intervir nas decisões que o afectam.

A separação entre “peritos” e “leigos”, a imagem infantilizada do público, a escolha de interlocutores institucionais por parte das autoridades nacionais para representar a comunidade contribuiu para que as comunidades locais sejam vistas como realidades homogéneas (Chan, Pringle, Ranganathan et al., 2007), destituídas de complexidade, difíceis de compreender e com comportamentos imprevisíveis (Lima, 2004). Apenas alguns grupos conseguiram ir ganhando voz nestes processos, aqueles que, como os agricultores e os caçadores, tinham já constituído associações locais e que através das confederações nacionais e internacionais passaram a reclamar o envolvimento daqueles que gerem e utilizam os recursos naturais nas tomadas de decisão (Barbanente e Monno, 2005; Hiendanpää, 2005; Krott, Julien, Lammertz et al., 2000). A forma como estes processos foram conduzidos torna ainda mais importante compreender como as comunidades locais, e os vários grupos que as compõem, se foram adaptando às novas propostas legais para a conservação da biodiversidade.

Neste trabalho centramo-nos na forma como, em Portugal, as comunidades rurais integradas na Rede Natura 2000 têm recebido estas leis. No nosso país a Rede Natura surgiu no final dos anos 90 (Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, Decreto-lei nº 226/97) e marcam a aposta da União Europeia numa lógica de “consumo e bem-estar” para as zonas

rurais dos países do Sul da Europa, em detrimento da lógica de produção agrícola que vigorava (Figueiredo, 2008). A pesquisa empírica que vamos apresentar decorreu em duas zonas Natura 2000 no Sudeste de Portugal, em zonas do interior do Algarve (*Sítio de Importância Comunitária Serra do Caldeirão*) e do Alentejo (*Sítio de Importância Comunitária Moura/Barrancos*). Ambas as zonas são consideradas *habitat mediterrânico* e alojam uma grande diversidade de exemplares de fauna e flora típicas deste tipo de habitat. Estas zonas são também áreas de ocorrência histórica do lince ibérico, uma espécie endémica da península ibérica que está acualmente criticamente ameaçada de extinção. Uma das iniciativas em curso para conservar o habitat desta espécie é o Programa Lince da Liga para a Protecção da Natureza (LPN, 2010), que temos vindo a acompanhar (Lecoq, Santos, Mouro, et al., 2007), motivo pelo qual a nossa pesquisa incide sobre estas duas zonas Natura 2000. Ambas as regiões onde estas zonas Natura 2000 se inserem são caracterizadas por baixa densidade populacional, ligada ao despovoamento do interior, e por terem uma população envelhecida e pouco escolarizada.

Para este trabalho, temos então como objectivo geral averiguar como o debate e a construção de significados em torno das novas leis de conservação da biodiversidade são moldados pelas relações em contexto, quer dentro das comunidades locais, quer destas com as outras esferas que intervêm na mudança de normas e comportamentos. Antes de formular objectivos de pesquisa mais específicos, nos próximos capítulos focam-se os contributos da psicologia social e ambiental e da abordagem das representações sociais para avançar no conhecimento sobre a recepção de novas leis para a sustentabilidade.

Capítulo II

A psicologia social do ambiente e a mudança social para a sustentabilidade

Apresentação do capítulo

Neste capítulo debruçamo-nos sobre algumas perspectivas teóricas, da psicologia social e ambiental, que nos podem ajudar a estudar a reacção das comunidades locais às propostas societais – leis e regulamentos – para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente à designação de zonas protegidas como as que constituem a Rede Natura 2000. Estudos anteriores em outros países europeus (e.g., Stoll-Kleeman, 2001) e o nosso conhecimento sobre o contexto português (Mouro e Castro, 2009) mostram que existe algum nível de contestação das comunidades locais face a estas propostas, embora esta não tenha sido tornado muito saliente na comunicação social a nível nacional (Castro et al., 2011) e não tenha ganho contornos do que a psicologia social chama de “acção colectiva”. Em Portugal, as manifestações de protesto das comunidades locais face a estas políticas e às leis que regulamentam a Rede Natura têm sido pontuais (por exemplo, quando esteve em causa a construção de grandes empreendimentos públicos, como foi o caso da construção da A2 no Algarve). No entanto, também não existem indicadores de uma adesão significativa às práticas de conservação propostas e a implementação de projectos de conservação da natureza a nível local depara-se com sinais de resistência face a estas práticas (Mouro e Castro, 2009; Castro, Mouro e Costa, 2011).

O motivo central para a criação destas leis – assegurar a conservação da natureza e da biodiversidade – tem vindo a ser cada vez mais estudado na psicologia ambiental contemporânea (Stokols e Altman, 1987; Bonnes et al., 2003), orientada para responder às actuais preocupações com a sustentabilidade (Bonnes e Bonaiuto, 2002; Carrus et al., 2005b) e para compreender a forma como os indivíduos se adaptam a preocupações que são globais (Steg e Vlek, 2009). O contexto deste trabalho é, portanto, marcado por uma temática global que tem vindo a receber uma atenção acrescida por parte da psicologia ambiental. É, no entanto, marcado também pelos debates que ocorrem dentro e entre os grupos sociais que compõem as comunidades que recepcionam estas leis. E estes debates entre grupos sociais são enquadrados pelos padrões culturais e pelos aspectos históricos e políticos (Uzzell e Rätzsch, 2009) que caracterizam regiões e países.

É preciso então problematizar o nosso objecto de estudo a partir da articulação entre diferentes níveis de análise – o nível individual, o nível contextual e o nível societal. Por isso, para enquadrar teoricamente a nossa questão de partida recorreremos aos contributos quer da psicologia ambiental, quer da psicologia social. Mais especificamente, interessam-nos as

propostas que têm vindo a articular o estudo das relações pessoas-ambiente com a análise dos processos sócio-psicológicos que intervêm nestas relações, um campo de pesquisa que podemos genericamente designar de *psicologia social do ambiente* (Lima e Sautkina, 2007; Rouquette, Sautkina, Castro, Felonneau e Guillou-Michel, 2005).

Nas páginas seguintes, após uma breve introdução sobre o percurso do capítulo, detalham-se as questões teóricas e analíticas que se pretende abordar. Começa-se por discutir porque é importante clarificar o tipo de proposta com a qual as comunidades têm de lidar no âmbito deste trabalho, apresentando tipologias que distinguem diferentes tipos de comportamentos ecológicos. Examinam-se em seguida os diferentes níveis de análise em que podemos situar o estudo das relações dos indivíduos e comunidades com as leis de conservação. Após essa clarificação, revêem-se brevemente os modelos da psicologia ambiental e social que têm contribuído para a compreensão da adesão a ideias e comportamentos pró-ambientais e das relações entre elas. Veremos que estes modelos propõem três ângulos de análise: (a) respostas individuais, como as crenças e as atitudes, e (b) respostas colectivas, como o protesto, (c) que se diferenciam de acordo com os processos identitários e factores contextuais que definem a situação. Durante a apresentação e discussão destas propostas procuraremos apontar algumas lacunas nesta literatura, as quais podem beneficiar de se reconhecer o papel desempenhado pela existência de ideias contraditórias e da resistência à mudança social e de se estudar as comunidades enquanto entidades heterogéneas e complexas.

1. Introdução

Como foi dito, actualmente existem numerosas leis e regulamentos que pressionam indivíduos e comunidades para a mudança de valores, crenças e comportamentos em prol da sustentabilidade. Algumas destas leis são divulgadas através de campanhas de âmbito nacional, nas quais os indivíduos são chamados a alterar os seus comportamentos e a adoptar novos hábitos como a separação do lixo doméstico, com vista à poupança de recursos. Às comunidades que residem em locais de importância ecológica é pedido que alterem as suas práticas agrícolas e cinegéticas em prol da conservação da biodiversidade. No entanto, é sabido que as novas leis não alteram imediata e facilmente ideias e práticas (Castro e Batel, 2008). Esta dificuldade é ilustrada, por exemplo, em estudos sobre a tenacidade do racismo

em contextos legais de de-segregação (Durrheim e Dixon, 2005)³ e aponta para a dificuldade em generalizar a toda uma sociedade a aceitação de novas normas e leis (Castro e Batel, 2008).

Estas dificuldades são também evidentes no domínio ecológico. A pesquisa tem mostrado que existe uma clivagem, bastante persistente, entre a preocupação com os problemas ambientais – que é alta – e o comportamento pró-ambiental – que é baixo (Vining e Ebreo, 2002). Além disso, os estudos têm evidenciado que indivíduos e comunidades reagem às pressões para a mudança ecológica de forma complexa, podendo manifestar quer aceitação, quer resistência, face a estas propostas (Bonaiuto, Breakwell e Cano, 1996; Carrus et al., 2005a; Castro, 2006; Castro e Mouro, 2011; Uzzell et al., 2002; van Vugt, 2002). Isto aponta para a necessidade de a psicologia ambiental investir mais em modelos especificamente orientados para compreender a forma como a mudança social para a sustentabilidade ocorre nas sociedades contemporâneas (Bonnes e Bonaiuto, 2002; Castro, 2006, 2011; Uzzell e Rätzsch, 2009).

Neste contexto, apresentam-se de seguida alguns dos modelos teóricos que têm procurado compreender e prever a mudança de ideias e comportamentos, com ênfase especial nos que foram sendo desenvolvidos ou utilizados para compreender a adesão a ideias e comportamentos pró-ambientais. Os modelos e conceitos teóricos escolhidos podem ser considerados como direccionados para abordar “processos psicológicos ambientais” (Bonnes et al., 2003, p. 19), ou seja, processos pelos quais a psicologia se interessou e que foram adoptados para o estudo das relações pessoa-ambiente. Concretamente, referimo-nos aos processos psicológicos que se enquadram no espaço teórico-conceptual da psicologia social (Bonnes et al., 2003) e que incluem os conceitos de crenças e atitudes (Staats, 2003), os processos identitários (Twigger-Ross, Bonaiuto e Breakwell, 2003) e a forma como estes ajudam a prever formas de actuação individual, colectiva e comunitária face ao ambiente (Stern, 2000; van Vugt, 2002).

Alguns autores consideram, no entanto, que, em geral, a psicologia ambiental “has largely developed individualistic and reductionistic models of behaviour which have rarely positioned behaviour within its larger social, economic and political context” (Uzzell e Rätzsch, 2009, p. 341; ver também Steg e Vlek, 2009). Tendo por base esta crítica, a revisão aqui apresentada apontará algumas das lacunas que resultam deste posicionamento

³ Na África do Sul, apesar de novas leis terem abolido as restrições de acesso a alguns espaços públicos por parte de pessoas negras, na prática vários locais continuam a ser utilizados maioritariamente por brancos ou por negros, mantendo-se assim formas de segregação informal (Durrheim e Dixon, 2005).

epistemológico individualista e discute algumas das formas de avançar face a estas limitações, que a própria literatura da psicologia social do ambiente tem recentemente vindo a apontar. Iremos, portanto, organizar a leitura e revisão da actual literatura em duas partes, de forma a sublinhar vários caminhos e soluções para ultrapassar algumas das lacunas da literatura.

Na primeira parte, destacaremos a importância de *descrever e situar o objecto de estudo*, através do recurso (1) a tipologias para distinguir diferentes comportamentos ecológicos e (2) ao contributo conjunto de diferentes níveis de análise. Assim, o primeiro aspecto que vamos abordar é o da caracterização dos comportamentos sustentáveis a partir de uma tipologia de leis que os regulam. A literatura tem começado a propor distinções que podem contribuir para distinguir os processos que sustentam o apoio e a resistência a diferentes tipos de mudanças pró-ambientais (Castro, 2011; Stern, 2000). A tipologia adoptada (Castro 2011) chama a atenção para a necessidade de olhar para a adesão à inovação legal para a sustentabilidade a partir de vários ângulos, que incluem a esfera de actuação e se o vínculo legal foca comportamentos ou relações entre grupos.

Em segundo lugar, iremos examinar o contributo de diferentes níveis de análise para compreender como este tipo de mudança social é condicionada e gerida através quer de estruturas e instituições (nível societal), quer de relações entre grupos dentro e fora das comunidades (nível contextual), quer das posições individuais (nível individual) (Castro e Mouro, 2011; Mouro e Castro, 2010). Aqui se discute porque é que reduzir a explicação psicossocial apenas ao nível individual, das atitudes, retira ao pensar e ao agir as suas dimensões histórica, cultural e política (Uzzell e Rätzsch, 2009). Discute-se também porque motivo deve ser dada maior atenção à comunicação e ao discurso na compreensão de como se articulam os diferentes níveis de análise (Castro, 2002a, 2006; Marková, 2000).

Na segunda parte, apresenta-se uma revisão de conceitos e modelos que têm sido usados como *formas de análise da adesão e resistência à mudança* para a sustentabilidade. Esta será organizada em quatro pontos. Primeiro, faremos uma breve resenha histórica dos modelos que a psicologia social do ambiente tem utilizado para compreender e prever a adopção de comportamentos sustentáveis e abordaremos algumas das limitações que resultam desta literatura de cariz mais individualista. Defende-se aqui a necessidade de adoptar uma perspectiva dialógica (Marková, 2000) na conceptualização e análise de alguns dos conceitos que buscam representar e operacionalizar o pensamento social, como as crenças, as atitudes e as representações sociais. Isso contribuirá para reconhecer outras formas de lidar com a mudança social, como o uso de ideias aparentemente contraditórias, como formatos de resistência associados à própria dinâmica inerente ao debate e controvérsia social que

acompanham a negociação e a transferência de poderes e responsabilidades entre diferentes esferas sociais.

Em segundo lugar, consideram-se outros formatos de resistência às mudanças pró-ambientais que têm recebido pouca atenção por parte da psicologia ambiental e que incluem formas de resistência activa e flagrante, como o protesto (de Weerd e Klandermans, 1999).

Em seguida, revê-se como a pesquisa tem procurado integrar a dimensão contextual na análise da adesão a comportamentos com impacto ambiental. Isto tem sido feito através da inclusão do estudo de processos identitários (Bonnes et al, 2003), quer nas suas dimensões da relação com o lugar (Bonaiuto et al., 1996; Bonaiuto et al., 2002; Uzzell et al, 2002), quer de relação com a comunidade (Fielding et al., 2008b; van Vugt, 2002).

Finalmente, parte-se da premissa de que as comunidades são entidades heterogêneas e complexas, compostas por múltiplos grupos com relações interdependentes entre si e com o exterior, para examinar factores contextuais que contribuam para compreender os posicionamentos dos diferentes grupos que compõe estas comunidades. Torna-se necessário, para isso, considerar variáveis de contexto que modelam a relação entre o nível individual (crenças e atitudes) e o nível societal (normas e regulamentos, instituições), como a confiança nas instituições nacionais que designam e fiscalizam as zonas protegidas. Considerar a heterogeneidade das comunidades implica também examinar não apenas as posições dos ‘grupos de interesse’ directos, como os agricultores ou proprietários de terreno em zonas protegidas, mas também as posições dos restantes grupos que compõem as comunidades (Castro e Mouro, 2011; Mouro e Castro, 2010), que constituem a esfera pública local alargada onde as propostas de mudança social são debatidas (Campbell e Jovchelovitch, 2000) e que podem contribuir para o avanço ou recuo destas propostas a nível local.

Seguindo o planeamento proposto para este capítulo, na próxima secção apresentam-se então alguns contributos para a distinção entre diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais. Depois discute-se a importância de examinar as relações de indivíduos e comunidades com as leis de conservação da natureza a partir de diferentes níveis de análise.

2. A mudança para a sustentabilidade – tipologias e níveis de análise

2.1 Contributos das tipologias de comportamentos pró-ambientais

Vários autores têm sugerido que a existência de resultados contraditórios e pouco consistentes na literatura sobre a previsão da adopção de comportamentos sustentáveis se deve ao tratamento indiferenciado dado a comportamentos de âmbito e tipos muito diferentes (Castro, 2011; Stern, 2000; Steg e Vleck, 2009). Uma das primeiras propostas a emergir na literatura para lidar com esta dificuldade foi a de Stern (2000). Este autor propõe diferenciar os comportamentos ambientais de acordo com o *contexto de actuação*, isto é, se ocorrem em contextos públicos ou privados. Se olharmos para a pesquisa tendo por lente esta distinção público vs. privado verificamos que tem havido bastante pesquisa sobre comportamentos da esfera privada, como a conservação da água em casa (Corral-Verdugo, Bechtel e Fraijo-Sing, 2003; Corral-Verdugo e Frías-Armenta, 2006) ou a separação de resíduos para reciclagem (e.g., Carrus, Passafaro e Bonnes., 2008; Castro et al., 2009; Kurz, Linden e Sheehy, 2007).

Comparativamente, existem muito menos estudos sobre *comportamentos não activistas na esfera pública* (Stern, 2000), uma categoria lata de condutas que engloba quer práticas de cidadania ambiental, quer o apoio a políticas públicas direccionadas para a protecção do ambiente, como a disponibilidade para pagar uma taxa adicional ou efectuar um donativo com vista a apoiar causas ambientais (e.g. Liebe, Preisendörfer e Meyerhoff, 2010; Steg, Dreijerink e Abrahamse, 2005). Isto torna ainda mais relevante examinar outras acções ou práticas que possam ser representativas desta categoria, como faremos neste trabalho.

Mais recentemente, Steg e Vlek (2009) propuseram que os comportamentos pró-ambientais podem ser diferenciados com base nos seguintes critérios: (1) o impacto negativo que os comportamentos têm para a natureza, devendo estudar-se e intervir sobre aqueles que têm um impacto mais negativo; (2) a sua exequibilidade, dando prioridade àqueles que são mais fáceis de colocar em prática; e (3) a sua aceitação junto dos indivíduos cujas práticas se pretende alterar, visando identificar os comportamentos para os quais os indivíduos mostram maior receptividade. Embora estes critérios possam ajudar a seleccionar os comportamentos sobre os quais será feito um maior investimento em termos de políticas ambientais, eles dificilmente conseguirão contribuir para explicar as inconsistências encontradas na literatura. Ou seja, estes critérios podem contribuir para clarificar quais os comportamentos que são vistos como mais fáceis de implementar ou com maior peso na resolução dos problemas ambientais, mas não contribuem para compreendermos que processos sócio-psicológicos sustentam a adopção de algumas práticas sustentáveis e não de outras. Isso torna estes critérios pouco úteis em modelos sócio-psicológicos que pretendam compreender porque é que a mudança para a sustentabilidade tem encontrado algumas resistências por parte de indivíduos, grupos e comunidades.

Já a distinção proposta por Stern permite avançar na compreensão da mudança e das barreiras que se opõem à mudança, ao salientar que diferentes contextos, como o público e o privado, podem estar associados a diferentes modos de actuação dos indivíduos. Como veremos mais adiante, o modelo que Stern desenvolveu, de Valores, Crenças e Normas (VBN, sigla em inglês para *Values, Beliefs and Norms*), parece ter maior capacidade preditiva para explicar comportamentos da esfera pública do que da esfera privada (Stern, 2000), embora sejam necessários mais estudos para clarificar esta relação.

Por sua vez, Castro (2011) parte da proposta de Stern e expande-a. Partindo da distinção entre esfera pública e esfera privada, Castro (2011) sugere que a adesão às práticas pró-ambientais pode ser distinta consoante o tipo de vínculo normativo que sustenta a proposta de alteração de comportamentos. Ou seja, o facto de os comportamentos serem em alguns casos sustentados por leis com incidência directa sobre os indivíduos e em outros por leis indirectas pode diferenciar a forma como os indivíduos respondem a essa proposta. Este critério – *enfoque do vínculo normativo* – permite distinguir entre leis e directivas que vinculam directamente governos e instituições públicas (como as da reciclagem), das que vinculam indivíduos (como as práticas agrícolas em zonas protegidas).

Um segundo critério proposto por Castro (2011) consiste no *tipo de alteração subjacente à lei*: se a lei pretende alterar um comportamento individual (por exemplo, o consumo de água) ou relações entre grupos (como as relações entre técnicos e comunidades reformuladas pelas leis de participação pública em questões ambientais). De acordo com esta tipologia (Castro, 2011) pode-se considerar que algumas das leis de conservação da biodiversidade - as que propõe alterações nas práticas de utilização dos solos - se caracterizam por *vincularem indivíduos a alterar os seus comportamentos individuais da esfera pública*. No entanto, outras leis de conservação da biodiversidade afectam não só os seus recipientes directos, mas também os vários grupos dentro da comunidade, podendo considerar-se que algumas destas leis *também alteram as relações entre grupos*, quer dentro da comunidade, quer entre esta e o exterior (por exemplo, com técnicos de projectos de conservação da natureza).

Estas distinções tornam saliente a necessidade de compreender como é que as alterações ao nível societal – as novas leis de conservação da natureza – moldam os processos individuais e colectivos que transformam as comunidades, e, dentro destas, os indivíduos e as suas interacções. Para isso, torna-se necessário examinar o contributo que diferentes níveis de análise podem trazer para compreender os processos sócio-psicológicos e as relações que ocorrem em contexto, um aspecto que iremos discutir na próxima secção.

2.2 A articulação entre níveis de análise

Nesta secção discute-se a importância de analisar a interacção entre processos sócio-psicológicos situados em diferentes níveis de análise para compreender o que acontece nas comunidades que são afectadas pelas novas leis de conservação da natureza (Castro e Mouro, 2011). Tradicionalmente, a psicologia ambiental tem afirmado a importância de se considerarem perspectivas ‘ecológicas’ ou ‘transaccionais’ (Altman e Rogoff, 1987) para teorizar e analisar a experiência e o comportamento humano no seu contexto sócio-físico (ver Bonnes et al., 2002, para uma resenha histórica deste debate). A perspectiva transaccional introduz ‘a systemic approach to the consideration of the person, the environment and their reciprocal relationship’ (Bonnes et al., 2002, p. 14). Esta conceptualização do campo da psicologia ambiental remete para uma perspectiva ‘molar’ do objecto de análise (Carrus et al., 2005a), ou seja, para a procura de compreensão através da análise da organização das práticas quotidianas enquanto inscritas num determinado contexto social e físico.

No entanto, alguns autores consideram que este objectivo nunca foi verdadeiramente alcançado na psicologia ambiental, e que, em geral, esta se tem limitado a usar uma abordagem individualista sobre os fenómenos que estuda (Uzzell e Rätzsch, 2009). Uzzell e Rätzsch (2009) discutem como os estudos da psicologia ambiental se têm concentrado em examinar o ‘consumidor’, sem prestar a devida atenção quer ao seu contexto quotidiano, quer às políticas que promovem ou coíbem determinados tipos de consumo. Esta crítica à orientação epistemológica de cariz individualista que tem marcado a pesquisa é, consideramos, extensível às ilações que se têm retirado da pesquisa desenvolvida. No limite, uma consequência negativa desta orientação será a psicologia ambiental estar continuamente a estudar, a intervir e a aconselhar apenas ao nível de análise individual.

Uma forma de operacionalizar uma perspectiva mais abrangente na compreensão das relações pessoas-ambiente reside em integrar nos modelos teóricos variáveis de diferentes níveis de análise. Esta concepção epistemológica, que alguns modelos da psicologia social também defendem (Doise, 1982), devolve ao pensar e ao agir as suas dimensões histórica, cultural e política (Uzzell e Rätzsch, 2009). Procurando adoptar uma perspectiva que contextualiza e integra diferentes pontos de vista sobre as questões de investigação, este trabalho irá considerar o contributo de diferentes níveis de análise para compreender como a mudança social através da inovação legal é condicionada através quer de estruturas e instituições, quer de relações de poder, quer da comunicação e do discurso. Isto significa que

é necessário examinar a forma como as instituições se posicionam face às novas leis (e.g., Hovardas e Poirazidis, 2007; Rosa e Silva, 2005; ver Capítulo 1), para compreender o enquadramento societal em que estas são regulamentadas; é necessário identificar diferentes grupos e actores sociais, cujas inter-relações e dinâmicas locais interferem com e são condicionadas pelas novas exigências societais (e.g., Bonaiuto et al., 2002; Buijs, 2009; Hovardas, Kofiartis e Pantis, 2009); e é necessário olhar para o detalhe da comunicação e para os processos de apropriação e construção de significados que ocorrem na interacção (e.g., Buijs, 2009; Castro e Batel, 2008; Hovardas e Stamou, 2006; Tuffin e Frewin, 2008)

Assim, para examinar as reacções de indivíduos, grupos e comunidades face às novas leis de conservação da biodiversidade procuraremos enquadrar os nossos trabalhos em três níveis de análise (Castro e Batel 2008; Castro e Mouro, 2011):

- (1) o nível societal, onde as leis são formuladas e onde são criadas ferramentas para determinar e manter a direcção da mudança normativa
- (2) o nível contextual ou comunitário, onde as leis constroem encontros interpessoais e intergrupais concretos, mas também onde as normas e as relações locais podem desafiar e resistir à mudança normativa
- (3) o nível individual, onde as normas são comunicadas, apropriadas, negociadas, resistidas, reelaboradas, de forma conexa com os restantes níveis.

Se perscrutarmos o campo de pesquisa da psicologia social do ambiente tendo por enquadramento estes níveis de análise, concluímos que esta tem recorrido predominantemente a modelos que situam as respostas dos indivíduos no nível de análise individual (Steg e Vleck, 2009; Uzzel e Rätzsch, 2009). É o caso dos modelos que centram a explicação para o comportamento pró-ambiental na adesão a atitudes e crenças, pressupondo uma construção de sentido predominantemente individual. Recentemente temos assistido a um interesse desta literatura em integrar nestes modelos variáveis de nível contextual e comunitário, nomeadamente recorrendo aos contributos da identidade social (e.g. Bonaiuto et al., 1996; ver Twigger-Ross et al., 2003). Raramente, no entanto, o estudo das ideias e comportamentos ambientais é orientado para integrar nas suas análises também o nível societal (Castro e Mouro, 2011; Carrus et al., 2005b).

Porém, é importante considerar que foi o compromisso dos governos, ao nível societal, em atingir metas de sustentabilidade que originou o lançamento de campanhas e projectos para encorajar mudanças no comportamento individual, como por exemplo, a separação de resíduos ou a agricultura extensiva, e a banir outras, como a caça em períodos ou locais

específicos. Além disso, é preciso considerar que estes procedimentos, que procuram ‘normalizar’ ideias e comportamentos na sociedade, também despoletam o debate e a controvérsia na vida pública (Castro, 2006; Jovchelovitch, 2007), uma vez que a apropriação da inovação raramente ocorre sem negociação e transformação das propostas iniciais (Moscovici, 1988). Isto é particularmente relevante para as inovações legais, dado as leis serem habitualmente formuladas em termos genéricos e abstractos e necessitarem de tradução e detalhe para poderem ser aplicadas em contextos específicos (Castro e Batel, 2008). Esta tradução ocorre, inevitavelmente, na gestão que os indivíduos fazem do seu quotidiano e na aplicação da lei a casos concretos e instiga processos de negociação e transformação do significado (Castro e Mouro, 2011). Destes processos de apropriação e contextualização resultam diferentes reinterpretações e versões das leis (Castro e Batel, 2008; Tuffin e Frewin, 2008), marcadas pela história, padrões culturais e normas de grupos e comunidades. É necessário compreender melhor a génese e expressão destas reinterpretações, uma vez que pelo menos algumas delas constituirão formas de resistência à mudança proposta na lei.

Após termos revisto as tipologias e o contributo de diferentes níveis de análise que ajudam a situar o nosso objecto de estudo, iremos, na segunda parte do capítulo, apresenta-se uma revisão de conceitos e modelos que têm sido usados como indicadores de adesão e resistência à mudança para a sustentabilidade. Temos como objectivo rever alguns dos modelos utilizados para analisar fenómenos e processos nos níveis de análise individual e contextual. Na última secção destacam-se a heterogeneidade das relações na comunidade e variáveis de contexto que modelem a relação entre o nível individual (crenças e atitudes) e o nível societal (normas e regulamentos, instituições), como a confiança nas instituições

Em seguida apresentam-se os contributos da psicologia social do ambiente para a compreensão da relação entre ideias, atitudes e comportamentos ao nível individual, apresentando alguns dos conceitos e modelos mais comumente utilizados para caracterizar esta relação.

3. Formas de análise da adesão e resistência à mudança

3.1. Contributos dos modelos de cariz mais individualista

Nesta secção apresentam-se de forma sucinta as mais recentes contribuições da pesquisa na área das crenças, atitudes e comportamentos ambientais. Em seguida faremos um

ponto de situação sobre algumas das lacunas que podemos encontrar nesta literatura e para as quais o estudo da recepção das novas leis de conservação da natureza pode trazer um contributo adicional.

A psicologia social do ambiente tem vindo a desenvolver um vasto corpo de pesquisa para compreender como ocorre a mudança de ideias e práticas sustentáveis. Este incide sobre noções como as de preocupação ambiental, valores ou atitudes ambientais, e sobre o seu impacto nos comportamentos pró-ambientais. Recessões recentes (Castro, 2005, 2006; Steg e Vlek, 2009) salientam o contributo de três modelos a que este campo de pesquisa tem recorrido de forma mais consistente para estudar a relação entre ideias e comportamentos ecológicos: o modelo NEP (*New Environmental Paradigm*) de Dunlap e Van Liere (1978; Dunlap, Van Liere, Mertig e Jones, 2000); a teoria dos Valores-Crenças-Normas ambientais (VBN; Stern, 2000); e a Teoria da Acção Reflectida (TAR; Ajzen, 1991). Faremos agora uma breve apresentação de cada modelo e uma revisão crítica dos seus contributos.

O modelo NEP surgiu no final dos anos 70. Os seus autores construíram uma escala que tem sido utilizada com bastante frequência para distinguir diferentes níveis de adesão a ideias ecocêntricas e antropocêntricas (Dunlap et al., 2000; Dunlap, 2008). A estrutura de avaliação das acções de protecção do ambiente proposta por este modelo estava organizada em torno de três dimensões: a existência de limites ao crescimento das sociedades; a importância de manter o equilíbrio da natureza; e a necessidade de rever o princípio da excepionalidade humana (Dunlap and Van Liere, 1978). Estas dimensões reflectem duas visões das relações pessoas-natureza, a visão NEP (que defende ideias ecocêntricas, propostas pelas duas primeiras dimensões) e a visão HEP (Human Exemptionalism Paradigm, que defende as ideias antropocêntricas propostas na terceira dimensão).

Nas últimas três décadas foram desenvolvidas três linhas de pesquisa acerca da escala NEP: uma dedicada à sua operacionalização; uma dedicada ao grau de aceitação e distribuição sociológica do paradigma; e uma terceira dedicada à validação da escala e sua relação com outras variáveis (Hernández, Suárez, Hess e Corral-Verdugo, 2010b). Sumariamente, esta pesquisa mostrou que as três dimensões propostas para a escala não são estáveis, o que levou à sua reformulação (Dunlap et al., 2000). Não obstante, esta escala foi utilizada em muitos estudos e em muitos países diferentes, o que permitiu realizar algumas análises comparativas. Estas sugerem que a escala é sensível a diferentes contextos culturais, mas tem dificuldade em distinguir grupos sociais mais específicos (Hernández et al., 2010b). A sua relação com outras variáveis parece, assim, estar limitada pela falta de uma estrutura conceptual estável, que distinga claramente as duas visões propostas pelo modelo.

A este respeito, alguns estudos corroboram esta premissa do modelo NEP segundo a qual as ideias sobre a relação pessoas-natureza se organizam em dois grandes factores. Por exemplo, Castro (2002; Castro e Lima, 2001), ao examinar as relações entre os componentes da escala NEP e crenças sobre a ciência, encontra dois factores a que designou de Prudência, que agrega ideias ecológicas e relativistas sobre a ciência, e Confiança, onde se associam ideias antropocêntricas e positivistas, ou tradicionais, sobre a ciência.

Ainda outro contributo, enquadrado na mesma lógica, vem da pesquisa de Milfont e Duckit (2004, 2010), que veio mostrar que as escalas de atitudes e crenças ambientais que a literatura tem utilizado se organizam em dois factores de 2ª ordem, designados de Preservação e Utilização. O factor Preservação agrega ideias associadas à fruição da natureza, à preocupação com a preservação de recursos no seu estado natural, protegendo-as de ameaças ambientais, bem como a adesão a práticas ambientalistas. O segundo factor conjuga ideias sobre a necessidade e desejabilidade de utilização dos recursos por parte da humanidade, o apoio a políticas de crescimento da população e a confiança nas soluções tecno-científicas para resolver os problemas ambientais. Estes dois factores agregam portanto, respectivamente, ideias ecocêntricas e antropocêntricas, apresentando o primeiro níveis de acordo bastante mais elevados do que o segundo.⁴

No entanto, embora a sua proposta de organização conceptual tenha recebido apoio empírico, existem duas questões a que este modelo não tem conseguido dar resposta. A primeira é a da sua utilidade na compreensão das dinâmicas sociais. Os níveis de adesão a estas crenças primárias, ou visões do mundo, medidas pela escala NEP têm sofrido poucas alterações ao longo do tempo. Hawcroft e Milfont (2010) realizaram uma meta-análise a estudos que utilizaram a escala NEP nos últimos 30 anos e verificaram que as diferenças nos resultados obtidos dependem fundamentalmente da inserção social de quem responde a esta escala (por exemplo, ambientalistas e profissionais liberais obtêm níveis mais elevados do que operários; ver também Dunlap, 2008) e não da passagem do tempo. Dado este modelo assentar numa lógica binária, segundo a qual as novas ideias – ambientalistas – são perfeitamente distintas e irreconciliáveis com as que vigoravam anteriormente – antropocêntricas –, e que o esperado e desejável é que as primeiras venham a substituir as últimas, podemos concluir que esta “substituição” não ocorreu. As três décadas de

⁴ Embora o conteúdo da escala possa ser objecto de crítica pela dificuldade em considerar que todos os seus constituintes se referem efectivamente a ‘atitudes’, como os autores propõem, a emergência de dois factores distintos constitui um dado empírico relevante, sustentado por estes factores terem diferentes antecedentes e consequentes. Por exemplo, apenas o factor Preservação se encontra associado à adopção de comportamentos ecológicos da esfera privada (Milfont e Duckit, 2004, 2010).

investigação com a escala NEP sugerem, pelo contrário, que este modelo do pensamento quotidiano, como estando orientado para evitar a contradição e a conciliação entre ideias contraditórias, não reflecte a forma como as pessoas lidam com as propostas societais de mudança (Castro, 2002a, 2006; ver também Dunlap, 2008).

É neste sentido que Castro (2002) vem propor que o consenso dominante em torno das ideias ambientalistas resulta de estas ideias se terem tornando normativas, ou seja, terem passado a ser consideradas como algo com que é desejável estar-se de acordo. Assim, elas dificilmente podem ser contrariadas de forma directa (as mesmas conclusões se podem retirar para o racismo, que actualmente dificilmente é expresso de forma flagrante, como discute Vala, 2007). Daqui resulta a necessidade de “examinar as relações dialécticas entre o velho e o novo” (Castro, 2003, p. 266), uma proposta teórica enquadrada pela abordagem das representações sociais (Moscovici, 1961/1976, 1988). Partindo desta premissa, Castro (2002) procurou compreender como é que as pessoas se posicionavam face a cada um dos factores de crenças, encontrando quatro padrões de resposta, que incluem concordar apenas com as ideias ambientalistas ou apenas com as ideias antropocêntricas (posições unívocas), mas também concordar com ambos os conjuntos de crenças ou desvalorizá-los aos dois (posições não-unívocas).

A pesquisa de Castro (2002) com a escala NEP mostrou ainda que cada uma destas quatro posições se associa a diferentes formas de pensar sobre a natureza e sobre as soluções para os problemas ambientais, como a Teoria Cultural também propôs (Douglas e Wildavski, 1986). Assim, as pessoas que concordam apenas com as crenças ambientalistas estão mais orientadas para defender uma mudança radical de comportamentos; as que discordam de tudo estão mais orientadas para deixar a natureza seguir o seu rumo; as que defendem ideias antropocêntricas apostam na ciência e tecnologia para trazer novas soluções; e aquelas que conciliam as novas e velhas ideias confiam nas instituições e na regulamentação para equilibrar a relação natureza-cultura (Castro e Lima, 2001). Ou seja, estes resultados sugerem que mesmo ao nível de crenças gerais sobre a relação humanidade-natureza encontramos heterogeneidade de formas de pensamento, que servem de enquadramento para diferentes modos de representar situações concretas e de tomar decisões sobre práticas específicas (Bamberg, 2003).

A segunda questão que se coloca, e que foi identificada como uma das limitações da escala NEP, resulta de esta não de ser capaz de prever a adesão a comportamentos pró-ambientais (Corral-Verdugo et al., 2003; Hernández et al., 2010b). Na tentativa de colmatar esta lacuna, a pesquisa socorreu-se de propostas da psicologia social para testar pelo menos

dois caminhos alternativos (Bamberg, 2003): (1) encontrar mediadores e moderadores para esta relação e (2) aumentar o nível de especificidade das medidas. Estes caminhos estão, como veremos, ligados aos outros dois modelos que referimos inicialmente como sendo os mais utilizados na psicologia social do ambiente e que vamos agora apresentar brevemente.

O modelo *Value-Belief-Norm* (VBN) de Stern e colegas (ver Stern, 2000) teve os seus primeiros desenvolvimentos em meados da década de 90. Este modelo parte de elementos mais estáveis (valores), que sustentam crenças gerais e específicas sobre as consequências do comportamento (incluindo as da escala NEP). Estas, por sua vez influenciam a responsabilidade pessoal percebida no desempenho da acção (norma pessoal) e estas normas serão as variáveis proximais determinantes do comportamento adoptado (Stern, 2000). O encadeamento proposto para estas variáveis foi recentemente confirmado por Steg e colaboradores (2005).

Para aumentar a capacidade de prever comportamentos pró-ambientais, este modelo propõe ainda averiguar que contextos moderam o impacto da preocupação ambiental sobre o comportamento. Como já referimos anteriormente, Stern considera que o impacto da preocupação ambiental dependerá do contexto de actuação da pessoa, mais especificamente, dependerá da distinção entre contextos públicos ou privados. Os estudos com este modelo verificaram que a teoria VBN prevê melhor a adesão a comportamentos da esfera pública (Dietz, Stern e Guagnano, 1998; Stern, 2000), como a disponibilidade para pagar taxas de tratamento de resíduos ou apoiar políticas de eficiência energética (Steg et al., 2005), do que a comportamentos da esfera privada.

O segundo caminho, relativo a aumentar o nível de especificidade das medidas, foi seguido pelos investigadores que adoptaram a Teoria da Acção Reflectida (TAR; Ajzen, 2001) no estudo dos comportamentos pró-ambientais (Kaiser, Ranney, Hartig e Bowler, 1999; Staats, 2003). A TAR postula que as pessoas seguem um processo racional de tomada de decisão, guiadas pela percepção das consequências do seu comportamento (crenças), das expectativas dos outros sobre esse comportamento (normas) e do controlo que detém sobre esse comportamento (percepção de controlo). A atitude formulada a partir destes factores irá influenciar a intenção comportamental e esta, por sua vez, o comportamento. Uma premissa fundamental nesta abordagem é a de que estas relações só funcionam quando há correspondência ao nível da especificidade da atitude e do comportamento em termos de alvo, contexto e tempo, ou seja quando as medições se centram sobre o micro-contexto em que determinado comportamento ocorre. A TAR abdica, assim, de variáveis distais como as que mede a escala NEP.

A TAR tem sido aplicada em numerosos domínios, incluindo o dos comportamentos pró-ambientais (e.g. estudo de Kaiser et al., 1999, sobre compostagem; ver também Ajzen, 2001; Armitage e Conner, 2001; Staats, 2003). No entanto, uma contagem dos estudos incluídos na recente meta-análise de Bamberg e Möser (2007), recorrendo ao critério de Stern (2000) para identificar que tipo de comportamentos têm sido examinados com recurso à TAR, permite-nos concluir que estes se dedicam essencialmente a estudar comportamentos da esfera privada. Do total de 44 estudos examinados, cerca de 30% incidiam sobre um comportamento deste tipo, alternando entre a reciclagem, a poupança de água e comportamentos de consumo. Nos restantes estudos, os autores recorrem muitas vezes a listas de comportamentos (e.g., Kaiser, 2006), o que resulta numa dificuldade acrescida para a compreensão dos resultados obtidos. A ausência de distinção entre diferentes tipos de comportamentos poderá talvez ajudar a explicar porque é que esta meta-análise consegue explicar apenas 27% da variância na adesão aos comportamentos estudados.

Embora possa ter havido algum enviesamento na selecção dos estudos incluídos na meta-análise, devido aos critérios de inclusão definidos pelos autores, parece-nos razoável afirmar que apenas ocasionalmente os investigadores têm utilizado a TAR para prever comportamentos da esfera pública. Isto pode dever-se às próprias características do modelo, mais orientado para medir o impacto de variáveis de nível individual, em que o auto-interesse e a escolha racional são privilegiados. No entanto, um raro exemplo de estudos sobre comportamentos da esfera pública com a TAR vem sugerir que estas variáveis têm poder explicativo para prever o activismo ambiental (Fielding et al., 2008b), embora este seja inferior ao dos processos identitários também analisados. Esse estudo (e outros dois sobre activismo citados pelos autores) aponta para que este tipo de comportamento seja mais facilmente predito por atitudes e normas do que pelo controlo comportamental percebido, que parece ter mais impacto nos comportamentos da esfera privada.

Em síntese, até aqui revimos, de forma sucinta, três modelos que têm sido extensivamente utilizados na literatura da psicologia ambiental para explicar e prever a adesão a comportamentos sustentáveis. Esta revisão permitiu-nos esboçar respostas para três questões importantes na nossa pesquisa: (1) como é que estes modelos, de cariz individual, nos ajudam a compreender a dinâmica da mudança social, (2) que tipos de comportamento têm estudado e (3) que conceitos são mais úteis para prever diferentes comportamentos.

Relativamente à primeira questão, sobre as concepções de mudança social que encontramos nestes modelos, vimos que o modelo NEP propunha uma visão binária e

monológica do pensamento social, segundo a qual as novas ideias substituirão as anteriores, que não reflecte o percurso do pensamento social, onde conceitos híbridos como o de desenvolvimento sustentável emergiram (Dunlap, 2008; Hernández et al, 2010). Vimos também que estudos mais recentes apoiam uma concepção mais dialógica da mudança social, segundo a qual as novas e velhas crenças vão circulando pela sociedade e vão sendo apropriadas de modo diferente pelos indivíduos (Marková, 2000), permitindo o aparecimento de concepções híbridas sobre as questões ambientais e a relação natureza-cultura (Buijs, 2009; Castro e Lima, 2001). A pesquisa tem, no entanto, investido pouco em compreender como é que esta heterogeneidade de formas de pensamento que encontramos para as crenças gerais sobre a relação pessoas-natureza pode enquadrar diferentes modos de representar situações concretas e de tomar decisões sobre práticas específicas (Buijs, 2009). Isto parece estar associado à preferência por modelos que se interessam pouco pela capacidade das pessoas usarem, e algumas vezes conciliarem, ideias consideradas como contraditórias, mantendo uma visão racionalista do indivíduo.

Os dois modelos que se seguiram, VBN e TAR, procuraram responder à dificuldade do modelo anterior em prever a adesão a práticas pró-ambientais. Qualquer uma destas teorias vem enfatizar a necessidade de utilizar variáveis proximais, o que se traduzirá em medir crenças mais específicas e normas pessoais. A TAR parte de uma concepção claramente mais individualista dos processos de tomada de decisão, enfatizando a influência da percepção de controlo e das atitudes sobre o comportamento. A influência das normas, tal como é entendida neste modelo, tem recebido menos apoio empírico. A teoria VBN procura, por sua vez, integrar variáveis distais e proximais no mesmo modelo, considerando simultaneamente o impacto de variáveis mais distais – os valores – e de variáveis mais sensíveis ao contexto – a responsabilização pessoal pelas consequências do comportamento. Este investimento da pesquisa em examinar níveis micro-contextuais teve, no entanto, resultados limitados. Estes modelos têm apresentado ainda uma capacidade preditiva reduzida relativamente à adopção de comportamentos ecológicos.

Isto leva-nos à segunda questão que colocámos, sobre que tipos de comportamento têm sido estudados. Na secção 2.1 discutimos como algumas das dificuldades inerentes à pesquisa sobre as ideias e comportamentos ambientais podem dever-se a esta tentar explicar comportamentos muito diferentes. A aglutinação de diversos comportamentos pró-ambientais quer nos estudos (cf. Kaiser, 2006), quer nas meta-análises (cf. Bamberg e Möser, 2007) pode estar a limitar a capacidade preditiva dos modelos testados. São, portanto, necessárias distinções, como a que distingue entre comportamentos das esferas pública e privada (Stern,

2000). Com base nessa distinção, pudemos concluir que a TAR tem sido mais utilizada para prever comportamentos da esfera privada e a teoria VBN para prever comportamentos da esfera pública (e.g. Steg et al., 2005). Esta segunda categoria, a dos comportamentos da esfera pública, é particularmente relevante para a nossa pesquisa, uma vez que é nela que inserimos o estudo das reacções das comunidades locais às novas leis de conservação da natureza (cf. Secção 2.1). Concretamente, a aceitação de políticas e leis públicas é considerada como um *comportamento não activista da esfera pública* (Stern, 2000), uma categoria que tem recebido pouca atenção por parte da pesquisa.

Relativamente à terceira questão, já referimos que os conceitos de cariz mais individualista utilizados pela TAR parecem ser mais úteis para a predição de comportamentos da esfera privada do que da esfera pública. No entanto, os conceitos utilizados pela teoria VBN para prever comportamentos da esfera pública são, de igual modo, “atitudinais” (Stern, 2000), ou seja, centram-se na perspectiva do indivíduo enquanto principal decisor sobre o seu comportamento. Uma vez que estes modelos têm contribuído para prever a adesão a comportamentos pró-ambientais, e procurando contribuir para a clarificação desta questão, parece-nos legítimo e importante considerar nos nossos estudos o papel que crenças e atitudes têm no apoio a políticas e práticas de conservação da natureza e biodiversidade.

Dois pontos devem ser aqui referidos. Em primeiro lugar, é necessário reforçar a ideia, já presente nesta literatura, de que crenças e atitudes são dois construtos distintos e que, por isso, devem ser avaliados de forma distinta, o que nem sempre ocorre (ver Milfont e Duckitt, 2004). Esta distinção permitirá examinar se, como Stern propõe, estes factores têm diferentes papéis na previsão de diferentes comportamentos, ou seja, se os níveis e padrões de relações que existem entre eles diferem consoante o contexto. A limitada atenção que a pesquisa têm vindo a dar a factores contextuais que contribuam para qualificar as relações encontradas pode estar também a contribuir para a dificuldade que a psicologia ambiental tem tido em encontrar resultados consistentes (Castro, 2006; Uzzell e Rätzsch, 2009).

O segundo ponto refere-se à necessidade de adoptar uma perspectiva dialógica (Marková, 2000) para enquadrar teórica e analiticamente estes conceitos. Esta perspectiva é a que assume a abordagem das representações sociais (Moscovici, 1988) ao propor que devemos olhar para a própria dinâmica do debate e controvérsia social que acompanham a negociação dos conteúdos representacionais (Castro, 2006; Jovchelovitch, 2007) de modo a compreender que formas de aceitação e resistência são expressas pelos indivíduos. O próprio conceito de representações sociais é um conceito molar, que compreende constelações de valores, normas e crenças e pressupõe diferentes organizações entre estes factores consoante o

contexto em que são apropriados, negociados e re-apresentados (Castro, 2006; Moscovici, 1988). O facto de os modelos que referimos partirem antes da perspectiva de que as pessoas fazem “escolhas racionais” dificulta a sua capacidade de explicar a clivagem entre ideias e comportamentos e em integrar a expressão de ideias aparentemente contraditórias.

Em suma, fizemos uma breve introdução aos modelos de matriz individualista que a psicologia social do ambiente tem adoptado para compreender a adopção de comportamentos sustentáveis, procurando discutir os seus principais contributos e algumas das dificuldades com que se têm deparado. Com base nas suas propostas, consideramos importante integrar nos nossos estudos o nível de análise individual através da medição de crenças e atitudes. No entanto, consideramos também que é necessária a adopção de uma perspectiva dialógica na conceptualização e análise destes conceitos. Isso contribuirá para reconhecer a expressão e conjugação de diferentes crenças e formas de conhecimento como uma das formas de que o pensamento social dispõe para lidar com as propostas de mudança social.

Em seguida iremos rever alguns estudos que contribuem para uma perspectiva mais dinâmica da interacção entre o nível individual e o nível societal, procurando ilustrar o modo como estes resultados nos ajudam a colocar questões de investigação mais concretas relativamente ao nosso contexto de estudo.

O papel da contradição no estudo das ideias e praticas ambientais

Para compreender melhor a forma como as pessoas representam as novas normas e leis e se posicionam face a elas, é necessário em primeiro lugar olhar para a própria dinâmica do debate social e para o que habitualmente deste resulta. A pesquisa tem mostrado que, em muitos casos, o debate que ocorre sobre as propostas de mudança resulta na emergência de campos representacionais complexos, que acomodam as velhas e novas normas e às vezes reconciliam o que anteriormente haviam sido consideradas ideias contraditórias (Buijs, 2009; Castro e Lima, 2001; Hovardas et al., 2009; Moloney e Walker, 2002; Moscovici, 1988). Por exemplo, no estudo de Moloney e Walker (2002) sobre a reduzida taxa de transplante de órgãos na Austrália verificamos que argumentos a favor (como dádiva de vida) e contra (como algo perigoso para o doador) esta prática científica coexistem e são utilizados para demonstrar acordo com ela em geral, mas manter esse acordo apenas ao nível das ideias.

Noutro conjunto de trabalhos, Buijs (2009) mostrou que o público tem representações heterogéneas da natureza ancoradas em valores e visões da natureza distintos, que combinam

conhecimento científico e leigo, e que se reflectem em diferentes preferências estéticas e perspectivas sobre o tipo de intervenção que se deve ter na paisagem. Importa, portanto, considerar que o debate que ocorre na esfera pública é condicionado pelos sistemas de valores, normas e crenças disponíveis nos padrões culturais e contextos específicos em que os indivíduos se movimentam.

Como referimos na secção anterior, a pesquisa sobre atitudes propõe que estas são influenciadas por normas (Staats, 2003). Daqui resulta que quando as normas têm bastante força prescritiva ou são sustentadas por imperativos legais, como no caso em análise, as atitudes expressas pelos respondentes tenderão a alinhar-se com essas normas. Consequentemente, num domínio altamente normativo como é actualmente o da protecção ambiental (Castro, 2006), a oposição e a resistência terão de ser expressas através do recurso a formas que não se opõem directamente à norma, como a pesquisa sobre as formas subtis de racismo tem igualmente mostrado (Durrheim e Dixon, 2005). O acordo genérico com a norma pode ser mostrado através das atitudes e crenças pró-ambientais, enquanto que a resistência pode ser expressa de forma mais subtil, i.e., através do recurso a argumentos contextuais, utilitaristas e/ou orientados para recursos específicos sobre as dificuldades em implementar certos comportamentos (Castro et al., 2009; Kurz, Donaghue, Rapley e Walker, 2005). Por exemplo, Kurz e colegas (2009) mostraram que, numa comunidade nos subúrbios australianos, o “desejo” de poupar no consumo de água, por ser importante a conservação deste recurso escasso, é suplantado pela “obrigação” de manter o jardim em bom estado e assim evitar ser “repreendido” pelos vizinhos.

A pesquisa mostra-nos também que as crenças alinhadas com as novas normas, i.e., as crenças pró-ecológicas, apresentam, de um modo geral, níveis elevados de acordo e menor variância do que as crenças não-ecológicas (Milfont e Duckitt, 2004; Castro et al., 2009). Estes resultados reforçam a assumpção de que o debate e a controvérsia estão limitados pelas próprias características da inovação legal, cujo cariz normativo dificulta a rejeição flagrante das suas propostas. Além disso, aponta para o meta-conhecimento (Elchereth, Doise e Reicher, 2011) que indivíduos e comunidades detêm sobre o consenso que os valores ambientais têm vindo a reunir nas últimas décadas.

Outros estudos mostram que os indivíduos, para além de conhecerem os argumentos positivos e negativos sobre as práticas sustentáveis, conseguem e sabem usar uma combinação de ambos para responder às exigências do quotidiano (Castro et al., 2009; Kurz, et al., 2005; Moloney e Walker, 2002), perspectiva que os modelos de matriz individualista têm dificuldade em considerar. Desafiando os modelos de “escolha racional”, estas

constelações de crenças contrastantes que co-habitam em indivíduos e grupos parecem desempenhar diferentes papéis nos processos de tomada de decisão que orientam a escolha de um comportamento. Por exemplo, os níveis de consumo de água (Corral-Verdugo et al., 2003) ou de separação de metais (Castro et al., 2009) são mais facilmente preditos pela rejeição das crenças negativas do que pela aceitação das crenças positivas.

Estes resultados tornam saliente o facto de a perspectiva que se tem sobre um assunto específico não ser sempre apenas positiva ou negativa, sendo frequentemente uma combinação de ambas (Castro, 2006; Castro et al., 2009). No mesmo sentido, a pesquisa sugere que as relações entre atitude e intenção comportamental são mais fracas quando estão presentes crenças mais heterogéneas (Armitage, 2003), reforçando a necessidade de avaliar a contribuição distinta de conjuntos separados de crenças para a compreensão das reacções a situações controversas e dilemáticas como a que abordamos nos nossos trabalhos. Embora estes estudos tragam novas perspectivas sobre a relação entre crenças, atitudes e comportamentos, apenas muito recentemente, nos anos 90, a literatura se interessou por conceitos como o de ambivalência atitudinal (Ajzen, 2001) e pelo seu impacto sobre os comportamentos pró-ambientais (Costarelli e Colloca, 2004; Castro et al., 2009).

Este campo de pesquisa pode ainda beneficiar de uma perspectiva integradora (Stern, 2000; Uzzell e Rätzsch, 2009), com ênfase em diferentes níveis de análise e na articulação entre estes (Castro e Mouro, 2011; Mouro e Castro, 2010), de modo a clarificar o entendimento de resultados aparentemente contraditórios. A teoria das representações sociais pode contribuir para esta perspectiva integradora uma vez que, assumindo que crenças e atitudes são conceitos distintos, considera que ambos são constituintes dos sistemas representacionais disponíveis para os indivíduos lidarem com o seu quotidiano. Na prática isto significa que é preciso analisar a forma como crenças e atitudes se organizam em representações sociais que são construídas em e respondem a contextos e inserções sociais específicas (Castro, 2006). Não basta, portanto, aferir níveis de acordo com estes indicadores, é necessário também compreender como eles se organizam e se estruturam em constelações (Castro e Lima, 2001; Castro, 2003) e quais destas organizações aceleram ou desaceleram a adopção de um comportamento. Os trabalhos de Castro (2001, 2002, 2003) foram um contributo neste sentido, mostrando como as ideias ecocêntricas e antropocêntricas se organizam em formatos distintos, ganhando expressão em discursos que mobilizam diferentes concepções da natureza e diferentes formas de lidar com os problemas ambientais.

Podemos então concluir que, principalmente em contextos marcados pelo debate e controvérsia como os do nosso trabalho, é útil desenvolver instrumentos que captem

diferentes factores de crenças. É útil também a análise da organização e relação entre estes factores, que contribuirá para conhecermos as dinâmicas de aceitação e resistência face às propostas de inovação legal com que as comunidades locais se têm confrontado. E finalmente, é relevante analisar de que forma se expressam estas relações quando se estudam comportamentos da esfera pública, como os que são tratados no âmbito deste trabalho.

Os estudos apresentados até aqui procuraram ilustrar o papel dos processos de cariz mais individual na adesão a ideias e comportamentos pró-ambientais. Estes estudos sobre as relações entre crenças, atitudes e práticas sustentáveis mostram que a contestação e a resistência de grupos e comunidades às propostas societais de mudança para a sustentabilidade podem assumir outros contornos que não os da acção colectiva, cuja ocorrência é pouco frequente. As mudanças que se vão operando nas sociedades mesmo na ausência de movimentos sociais de grande visibilidade apontam claramente para uma diligência e uma criatividade dos indivíduos, grupos e comunidades na gestão do seu quotidiano que lhes permite expressar resistência e incentivar a mudança de formas que podemos designar de mais subtis. Como veremos mais adiante, a conjugação de processos representacionais e identitários sugere padrões de resistência semelhantes, com a mobilização de recursos identitários (Bonaiuto et al., 2002; Lima e Castro 2005) a contribuir para gerir as relações de indivíduos e comunidades com mudanças na paisagem (Devine-Wright e Howes, 2010; Lima, 2011) de forma a expressarem quer apoio quer resistência face a essas alterações.

Não obstante, a acção colectiva é uma ferramenta de mudança social a que grupos e comunidades podem recorrer quando confrontados com propostas societais de inovação política e legal (de Weerd e Klandermans 1999) e nela reside potencial para as comunidades actualizarem a sua identidade e se constituírem agentes de mudança (Campbell e Jovchelovitch, 2000; Devine-Wright, 2009; Drury e Reicher, 2005; Wakefield, Elliot, Eyles e Cole, 2006). Consideramos, portanto, importante rever os modelos que ajudam a prever a adesão a estas diferentes formas de lidar com a mudança social, bem como avaliar a sua adequação à compreensão das questões ambientais estudadas neste trabalho, e as lacunas que apresentam para esse efeito.

3.2. Contributos das perspectivas sobre acção colectiva

A psicologia ambiental não se tem interessado muito pela acção cívica colectiva (Batel, 2010; Fielding et al., 2008a; Stern, 2000). Tem-se centrado maioritariamente na

adesão a comportamentos pró-ambientais da esfera privada (Stern, 2000), embora encontremos alguns estudos que procuram identificar factores que levem indivíduos e comunidades a protestar quando há problemas ambientais que afectam os locais onde residem (e.g., Batel, 2010; Buchecker et al., 2003, Wakefield et al., 2006). A acção colectiva enquanto forma de resistência às propostas de mudança social pró-sustentabilidade tem sido ainda menos estudada. No entanto, indivíduos e comunidades também por vezes contestam as novas leis que regulam comportamentos ambientais e vêm propôr alterações nos seus modos de vida, como a construção de parques eólicos (Devine-Wright e Howes, 2010) ou as novas leis para a protecção da biodiversidade (e.g., Krott et al., 2000). Isso torna necessário examinar que factores suportam estes formatos de resistência flagrante às novas propostas societais. Precisamos assim de recorrer aos modelos disponíveis na psicologia social para prever determinantes e contextos em que há maior probabilidade de as comunidades responderem, através da acção colectiva, às propostas societais para alterarem as suas práticas e relações em prol da sustentabilidade.

As propostas mais recentes da psicologia social sobre a acção colectiva propõem que esta é determinada principalmente pela identificação com o grupo (Drury e Reicher, 2000, 2005; Kelly, 1993; Klandermans, 1997, 2002; van Zomeren, Postmes e Spears, 2008), embora conceptualizem de modo diferente esta relação. Klandermans (1997, 2002) parte de uma perspectiva mais cognitivista da acção colectiva, segundo a qual o nível de identificação com o grupo e a percepção de injustiça face à situação do grupo determinam a sua adesão a movimentos sociais. O objectivo da acção colectiva seria, em linha com o que propõe a TIS (Tajfel e Turner, 1986), alterar o estatuto do grupo, o que permitiria ter uma identidade grupal mais positiva.

O modelo de Klandermans (1997, 2002) prevê, para além da identificação, outros dois factores de mobilização: a percepção de injustiça e a percepção de eficácia (ou instrumentalidade) da acção a desenvolver. Uma meta-análise recente mostra, no entanto, que os processos identitários têm mais importância que os restantes factores na predição da acção colectiva (van Zomeren, Postmes e Spears, 2008). O nível de identificação tem maior capacidade preditiva do que os outros dois factores face a diferentes tipos de situações e, além disso, prevê os níveis de injustiça e de eficácia percebidas.

Nesta linha de pesquisa, de Weerd e Klandermans (1999) analisaram as acções de protesto de agricultores holandeses contra as políticas agrícolas europeias e mostraram que o envolvimento dos agricultores nos protestos está associado não apenas à sua identificação com o grupo profissional, mas também à sua participação, através das associações

profissionais, na preparação das acções cívicas (de Weerd e Klandermans, 1999). Ou seja, o envolvimento em movimentos sociais está associado quer a uma componente afectiva da identificação com o grupo, quer a uma dimensão comportamental desta identificação, que se manifesta através do associativismo. O estudo longitudinal permitiu também concluir que esta dimensão comportamental é afectada positivamente pela participação efectiva em acções colectivas, o que aponta para uma relação circular entre estes factores.

Estes resultados vêm reforçar a importância de considerar a identidade social como ligada às acções que determinada posição social e as relações sociais que a sustentam tornam legítimas e possíveis (Drury e Reicher, 2000). Um modelo mais construcionista da acção colectiva propõe que esta resulta dos processos identitários que ocorrem num contexto específico de relações sociais com outros grupos, e não da identidade social enquanto constructo predefinido. Assim, a interacção entre os grupos é determinante para a forma como o processo se desenrola até à acção colectiva propriamente dita. A história da relação entre os grupos e as interacções concertas, i.e., a forma como cada grupo responde ao outro, são elementos essenciais a considerar na compreensão dos antecedentes e consequentes dos movimentos cívicos (Drury e Reicher, 2000, 2005).

Estas linhas de pesquisa centram-se, no entanto, quase exclusivamente em analisar relações intergrupais em contextos em que as dimensões de relação com o lugar e sua transformação não foram consideradas (van Zomeren et al., 2008) ou não são discutidas enquanto tal (Drury e Reicher, 2000, 2005). E em estudos sobre a relação das comunidades com a alteração da paisagem encontramos resultados inconsistentes sobre a relação entre a identidade com o lugar e a participação cívica. Por exemplo, Buchecker e colegas (2003) mostraram que o facto de os membros de uma comunidade se identificarem muito com a mesma pode estar associado a procurarem manter as suas características, não tendo intenção de participar em processos de participação cívica para alteração da paisagem. Esse “bloqueio à participação” parece estar associado à percepção de normas locais que desvalorizam a mudança e sancionam aqueles que a propõe. Os baixos níveis de associação entre identificação e acção colectiva levaram ainda outros autores a propor que a centralidade da identificação, tal como proposta por Cameron (2004), é um factor determinante nesta relação (Bliuc, McGarty, Reynolds e Muntele, 2007). Ou seja, é mais provável a adesão à acção colectiva quando a identidade é mais central.

Importa portanto verificar que direcção segue esta relação no nosso contexto de estudo. Para isso, serão consideradas neste trabalho as relações entre processos identitários associados à relação com o lugar e o envolvimento em acções cívicas de contestação às leis de

conservação. A este modelo acrescentaremos os contributos que a psicologia comunitária tem vindo a desenvolver neste sentido, com a sua pesquisa sobre o sentido de comunidade. Este contributo permite alargar a conceptualização da relação com o “lugar físico” para englobar também o “lugar social” (Hidalgo e Hernández, 2001; Scannell e Gifford, 2010).

Na próxima secção iremos abordar a forma como a literatura sobre as ideias e práticas pró-ambientais se interessou pelo papel que os processos identitários podem desempenhar, alargando o seu nível de análise às dimensões contextual e comunitária. Como ilustraremos, esta expansão está associada a uma área de pesquisa tradicional na psicologia ambiental, a da relação com o lugar, mas também aos modelos identitários da psicologia social e da psicologia comunitária.

3.3. O papel dos processos identitários

Ao fazer o ponto da situação da psicologia ambiental e apontar os seus desafios futuros, vários autores referem a importância de recolocar em contexto o objecto de estudo desta disciplina (Castro, 2006; Steg e Vlek, 2009; Uzzell e Rätzsch, 2009; Winkel, Saegert e Evans, 2009), salientando que não faz sentido olhar apenas para o indivíduo e assumir que este age e interage num vácuo físico, social, político-legal, cultural. Encontramos nesta literatura alguns estudos orientados para compreender melhor o papel que variáveis situacionais ou contextuais, como as normas sociais (e.g., Fielding et al., 2008b; Nigbur, et al., 2010) ou do contexto (Loureiro, 2010), podem ter na adesão a comportamentos pró-ambientais. Outra forma de alargar o âmbito de análise do nível individual para o contextual e comunitário (Kelly e Steed, 2004) consiste em considerar os processos identitários que contribuem para a definição das relações pessoas-ambiente (Twigger-Ross et al., 2003).

É sobre estes processos identitários que se irá centrar esta secção, procurando exemplificar como intervêm nas diferentes formas de adaptação à mudança de que indivíduos e comunidades dispõem (Devine-Wright, 2009). Primeiro apresentam-se os princípios teóricos de algumas das abordagens da identidade que têm sido utilizadas na pesquisa sobre a relação pessoas-ambiente (Twigger-Ross et al., 2003). Discutem-se então alguns trabalhos empíricos que foram enquadrados por estas perspectivas teóricas, procurando mostrar a sua relevância para a compreensão e previsão da adesão a ideias e comportamentos pró-ecológicos. Finalmente, alarga-se esta revisão aos contributos da psicologia comunitária, nomeadamente ao modelo de Sentido de Comunidade (McMillan e Chavis, 1986). Esta literatura não se tem debruçado sobre a adesão a comportamentos pró-ambientais, mas o

conceito tem sido proposto como um catalizador da participação cívica (e.g., Prezza e Constantini, 1998).

As Teorias da Identidade de lugar

Proshansky e colaboradores (1978, 1983) propuseram o termo *place identity* para designar uma subestrutura da identidade pessoal resultante da integração no auto-conceito de características associadas ao ambiente físico. Proshansky tinha como principal preocupação contribuir para a definição de uma identidade pessoal contextualizada nos cenários físicos que são inerentes aos processos de socialização. A identidade de lugar é assim conceptualizada como “as dimensões do self que definem a identidade pessoal do indivíduo em relação ao ambiente físico através de um padrão complexo de ideias, crenças, preferências, sentimentos, valores, objectivos, capacidades e tendências comportamentais conscientes e inconscientes relevantes para esse ambiente.” (Proshansky et al., 1983, p. 155). Para este autor, a identidade associada ao lugar desempenha cinco funções: reconhecimento (informa sobre o passado); atribuição de significado (indica como agir); expressão (moldagem do ambiente); mediação da mudança (grau de apropriação do ambiente); e protecção da ansiedade (segurança).⁵

Apesar de amplamente citado por ter introduzido o conceito de identidade de lugar, o modelo de Proshansky tem sido pouco utilizado enquanto enquadramento conceptual para examinar a relação pessoas-lugares. Uma das razões parece residir em ser um modelo individualista, que enfatiza a construção pessoal da identidade de lugar enquanto estrutura mental desenvolvida a partir da experiência quotidiana com o ambiente físico, negligenciando a componente social e cultural da construção de significado do lugar (Dixon e Durrheim, 2000; Lalli, 1988; Twigger-Ross et al., 2003). Isto parece ter orientado a pesquisa para testar a aplicação dos pressupostos de teorias mais abrangentes, como a Teoria da Identidade Social, à relação com o lugar (Devine-Wright, 2009), contribuindo para reintegrar a dimensão social na concepção da identidade de lugar (Uzzell et al., 2002).

⁵ O conceito de identidade de lugar não foi o único proposto especificamente para conceptualizar a relação entre indivíduos e o espaço físico. Outro exemplo é a noção de vinculação ao lugar (e.g., Hidalgo e Hernandez, 2001), que compreende a ligação emocional que se estabelece entre indivíduos e o seu ambiente e que envolve uma tendência ou desejo de permanência perto do objecto de vinculação. Outras propostas conceptuais foram surgindo, embora a diversidade e sobreposição de conceitos torne difícil distingui-las (Hidalgo e Hernandez, 2001). Nalguns casos, um dos conceitos é usado como mais geral e integrador (e.g. Jorgensen e Stedman, 2001, integram vinculação, identidade e dependência ao lugar no sentido de lugar, como seus componentes; ver também Lima, 2004 e Duarte e Lima, 2002). Noutros casos, identidade e vinculação ao lugar são usados indistintamente (Stedman 2002). A diversidade de abordagens teóricas e empíricas, a falta de instrumentos de medida adequados e a escassez de pesquisa empírica são apontadas como grandes limitações deste campo de pesquisa (ver Dixon e Durrheim, 2000; Hidalgo e Hernandez, 2001; Twigger-Ross et al., 2003).

A Teoria da Identidade Social (TIS)

Através da TIS, Tajfel (1978, 1981) propõe que as pessoas constroem a sua identidade e interagem com os outros a partir dos processos de categorização e comparação social. Concretamente, a identidade é definida a partir da pertença a um grupo ou categoria social e do significado emocional que lhe está associado; a comparação com outros grupos orienta-se para a procura de distintividade e de uma auto-estima positiva. As consequências do recurso a estes mecanismos são o favoritismo face ao grupo de pertença, em detrimento de outros grupos, e o recurso a diferentes estratégias de gestão da identidade para manter uma auto-estima elevada (Ellemers, Spears e Doosje, 1997; Mummendey, Kessler, Klink e Mielke 1999).

As estratégias a que os membros dos grupos recorrem para manter uma identidade satisfatória dependerão de vários factores sócio-estruturais, como o estatuto social dos grupos e a legitimidade atribuída às relações entre esses grupos (Ellemers et al., 1997), e podem ser orientadas para alcançar mudanças a nível pessoal (mobilidade individual), a nível colectivo (competição social) ou a nível simbólico (criatividade social) (Mummendey et al., 1999). O recurso a cada uma das estratégias de gestão da identidade é, portanto, marcado pelas relações em contexto (e.g., Alexandre, 2010) e tende a complexificar-se quando o recurso a múltiplas categorias por parte do grupo com estatuto minoritário ameaça o *status quo* dominante (Saguy, Dovidio e Pratto, 2008), como é frequente no caso de imigrantes de segunda geração (Monteiro, Guerra e Rebelo, 2009; Mouro, 2003).

Twigger-Ross e colegas (2003) sugerem algumas derivações que se podem fazer dos pressupostos da TIS para a relação com o lugar. Segundo estes autores, o significado atribuído ao lugar pode ser uma fonte de identidade social positiva e, portanto, a mobilidade para determinados locais ao invés de outros e os conflitos sobre situações associadas à posse e transformação de locais poderão ser explorados a partir deste quadro teórico. Além disso, Uzzell e colaboradores propõem que os comportamentos pró-ambientais, de sustentabilidade podem contribuir para a valorização do lugar e, conseqüentemente, serem associados a uma identidade de lugar positiva (2002, p. 30).

O recurso a este enquadramento pressupõe, no entanto, que a definição da situação se organize em torno de uma comparação intergrupala, o que nem sempre se adequa à análise da relação dos indivíduos com as práticas de conservação ou das comunidades com a transformação da paisagem. Alguns autores propõem, ainda assim, que fará sentido analisar

as reacções às propostas de mudança para a sustentabilidade partindo de distinções entre “comunidade local/nação vs. autoridades locais/nacionais” (Bonaiuto et al., 1996; Bonaiuto et al., 2002).

Este enquadramento serviu de base ao estudo de Bonaiuto e colegas (1996) para examinarem a relação entre identificação com o lugar e avaliações do ambiente natural. Concretamente, no seu estudo investigaram o papel da identidade local e nacional nas percepções individuais acerca da poluição das praias locais e nacionais junto de adolescentes a viver perto da costa inglesa. Os níveis de poluição das praias locais tinha sido avaliados pela Comissão Europeia (CE) e as praias com condições adequadas de utilização receberam bandeira azul. Os resultados mostraram que os jovens mais identificados com o local ou a nação tendiam a avaliar as praias locais e nacionais mais favoravelmente do que os que se identificavam menos com estas categorias territoriais. Estes resultados são interpretados por Bonaiuto e colegas (1996) como sublinhando a necessidade de manter uma distintividade positiva do lugar. Embora a classificação da instituição externa (CE) pareça não ter afectado significativamente as percepções dos jovens participantes no estudo, os resultados encontrados dão-nos pistas sobre formas de resistência a avaliações externas, supra-locais.

A abordagem discursiva à identidade de lugar

A psicologia discursiva tem-se interessado em particular pelos aspectos políticos da comunicação e contestação dos significados do lugar, analisando indivíduos e grupos com diferentes interesses face ao lugar (Dixon e Durrheim, 2000). A abordagem discursiva enfatiza os lugares como arenas dinâmicas que são simultaneamente constituídas nos e constitutivas dos significados e relações sociais, dando particular relevância ao papel da linguagem na construção da realidade social. Para esta abordagem, o “quem somos” está inextrincavelmente ligado ao “onde estamos” e as categorias sociais frequentemente anunciam esta ligação, como no caso dos conceitos de “comunidade” ou “nação”. Para compreender e analisar esta relação, defendem que é necessário (a) examinar os processos retóricos através dos quais os lugares e as suas identidades são imbuídos de significado, (b) examinar como as construções da identidade de lugar servem para justificar acções e relações, e (c) reintegrar a dimensão política nas representações do lugar e do posicionamento do eu e dos outros nos lugares (Dixon e Durrheim, 2000).

Desta perspectiva, as construções sociais sobre o lugar estão imbuídas de significado e devem ser examinadas do ponto de vista da acção que estão orientadas para desempenhar –

desculpar, integrar, excluir, etc. Ou seja, o discurso sobre o lugar deve ser analisado na perspectiva de conhecer as funções sociais que esse discurso se propõe cumprir e com isso expor as relações de poder e as posições ideológicas (Billig, 1991) que estão a condicionar e sustentar as relações em contexto.

Por exemplo, Dixon e Durrheim (2000) desenvolveram um programa de pesquisa que pretende analisar as relações com o lugar emergentes após a dissolução do regime de apartheid na África do Sul. A introdução à democracia e às inovações legais que lhe seguiram forçaram os cidadãos deste país a reajustarem-se a novas condições sociais e físicas, nomeadamente à possibilidade de brancos e negros frequentarem os mesmos espaços públicos. Nos seus estudos mostram, por exemplo, como alguns residentes brancos procuram resistir às novas leis de de-segregação através da construção discursiva de uma identidade ecológica. Argumentando que os negros poluem e destroem lugares antes impolutos e belos, os brancos tornam explícito que relações sociais (inter-raciais) devem ser mantidas e quais devem ser evitadas – o discurso constrói assim as consequências políticas das relações que os grupos sociais mantêm com o lugar (Dixon e Durrheim, 2000).⁶

Em síntese, a literatura sobre identidade de lugar e sobre processos identitários na relação com o lugar tem assumido perspectivas teóricas diversas, desde as perspectivas individualistas à abordagem discursiva. Embora este campo de pesquisa tenha tido alguma dificuldade em construir uma perspectiva integradora dos resultados que tem encontrado, a variedade de abordagens pode trazer vantagens para a análise de fenómenos e processos complexos (Altman e Rogoff, 1987; Patterson e Williams, 2005). No nosso entender, é possível retirar das abordagens apresentadas aspectos distintos que podem contribuir para a análise das reacções das comunidades locais às propostas de mudança em prol da sustentabilidade e protecção da biodiversidade: (1) a teoria da identidade de lugar propõe que esta tem um papel mediador na relação com a mudança, prevendo que os conteúdos

⁶ Embora este tipo de análise não se insira no âmbito deste trabalho, não queríamos deixar de referir que estes autores salientam ainda que no campo de pesquisa da psicologia ambiental a abordagem discursiva deve procurar 'ler' também a paisagem e as formas de apropriação concretas que as pessoas fazem dos lugares, para além do material textual que habitualmente é analisado. Assim, embora entendam que os significados e as funções atribuídas ao lugar sejam mediados pelas práticas discursivas, a análise da organização espacial das relações evidencia a forma como estas foram materializadas e deve, nesse sentido, constituir material de análise e reflexão (Dixon e Durrheim, 2000). Os seus estudos sobre a apropriação de espaços públicos, como as praias, evidenciam que esta é uma importante dimensão de análise para compreender formas de resistência a novas leis que permitem manter espaços físicos de segregação (Dixon e Durrheim, 2003; Durrheim e Dixon, 2005). Estes autores concluem que para compreender a tenacidade do racismo e a frequente clivagem encontrada na literatura entre ideias e comportamentos é necessário olhar para ambas as práticas – as discursivas e as espácio-temporais – no seu contexto específico (Durrheim e Dixon, 2005).

identitários interfiram na avaliação que se faz do contexto e da mudança; (2) a TIS enquadra a expressão da identidade em contextos intergrupais e identifica diversas formas de actuação dos indivíduos face à mudança, incluindo formas de criatividade social, como a minimização de atributos negativos associados ao lugar; e (3) a abordagem discursiva acentua a importância da análise de práticas discursivas para compreender a relação entre as propostas de alteração das relações entre pessoas e a apropriação concreta dos espaços e dos discursos sobre a mudança.

Em seguida, apresentam-se alguns estudos recentes que evidenciam a importância dos processos identitários para a compreensão das relações pessoas-ambiente.

Processos identitários e o apoio a políticas ambientais

Vários estudos têm mostrado que examinar os processos identitários contribui para aumentar a compreensão das relações pessoas-ambiente. Por exemplo, o nível de identificação (com o lugar, a comunidade ou grupo de pertença) diferencia a adesão a diferentes visões do mundo (Castro e Lima, 2001, para o modelo NEP; Lima e Castro, 2005, para a Teoria Cultural), aumenta a capacidade preditiva da Teoria da Acção Reflectida (e.g., Nigbur et al., 2010), ajuda a compreender o activismo ambiental (Dono, Webb e Richardson, 2010; Fielding et al., 2008b) e prevê o apoio a políticas de conservação de recursos e da natureza (e.g., Bonaiuto et al., 1996; Devine-Wright e Howes, 2010; van Vugt, 2002). Nesta secção iremos centrar-nos sobre os estudos recentes na área da psicologia ambiental que demonstram a importância de considerar os processos identitários no estudo das relações das comunidades locais com as políticas ambientais de conservação dos recursos naturais,

Embora não exista um conjunto de estudos muito extenso sobre a relação entre identidade de lugar e a adopção de práticas sustentáveis, eles apontam para uma relação complexa entre estes dois factores, que nem sempre é positiva. Por exemplo, Uzzell e colegas (2002) analisaram os padrões de identificação e coesão social de duas comunidades inglesas, para averiguar a relação entre identidade de lugar e um conjunto de atitudes e comportamentos sustentáveis (e.g. consumo de água e reciclagem). Verificaram que em uma das comunidades a identidade de lugar tinha uma relação positiva com as práticas sustentáveis, ajudando a prevêê-las, enquanto que na outra comunidade esta relação era negativa. Para este resultado é determinante o papel da coesão social para a relação com o lugar. Assim, embora os níveis de identificação com o lugar fossem elevados em ambos os

casos, os níveis de coesão social eram mais baixos na comunidade que tinha menos comportamentos sustentáveis.

Mais recentemente, Hernández e colaboradores (2010a) examinaram o papel da identidade local na adesão a comportamentos anti-ecológicos ilegais tais como fazer campismo selvagem na praia ou construir uma habitação em terreno designado para uso agrícola. Os resultados obtidos mostram que a identificação com o lugar não prevê directamente os comportamentos anti-ecológicos, mas é preditora das normas sociais que influenciam esse tipo de práticas. Neste caso, quanto mais elevada a identificação, mais saliente a norma de que a maioria considera errado esse comportamento, o que influencia a norma pessoal e reduz a probabilidade de realizar uma destas práticas ilegais.

A pesquisa mostra-nos também que a identificação com o lugar desempenha um papel relevante na predição das reacções das comunidades sujeitas a exigências para adoptar práticas de protecção da biodiversidade (Bonaiuto et al, 2002; Carrus et al., 2005b; Loureiro, 1999; Stoll-Kleeman, 2001). Por exemplo, o estudo de Loureiro (1999) no Parque Natural de Montesinho mostra que a identificação dos residentes com o lugar está positivamente associada à avaliação do parque como uma forma de valorização do património natural e cultural destas comunidades. Mas esta relação nem sempre é positiva. Nalguns casos, é possível encontrar a relação inversa, como no estudo de Stoll-Kleeman (2001) em que a contestação face à designação de áreas protegidas, na Alemanha, estava ligada à acentuação das diferenças entre a posição da comunidade e a dos peritos e técnicos que gerem estas áreas. A autora concluiu que a forte identificação dentro de cada grupo dificultava a comunicação entre os grupos e facilitava a expressão de posições diametralmente opostas – que no caso da comunidade local eram de clara oposição em relação às zonas protegidas.

Outro exemplo que encontramos na literatura desta relação complexa entre identificação e apoio às áreas protegidas está associado com a designação de parques naturais em Itália. Num conjunto de estudos Bonaiuto e colegas verificaram que quanto mais forte a identificação com o lugar, menor o apoio às áreas protegidas (Bonaiuto et al., 2002); num segundo conjunto de estudos encontraram o efeito inverso, isto é, quanto mais forte a identificação com o lugar, mais positiva a atitude face ao parque natural (Carrus et al., 2005). Neste caso, os autores sugerem que a direcção da relação entre a identificação com o lugar e o apoio às novas áreas protegidas depende das características do contexto, proposta que retomaremos mais adiante.

Conclui-se, portanto, que estes resultados, embora convergentes no que respeita à importância dos factores identitários para a compreensão destes processos de adaptação,

divergem relativamente à direcção da relação entre identificação e atitudes pró-conservação. Este conjunto de resultados evidencia a importância de considerar variáveis ligadas a contextos concretos que ajudem a interpretar a complexidade das relações pessoas-lugar. Na próxima secção apresentam-se algumas pistas que a literatura tem proposto para clarificar estes resultados aparentemente contraditórios.

Antes disso, faremos uma breve referência ao contributo da psicologia comunitária para estas questões. Os estudos acima referidos apontam claramente para a necessidade de compreender melhor os contextos sócio-psicológicos em que as relações entre as comunidades e as novas leis de conservação da biodiversidade ocorrem. Ora, nos estudos sobre o papel da identificação com o lugar é quase sempre avaliada a relação dos residentes com o “lugar físico”, embora alguns autores defendam que a relação com o “lugar social” deve ser também considerada (Hidalgo e Hernandez, 2001; Scannell e Gifford, 2010). Examinar as relações dos indivíduos com a comunidade ou “lugar social” quando se trata de questões ambientais assume particular relevância se considerarmos que a forma como as comunidades se mobilizam para lidar com os processos de mudança depende da forma como a mudança é avaliada (Devine-Wright, 2009) e que isso implica conhecer as posições de outros sobre aquilo que se vai avaliar (Kelly e Steed, 2004).

Os estudos de van Vugt (2002) e de Fielding e colaboradores (2008) sublinham esta capacidade das comunidades se organizarem para encontrar soluções conjuntas para os problemas com que se confrontam (van Vugt e Snyder, 2002; Klandermans, 2002), o que confere maior importância à integração da dimensão “social” de relação com lugar nos estudos sobre acções pró-ecológicas. O estudo de van Vugt, sobre o consumo de água, ilustrou como a identificação com a comunidade interfere com as estratégias institucionais de controlo do uso deste recurso. Assim, a colocação de contadores para incentivar a redução no consumo de água só se revela eficaz quando os seus utilizadores se identificam pouco com a comunidade onde residem. Para aqueles que se identificam muito com a comunidade não é necessário recorrer a essa estratégia de controlo: em períodos de escassez, estes residentes reduzem o seu consumo de água mesmo que não tenha sido instalado um contador.

Noutro estudo, sobre a adesão a práticas agrícolas sustentáveis (Fielding et al., 2008), verificou-se que os agricultores que se identificam pouco com a comunidade rural são mais afectados pelos conflitos comunidade-Estado (sobre as decisões serem tomadas a nível supra-local) do que aqueles que se identificam muito com a comunidade. A coesão do grupo de agricultores com elevada identificação está, neste caso, associada à integração da adesão a

práticas sustentáveis como uma norma de grupo, o que permite que as suas decisões deixem de ser afectadas pelos conflitos com as instituições que propõe a mudança.

Vamos agora situar a noção de sentido de comunidade na literatura.

A importância das relações na comunidade

O conceito de sentido de comunidade (SC) foi proposto por Saranson, em 1974, para designar a “perception of similarity to others, an acknowledged interdependence with others, a willingness to maintain this interdependence by giving or doing for others what one expects from them, the feeling that one is part of a larger dependable and stable structure.” (Saranson, 1974, p.157). Mais tarde, McMillan e Chavis (1986) sistematizaram o SC em quatro dimensões: pertença, influência, integração e preenchimento de necessidades, e ligação emocional partilhada. A Pertença refere-se ao sentido de pertença e identificação com a comunidade; a Influência diz respeito ao sentido de controlo e influência que os membros da comunidade sentem relativamente às suas acções; a Integração implica um sentido de interdependência e de satisfação com a relação indivíduo-comunidade; e a Ligação Emocional Partilhada resulta da história partilhada entre os membros da comunidade.

A multidimensionalidade e estabilidade da escala proposta por McMillan e Chavis têm sido amplamente aferidas, embora reúnam pouco consenso (Long e Perkins, 2003; Obst et al., 2002). Obst e colegas (2002; Obst e White, 2005) investiram na clarificação das componentes do SC examinando a sua sobreposição com a escala multidimensional de Identidade Social proposta por Cameron (2004), que tem como dimensões a Centralidade da identificação, o Afecto Endogrupal e os Laços Endogrupal. O conjunto de estudos efectuados sugerem que o SC é efectivamente um constructo multidimensional e que, embora haja alguma sobreposição com as restantes dimensões da identificação, há um factor – Identificação Consciente, relativo à saliência da pertença à comunidade – que se distingue claramente dos restantes (Obst et al., 2002; Obst e White, 2005).

A importância de intervir para fomentar um elevado sentido de comunidade resulta de este ser considerado um potenciador do bem-estar individual e da qualidade de vida (Albanesi, Cicognani e Zani, 2007; Lima e Mouro, 2009), contribuindo para a auto-estima e autoconfiança e facilitando as relações sociais. Para além disso, este conceito é também proposto como um catalisador da participação cívica (Mannarini e Fedi, 2009; Prezza e Constantini, 1998). Alguns dos primeiros estudos que usaram esta escala mostram que o SC potencia a mobilização para a acção cívica no bairro e para a participação política (Chavis e

Wandersman, 1990; Davidson e Cotter, 1989), embora mais recentemente Mannarini e Fedi (2009) tenham mostrado que esta relação não é linear e depende das dimensões do SC que os residentes mais valorizam. O activismo político, por exemplo, surge associado a um baixo sentido de comunidade; neste caso, o SC resulta de uma visão crítica da situação da comunidade que leva a descontentamento com a comunidade mas faz os indivíduos agir para resolver os problemas. Um nível intermédio de SC está, por sua vez, ligado a uma visão da comunidade orientada para a cidadania activa e prevê a participação em associações culturais e de moradores, enquanto que um elevado sentido de comunidade parece estar mais ligado a uma visão instrumental da comunidade, em que as estruturas e serviços disponíveis são percebidos como satisfatórios, e ao voluntariado (Mannarini e Fedi, 2009).

A análise dos consequentes do SC tem sido, no entanto, bastante negligenciada devido a uma maior preocupação com a estabilização da estrutura factorial das medidas utilizadas (Obst e White, 2007; Peterson, Speer e McMillan, 2008). Talvez por isso encontramos poucos estudos que tenham tentado relacionar sentido de comunidade e questões ambientais, embora a sua contribuição para esta literatura pareça ter utilidade. Lima e Castro (2005) examinaram os níveis de identidade local e sentido de comunidade em participantes com diferentes visões da natureza (Dake, 1992; Douglas e Wildavsky, 1982). Verificaram que os participantes com uma visão igualitária da natureza (como frágil, que precisa de protecção) acentuam as dimensões de pertença e integração na comunidade, enquanto que os restantes participantes, com visões da natureza que sublinham antes a sua capacidade de regeneração ou de auto-regulação, têm níveis mais elevados de orgulho e ligação emocional à comunidade. Este resultado sugere, assim, que diferentes visões da natureza estão associadas a diferentes formas de relação com o lugar e com a comunidade.

Noutro estudo, Castro, Batel, Mouro e Sarrica (2009) mostraram que relações mais fortes de interdependência no bairro ajudam a prever comportamentos de reciclagem, mas não comportamentos de poupança de água. Uma hipótese explicativa para este resultado seria a de que quanto mais privado o contexto de actuação, menor a influência directa das relações sociais no bairro sobre os comportamentos pró-ambientais.

Para além das questões metodológicas que tem preocupado a pesquisa sobre este conceito, pode também discutir-se as consequências do tipo de relação social que lhe subjaz. Colombo, Mosso e Picoli (2001) consideram que o modelo de McMillan e Chavis representa um tipo-ideal de relação social que pressupõe um elevado grau de interdependência e cooperação entre os seus membros e um elevado grau de uniformidade e homogeneidade em relação a valores e normas. No entanto, as comunidades são dinâmicas, complexas e

historicamente determinadas (Campbell e Jovchelovitch, 2000), o que sugere relações dialécticas entre indivíduos, grupos, comunidade e o contexto social mais alargado. Ora, o tratamento dos dados raramente evidencia esta heterogeneidade de grupos e posições dentro da comunidade, disseminando antes uma visão consensual do que aí se passa (Colombo et al., 2001; Mannarini e Fedi, 2009), que dificulta a compreensão das diferentes formas de resistência que são actuadas pela comunidade.

É sobre esta dimensão de heterogeneidade e complexidade das relações na comunidade que nos vamos debruçar em seguida.

3.4. O contexto e a heterogeneidade de relações na comunidade

Pode-se considerar que a legislação que enquadra a Rede Natura 2000 e os incentivos financeiros da Comissão Europeia para o desenvolvimento de projectos de conservação da biodiversidade tiveram duas grandes consequências para as comunidades locais. Em primeiro lugar, as comunidades passaram a ser governadas por leis que as obrigam a evitar a perturbação das espécies residentes e que incluem restrições ao tipo de produção agrícola e à construção de residências ou a grandes projectos como auto-estradas e barragens. Novas intervenções em terrenos privados passaram a estar sujeitas a pareceres e autorizações do ICNB.

Em segundo lugar, vários projectos de conservação da natureza passaram a ter lugar nestes sítios, liderados por peritos de sistemas mediadores (técnicos de institutos estatais e de ONGAs nacionais e locais) e apoiados por financiamento da Comissão Europeia. Embora possamos identificar alguns grupos e actores locais mais directamente afectados por estas intervenções, como os agricultores ou os proprietários de terrenos, torna-se evidente que as restrições e alterações que daqui decorrem afectam a vida de toda a comunidade (Stoll-Kleeman, 2001; Visser et al., 2007). Se aos caçadores e agricultores é requerido que alterem algumas das suas práticas, os residentes também vêem limitadas algumas das suas opções de escolha na construção de residência própria e, no global, toda a comunidade é de alguma forma afectada pelas opções relativas à construção de barragens e auto-estradas e pela presença de técnicos que circulam pelas propriedades e que utilizam alguns serviços locais. São-lhes sugeridas (a todos) novas formas de relação com a paisagem e os recursos naturais, novos modos de vida e formas de identidade.

Para além disso, é necessário considerar que os actores e grupos locais estão inseridos em comunidades onde se encontra a sua família e vizinhos, os amigos e conhecidos, os

clientes e fornecedores, os quais têm acesso, mesmo que em segunda mão, às experiências vividas na recepção destas inovações legislativas. Uma vez que estas implicam alterações nas relações de produção, nas relações de consumo e na própria paisagem, para compreendermos como ocorre a mudança - e porque é que às vezes não ocorre - torna-se necessário tomar em consideração, na análise dos processos de construção social das leis e das relações com as leis, não apenas os designados “grupos de interesse” directos, mas toda a comunidade. E torna-se necessário conhecer também o papel desempenhado pelos sistemas mediadores, como os técnicos de projectos de conservação da natureza, que são chamados a mediar a disseminação das inovações legais, oferecendo um significado concreto às leis e definindo o que significa aceitá-las e como é que isto pode concretamente ser feito (Castro e Batel, 2008; Castro, Mouro e Gouveia, 2011; Morant, 2006). É importante, assim, considerar que as comunidades são entidades heterogéneas e complexas, compostas por múltiplos grupos com relações interdependentes entre si e com o exterior.

Como já foi ilustrado, a identificação com o lugar desempenha um papel relevante na predição das reacções das comunidades sujeitas a exigências para adoptar práticas de protecção da biodiversidade. Estudos que examinaram as reacções de comunidades locais confrontadas com a designação de parques naturais ou a transformação de paisagens mostraram que estas reacções são afectadas por processos identitários (Bonaiuto et al., 2002; Buchecker et al., 2003; Carrus et al., 2005b; Stoll-Kleeman, 2001). No entanto, ainda que os resultados destes estudos sejam convergentes no que respeita à importância das variáveis identitárias para a compreensão destes processos de adaptação, os resultados encontrados têm divergido relativamente à direcção desta relação.

No caso específico da designação de parques naturais em Itália, a pesquisa de Bonaiuto e colegas sugere que estes resultados contraditórios podem dever-se a “características chave do processo de designação” (Carrus et al., 2005b, p. 252), nomeadamente a factores sócio-psicológicos que actuam enquanto moderadores das reacções locais. Com base nestas premissas, esta linha de pesquisa aponta para dois moderadores relevantes. O primeiro é o grau de envolvimento na economia local. Bonaiuto e colegas (2002) mostram que os residentes com maior envolvimento nas actividades económicas locais, e portanto mais afectados pela designação do parque, apresentam níveis de identificação com o lugar mais elevados mas também atitudes mais negativas em relação às áreas protegidas.

O segundo moderador proposto por esta equipa é o envolvimento nos processos de tomada de decisão (Carrus et al., 2005b). As comunidades locais são frequentemente

marginalizadas dos processos de tomada de decisão que levam à selecção dos locais de intervenção ambiental (e.g., Stoll-Kleeman, 2001; Bonaiuto et al., 2002), apesar de a participação pública ser actualmente um reconhecido pilar da sustentabilidade (Pol, 2002). Os estudos de Bonaiuto e colegas revelaram que quando as comunidades são envolvidas na tomada de decisão, a identificação com o lugar facilita a aceitação do parque natural; quando as comunidades não são envolvidas na tomada de decisão, quanto maior a identificação com a região, mais negativa a atitude face às áreas protegidas (Carrus et al., 2005b). Ora, como já salientámos, as decisões sobre a escolha de áreas Natura 2000 tiveram por base, primordialmente, a perícia científica associada à conservação da biodiversidade, desvalorizando e ignorando contribuições locais e específicas a cada contexto (Stoll-Kleeman, 2001; Visser et al., 2007), sendo portanto relevante examinar o efeito da avaliação do processo de designação das zonas protegidas no apoio a estas políticas.

Para além destes dois moderadores, a literatura da psicologia ambiental tem ainda vindo a sugerir a importância de considerar a confiança institucional (Bonaiuto et al., 2008; Lima e Castro, 2005) como qualificador das posições face às questões ambientais. Devine-Wright e Howes (2010) mostram como o nível de confiança nas principais organizações envolvidas na construção de um parque eólico altera a relação entre a vinculação ao lugar e o apoio à realização do projecto. Estes resultados reforçam a ideia de que uma forte ligação ao lugar não resulta inevitavelmente em oposição à mudança; esta oposição está dependente do contexto social em que a mudança é representada e da representação da comunidade e de outros significativos.

Para além disso, a confiança nas instituições governamentais é também preditor da adesão a comportamentos de acção cívica colectiva: quando os níveis de confiança são baixos, há maior probabilidade de as comunidades participarem em sessões públicas e acções de protesto (Wakefield et al., 2006) ou outras formas cooperativas de participação (Van Vugt e de Cremer, 1999). No mesmo sentido, a confiança nas instituições diferencia as pessoas com elevada intenção de voltar a participar numa sessão de consulta pública das que têm uma fraca de intenção (Mannarini, Fedi e Tripetti, 2009).

Faremos agora uma síntese das principais ideias apresentadas ao longo deste capítulo e das orientações para os estudos empíricos que delas resultam.

4. Síntese e Objectivos de pesquisa

Da revisão de literatura efectuada neste capítulo resultam as seguintes orientações de pesquisa, que serão retomadas nos estudos empíricos apresentados na Secção II deste trabalho:

- (1) É preciso distinguir entre diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais. No caso das comunidades que são afectadas por leis que designam zonas protegidas, como as que fazem parte da Rede Natura 2000, esta relação encontra-se regulada por leis que vinculam comportamentos individuais da esfera pública (Stern, 2000) e que alteram as relações dentro da comunidade e desta com o exterior (Castro e Mouro, 2011). A distinção entre comportamentos das esferas pública e privada permitiu concluir que os últimos têm recebido muito mais atenção por parte da literatura do que os primeiros. Este trabalho pretende contribuir para reduzir esta lacuna ao examinar os processos sócio-psicológicos que orientam o apoio às leis e práticas de conservação da biodiversidade pelas comunidades locais seja entendido como um comportamento não activista da esfera pública.
- (2) É importante adoptar uma perspectiva mais integradora (Carrus et al., 2005a; Uzzell e Rätzsch, 2009) das relações que são estudadas, não as descontextualizando. Os modelos de cariz individualista habitualmente utilizados na psicologia ambiental dão pouca atenção ao contexto. Porém, é necessário recorrer a conceitos molares – como as representações sociais – que conceptualizem relações dinâmicas entre as variáveis e os seus contextos de emergência, ou seja, que considerem a origem social das respostas individuais à mudança. O estudo das reacções às novas leis de conservação da biodiversidade deve, por isso, abarcar diferentes níveis de análise, o societal, o contextual e o individual.
- (3) Ao nível individual, é necessário dar relevo ao facto de os posicionamentos dos indivíduos e das comunidades locais serem regulados por normas sociais e pelo seu meta-conhecimento em relação às mesmas (Elcherath et al., 2011). A força normativa informal (que emerge do consenso social) e formal (que emerge das novas leis) que caracteriza actualmente a conservação da biodiversidade torna difícil contrariar estas ideias e práticas de forma flagrante e isso torna necessário recorrer a abordagens

conceptuais e analíticas que captem formas mais subtis de resistência às propostas sociais. Além disso, uma vez que o debate social sobre este assunto está ainda em curso e não estabilizou, é importante considerar o papel de factores de crenças distintos na estabilização destas atitudes. Não basta, portanto, aferir níveis de acordo com indicadores como as crenças e as atitudes, é necessário também compreender como eles se organizam e se estruturam em constelações (Castro, 2003) e quais destas organizações aceleram ou desaceleram a adopção de um comportamento.

- (4) Embora seja importante continuar a examinar o papel de conceitos de nível individual, como as crenças e as atitudes, é necessária uma concepção mais dialógica da mudança social e, conseqüentemente, da forma como as novas e velhas ideias vão circulando pela sociedade e vão sendo apropriadas de modo diferente pelos indivíduos (Marková, 2000). A diversidade de ideias em circulação e o debate em torno destas ideias são recursos do pensamento social e por isso muitas vezes as posições face a determinado assunto são complexas e não-lineares. Os indivíduos parecem ser capazes de lidar com esta complexidade e de expressar e conjugar ideias que a investigação considerou contraditórias, como as ideias ecológicas e as ideias antropocêntricas. Uma concepção dinâmica destas relações acomoda melhor o aparecimento de concepções híbridas sobre as questões ambientais e a relação natureza-cultura (Buijs, 2009; Castro e Lima, 2001; Hovardas et al., 2009). Isso permitirá compreender como é a heterogeneidade de formas de pensamento sobre a relação pessoas-natureza pode enquadrar diferentes modos de representar situações concretas e de tomar decisões sobre práticas específicas (Buijs, 2009).
- (5) Embora a psicologia ambiental não se tenha interessado muito pela acção cívica colectiva enquanto forma de resistência às propostas de mudança social para a sustentabilidade, a contestação por parte de alguns grupos sociais no caso das novas leis para a protecção da biodiversidade torna necessário examinar que factores suportam estes formatos de resistência flagrante às novas propostas sociais. As propostas mais recentes da psicologia social sobre a acção colectiva propõem que esta é determinada principalmente pela identidade social com o grupo (e.g., Drury e Reicher, 2000, 2005; Klandermans, 1997, 2002; van Zomeren et al., 2008). Os níveis de associação entre identificação e protesto não são, no entanto, sempre positivos (Buchecker et al., 2003) ou são fracos a moderados, o que levou a literatura a propor

outros factores determinantes, como a centralidade da identificação (Bliuc et al., 2007). A história da relação entre os grupos e as interacções concretas, i.e., a forma como cada grupo responde ao outro, são elementos essenciais a considerar na compreensão dos antecedentes e consequentes dos movimentos cívicos (Drury e Reicher, 2000, 2005). Estas relações foram ainda de pouco estudadas para contextos caracterizados pela relação entre comunidades e leis de sustentabilidade (e.g. Devine-Wright e Howes, 2010), como serão no presente trabalho.

- (6) Uma das formas que a literatura sobre as ideias e práticas pro-ambientais utilizou para alargar o seu nível de análise às dimensões contextual e comunitária consistiu em integrar nos seus modelos os processos identitários. Vimos que a literatura sobre processos identitários na relação com o lugar tem assumido perspectivas teóricas diversas, com alguma dificuldade em construir uma perspectiva integradora dos resultados que tem encontrado. Ainda assim, destacam-se alguns aspectos que podem contribuir para a análise das reacções das comunidades locais às propostas de mudança em prol da sustentabilidade e protecção da biodiversidade, como a concepção da identidade de lugar como um mediador na relação com a mudança, a sua relação com diferentes estratégias de mudança e a importância da análise de práticas discursivas para compreender a relação entre as propostas de alteração das relações entre pessoas e a apropriação concreta dos espaços e dos discursos sobre a mudança. É também importante explorar a dimensão social da relação com o lugar, nomeadamente através do sentido de comunidade (McMillan e Chavis, 1986), porque contribui para a compreensão da adesão a ideias e práticas sustentáveis (Castro et al., 2009b; Lima e Castro, 2005) e porque se revelou um preditor importante da participação em acções cívicas (Mannarini et al., 2009).
- (7) Considerando que estas leis também restringem as relações entre grupos dentro e fora da comunidade e que as comunidades são configurações heterogéneas e complexas, em que diferentes grupos poderão ter diferentes relações com as leis e diferentes posições no debate social, torna-se necessário seleccionar algumas variáveis que dêem visibilidade a essas diferentes representações. Entre os moderadores que têm sido propostos, e que importa considerar no contexto da inovação legal para a conservação da biodiversidade, destacam-se a avaliação do processo de designação dos sítios e a confiança institucional.

Para melhor enquadrarmos estes objectivos de pesquisa, iremos recorrer ainda à Teoria das Representações Sociais, uma abordagem orientada exactamente para compreender como é que o senso comum se apropria de novas propostas de mudança de ideias e práticas e que tem uma concepção dinâmica e dialógica dos processos de transformação e negociação dos significados sociais. É esta abordagem que iremos rever no próximo capítulo.

Capítulo III

A Teoria das Representações Sociais e a recepção da mudança para a sustentabilidade

1. Introdução

Recordamos que a questão de pesquisa geral que orienta este trabalho é a de examinar quais os processos sócio-psicológicos mobilizados para responder a propostas societais de mudança que implicam alterações nas práticas e nas relações entre grupos e indivíduos. Concretamente, pretende-se contribuir para alargar o conhecimento sobre um tipo específico de mudança social, a que tem origem na esfera político-legal – através da inovação legal (Castro, 2011) – e focar uma área específica de actuação, a das questões ambientais. Na sequência de processos e ferramentas de governação multinível, várias propostas legais de actuação face aos problemas ambientais, como as que definem áreas protegidas para a protecção da biodiversidade, estão actualmente em fase de generalização às diversas esferas da sociedade. É durante esta fase que as novas normas legais passam por processos de transformação que as tornam mais concretas e operativas (Castro e Mouro, 2011). Esta fase de generalização é também aquela que permite, por parte dos indivíduos e comunidades, recorrer a uma maior criatividade na negociação e na resistência à mudança normativa que é proposta (Castro, 2011; Castro e Mouro, 2011), uma vez que o formato genérico em que as leis são redigidas permite abrir espaço para diferentes interpretações e re-apresentações das mesmas.

Neste contexto, pretende-se especificamente examinar formas de adaptação – e resistência – às recentes leis de protecção da natureza e biodiversidade que têm levado diversas comunidades locais a confrontarem-se com propostas legislativas para alterar as suas práticas locais, nomeadamente práticas agrícolas e de edificação de habitações. Uma vez que estas leis propõem também alterações nas relações entre diferentes grupos, nomeadamente entre a comunidade e os técnicos que implementam e fiscalizam as acções de conservação no terreno, temos também como objectivo compreender como é que estas relações afectam e são afectadas pelo posicionamento das comunidades.

Como vimos no capítulo anterior, a literatura da psicologia social do ambiente tem recorrido a diferentes abordagens para conceptualizar a relação entre a adesão a ideias e comportamentos ambientais e para explicar alterações em cada um destes componentes. Para explicar a mudança de comportamentos, estas abordagens colocam a ênfase essencialmente em factores explicativos de nível individual (Uzzell e Rätzsch, 2009), como as atitudes. Raramente, no entanto, estas abordagens conceptualizam a contradição, a controvérsia e a resistência como formas dinâmicas e criativas de o pensamento social se expressar. Raramente a contradição e a resistência são concebidas como componentes do processo de

integração e transformação de novos conhecimentos e significados, o que retira visibilidade ao papel que desempenham nos processos de mudança social (Castro, 2006).

Esta lacuna dificulta a compreensão dos processos sócio-psicológicos que decorrem desde a definição de novas leis à sua internalização e expressão nas práticas locais quotidianas. Uma vez que esta apropriação das leis está dependente do debate e negociação entre indivíduos e entre grupos sociais dentro das comunidades (Castro e Mouro, 2011), e assumindo que as comunidades são heterogêneas na sua composição e complexas na rede de relações entre os grupos sociais que as compõem, esta apropriação dificilmente ocorrerá sem que haja alguma controvérsia social e alguma resistência por parte de indivíduos e grupos.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) pode contribuir para a compreensão destes processos por ser uma abordagem que incide sobre a construção e transformação do conhecimento social em resposta a factores ou contextos de inovação e que teoriza uma relação dinâmica e dialógica entre normas, ideias e comportamentos (Marková, 2000; Wagner e Hayes, 2005). Para esta abordagem, o conhecimento quotidiano tem uma racionalidade própria, em que ideias e práticas são geradas e articuladas concertadamente para fomentar ou resistir à mudança social emergente (Jovchelovitch, 2007; Moscovici, 1961/76), ao invés de pressupor que este tipo de conhecimento é composto por elementos desagregados, cuja desarticulação resulta da irracionalidade ou incapacidade dos indivíduos para lidar com a complexidade do quotidiano (cf. Wagner e Hayes, 2005). A TRS interessa-se pela interacção constante e dinâmica entre os diferentes componentes representacionais, pelos formatos comunicativos em que estes são expressos e pelos efeitos da comunicação e do discurso na dinâmica societal.

A abordagem das RS investiga, desde a sua pesquisa seminal (Moscovici, 1961/76), como é elaborado e actuado o pensamento social através das vivências quotidianas e como as ‘sociedades pensantes’ organizam os seus sistemas de significado (Moscovici, 1988) de modo a garantir a estabilidade no seu funcionamento e, simultaneamente, responder à emergência da mudança (Castro, 2002a, 2011). Moscovici interessou-se pelos formatos que o conhecimento social assume para circular na sociedade e pelo modo como grupos sociais específicos reconstróem e resignificam este conhecimento de acordo com os seus próprios interesses e preocupações. A sua proposta teórica é inovadora por defender a importância que processos comunicativos, relacionais e culturais (Moscovici e Marková, 1998) desempenham na construção social da realidade. O vasto corpo de pesquisa que se desenvolveu em torno desta proposta (ver Vala, 2000; Vala e Castro, 2011) contribuiu para que esta se consolidasse como um dos enquadramentos mais adequados para compreender as tentativas de produzirmos

sistemas de significado que nos permitam comunicar e coordenar as nossas acções de forma a podermos viver em comunidade (Wagner, 1998).

No presente capítulo, não se pretende fazer uma resenha histórica desta abordagem, nem uma caracterização exaustiva dos seus fundamentos ou contribuições para a psicologia social. Procura-se antes sublinhar os elementos conceptuais e analíticos desta teoria que considerámos relevantes para orientar a descrição, interpretação e compreensão dos fenómenos e processos sociais em análise neste trabalho. Para tal, serão revistos de forma sucinta:

(1) o posicionamento epistemológico desta abordagem e uma caracterização dos elementos constitutivos do processo de re-presentar ⁷ que consideramos mais relevantes para a consecução dos nossos objectivos de pesquisa;

(2) o contributo da teoria para descrever e compreender formas socialmente concertadas de resistência à mudança social (e normativa)

(3) a importância da comunicação e da linguagem para estes processos;

(4) o papel que os sistemas mediadores desempenham na recepção e transformação dos objectivos da mudança social, com particular ênfase nos peritos e técnicos que fazem a ligação entre a esfera político-legal e a esfera pública.

Este capítulo contempla também uma reflexão sobre as opções metodológicas que a abordagem das representações sociais defende, nomeadamente dando destaque à triangulação metodológica. No final do capítulo apresentam-se as principais questões e objectivos de pesquisa que orientaram a investigação empírica neste trabalho, articulando-os com os quatro estudos realizados.

2. Representação e re-presentar – o fenómeno e o processo

A TRS interessa-se pelas formas de produção, reprodução e transformação do conhecimento social e assume uma perspectiva construcionista, definindo o pensamento como “necessariamente social” (ver Castro, 2002b, 2006; Moscovici, 1988; Vala e Castro, 2011). Esta perspectiva considera a elaboração do pensamento social como um produto de uma “sociedade pensante” (Moscovici, 1988) e, neste sentido, as representações que constituem

⁷ Adoptamos aqui a proposta de Howarth (2004) sobre a utilização do hífen para sublinhar “the ongoing, the relational and fundamentally the contested nature of re-presentation.” (p. 358). O objectivo de examinar o acto de re-presentar enquanto processo é o de destacar o carácter argumentativo da comunicação e do discurso, através dos quais são abertos espaços para a possibilidade de agência, resistência e mudança social.

este tipo de racionalidade resultam da interacção e da comunicação, não são produtos de sujeitos isolados. Moscovici (1972) propôs o triângulo Ego-Alter-Objecto como fundamento do conhecimento, o que faz com que a unidade de análise dos processos representacionais seja a unidade comunicativa entre os sujeitos (Eu e o Outro) que, conjuntamente, referenciam um objecto (Bauer e Gaskell, 2008). O facto de termos um Outro em consideração quando representamos e comunicamos significa também que existe um objectivo relacional que medeia a expressão das representações. Ou seja, existe um projecto de representação, um futuro antecipado que define quer o objecto quer a experiência das pessoas – e que confere às representações uma dimensão temporal, associada às expectativas representacionais e à forma como, ao longo do tempo, se vão fazendo ajustamentos aos projectos partilhados. Isto sugere também que as representações sociais que emergem destas “relações triádicas” constituem, ao mesmo tempo, as tradições que se foram consolidando em padrões culturais e que constroem a construção do conhecimento e das identidades (Adams e Markus, 2001), e as nossas interacções presentes. Isto significa também que as relações triangulares Ego-Alter-Objecto continuam a produzir-se quotidianamente e que devemos ter em conta o contexto relacional em que são elaboradas e expressas (Vala e Castro, 2011).

As representações sociais podem ser definidas como formas de conhecimento social (Moscovici, 1984) geradas, mantidas e renegociadas através da conversação e de actos comunicativos quotidianos de indivíduos, grupos e instituições (Castro e Batel, 2008; Raudsepp, 2005). A natureza social, partilhada, das representações sociais gera um consenso social que deve ser entendido não como um acordo maioritário acerca dos elementos que constituem a representação, mas antes como uma “realidade consensual” (Rose et al., 1995) que resulta da partilha de significados e códigos sobre os elementos que compõem as representações. Este conhecimento de significados partilhados, historicamente derivados, fornece um espaço comum para as pessoas argumentarem e se envolverem numa discussão onde vários pontos de vista se encontram uns com os outros (Rose et al., 1995), permitindo que haja diversidade de posições dentro de um campo representacional. Daqui resulta que as representações sociais não são entendidas como entidades homogéneas, caracterizadas por um elevado consenso social; são antes perspectivadas enquanto campos representacionais que integram diferentes prismas sobre o mesmo objecto social. As representações sociais serão, portanto, heterogéneas e diversas nos seus conteúdos, o que permite também distintas articulações e conjugações dos seus elementos (Moloney e Walker, 2002).

As representações são compostas por elementos diversos – valores, crenças, atitudes e práticas –, enquadrados por meta-sistemas normativos (Doise, 1993; Moscovici, 1961/76) que

organizam e contextualizam as práticas sociais através das quais se representa (Elcherot et al., 2011). Por um lado, os indivíduos são posicionados como agentes activos na moldagem destas representações, pela sua intervenção nos processos de apropriação e re-apresentação dos significados sociais, através dos quais as representações podem ser reproduzidas ou contestadas (Howarth, 2006). É ao serem actuadas nas práticas comunicativas do quotidiano que as representações reflectem a tensão dialógica com que os indivíduos constroem e interpretam o conhecimento social, como os estudos sobre a doação de órgãos (Moloney e Walker, 2002; Moloney, Hall e Walker, 2005) ou sobre o racismo nas escolas (Howarth, 2004, 2006) têm vindo a mostrar.

Por outro lado, o acto de re-presentar está sujeito também aos constrangimentos normativos (Doise, 1993; Moscovici, 1961/1976) que resultam de as representações serem entidades historicamente enquadradas e contextualmente produzidas e negociadas. Por exemplo, ao estudar a recepção da modificação genética na Europa, Wagner, Kronberger e Seifert (2002) verificaram que o debate social sobre estas questões ocorreu a diferentes velocidades em diferentes países e que a agenda deste debate foi claramente marcada pela forma como a imprensa foi, em diferentes períodos, apresentando argumentos a favor e contra os OGM. As posições que emergiram no Eurobarómetro durante os períodos analisados mostraram como a “opinião pública” é marcada pelo enquadramento político e mediático dado às inovações, neste caso, tecnológicas.

Castro e colegas (2011) mostraram também como a imprensa nacional e a imprensa regional têm vindo a propor diferentes versões das leis de conservação da biodiversidade. Enquanto a imprensa nacional salienta a primazia das leis, a imprensa regional está repleta de exemplos locais sobre a dificuldade de implementar estas leis. Uma vez que estes jornais têm diferentes audiências e interlocutores, estes resultados sugerem que as representações que são veiculadas reflectem e propõem ora normas societais, ora normas contextuais.

Em seguida, ilustra-se como é que, a partir desta tensão entre os níveis individual, contextual e societal, é possível entender a possibilidade de haver, associados ao mesmo objecto social, variabilidade e consenso.

3. A dinâmica societal - dialéctica entre estabilidade e mudança

Ao clarificar o que distingue a TRS de outras abordagens da psicologia social sobre o conhecimento social, Moscovici (2005) salienta, para além da natureza partilhada das

representações e da importância da comunicação e das práticas quotidianas para o acto representacional, a atenção que é dada à sua constante mutabilidade. Nesta perspectiva, a dinâmica da mudança social encontra-se associada ao intercâmbio entre diferentes esferas da sociedade, com as suas distintas racionalidades. São os encontros entre as esferas técnico-científica, artística, político-legal e pública que introduzem transformações mútuas entre elas, contribuindo para a disseminação, negociação e transformação dos conhecimentos que lhes estão associados. A TRS propõe, assim, que o conhecimento social é simultaneamente estável e dinâmico, pois reproduz padrões sociais e culturais, mas também gera novas ideias e práticas. Pode-se considerar, portanto, que a abordagem das representações sociais tem como projectos (1) examinar como se modifica o pensamento quotidiano e o conhecimento social ao ser alimentado por diferentes sistemas sociais e (2) analisar como isto ocorre por meio da comunicação, que põe as novas ideias ou propostas em circulação na sociedade e, ao mesmo tempo, as vai alterando (Vala e Castro, 2011). Em muitos casos, a mudança social não é imediata, vai ocorrendo ao longo de um período de tempo que pode ser mais ou menos prolongado (Wagner et al., 2002), o que sugere a necessidade de examinarmos a mudança recorrendo a uma perspectiva temporal (Bauer e Gaskell, 1999, 2008; Castro et al., 2009).

Um exemplo de uma proposta neste sentido tem que ver com a forma como a mudança normativa tem sido introduzida através da inovação legal (ver Capítulo 1; Castro et al., 2009; Castro e Mouro, 2011). A organização da mudança em fases permitiu, para o caso específico das preocupações com a conservação da natureza, concluir que nos encontramos na fase de Generalização da mudança normativa (Castro et al., 2009), aquele em que indivíduos e comunidades são confrontados com as novas propostas legais – e em que o seu apoio e aceitação das leis é determinante para a ocorrência de mudanças. Permitiu mostrar também que o estágio anterior, o da Institucionalização da mudança, é particularmente importante para a compreensão da fase de generalização, uma vez que as opções sobre que conhecimento social é institucionalizado podem conduzir à exclusão, marginalização ou valorização de determinadas subjectividades e identidades (Adams e Markus, 2001; Campbell e Jovchelovitch, 2000; Howarth, 2006) em detrimento de outras. Os trabalhos de Howarth (2004, 2006) nas escolas inglesas ilustram exactamente como os currículos escolares e as práticas institucionais (re)constroem representações racializantes das “minorias étnicas”, posicionando os alunos negros como um Outro diferente e ameaçador. No caso das leis para a conservação da biodiversidade, foi institucionalizada uma versão híbrida e moderada das preocupações ambientais que estiveram na génese do movimento ecologista (Castro, 2002a;

Rosa e Silva, 2005), instituída através do conceito de “desenvolvimento sustentável”, como já referimos (Capítulo 1).

Daqui se conclui que os processos de debate, negociação e transformação do conhecimento que ocorrem ao nível macro-social, entre grupos e instituições, têm necessariamente reflexo nos processos que ocorrem a um nível micro, quando os indivíduos recorrem às categorias e argumentos que derivam desse debate para atribuir sentido às suas vivências quotidianas (Jovchelovitch, 2007; Moscovici, 1988). No caso das questões ambientais de protecção da biodiversidade, o debate prévio conduziu a um alargado consenso em torno da importância de se proteger o ambiente, embora sem grande reflexo sobre as práticas quotidianas (Buijs, 2009; Castro, 2006; Hovardas et al., 2009; Vining e Ebro, 2001).

Para a TRS, a dinâmica entre estabilidade e mudança social está também estreitamente ligada à conceptualização do conhecimento social como integrando, nos seus campos representacionais, conteúdos muito diversos, que podem ser articulados pelos indivíduos de diferentes formas consoante os seus objectivos ou projectos (Bauer e Gaskell 2001, 2008; Castro, 2006; Moscovici, 1961/1976). Do confronto entre novos e velhos conhecimentos resultam formas de adaptação e resistência às propostas de mudança que permitem aos actores sociais ganhar espaço para debater, transformar e negociar essas propostas (e.g., Castro e Batel, 2008; Castro, Batel, Devine-Wright et al., 2010; Duarte, Mouro e Neves, 2010; Gervais e Jovchelovitch, 1998).

A pesquisa recente enquadrada por esta abordagem tem mostrado que é frequente ocorrerem processos de hibridização dos campos representacionais através dos quais estes se transformam para acomodar velhas e novas ideias sobre um determinado objecto social (Castro e Lima, 2001; Jovchelovitch, 2007; Jovchelovitch e Gervais, 1999). Neste sentido, os estudos de Jovchelovitch e Gervais (1999; Gervais e Jovchelovitch, 1998) ilustram como a convivência entre diferentes grupos culturais altera as representações e o conhecimento partilhado. Estes estudos sugerem que a comunidade Chinesa em Londres recorre quer ao sistema de saúde da medicina ocidental quer ao conhecimento tradicional chinês consoante as necessidades contextuais e as preocupações identitárias. Estes processos de hibridização permitem, assim, que dimensões aparentemente contraditórias assumam diferentes funções na relação das representações com as práticas, sendo utilizadas de modo diferencial consoante se pretende justificar a adesão a uma prática ou minimizar a sua importância (Castro, 2000; Moloney e Walker, 2002, 2005).

As representações híbridas, expressas pelos mesmos indivíduos ou grupos, evidenciam que modos de pensar e agir heterogêneos e distintos podem ser conciliados para gerir as

vivências quotidianas (Gervais e Jovchelovitch, 1998; Wagner et al., 1999), um fenómeno que a teoria indica expressar “polifasia cognitiva” (Jovchelovitch, 2002, 2007; Moscovici, 1976). A polifasia cognitiva pode ser entendida como expressão do uso de recursos potencialmente contraditórios disponíveis nos campos representacionais (Renedo e Jovchelovitch, 2007) e parece ser um mecanismo útil para lidar com uma fase de adaptação a novas ideias ou práticas (Castro, 2006; Gervais e Jovchelovitch, 1998; Kurz et al., 2005; Moloney e Walker, 2002, 2005; Wagner et al., 1999).

Isto é patente, por exemplo, nos trabalhos de Wagner e colegas (1999, 2000). Estes estudos ilustram como, na Índia, as representações da “doença mental”, da loucura e dos seus tratamentos vão fusionando ideias e práticas tradicionais com ideias e remédios da psiquiatria ocidental, introduzida mais recentemente nestas sociedades. Embora a expressão de ideias tradicionais seja preferida no contexto privado, da casa, e a de ideias da psiquiatria em contextos mais públicos, a forma como os dois sistemas de conhecimento são utilizados pelos interlocutores coloca em evidência as características polifásicas do conhecimento social e a sua utilidade para gerir a introdução da mudança nas sociedades.

A expressão da polifasia cognitiva tem sido examinada principalmente na relação entre a esfera científica e a esfera pública (Jovchelovitch e Gervais, 1999; Wagner et al., 1999), sendo necessário examinar se e em que moldes se expressa quando ocorre no encontro do “senso comum” com outras esferas, como a político-legal (ver por exemplo Renedo e Jovchelovitch, 2007).

Para compreender de onde resultam os posicionamentos concretos expressos no debate social, é preciso em primeiro lugar conceptualizar o conhecimento social como sendo co-construído numa relação dialógica entre quem re-presenta, o Outro para quem se re-presenta e o objecto de conhecimento (Moscovici, 1972; Marková, 2003). Sob esta perspectiva, o conhecimento social é relacional, é sempre mediado por interacções. Além disso, é necessário considerar que as representações sociais incorporam, para além de processos comunicativos de construção de significado (Marková, 2000), meta-sistemas normativos (Doise, 1993; Moscovici, 1961/1976) que contêm informação sobre normas e regras de funcionamento social. A dinâmica de ajustamento entre a estabilidade e a mudança social surge portanto associada também a este meta-sistema normativo que regula as acções comunicativas e as práticas sociais (Moscovici, 1976), posicionando-as face a constrangimentos sócio-normativos contextuais, onde as propostas societais e as condições locais de produção de significado se encontram.

4. Re-presentar em contexto – O papel da comunicação e do discurso

A comunicação e a linguagem sempre desempenharam um papel relevante na TRS (Moscovici, 1988). Na pesquisa seminal desta teoria, Moscovici (1961/76) chama a atenção para a coexistência, interacção, integração e expressão de ideias contraditórias como algo que deve ser entendido como inerente ao próprio pensamento quotidiano (ou senso-comum) e avança já com propostas concretas de ferramentas analíticas que permitem identificar diferentes modalidades comunicativas, diferentes formatos que traduzem identidades distintas e constroem posições específicas face a determinado objecto social.

Para compreender como podem as representações gerar e acomodar a contradição devemos olhar para a própria dinâmica do pensamento, para a lógica argumentativa que caracteriza o debate social (Billig, 1989; Marková, 2000). A contradição surge em contextos de inovação e mudança social caracterizados por controvérsia, sugerindo que estes são espaços em que a articulação entre elementos representacionais é renovada, revista ou renegociada (Marková, 2008; Moscovici e Marková, 1998). Um acontecimento que suscite o debate em torno dos significados da representação poderá conduzir à sua problematização e a uma reconstrução dialógica das fronteiras da representação (Marková, 2000, 2008). Contribuições para o estudo de como a inovação gera novo conhecimento social e é moldada por este têm vindo a ilustrar como a “polifasia cognitiva” (Jovchelovitch, 2002; Moscovici, 1976) tem um papel privilegiado no modo como os actores sociais lidam com o encontro entre diferentes sistemas representacionais, como mencionado no ponto anterior. Ora, para compreender a polifasia cognitiva é então necessário analisar o discurso e os processos que nele suportam a expressão deste mecanismo. Para a teoria das representações sociais, a dimensão interactiva do processo de representar coloca em evidência a orientação pragmática da comunicação, direccionada para o contexto e a relação, e fazendo-a variar com estes (Billig, 1996; Castro e Batel, 2008; Jovchelovitch e Gervais, 1999; Wagner et al., 2000).

Dois exemplos de pesquisa ilustram como as normas sociais salientes no contexto de expressão das representações interferem na forma como os seus conteúdos são organizados na comunicação. Moloney e Walker (2002; Moloney et al., 2005), nos seus estudos sobre a doação de órgãos, concluíram que os campos representacionais são compostos por elementos quer normativos quer funcionais e que estes podem ser activados de modo diferencial dependendo do contexto ou da identidade que está saliente num determinado momento. Quando é activada a dimensão normativa, são os valores e normas que organizam o campo

representacional que ganham maior expressividade. O discurso será neste caso marcado pelos factores ideológicos e históricos que organizam o percurso do grupo. A dimensão funcional está mais associada à relação dos indivíduos com o comportamento (Moloney e Walker, 2002). Estes elementos podem ser activados simultaneamente ou de forma desarticulada. Diferentes formas de articular as dimensões normativa e funcional da representação sobre a doação de órgãos estão, por exemplo, associadas à experiência anterior em relação a esta prática, ou, poderíamos acrescentar, às normas sociais que contribuem para a organização dos campos representacionais de indivíduos e grupos. Assim, e pelo facto de ocorrerem sempre num contexto social específico, os posicionamentos expressos em cada acto comunicativo são permeados simultaneamente pelos conteúdos dos campos representacionais e pelo meta-conhecimento das normas (Elcherot et al., 2011) que regulam as relações entre indivíduos, grupos e instituições em contexto.

Mais recentemente, Marková (2008) vem propor que diferentes formatos de discurso permitem distinguir que tipo de representações estão ou não a ser debatidas. Ao comparar a forma como jovens checos e jovens franceses debatem dilemas associados às consequências dos regimes comunistas, Marková distingue dois formatos discursivos: *tematização* e *convencionalização*. Ao fazê-lo, recupera o conceito de *themata* para mostrar como os processos de *tematização* estão em certa medida inertes em períodos de estabilidade governativa (como no caso francês) e activos em situações de tensão ou conflito (como no caso checo). O conceito de *themata* foi introduzido na TRS por Moscovici e Vignaux (1994) para sugerir que na origem das representações sociais estão oposições dialécticas (como a distinção entre o bom e o mau). A *tematização* ocorre então quando um determinado objecto social é problematizado através de antinomias ou dicotomias, trazendo para a atenção pública as categorizações oposicionais que organizam a representação social desse objecto (Castro e Gomes, 2005; Marková, 2000; Marková, 2008). Este processo está orientado para clarificar ou alterar a relação entre as ideias e as práticas, permitindo que se abra espaço para a contestação e a resistência (Castro e Gomes, 2005; Marková, 2008). Um formato discursivo em que os *themata* que são chamados ao debate para reavaliação e renegociação dos significados dos conteúdos representacionais estaria, portanto, associado a períodos de controvérsia (Castro e Gomes, 2005; Marková, 2000), podendo dar origem a novas representações sociais. É o tipo de formato argumentativo que esperaríamos encontrar em situações de resistência face a uma proposta de mudança social, com tentativas de debate sobre, por exemplo, o que é legítimo considerar como práticas espontâneas de intervenção cívica (Castro e Batel, 2008; Moloney e Walker, 2002).

Por sua vez, o formato discursivo do tipo “convencional” está orientado para salientar o conhecimento das convenções sociais e para reafirmar o que já é conhecido sem o questionar, sem lhe adicionar nova informação. Este formato, como referimos, seria mais característico de um contexto de relações estáveis e pacificadas (Marková, 2008). Manifesta-se através de elementos discursivos que apresentam um objecto ou tópico como algo não problemático, que não está em discussão ou não requer debate. Este formato parece estar orientado para contribuir para a estabilidade das representações e das dinâmicas entre elas, uma vez que quando um conteúdo é apresentado como recebendo um consenso alargado, está a ser afastado do debate e também de identidades ou grupos específicos que reclamem para si a defesa dessas ideias (Castro, 2003; Vala et al., 1998). É o que acontece com as normas sociais que, actualmente, têm ampla difusão, como a norma anti-racista ou a norma ambientalista, que deixaram de ser exclusivas das minorias que as introduziram para debate na esfera pública para receberem, de forma consensual, elevados níveis de apoio (Castro, 2006).

Embora segundo Marková (2008) estes dois formatos comunicativos estejam associados a representações distintas, alguns estudos apontam para que estes sejam, em alguns casos, expressos de forma articulada pelo mesmo indivíduo, grupo ou comunidade, que convencionam alguns elementos da representação e tematizam outros (Castro e Batel, 2008; Vala et al., 1998). Isto acontece porque “[t]he context and the content co-determine the particular function [of representations], representations are not linked to fixed functions and may indeed have multiple functions for a group in different pragmatic contexts.” (Bauer e Gaskell, 1999, p. 173) e parece ser particularmente relevante quando se trata de dissociar a posição face a uma norma de uma prática concreta.

5. Sistemas mediadores e a mudança normativa

De um modo geral, podemos considerar que a psicologia social se tem interessado pela perspectiva do “senso comum”, ou dos “leigos”, sobre um determinado assunto, havendo raramente lugar para a caracterização e análise da perspectiva dos “peritos” – cientistas, técnicos, decisores – sobre as mesmas questões. Uma forte razão para isto acontecer resulta da concepção dominante da relação entre ciência e senso comum, desenhada e actuada de forma assimétrica, com reflexo sobre a forma como a psicologia olha para o indivíduo – como alguém com dificuldade em compreender a ciência e em usá-la para lidar com o quotidiano

(cf. Bauer e Gaskell, 1999; Lima, 2004; Wynne, 1996). A abordagem das representações sociais, conjuntamente com outras perspectivas do construcionismo social, procurou reabilitar o estatuto do senso comum e salientar a sua dimensão criativa na construção e negociação do pensamento social (Moscovici, 1961/1976; ver também Castro, 2002a, 2011; Magioglou, 2008). Mas esta abordagem foi inovadora também ao propor que os sistemas mediadores – como a imprensa - têm um papel relevante na direcção da progressão da mudança social e que, como tal, os formatos comunicativos a que recorrem devem ser examinados (Morant, 2006).

A este propósito, a análise de como as representações são produzidas, circuladas e recebidas pela imprensa, foi considerada fundamental para um programa de pesquisa em representações sociais (Bauer e Gaskell, 1999), pela sua capacidade de ilustrar a forma como o conhecimento social é veiculado na intersecção entre o nível societal e o nível contextual (Castro et al., 2011). Bauer e Gaskell (1999) propuseram que “the greater the degree of institutionalisation the greater the significance of the formalized medium and the elaboration of different modes [of communication].” (p. 177), sugerindo que a institucionalização de conhecimentos e de práticas deve orientar a pesquisa para a identificação dos diferentes actores que passam a utilizar a comunicação formal e para examinar os modos de comunicação que estes utilizam na construção dos significados.

A pesquisa mais recente tem vindo a considerar a esfera técnico-científica como um outro sistema mediador ao qual deve ser prestada particular atenção (Castro e Batel, 2008; Gervais e Jovchelovitch, 1999; Morant, 2006; Morant e Edwards, 2011; Renedo e Jovchelovitch, 2007), movimento para o qual contribuiu a reconcepção da relação entre ciência e senso comum no seio da TRS (Bangerter, 1995). Tal como Batel e Castro (2009) demonstraram, as fronteiras entre o pensamento científico e o pensamento social não são estanques e quer o discurso “reificado” da ciência, quer o discurso “consensual” do senso comum, podem ambos ser mobilizados por “peritos” e por “leigos”, dependendo das exigências pragmáticas da relação e do contexto.

Além disso, actualmente muitas propostas legislativas, como as que pretendem alterar comportamentos em prole da sustentabilidade ambiental, resultaram de e são sustentadas por processos e ferramentas de governação multinível (Davies, 2005): tratados globais originaram leis nacionais, que por sua vez guiam a implementação de acções locais (Baker, 2007; Castro e Mouro, 2011). Entidades locais e nacionais actuam, neste sistema de governação, como sistemas mediadores que governam as práticas de grupos e comunidades locais (Castro e Batel, 2008). É nestes sistemas intermédios que encontramos os técnicos e peritos “em

contexto” (Renedo e Jovchelovitch, 2007), aqueles que contactam directamente com a comunidade e traduzem as prescrições legais para comportamentos concretos (Castro e Batel, 2008), como os técnicos de organismos públicos e privados responsáveis pela implementação e/ou fiscalização de acções ambientais (Castro e Mouro, 2011). Os sistemas profissionais e de peritos intervêm assim nos processos de internalização de novas normas oferecendo-lhes significados concretos (Morant, 2006; Renedo e Jovchelovitch, 2007), definindo o que significa ir ao encontro da lei e como é que isto pode ser feito (Castro e Batel, 2008). As representações e práticas destes grupos profissionais intermédios reflectem, portanto, a interface entre as esferas científica, legal e leiga, tornando possível analisar o papel dos processos representacionais na reconciliação destas fontes de tensão e ambiguidade. É assim, por isso, muito importante continuar a estudá-las.

6. Opções metodológicas da teoria das representações sociais – a importância da triangulação

Relativamente às orientações metodológicas para a pesquisa sobre os conteúdos e processos representacionais, esta é uma abordagem eclética, que propõe a descrição e análise da adaptação e resistência à mudança social com recurso a diferentes metodologias, de modo complementar, advogando o desenvolvimento de programas de pesquisa com recurso à triangulação de métodos. O quadro das representações sociais tem recorrido a metodologias variadas, desde a entrevista em profundidade ao inquérito de larga-escala, com base no princípio de que as metodologias devem ser ajustadas aos objectos e aos objectivos de estudo (Bauer e Gaskell, 2008; Vala e Castro, 2011; Wagner et al., 1999b).

Alguns autores defendem que mais importante do que discutir sobre quais as metodologias mais apropriadas, é discutir como integrar informações provenientes de metodologias diferentes (ver Breakwell e Canter, 1993; Vala e Castro, 2011). Este debate ganha particular sentido quando se propõe que as representações são conceitos molares mais abrangentes do que os de crença ou atitude (Castro, 2006; Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi, 1993; Moscovici, 1961/1976) e que, inclusivamente, os integram (Moscovici e Marková, 1998). Importa, portanto, para entender as representações, conhecer as crenças e atitudes e avançar para a análise da sua organização em constelações de sentido (Doise et al., 1993; Castro, 2006).

Contributos recentes nesta direcção têm-se centrado no recurso sistemático à triangulação metodológica (Apostolidis, 2006), combinando metodologias qualitativas e quantitativas como a análise de material de imprensa, entrevistas aprofundadas e os inquéritos a amostras representativas, com recurso a análise de conteúdo, do discurso e estatística multivariada (ver por exemplo Gaskell et al., 2001; Castro, 2002a). Este é também o formato do projecto sobre o estudo das representações sobre a biodiversidade, as formas de a proteger e lidar com ela dentro das áreas protegidas, como as que fazem parte da Rede Natura 2000 (Castro e Mouro, 2010; Castro, Mouro e Gouveia, 2011; Mouro e Castro, 2010), e em que esta tese se insere.

A triangulação metodológica é especialmente importante por permitir estudar diferentes tipos de fenómenos. No caso das representações sociais, alguns métodos têm sido particularmente usados para conhecer a estrutura das representações, como a associação livre de palavras (e.g. Abric, 2001), enquanto outros têm sido estudados para estudar a dinâmica dos processos de co-construção de significados, como os grupos de discussão focalizada (e.g. Castro, 2002a). Bauer e Gaskell (2008) defendem que esta triangulação metodológica é essencial para se conseguir considerar a estrutura, as funções e o processo das representações e que isso deve ser feito considerando múltiplos conjuntos de dados que permitam mapear quer o detalhe da comunicação, quer padrões mais alargados de posições face a determinado objecto. Apesar da diversidade de métodos e enfoques analíticos a que os investigadores têm recorrido, Billig (2008) critica ainda a falta de pesquisa que se centre sobre os processos de re-presentar, apelando a que estes recebam mais atenção por parte da “comunidade” das representações sociais.

7. Questões e Objectivos de pesquisa

Nesta última parte do capítulo, apresentam-se as principais questões e objectivos de pesquisa que guiaram a investigação empírica apresentada na próxima secção, articulando-os quer com as orientações de pesquisa que resultaram da revisão de literatura apresentada no Capítulo 2, quer com os quatro estudos que foram realizados.

(1) Que processos representacionais permitem contestar e resistir às novas leis, tendo em conta que estas detêm força normativa informal (que emerge do consenso social) e formal

(que emerge de serem leis), o que torna difícil contrariar estas ideias e práticas de forma flagrante?

A primeira questão de pesquisa retoma o apelo de Billig (2008) sobre a importância de estudar os processos representacionais. O objectivo do primeiro estudo será então o de conhecer e descrever alguns destes processos. As análises serão orientadas para compreender como os elementos representacionais – normas, crenças e atitudes – se organizam no discurso e quais destas organizações aceleram ou desaceleram a mudança social. A análise da comunicação tem um papel determinante na compreensão destes processos e, nesse sentido, os contributos da polifasia cognitiva e de como diferentes formatos discursivos – consensualização e tematização - incentivam ou afastam o debate (Marková, 2008) serão também considerados.

(2) Que factores representacionais e contextos sócio-psicológicos contribuem para a adesão ou resistência às novas leis?

A segunda questão de pesquisa tem que ver com a identificação de variáveis e contextos que actuem como determinantes da adesão às novas leis. Como vimos, a psicologia social do ambiente propõe alguns factores que podem contribuir para este objectivo, como os níveis de confiança nas instituições que designam as áreas protegidas e fiscalizam as práticas de conservação. Outros contributos resultam de considerar os processos identitários e examinar como estes se interrelacionam com os processos representacionais. Estes serão os objectivos dos estudos quantitativos por inquérito. No primeiro inquérito (Estudo 2), pretende-se examinar a forma como estes factores interferem nas relações entre crenças, atitudes e práticas; no segundo inquérito (Estudo 4), esta análise será alargada a formas de resistência mais flagrante, expressas através da acção colectiva.

(3) Que representações e posições emergem nas comunidades locais face às leis e práticas de conservação e que grupos estão associados a elas?

Esta questão reflecte, tal como a anterior, a preocupação com a heterogeneidade e a complexidade que caracteriza as relações dentro das comunidades locais e destas com o exterior. O principal objectivo aqui é descrever, de forma comparativa, diferentes representações e posições que emergem do debate social sobre as novas leis. Para isso, são examinadas as posições que comunidades e técnicos de projectos de conservação da natureza têm sobre as novas leis e como representam as relações entre estes grupos (Estudo 1). São

também examinadas as representações e posições que emergem dentro da comunidade e como estas aproximam ou afastam a conservação da biodiversidade no nível local (Estudo 3).

Na próxima secção são apresentados os quatro estudos empíricos realizados.

SECÇÃO II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Capítulo IV

Entre *convencionar* e *tematizar* – apoio e resistência à inovação legal em contexto (Estudo 1)

1. Introdução⁸

Este estudo tem como objectivo geral caracterizar a forma como as comunidades locais, em zonas rurais do interior do Algarve, e os técnicos de projectos de conservação da biodiversidade se posicionam face às leis de conservação da biodiversidade que regulam a Rede Natura 2000 aí existentes. Para isso, são examinados os recursos retóricos usados por estes actores na representação das leis e das relações entre a comunidade e os técnicos que implementam acções de conservação da biodiversidade a nível local.

O estudo é guiado, de forma mais concreta, por três objectivos específicos que derivam das propostas teóricas da abordagem das representações sociais revistas no Capítulo 4: (1) caracterizar as dinâmicas locais de co-construção do conhecimento através das perspectivas de leigos e peritos locais, (2) conhecer os formatos comunicativos através dos quais as propostas societais são colocadas em circulação e são negociadas ao nível local e (3) identificar diferentes *themata* propostos para debate consoante o Alter /Outro a quem se dirige a apresentação de argumentos. Vejamos com maior detalhe cada um destes objectivos.

A abordagem das representações sociais propõe que a construção do conhecimento ocorre através da comunicação e da linguagem, em formatos discursivos co-produzidos dialogicamente em contextos culturais e históricos concretos, associados a identidades e relações de poder específicos. Nesse sentido, um primeiro objectivo específico deste estudo é o de caracterizar as perspectivas que são reivindicadas e mobilizadas por ‘leigos’ e ‘peritos’ locais para defender, rejeitar ou transformar as propostas legais de conservação da biodiversidade. Com vista a compreender as dinâmicas locais que organizam a co-produção e negociação de significados, o presente estudo foca não apenas a construção de posições da comunidade, mas também os processos representacionais de aceitação e resistência às novas leis dos técnicos que trabalham em projectos de conservação da biodiversidade de nível local. São muitas vezes estes técnicos locais – de que são exemplo, noutros contextos, os polícias ou os técnicos de gabinetes camarários – que, nos seus contactos com a comunidade, traduzem as prescrições legais, habitualmente genéricas e abstractas, para comportamentos concretos (Castro e Batel, 2008; Morant e Edwards, 2011). Estes ‘peritos em contexto’ (Renedo e Jovchelovitch, 2007) fazem parte, assim, de sistemas mediadores entre o nível societal e o

⁸ Alguns resultados deste estudo foram referidos em Castro e Mouro (2011).

nível local (Morant, 2006), o que torna particularmente importante conhecer o seu papel nos processos de mudança normativa.

Um segundo objectivo para este estudo é o de conhecer os formatos comunicativos concretos através dos quais normas e conteúdos propostos pelo nível societal são colocados em circulação e são negociados ao nível local. Recordamos que o contexto social em torno das leis de conservação da biodiversidade tem sido caracterizado pelo encontro e debate entre diferentes conhecimentos (científico, técnico e leigo) do qual resultaram propostas híbridas, conciliadoras dos valores ecológicos e económicos anteriormente antagonizados (Rosa e Silva, 2005; ver Capítulo 1). Isto sugere que os campos representacionais disponíveis para o debate destas questões contêm conteúdos diversos que não estarão totalmente polarizados por posições sociais ou pertenças grupais distintas, havendo poucas barreiras normativas à sua utilização pelos vários grupos que compõe a esfera pública.

Além disso, o debate social em torno da conservação da biodiversidade que antecedeu o aparecimento das novas leis investiu-as de uma força normativa informal que dificulta a sua recusa flagrante. Interessa por isso, neste estudo, examinar como, num contexto de recepção de novas leis, o recurso a diferentes formatos argumentativos permite simultaneamente manter o apoio genérico à protecção da biodiversidade e colocar em debate a aplicação concreta destas leis. A análise efectuada partirá, mais concretamente, da proposta de Marková (2008) sobre como diferentes formatos comunicativos são mobilizados ora para colocar as representações em debate (*tematização*), problematizando o significado de determinado objecto social (Vala et al., 1998), ora para afirmar um acordo genérico em relação a determinados valores sociais (*convencionalização*). Esta análise contribuirá também para exemplificar alguns dos processos representacionais que sustentam a expressão da polifasia cognitiva (Moscovici, 1961/76; Jovchelovitch, 2002, 2004), aqui entendida como uso da contradição entre conhecimento institucionalizado, proposto pelas novas leis, e conhecimento local, enraizado na cultura e normas locais (ver Capítulo 3).

Um terceiro objectivo consiste em exemplificar como uma análise dos processos representacionais assente em premissas dialógicas ajuda a identificar diferentes *thema* propostos para debate consoante o Alter /Outro a quem se dirige a apresentação de argumentos. Para isso, será examinado como diferentes interdependências Ego-Alter (ou seja, diferentes objectivos relacionais) fazem emergir diferentes perspectivas sobre o Objecto e como estes processos sócio-psicológicos se manifestam na comunicação e nos processos comunicativos. Concretizando para o contexto desta pesquisa, procura-se compreender melhor como é que, ao debaterem as inovações legais com impacto no seu quotidiano, as

comunidades e técnicos locais convocam determinados *thema*, com os quais questionam, discutem e negociam significados relativos às leis de conservação da biodiversidade, dependendo das relações inter-subjectivas que a cada momento contextualizam o seu discurso.

Em suma, pretende-se conhecer os argumentos mobilizados pela comunidade e pelos técnicos locais para representar as suas relações com as novas leis e responder às representações dos seus interlocutores – o Estado e os técnicos/a comunidade. Para atingir os objectivos propostos, recorreremos a entrevistas individuais e grupo de discussão focalizada. Estas permitem conhecer os principais temas evocados e examinar o detalhe da comunicação sobre as relações com as leis da conservação da biodiversidade e os seus intervenientes. Com vista a aceder a processos representacionais mais elaborados, em que a relação com as novas leis de conservação tivesse sido objecto de reflexão, procurámos escolher residentes que tivessem contacto anterior com as leis de conservação. Por isso, optámos por conversar com residentes com interesses investidos na conservação da biodiversidade, como os proprietários, agricultores, caçadores ou autarcas, procurando garantir uma maior elaboração sobre as temáticas abordadas nas entrevistas, embora sem limitar o aparecimento de diferentes pontos de vista.

Na próxima secção apresentam-se os detalhes da recolha de dados e os critérios da análise ao material textual. Aqui são também brevemente referidos os temas e tópicos abordados durante as entrevistas. Em seguida, é apresentada a análise dos processos representacionais e comunicativos que orientam os posicionamentos de residentes e técnicos locais. Para facilitar a sua leitura, esta análise foi organizada por tipo de entrevistado (primeiro apresenta-se a perspectiva da comunidade, e depois apresenta-se a perspectiva dos técnicos locais). Para cada grupo entrevistado (comunidade e técnicos) ilustram-se os *thema* convocados para o discurso e o modo como a escolha destes *thema* é orientada pelos objectivos relacionais que caracterizam a interacção com diferentes interlocutores (o Estado e os técnicos/a comunidade). Finalmente, discutem-se os principais contributos deste estudo para a compreensão dos processos representacionais que sustentam o avanço e a resistência à mudança proposta pelas novas leis de conservação.

2. Método

2.1 Recolha do material textual

Foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas e um grupo de discussão focalizada com pessoas residentes e/ou com actividade profissional na área da Serra do Caldeirão (N total=12), onde existe uma zona protegida Natura 2000 (o *Sítio de Importância Comunitária Serra do Caldeirão*)⁹. Os participantes foram recrutados através do método ‘bola-de-neve’. Para este estudo foram escolhidos participantes que tivessem interesses investidos na conservação da biodiversidade, nomeadamente (a) proprietários de terreno, (b) residentes com actividade de exploração de recursos naturais (agrícola, florestal, cinegética), (c) representantes do poder local e (d) residentes com actividades associadas à conservação da biodiversidade. Cada participante estava inserido em pelo menos um dos formatos desta relação de interesses investidos (Tabela 1). Procurou-se ainda garantir a diversidade em termos de sexo e idade, embora no final tivéssemos poucos participantes do sexo feminino e com mais de 50 anos.

Para explorar os processos representacionais e os formatos discursivos que sustentam diferentes concepções da conservação da biodiversidade regulada por mecanismos legais, foi desenvolvido um guião semi-estruturado (Anexo A) com os seguintes temas principais:

- a) descrição das principais actividades profissionais e da relação com a serra;
- b) descrição das áreas de mudança e estabilidade na região;
- c) experiências relacionadas com a vivência quotidiana numa zona protegida;
- d) envolvimento local na tomada de decisão sobre as políticas de conservação da biodiversidade.

A estratégia de moderação das entrevistas consistiu em aprofundar as perspectivas avançadas pelo/as participantes, pedindo exemplos concretos das interacções com a lei e com outros interlocutores, pois o objectivo destas entrevistas era o de examinar os processos representacionais evocados por residentes e técnicos locais para gerir as suas relações com as novas leis de conservação da biodiversidade. As entrevistas duraram entre 35 e 60 minutos e foram conduzidas em contextos familiares aos participantes, como por exemplo na sua residência ou local de trabalho.

⁹ Este estudo contou, na sua preparação e condução, com a colaboração da Dr. Susana Guerreiro. Uma análise preliminar destes dados integrou o seu relatório de estágio de licenciatura.

O grupo de discussão focalizada (N=5) durou 120 minutos, teve lugar nas instalações da junta de freguesia de um município local e procurou incentivar o debate entre diferentes posicionamentos face às questões da conservação da biodiversidade, utilizando os mesmos temas das entrevistas.

Tabela 1. Caracterização da/os participantes nas entrevistas e grupo de discussão.

<i>Identificação</i>	<i>Sexo</i>	<i>Grupo etário</i>	<i>Actividades</i>	<i>Duração da entrevista</i>
Entr.1-P1	M	55-65	Proprietário e agricultor	50m
Entr.2-P2	F	45-55	Proprietária	35m
Entr.3-PJF1	M	35-45	Proprietário e autarca	50m
Entr.4-PJF2	M	25-35	Autarca	40m
Entr.5-T3	F	25-35	Técnica de associação de desenvolvimento local e membro da direcção de associação ambientalista	60m
Entr.6-T4	M	35-45	Técnico de associação ambientalista	50m
Entr.7-T5	M	25-35	Técnico de associação de desenvolvimento local	60m
GDisc.-C1	M	65-75	Reformado; Presidente de Associação de Caçadores	120m (Grupo de discussão) N=5
GDisc.-P3	M	35-45	Proprietário; Presidente de Associação de Produtores Florestais	
GDisc.-P4	F	35-45	Proprietária, promove educação ambiental na serra	
GDisc.-P5	M	35-45	Proprietário, organiza percursos na serra	
GDisc.-PJF3	M	25-35	Autarca	

Nota. Entr. = entrevista; GDisc. = Grupo de Discussão Focalizada

2.2 Critérios de análise do material textual

O corpus textual é composto pela transcrição integral das entrevistas e do grupo de discussão. Numa primeira fase, com recurso ao software Atlas.ti, os tópicos abordados pelos participantes foram colocados em categorias e organizados em quatro temas (ver Tabela 2). Cada tema caracteriza os elementos dialógicos – Ego-Alter-Objecto (Marková, 2000; Moscovici, 1972) e projecto de representação (Bauer e Gaskell, 1999, 2008) – que contribuem para a re-presentação das leis para a conservação da biodiversidade.

O primeiro tema, apresentado na Tabela 2, que serve de enquadramento aos restantes, é aquele onde encontramos a caracterização geral da relação com o lugar e a avaliação das

mudanças que foram decorrendo na comunidade. Este tema caracteriza o “projecto representacional” (Bauer e Gaskell, 1999, 2008) destas comunidades, uma meta-narrativa sobre o presente e futuro que, neste caso, é marcada por uma descrição negativa e pessimista da situação das comunidades no interior do país.

O segundo tema visa aspectos de apresentação de si na relação com a conservação da biodiversidade (Ego). Este tema remete para a apresentação do eu, por parte dos residentes locais, quase exclusivamente como guardiões da natureza, com a qual têm uma relação secular, e por isso nada fariam para a prejudicar propositadamente. Dois dos residentes também se referem a si directamente como “ambientalistas”.

O terceiro tema agrega avaliações face às leis e descrições de experiências e exemplos concretos da sua implementação (Objecto). Neste tema verificamos que surgem tópicos positivos e negativos da relação com as leis. Os tópicos positivos são menos (5) e menos frequentes (51), e consistem em posições genéricas face às leis ou a protecção das espécies, sendo também apresentados alguns exemplos de como é possível ter actividades económicas que se enquadram nas propostas legais. Os tópicos negativos são em maior número (9) e mais frequentes (129), e procuram tornar salientes os vários tipos de dificuldades e constrangimentos que as comunidades locais têm na implementação das novas leis.

O último tema integra a caracterização dos intervenientes e das relações entre estes no processo de implementação destas leis (Alter). A comunidade local veicula uma imagem negativa dos técnicos “ambientalistas”, apresentados como tendo uma postura rígida na aplicação das leis e como interferindo na relação que as comunidades têm com a natureza. Embora algumas intervenções valorizem a actuação de associações locais, outras salientam o desconhecimento acerca do trabalho que é efectuado pelos técnicos e criticam a sua falta de actuação nos problemas específicos daquelas zonas. Além disso, é criticada a perspectiva de intervenção destes técnicos por ser apenas pedagógica (Lima, 2004), ou seja, por se centrar em querer ensinar as comunidades sobre como devem actuar na sua relação com a natureza e não pretenderem incluir o conhecimento local nas decisões sobre estas matérias.

No que respeita às intervenções dos técnicos locais sobre as comunidades, estas são marcadas por uma perspectiva pedagógica (Lima, 2004), que defende ser necessário informar e sensibilizar, com vista a “mudar as mentalidades”. Pretendem, através desta via, alterar as “propostas não sustentáveis” de uma comunidade que se sente prejudicada.

Tabela 2. Temas e tópicos abordados nas entrevistas e grupo de discussão

Tema	N ¹	Tópicos ²
1. <i>Relação com o lugar onde residem/ trabalham (relativo ao projecto representacional)</i>	90 (8)	Dificuldades estruturais (despovoamento, desemprego, involução da economia)-45; Qualidade ambiental (boa/ má, declínio da biodiversidade)-13; Avaliação de acessos e infra-estruturas-8; Avaliação da mudança-7; Ligação ao lugar-5; Potencial turístico-4; Insegurança e isolamento-6; Tranquilidade-2
2. <i>Apresentação de si (relativo ao Ego)</i>	14 (4)	Guardião da natureza-12; Ambientalista-2
3. <i>Relação com as leis que regulamentam a conservação da biodiversidade (relativo ao Objecto)</i>	180 (8)	Tópicos negativos: Dificuldades com procedimentos-38; Lei Ilógica/Paradoxal-28; Proibir construção como problema-21; Propor alteração de limites da lei-14; Práticas infractoras-11; Contestar critérios designação dos sítios protegidos-6; Protecção de espécies - aspectos negativos-5; Sobreposição com direitos-3; Falta compensação por perda de rendimento-3;
		Tópicos positivos: Posição avaliativa (a favor)-17; Importância de haver regulação-13; Defender sustentabilidade-13; Protecção de espécies - aspectos positivos-6; Exemplos positivos-2
4. <i>Relação com os intervenientes (comunidade, técnicos, Estado) com quem co-actua na implementação das leis (relativo ao Alter)</i>	57 (4)	[Comunidade sobre técnicos] <i>Práticas de fiscalização rígidas</i> -19; <i>Imagem negativa</i> -9; <i>Interferência da sua actuação na relação Natureza-Cultura</i> -8; Valorização da intervenção (de associações locais)-7; Desconhecimento do trabalho realizado-4; Não actuação em problemas locais-4; <i>Defendem interesses económicos</i> -4; Intervenção apenas pedagógica-2 ³
	36 (3)	[Técnicos sobre comunidade] Perspectiva pedagógica-13; Difícil mudar mentalidades-7; Comunidade sente-se prejudicada-7; Propõe projectos não sustentáveis-5; Participação em reuniões locais-3; Necessário fomentar relação com lugar-1
	53 (7)	[Sobre o Estado] Falta informação-24; Falta envolver nos processos decisoriais-17; Decisão apenas supra-local-12

Notas. ¹ Os valores correspondem ao número total de vezes que os temas foram cotados e os valores entre parêntesis correspondem ao número de entrevistas em que os temas surgiram. ² Dentro de cada tema, os tópicos estão organizados pelo número de vezes que foram cotados, do mais para o menos frequente. A frequência está indicada à frente de cada tópico. ³ Os tópicos em itálico foram convocados também pelos técnicos para ilustrar a imagem que a comunidade tem dos “ambientalistas” (17 (3)).

Finalmente, residentes e técnicos locais são unânimes nas críticas apontadas ao Estado, sugerindo que a postura deste tem dificultado a relação entre o nível societal, das leis, e o nível local, das práticas. Para os entrevistados, as decisões sobre as questões da conservação da biodiversidade têm sido tomadas apenas a níveis supra-locais, “nos gabinetes em Lisboa” ou pela Comissão Europeia. Além disso, há muito pouca informação sobre estas leis e sobre o que se pode ou não fazer em concreto. Consequentemente, gostariam que as comunidades fossem ouvidas e envolvidas nas decisões sobre estas matérias.

As análises apresentadas neste capítulo centrar-se-ão nos dois temas que focam mais directamente a relação com as leis de conservação, os temas 3 (*Relação com as leis que regulamentam a conservação da biodiversidade*) e 4 (*Relação com os intervenientes (comunidade, técnicos, Estado) com quem co-actua na implementação das leis*), pois estes permitem explorar melhor os processos representacionais que nos propusemos examinar. Nos temas seleccionados procurámos identificar casos em que fossem expressas ideias contraditórias ou opostas, com vista a examinar com mais detalhe os formatos discursivos que recorrem à distinção (Billig, 1985) e que caracterizam também a expressão de polifasia cognitiva (Moscovici, 1961/76; Jovchelovitch, 2002, 2004).

Esta análise evidenciou um padrão recorrente de associação entre intervenções avaliativas positivas face à conservação da biodiversidade e a contestação de critérios ou procedimentos previstos na lei. A Tabela 3 ilustra este padrão de co-ocorrência. As colunas “1. Posição face às zonas protegidas - a favor” e “2. Importância da regulação” mostram que uma posição favorável às zonas protegidas e às leis de conservação da biodiversidade emerge em todas as entrevistas e também no grupo de discussão. Esta posição genérica favorável é, como referimos, acompanhada em todas as entrevistas por intervenções que propõem uma leitura da aplicação concreta das leis como difícil de implementar, paradoxal, com critérios que podem ser contestados e alterados (ver colunas 3. a 7.).

Como a tabela também ilustra, estas críticas à aplicação das leis de conservação são utilizadas pelos dois grupos de entrevistados, não sendo exclusivas dos residentes, resultado a que voltaremos durante a análise do detalhe dos processos comunicativos que intervêm na representação que os técnicos propõem da sua relação com estas leis.

Tabela 3. Ilustração da co-ocorrência de posições favoráveis e de desacordo face às novas leis

	1. Posição zonas protegidas - a favor	2. Importância da regulação	3. Dificuldades com os procedimentos	4. Lei ilógica/ paradoxal	5. Proibir construção é problema	6. Propor alterar limites da lei	7. Contestação de critérios designação
Entr.1-P1	X	-	X	X	X	X	X
Entr.2-P2	X	X	X	X	X	X	-
Entr.3-PJF1	X	X	X	X	X	X	X
Entr.4-PJF2	X	X	X	X	X	-	X
Entr.5-T3	X	X	X	-	-	-	X
Entr.6-T4	-	X	X	-	X	-	-
Entr.7-T5	-	X	X	X	X	X	-
GDisc.	X	-	X	X	X	X	X

Nota: ‘X’ indica a presença do tópico na entrevista e ‘-’ indica a sua ausência.

Após esta análise temática dos conteúdos das entrevistas, procedemos à identificação de elementos discursivos que fossem representativos do que Marková (2008) propõe como “*convencionalização*” (afirmação de acordo genérico com uma norma) e “*tematização*” (discurso problematizante com recurso a um *thema*). É a análise detalhada destes elementos e a identificação dos *thema* usados que apresentamos em seguida.

Os excertos que irão ser comentados nas próximas páginas foram, portanto, seleccionados de modo a ilustrar:

- (1) O modo como os dois grupos de interlocutores que participaram neste estudo – os residentes com interesses investidos e os técnicos de projectos locais de conservação da biodiversidade – re-presentam as suas relações com as leis e com os interlocutores com quem co-actua;
- (2) A presença e uso dos formatos discursivos “convencionalização” e “tematização” e o recurso a diferentes *thema* – mas que remetem todos eles para a relação com as leis (Objecto) e com os outros intervenientes (Alter);
- (3) Como a mobilização dos *themata* dependerá da relação dialógica que está activada – ou seja, como dependerá do Outro com quem o participante dialoga, e/ou a quem dirige o seu argumento.

3. Análises do material textual

Vamos primeiro apresentar um conjunto de oito excertos que exemplificam a forma como os membros da comunidade local se posicionam face às leis de conservação da biodiversidade que regulam a Rede Natura 2000. Pretende-se ilustrar como os processos representacionais que se desenrolam são marcados pela tensão entre a aceitação e resistência a estas propostas de mudança social e examinar as dinâmicas inter-subjectivas que caracterizam as relações dialógicas com o Outro a quem se dirige o argumento apresentado. Concretamente, apresentaremos primeiro seis exemplos de intervenções que tem como interlocutor o Estado e em seguida duas intervenções que têm como interlocutor os técnicos “ambientalistas”.

A perspectiva da comunidade face às leis

3.1 A norma global vs. o caso particular

Os dois primeiros excertos exemplificam a forma como a comunidade (Ego) se dirige ao Estado (Alter) a propósito das leis (Objecto); eles ilustram como a comunidade simultaneamente confere apoio genérico à protecção da biodiversidade e preconiza a proposta de um melhor ajustamento das normas globais às práticas locais.

Excerto 1

Eh pá, eu acho que isso ‘tá muito bom, que isso é correcto, as áreas protegidas, mas devia de ser protegidas como devem ser protegidas e não dificultando a vida às pessoas que habitam nessas áreas. (proprietário e agricultor, Entr.1-P1)

No excerto 1, um proprietário começa por apresentar a sua posição face às leis de conservação considerando que é “bom” e “correcto” haver áreas protegidas. Esta afirmação de uma posição genérica enquadra-se no formato discursivo que Marková (2008) designa de *convencionar*, em que não há elaboração ou aprofundamento da posição em torno da avaliação que é feita. Por apresentar uma posição genérica como um conhecimento tácito, uma ‘verdade’ socialmente aceite, esta construção discursiva possibilita o afastamento deste assunto da categoria ‘tópicos a debater’ (Marková, 2008).

A esta primeira afirmação genérica segue-se uma contraposição, introduzida pela conjunção “mas”, a qual separa o apoio às leis de uma asserção que introduz o *themata* a partir do qual a aplicação da norma deve ser debatida. Ao propor que estas leis “dificultam a vida às pessoas”, este proprietário inicia a *tematização* (Marková, 2008) das novas leis através do *themata* rigidez vs. flexibilidade na aplicação das leis. A construção do posicionamento face às leis resulta, portanto, da conjugação entre estas duas afirmações, evidenciando que o interlocutor detém meta-conhecimento sobre a força normativa de apoiar a conservação da natureza (Elcherot et al., 2011) e sobre a importância de apresentar uma posição favorável face a esta norma, evitando uma posição de resistência anti-normativa flagrante. A resistência à norma é, assim, feita de forma subtil, garantindo em primeiro lugar que a norma geral é apoiada, antes de introduzir o debate sobre ela.

Um segundo exemplo desta estrutura argumentativa está patente na intervenção de um Presidente de Junta de Freguesia que participou no grupo de discussão focalizada.

Excerto 2

É preciso medir as coisas. Por exemplo, eu realmente concordo. E acho que, por exemplo, na questão dos morcegos ou da lontra ou do lince ou seja o que for, muito bem, se eles existem ou existiram, acho que devem ser conservados. Agora, eu não posso aceitar que dois morcegos, um casal de morcegos, impeça durante dois anos a construção de um investimento que já foi alterado por parte do investidor para seguir normas ambientais, para ir ao encontro delas. (autarca, GDisc.-PJF3)

Uma vez mais, é apresentada uma posição genérica de acordo com as leis de conservação da biodiversidade, neste caso reforçada através da especificação de que algumas espécies locais consideradas ameaçadas “devem ser conservadas”. No entanto, e tal como no excerto anterior, parece ser suficiente para este participante apresentar o seu acordo com a importância de proteger a natureza através de uma afirmação genérica (Marková, 2008). O apoio à conservação das espécies é algo com que “realmente” se está de acordo e que “deve ser” feito, ou seja, que enquanto princípio não é necessário debater e que enquanto posição pessoal não precisa de ser justificada ou qualificada. Aqui apenas se repete o que é já consensual, e esta ausência de tensão argumentativa (Marková, 2008) denuncia uma convenção social e um meta-conhecimento sobre a relevância social que a norma adquiriu (Elcherot et al., 2011).

A segunda parte da intervenção completa o formato ‘sim, mas’ (Castro, 2006) já identificado no excerto anterior, que permite concordar com a norma geral (convencionar) e em seguida introduzir o debate sobre a aplicação das leis (*tematizar*) (Marková, 2008). Logo no início da intervenção, um ‘É preciso medir as coisas’ indica que vai ser utilizada uma estrutura retórica com recurso à particularização (Billig, 1985). Esta particularização (Eu realmente concordo com a norma geral, mas neste caso não posso aceitá-la) propõe que, embora seja possível concordar com a protecção de espécies enquanto princípio universal, quando se trata do caso concreto e particular de aplicação da norma naquele contexto, a quantidade específica de exemplares da espécie protegida torna-se um critério plausível para reformular os limites da lei (Castro e Mouro, 2011). Esta construção retórica (“dois morcegos, um casal”) ancora no princípio da quantidade para propor uma rectificação dos parâmetros de decisão, implicitamente propondo que é necessário definir o número de exemplares a partir do qual é justificável proteger uma espécie, em detrimento de outros investimentos. A sua proposta seria, portanto, a de tornar a lei e a sua aplicação mais *flexíveis* quando se trata de decisões sobre a construção de empreendimentos turísticos em áreas Natura 2000.

Esta intervenção mostra, assim como a primeira, a utilização do *themata* rigidez vs. flexibilidade para debater a aplicação das leis de conservação e salientar a dificuldade da norma global em adaptar-se ao caso particular. A análise do próximo excerto focar-se-á em ilustrar como os processos aqui examinados, *convencionar* e *tematizar*, emergem no encontro entre diferentes perspectivas dentro da comunidade.

3.2 *Convencionar e tematizar* no encontro com o Outro

O próximo excerto, retirado também do grupo de discussão focalizada, exemplifica como é mantida a tensão em torno da defesa da norma durante um debate em que estão a ser expressos posicionamentos divergentes face às leis de conservação. Este excerto antecede no tempo o anterior (Excerto 2) e é relevante para compreendermos como o diálogo com o Outro vai determinar a forma como os posicionamentos vão sendo co-construídos ao longo do debate.

Excerto 3a - diálogo entre autarca (PJF3) e proprietário (P3)

PJF3: Eu tenho um exemplo curioso (...) Nós fizemos aqui uma sessão de esclarecimento à população do que é que iria ali acontecer. [sobre um novo empreendimento] (...) e eu recorde-me particularmente de um professor da

Universidade do Algarve, da área ambiental (...) dizer “Vocês não podem fazer isso aí porque existe uma comunidade de lontras que tem que ser conservada”. Vejo 200 pessoas a olharem umas para as outras, que sempre viveram aqui a vida inteira e perguntaram: “Mas o que é isso da lontra?” Quer dizer, toda a gente fala de uma lontra que vive na [área protegida] e que ninguém viu. Eu não estou a dizer que não exista uma lontra ou outra.

P3: É como o lince.

PJF3: É como o lince. Andamos sempre nestas coisas

P3: Mas eu acho que deve-se conservar.

PJF3: Exactamente. Não. Sim, sim.

O primeiro interveniente (PJF3) prepara-se para apresentar um exemplo “curioso” com que pretende ilustrar a rigidez dos ambientalistas e contestar os critérios inflexíveis de aplicação das leis de conservação. Segundo este autarca, anuncia-se que é preciso proteger “as lontras”, mas na verdade pretendia-se proteger “um ou outro” exemplar de uma espécie que quem ali habita nunca viu. O segundo participante, um proprietário (P3), parece, num primeiro momento, apoiar a posição do autarca, introduzindo um exemplo de outra espécie a que são associados os mesmos constrangimentos (“é como o lince”). O autarca baseia-se nesta concordância para então reforçar a ideia de que estas comunidades estão muito condicionadas por esta rigidez nas leis e na sua aplicação (“andamos sempre nestas coisas”). Mas em seguida, o proprietário (P3) recorda a norma geral de apoio às questões ambientais (“mas eu acho que se deve conservar”), tornando salientes os limites normativos do debate. E o autarca (PJF3), confrontado com a apresentação da norma, procura reformular a sua resposta (“Exactamente. Não”, ou seja, *eu não estava a dizer que não se deve conservar*) e afirma também o seu acordo com a norma (“sim, sim”, *deve-se conservar*).

A análise deste excerto e dos excertos anteriores evidencia, portanto, que uma afirmação genérica de acordo com a norma parece ser suficiente para permitir aos participantes introduzir argumentos que criticam a aplicação da lei no contexto concreto. É o que acontece também na continuação deste diálogo.

Excerto 3b - diálogo entre autarca (PJF3) e dois proprietários (P3 e P5)

P3: Mas os investimentos não são contra a conservação.

PJF3: Não, não! Aliás, este próprio projecto teve tantas alterações (...) Havia muita coisa que estava mal e que foi alterada. (...) Aquilo já o campo de golfe já nem parece

um campo de golfe. Mas tudo bem, mas eles querem fazer na mesma. Agora foi por causa de dois morcegos. (...)

P3: E os morcegos foram lá cair... Pronto! Está tudo tramado!

P5: Nós temos uma colónia de morcegos de uma espécie classificada e que está em extinção.

PJF3: Exactamente. Pronto.

P5: Eu sou um bocado também pelo ambiente

PJF3: Sim, sim!

P5: sou sócio da [Associação local de defesa do ambiente], e penso que

PJF3: Não era

P5: essas associações têm um papel preponderante

C1: Têm.

PJF3: Sem dúvida, sem dúvida.

P5: muito interessante, porque se nos vamos deixar também só guiar pelos interesses

PJF3: Não, não pode ser, não pode ser.

P5: pela liberalização também não chegamos lá. Tem que haver alguém...

P3: Tem de haver o meio-termo.

P5: É isso.

Como a segunda parte do diálogo ilustra, o proprietário (P3) abre novamente o espaço argumentativo – “os investimentos não são contra a conservação” – permitindo que o autarca reintroduza o exemplo que pretendia apresentar para ilustrar a *rigidez* na aplicação das leis. Apesar de já ter sido corrigido “o que estava mal” no empreendimento turístico proposto, a sua implementação continuaria a ser dificultada e desta vez “por causa de dois morcegos”. P3 afirma novamente o seu acordo com o argumento apresentado (“está tudo tramado”) e um terceiro participante, também proprietário (P5), mas que desenvolve actividades de observação da natureza (ver Tabela 1), entra no diálogo para reintroduzir uma vez mais a norma de apoio à conservação da biodiversidade, recordando assim os limites da contestação face a estas leis. Perante esta reiteração da norma, o autarca (PJF3) volta a reafirmar que não está em desacordo com ela e que é importante considerar também as preocupações ambientais (“sem dúvida, sem dúvida”).

Torna-se agora mais claro que os participantes recorrem ao formato argumentativo “sim, mas” identificado nos excertos anteriores porque se torna necessário afirmar primeiro uma posição, ainda que genérica, de acordo com a conservação da biodiversidade, antes de

avancar com uma proposta de debate sobre os limites e problemas da lei. Este formato retórico resulta claramente do debate e negociação com o Outro (indivíduo, grupo ou norma institucional/cultural) que ocorre na construção e re-afirmação dos significados e posições sociais (Jovchelovitch, 2007; Marková, 2008). A análise detalhada destas intervenções ilustra ainda como o meta-conhecimento da norma (Elcherot et al., 2011) constitui uma importante ferramenta no debate social e suscita processos dissociativos que permitem “usar” as histórias locais para defender uma construção particular da realidade e “mencionar” a norma apenas para lhe resistir (Howarth, 2006). Este tipo de análise, sobre os formatos comunicativos usados na recepção da inovação em contextos específicos, contribui ainda para aumentar o conhecimento sobre os processos de re-presentar, um enfoque analítico que tem recebido pouca atenção por parte dos investigadores desta área de pesquisa (Billig, 2008, p. 366, ver também Bauer e Gaskell, 2008).

Em suma, estas análises mostram que, por um lado, parece haver uma sustentação da legitimidade das leis de conservação da biodiversidade, veiculada através da apresentação de uma posição favorável face às áreas protegidas e à protecção de espécies ameaçadas. Por outro, o formato discursivo “sim, mas” patente nos excertos analisados sugere que esta posição genérica é usada como uma forma de amenizar críticas à resistência que em seguida se expressa face a estas leis. Ao convencionar em primeiro lugar a norma geral abre-se, então, espaço para manifestar resistência centrando o debate nas especificações que tornam esta norma pouco operativa.

3.3 A norma global vs. a perspectiva local

Até aqui ilustrámos uma das formas de *tematizar*, de colocar em debate as leis de conservação na biodiversidade, tendo por base o par flexibilidade vs. rigidez na sua aplicação. No conjunto de excertos que se segue, continuamos a analisar como são representadas estas leis na perspectiva da comunidade local (Ego), e tendo como interlocutor o Estado (Alter), procurando mostrar uma segunda forma de *tematizar* estas propostas legais, organizada em torno do *themata* inclusão vs. exclusão. Mais concretamente, como os próximos três excertos ilustram, é *thematizada* a integração do conhecimento local na criação e implementação destas leis.

Excerto 4

E embora estes planos tenham uma ideia muito boa, depois se calhar quem está no escritório no Terreiro do Paço a desenhá-los e a escrevê-los não conhece, ou se calhar devia conhecer melhor a realidade, mas não conhece a realidade das coisas. (...) Portanto, eu acho que esta questão da defesa ecológica, acho que tem que ser feita com as pessoas que vivem na serra. (autarca, GDisc.-PJF3)

Excerto 5

E as necessidades das pessoas? Eles vieram cá ao terreno ver o que é que se passava cá? Não vieram! (...) Quando as pessoas souberam, chegou um plano, o Plano Natura 2000. (autarca, Entr.3-PJF1)

Excerto 6

Pois, eu acho bem, eu acho bem, mas depois gostaria de saber que protecção é essa, até que pontos, onde é que as pessoas podem intervir, onde é que não podem, lá está, acho que essas coisas devem ser sempre pensadas com a população. (proprietária, Entr.2-P2)

Nestes excertos é afirmado que as leis que regulam a Rede Natura excluem a realidade e o conhecimento local. Estes participantes propõem que não houve uma preocupação institucional em identificar e, conseqüentemente, responder às necessidades locais. As decisões são tomadas “no escritório” por quem “não conhece a realidade das coisas” (excerto 4), nem “as necessidades das pessoas” (excerto 5). Os regulamentos são apresentados como resultando apenas da utilização de critérios técnico-científicos desligados do contexto em que são aplicados, e, embora houvesse a possibilidade de a realidade local ser conhecida, não houve um investimento nesse sentido. É criticada a posição do Estado de não ouvir e não envolver aqueles que são afectados por estes regulamentos, isto é, de não incluir os actores locais em processos participativos e deliberativos. Encontramos em várias das entrevistas efectuadas este apelo a um envolvimento, a uma relação mais estreita entre o Estado e as comunidades locais, em que a conservação da biodiversidade é representada como algo que “tem que ser feito com as pessoas” (excerto 4), que “deve ser pensado com a população” (excerto 6).

Estes membros da comunidade local organizam, portanto, o seu discurso de modo a tornar saliente que a expectativa de que os processos de deliberação fossem participados ou,

pelo menos, respondessem a um contexto específico, não está a ser satisfeita, introduzindo o debate através do *themata* inclusão vs. exclusão do conhecimento local. Mais uma vez, uma construção discursiva dicotómica, do tipo ‘estou de acordo com a ideia geral, mas...’ (excertos 4 e 6), permite simultaneamente legitimar a lei e *tematizar*, neste caso, o processo deliberativo que levou à sua redacção. Assim, a legitimidade que é conferida às leis de conservação da biodiversidade em geral é recusada às instituições que as definem e implementam em particular.

3.4 A representação dos técnicos pela comunidade

Ilustra-se agora a forma como a representação das relações da comunidade com as leis de conservação está marcada pelas relações com o Outro (Alter) com quem co-actua na implementação destas leis. Quando se trata de descrever os técnicos que se deslocam às comunidades no âmbito de projectos e medidas associadas à conservação da biodiversidade, estes são apresentados como um Outro distante, que implementa as leis de forma rígida e cega às particularidades do caso concreto (excerto 7). Encontramos, portanto, o mesmo *themata* rigidez vs. flexibilidade já identificado, aplicado agora à forma com a lei é traduzida para a prática pelos técnicos que circulam pela comunidade para fiscalizar a aplicação das leis ou para implementar acções de conservação.

Excerto 7

Se uma pessoa cortar aí uma árvore qualquer eles chateiam, um azinheiro, uma coisa qualquer, eles multam, ameaçam, pois não se deve cortar (...) eu acho que ninguém, não há agricultor nenhum aqui dentro da serra que vai cortar um sobreiro se ele ‘tiver verde, não é?’ Isso é também, um pouco um falho que eles têm, ‘tarem a dificultar a vida a quem quiser cortar. (...) Há dias cortei um que se partiu, (...) que só tinha uma parte verde (...) Se eles me vissem ainda me dificultavam, chateavam. (proprietário e agricultor, Entr.1-P1)

No excerto 7, um proprietário retrata os técnicos que fiscalizam a aplicação de medidas agro-ambientais como muito rígidos na aplicação da lei. Embora não seja permitido abater sobreiros excepto quando estão totalmente secos, os proprietários abatem algumas vezes sobreiros à revelia do que está regulamentado, por considerarem difícil obter autorização para abater uma árvore que, embora esteja seca na generalidade, tenha ainda

alguma ‘parte verde’. O argumento para justificar que seja o proprietário ou agricultor a decidir sobre esta matéria ancora na representação do agricultor como alguém que, obviamente, gosta da natureza e que será o primeiro a preocupar-se com ela. Esta afirmação do papel de “guardião da natureza” tem sido, precisamente, associada às reformas da Política Agrícola Comum, que com a introdução das medidas agro-ambientais e de redução da produção fez transitar o papel do rural de “produtor” para “protector” (Figueiredo, 2008). Aqui, assistimos à forma como esta posição identitária é utilizada para acentuar a distância entre Nós, os gricultores, e Eles, os técnicos que fiscalizam as práticas agro-ambientais. Estes últimos são representados como um Outro inflexível e pouco sensível às preocupações locais.

Um segundo exemplo de acentuação da diferença Nós-Eles (Castro e Batel, 2008) é ilustrado com o excerto 8.

Excerto 8

(...) só que eles [os do ambiente] na fazem nada por isto, pois a Serra do Caldeirão, que é uma zona protegida deixaram implantar uma lixeira ali na Cortelha, no coração da Serra do Caldeirão (...) porque eles começaram por dizer que isto era uma zona protegida, com boas águas, bom ar, bom tudo, clima bom. E eu tive que dizer “onde é que vocês ‘tavam quando deixaram implantar uma lixeira, um aterro sanitário no coração da Serra do Caldeirão?’” (proprietário e agricultor, Entr.1-P1)

Neste excerto o mesmo proprietário conta um episódio que ocorreu quando alguns técnicos de uma associação ambientalista local visitaram a sua localidade. Em conversa no café local com estes técnicos, que exaltavam as qualidades ambientais do lugar, o proprietário mostra a sua indignação por não ter havido intervenção por parte dos “do ambiente” numa questão considerada do seu foro de actuação – a poluição. Desta forma, o proprietário afasta o diálogo da conservação da natureza – que não é posta em perigo pela comunidade local – para propor que a conversa se centre sobre o ambiente (Castro, 2002a) e sobre os perigos que determinado tipo de poluição traz para a comunidade. “Os do ambiente” são, assim, representados como aqueles que se preocupam demais com o corte dos sobreiros, mas deixaram “implantar uma lixeira” numa zona protegida. Ou seja, os ‘ambientalistas’ são apresentados como um Outro desinteressado dos problemas que preocupam a comunidade e interessado apenas em aplicar leis, cegamente, de forma rígida. A construção social da imagem dos técnicos “do ambiente” por parte da comunidade local surge, assim, ancorada nas ideias de que estes interferem na relação (secular) dos proprietários e da comunidade com a

natureza, através de práticas de fiscalização rígidas, e não actuam nos problemas locais e se limitam a uma intervenção cega ao contexto local.

No seu conjunto, os exemplos que apresentámos de recurso à *convencionalização* e *tematização* por parte da comunidade local ilustram também a expressão de polifasia cognitiva, presente na constante tensão entre as propostas legais e o conhecimento local. A análise de como as novas leis são apropriadas pelo senso comum neste contexto específico permite mostrar que as comunidades locais questionam não as leis, mas as premissas que fazem com que estas leis estejam assentes apenas em conhecimento técnico e científico. Há, portanto, um uso da contradição entre tipos distintos de racionalidades, a do conhecimento institucionalizado – imperativos legais que resultam de conhecimento científico e decisões políticas supra-locais – e a do conhecimento local – um conhecimento situado e enraizado na cultura e normas locais –, para definir posições situadas (Jovchelovitch, 2004).

Esta construção polifásica do acto comunicativo, em que diferentes tipos de racionalidades são mobilizadas para o discurso, foi já ilustrada para o encontro entre o saber científico e o saber local/tradicional, em contextos ligados à saúde (Gervais e Jovchelovitch, 1998; Moscovici, 1961/76; Wagner et al., 1999), mas ainda não tinha sido examinada considerando especificamente a esfera legal como fonte de inovação. A análise aqui apresentada mostra que um dos formatos que a polifasia cognitiva assume é o de tornar consensual o conhecimento institucionalizado – com o qual todos concordam, não o questionando directamente e retirando-lhe valor diferenciador ou identitário (Billig, 1997; Castro, 2003; Castro e Lima, 2001; Vala et al., 1998) – ao mesmo tempo que, através da exploração de diversos *thema*, propõe de forma mais elaborada o reconhecimento do conhecimento local na esfera pública (Jovchelovitch, 2008).

O confronto entre estes dois tipos de conhecimento está associado também a clivagens entre ideias e práticas que são aparentemente contraditórias (Gervais e Jovchelovitch, 1998; Wagner et al., 1999) e que surgem aqui conciliadas, como a defesa quer das áreas protegidas (excerto 1), quer do corte de sobreiros (excerto 7) pelo mesmo interlocutor. A polifasia surge, então, como um mecanismo que harmoniza estas fontes de tensão e ambiguidade entre o nível societal e o nível local (Renedo e Jovchelovitch, 2007), ilustrando a criatividade do senso comum na forma como lida com os problemas do quotidiano.

A compreensão das dinâmicas representacionais implica, no entanto, olhar também para a forma como diferentes grupos representam os objectos sociais (Bauer e Gaskell, 2008) e para a forma como estas representações respondem umas às outras (Morant e Edwards,

2011). Assim, iremos em seguida focar os processos representacionais sobre as novas leis da conservação da biodiversidade do ponto de vista dos técnicos locais, um grupo intermédio entre o nível societal e o nível local que ajuda a traduzir as novas leis para práticas locais concretas (Morant, 2006). Embora a análise do papel deste tipo de mediador seja fundamental para compreender a forma como a mudança decorre (Castro e Batel, 2008), as suas representações receberam ainda pouca atenção por parte da pesquisa (Morant, 2006).

A perspectiva dos técnicos locais

Como já foi referido, foram também entrevistados alguns técnicos que trabalhavam em associações locais com intervenção na área ambiental, com o intuito de ilustrar os processos socio-psicológicos que moldam as relações entre técnicos e comunidade na recepção das novas leis de conservação da biodiversidade. Conhecer, interpretar e traduzir para práticas quotidianas as leis e regulamentos em vigor constitui uma das componentes do trabalho destes técnicos. Uma vez que a tradução dos princípios legais, muitas vezes abstractos, se insere no seu contexto de trabalho, vamos considerar nesta análise que estes processos de construção social do significado das leis são também processos de construção de uma identidade profissional (Aveling, 2011; Morant e Edwards, 2011; Renedo e Jovchelovitch, 2007).

Os extractos anteriores mostraram que a imagem que a comunidade partilha dos profissionais conotados com o “ambientalismo” é marcada por críticas à sua rigidez e insensibilidade ao contexto. Espera-se, por isso, que a construção e apresentação do seu papel profissional e dos objectivos do seu trabalho nestas entrevistas seja orientada, por parte destes técnicos, para responder também a estes aspectos da sua representação na comunidade (Billig, 1991; Morant e Edwards, 2011). Os excertos seguintes ilustram, efectivamente, uma tensão dialógica entre a necessidade de manter na agenda a defesa da conservação da biodiversidade e de (re-)construir uma imagem profissional positiva junto da comunidade, mostrando-se atentos e sensíveis às especificidades do contexto onde estão inseridos.

3.5 Novamente a rigidez das leis – e ainda a oposição direitos vs. deveres

O primeiro excerto indica que, à semelhança do que foi observado para a comunidade local, o apoio dos técnicos à designação de sítios Natura 2000 é expresso através de afirmações genéricas de concordância. E que, tal como vimos para a comunidade, são

avancados *thema* que propõe debater a aplicação das novas leis. No excerto 9, os argumentos que sustentam uma proposta de revisão das leis abordam, *thematizando*, o par flexibilidade vs. rigidez na sua aplicação, mas também o par direitos vs. deveres.

Excerto 9

Eu acho que é importante estes sítios, é importante classificar determinados sítios para preservar, para proteger, mas não podemos afastar o Homem do espaço, sobretudo quando esse homem é o proprietário. (...) porque as regras são tão limitativas que é um exagero, (...) na serra os regulamentos são utilizados, a um grau extremo, portanto extremo de mais, que levam as pessoas quase a não poderem quase construir uma casa. (técnica de associação de desenvolvimento local, Entr.5-T3)

Esta profissional apresenta uma posição genérica a favor da classificação de áreas protegidas para, logo em seguida, fazer saber que condiciona essa aprovação à manutenção de direitos de propriedade. Concretamente, a intervenção distancia quem está a falar da posição do Estado (Alter), que segundo esta técnica sobrepõe o dever de proteger a natureza ao direito de propriedade individual. E para reforçar esta argumentação, é invocada uma identidade colectiva, um ‘nós’ abrangente, que deve ser sensível ao desequilíbrio na relação Natureza-Cultura que a nova legislação favorece (“não podemos afastar o Homem”). Esta intervenção pretende tornar saliente como “o exagero, o grau extremo” com que estas leis são aplicadas, um *themata* utilizado também pela comunidade, interfere com direitos básicos e fundamentais dos que ali vivem, como o de “poderem construir uma casa”.

Verifica-se, assim, que os técnicos locais integram no seu discurso elementos retóricos similares aqueles que as comunidades locais usam, criticando a rigidez na aplicação das leis (“os regulamentos são utilizados a um grau extremo de mais”) e sugerindo que estas podem ser “utilizadas” de forma mais flexível, respondendo às especificidades do contexto. Além disso, estes profissionais propõem ler as consequências desta rigidez como interferindo naquilo que são os direitos da comunidade, como o direito de propriedade. Nos dois excertos seguintes a *tematização* ancora ainda em outro direito suprimido na relação do Estado com as comunidades, e que também reflecte parcialmente uma das críticas da comunidade, o direito à informação sobre as questões ambientais.

Excerto 10

Quando se fala da Rede Natura, a política de ambiente é muito restritiva, e não tem, é restritiva pura e dura. Portanto, não há da parte do ambiente uma política informativa, pedagógica pronto isso também é uma coisa, que é um bocado o nosso trabalho e fazemos dele o nosso trabalho, é ter uma pedagogia face às pessoas. (técnico de associação de desenvolvimento local, Entr.7-T5)

Excerto 11

Nós temos é que perceber o que é que é bom, o que é que é mau e falar com essas pessoas, não é só classificar ‘esta área é importante’ (...) E se as pessoas não sabem, não têm informação, não têm conhecimentos sobre isso, tem que haver um trabalho de sensibilização, um trabalho de informação, para que as pessoas possam perceber melhor, porque senão elas vão estar contra todas as intervenções ambientais que se façam. (técnica de associação de desenvolvimento local, Entr.5-T3)

Segundo estes técnicos, há por parte da “política de ambiente” uma posição de afastamento face às comunidades locais que promove a desconfiança e a rejeição face a qualquer intervenção de protecção do ambiente. É preciso que haja “uma política informativa” (excerto 10) e não apenas “classificar ‘esta área é importante’” (excerto 11). Considera-se, assim, que um dos deveres do Estado é o de informar sobre as novas leis, de “sensibilizar” para os objectivos das novas políticas. Consequentemente, está a ser proposto que um dos direitos das comunidades locais é o direito à informação sobre as questões da conservação da biodiversidade que as afectam.

Para colmatar esta lacuna e superar as dificuldades que resultam deste afastamento Estado-comunidades, as associações locais apresentam-se como tendo tomado para si as funções de informar acerca das leis e de ensinar acerca das boas práticas (excerto 10). E o facto de se substituírem ao Estado em algumas funções e de integrarem no seu papel profissional uma função pedagógica em relação à comunidade parece legitimar estes técnicos a reclamarem uma reavaliação dos critérios de designação destas áreas para se “perceber o que é bom e mau” (excerto 11), sem “afastar o Homem” (excerto 9). O uso destes recursos argumentativos pretende abrir espaço para redefinirem a sua imagem profissional e, assim, afastarem-se dos “ambientalistas do Estado” que são criticados localmente.

3.6 A réplica dos técnicos locais às suas representações na comunidade

Para ilustrar melhor como os processos representacionais reflectem as orientações dialógicas, veremos agora com mais detalhe como os técnicos locais conhecem e respondem às representações que a comunidade (Alter) veicula sobre eles. De acordo com os técnicos locais, a categoria “ambientalistas” é utilizada de forma abrangente e indiferenciada pela população local para designar aqueles que contestam determinados usos do solo (“eles dizem que ‘é do ambiente’”). Incluem-se aqui também os técnicos dos Institutos tutelados pelo Ministério da Agricultura, rotulados de ambientalistas por impedirem, por exemplo, a prática comum de limpeza (desmatção) dos terrenos. O excerto seguinte (excerto 12) pretende colocar em destaque precisamente a forma como as práticas e usos tradicionais são desvalorizadas pelos técnicos do Estado que circulam pelas propriedades.

Excerto 12

A maior parte dos agricultores da serra fazem agro-ambientais, subsídios às agro-ambientais, ou outros subsídios pronto e quando vai lá alguém do INGA ou do IFADAP [actual IFAP, sob tutela do Ministério da Agricultura] para fiscalizar eles dizem que ‘é do ambiente’, porquê? Porque eles multam, porque não os deixam limpar, não os deixam ter uma roda, um pneu onde eles suportam as canastras, os cestos para apanhar a alfarroba ou a azeitona ou isso, eles vêm aquilo como lixo, os técnicos do IFADAP ou do INGA vêm aquilo como um lixo e não vêm aquilo como uma reutilização de um resíduo. ¹⁰ (técnica de associação de desenvolvimento local, Entr.5-T3)

O exemplo apresentado por esta técnica é usado para reforçar a crítica ao Estado de que há uma desadequada – demasiado severa, cega aos costumes locais – aplicação da lei e legitimar o desacordo com essa rigidez. Como já ilustrámos, os peritos locais recorrem ao

¹⁰ Refere-se a uma das Boas Práticas Agrícolas associadas às Medidas Agro-Ambientais: “5. Fazer a recolha e concentração dos plásticos, pneus, óleos e materiais plásticos relativos ao processo produtivo.” (<http://www.inga.min-agricultura.pt/ajudas/agroamb/bpaa.html>). As medidas agro-ambientais fazem parte da estratégia europeia agrícola para o desenvolvimento rural desde 1999 (Regulamentos (CE) 1257/99, 1783/2003 e 1782/2003) e voltaram a ser integradas no Programa Quadro 2007-2013 (Regulamento (CE) nº 1698/2005), que prevê a “introdução ou continuação da aplicação de métodos de produção agrícola compatíveis com a protecção e melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.”. Nesse sentido, as medidas agro-ambientais constituem um apoio à manutenção dos sistemas agrícolas e silvícolas que permitam a continuidade dos valores naturais presentes nas zonas Natura 2000. Estas medidas prevêm a compensação por perdas de rentabilidade económica resultantes da prossecução de boas práticas, mas a sua aplicação tem sido inconstante e bastante criticada pelos sectores profissionais abrangidos.

mesmo *themata* utilizado pela comunidade local, integrando no seu repertório a *tematização* da rigidez das leis como forma de abrir espaço para a sua contestação. Ou seja, reflectem em espelho os argumentos da comunidade (como a análise temática já sugeria, ver Tabela 3), o que mostra a sua orientação para construir uma ‘representação situada’ do seu papel profissional, adequada ao contexto local. Estes técnicos afastam-se, assim, dos técnicos do Estado (“eles multam”) para se moverem ao encontro da população local. Para isso, canalizam argumentos que pretendem suscitar a (re)construção de uma imagem mais positiva junto da comunidade. Esta orientação dialógica está bem patente na proposta desta técnica local de legitimar as práticas locais enquanto “reutilização de resíduos” (excerto 12), rejeitando a concepção de acumulação de lixo, sujeita a coima, que os técnicos do Estado adoptam.

Este investimento, por parte dos técnicos locais, na mudança representacional da sua imagem profissional não está destituído de tensão. A afirmação da sua identidade profissional pressupõe também a defesa da conservação da biodiversidade, o que pode incluir a proposta de alteração e proibição de práticas nocivas a esta conservação. Assim, a mudança de práticas através da aplicação das leis de conservação não pode ser completamente rejeitada, mas, como veremos, as intervenções acerca destas leis oscilam novamente entre o apoio à norma e a criação de um vínculo positivo às comunidades locais, para responderem de forma situada ao Alter (comunidade) de que estão próximos.

Excerto 13

É evidente que há coisas que vão ter que ser pensadas melhor, algumas vão ser proibidas é natural, mas há-de haver oportunidades e há-de haver benefícios para essas oportunidades. Claro que, e isto também nós criticamos, é que nada está definido, quer dizer ninguém sabe de nada e sabemos apenas que há uma área que é classificada. (técnico de associação ambientalista, Entr.6-T4)

Os peritos locais defendem, portanto, que é preciso proibir algumas práticas e que é natural que assim seja, aproximando-se deste modo do discurso céptico dos ambientalistas, que defende formas radicais de modificar comportamentos que prejudiquem o ambiente (Castro, 2002a). No entanto, a esta inevitabilidade é logo contraposta a importância de haver formas compensatórias de reduzir as consequências negativas destas limitações para a comunidade. Aproximando-se novamente da posição da comunidade face a estas leis (“isto também nós criticamos”), estes técnicos propõem que as leis sejam tornadas mais concretas e operativas. Transformar as leis abstractas, em que “nada está definido”, em leis concretas e

situadas é a solução proposta para que destas restrições resultem também “oportunidades” e “benefícios” para as comunidades.

No seu conjunto, a análise das re-presentações dos técnicos locais sobre as novas leis de conservação da biodiversidade evidencia as tensões com que este grupo profissional se tem debatido. As rápidas alterações nas políticas de ambiente parecem ter-se reflectido na necessidade de estes profissionais renegociarem o seu papel de modo a gerir as tensões entre as propostas societais e as imagens negativas que o público detém sobre eles. Ao terem de considerar várias agendas, incluindo a do seu grupo profissional e a da comunidade local, e diferentes tipos de conhecimento, confrontam-se com a necessidade de fazer algumas escolhas. Neste caso específico, vemos que o conhecimento institucionalizado, embora presente, tem um papel limitado na forma como estes técnicos se relacionam com as comunidades locais. A necessidade de haver regulação é afirmada, porque enquanto princípio legítima a sua actuação na comunidade, mas é constante a preocupação em reconhecer a importância do conhecimento local e em defender os direitos da comunidade, mesmo que estes estejam em conflito com as propostas legais.

A conservação da biodiversidade “na comunidade” e a afirmação da identidade destes profissionais situam-se, assim, na interface entre os sistemas de conhecimento institucionalizado – as novas leis – e local – o conhecimento prático com que lidam quotidianamente (Morant, 2006). A reconciliação destas fontes de tensão é, como já referimos, característica da polifasia cognitiva. Esta construção polifásica é aqui usada especificamente para resistir à imagem negativa que “os do ambiente” detêm junto da comunidade e para propor a sua reformulação como profissionais atentos aos problemas locais e que valorizam as práticas locais.

A polifasia surge, também nestes sistemas mediadores, para construir uma relação específica destes grupos sociais com o seu contexto de actuação, umas vezes para fomentar a sua integração (como no presente caso), outras vezes para resistir às propostas locais (e.g. Castro e Batel, 2008). Importa, portanto, salientar que as “escolhas” dos sistemas mediadores são particularmente relevantes para a compreensão de como avançam as propostas de mudança social (Aveling, 2011; Castro e Batel, 2008; Castro e Mouro, 2011; Castro et al., 2011; Morant, 2006; Morant e Edwards, 2011). Neste caso concreto – e no momento específico em que o estudo foi efectuado –, os técnicos locais parecem privilegiar as relações

com a comunidade local, junto da qual procuram redefinir a sua imagem.¹¹ Isto pode significar, por um lado, e uma vez que as posições dentro da comunidade expressam, no geral, resistência face à aplicação das novas leis, que as posições dos técnicos constituirão um reforço à desaceleração da mudança. Por outro lado, esta coexistência e dialéctica entre o global e o local pode constituir um movimento no sentido da legitimação dos saberes locais e daí resultarem formas híbridas de representação (Aveling, 2011; Jovchelovitch, 2007) da conservação da biodiversidade que integrem a perspectiva da comunidade com consequências para a esfera legal.

4. Discussão

Para este capítulo tínhamos como objectivo geral caracterizar a forma como a comunidade local de uma zona interior do Algarve e os técnicos que implementam acções de conservação da biodiversidade a nível local se posicionam face às leis de conservação da biodiversidade que regulam a Rede Natura 2000. Isso permitiu-nos ilustrar como a recepção de inovações legais é feita através de processos representacionais complexos, que ancoram em mecanismos retóricos quer de ajustamento, quer de resistência a este tipo de propostas de mudança social.

As análises apresentadas foram guiadas, de forma mais concreta, por três objectivos:

(1) caracterizar as dinâmicas locais de co-construção do conhecimento a partir das perspectivas de leigos e peritos locais. Esta forma de triangulação da análise dos processos

¹¹ Os técnicos locais entrevistados não apenas trabalham em associações locais como também residem nos concelhos abrangidos pela zona Natura 2000 focada neste estudo. Isto significa que, embora nem os residentes nem os técnicos tenham referido esta dimensão da relação, estes técnicos podem ser considerados actores sociais que pertencem parcialmente a dois grupos: são agentes da mudança e membros da comunidade local (Aveling, 2011). Esta “inserção objectiva” na comunidade pode ser um factor que ajuda a compreender a aproximação destes técnicos aos saberes locais e a valorização das suas relações na comunidade.

Não obstante, o efeito da dimensão temporal sobre estas relações não deve ser desvalorizada, uma vez que novas representações podem emergir como resultado da comunicação e interacção quotidianas, orientadas para determinados objectivos. Num estudo com técnicos de uma ONG de âmbito nacional, responsáveis pela implementação de um projecto local, foi possível mostrar que, decorrido um ano de projecto e de contacto com as comunidades locais, as representações dos técnicos se alteraram de modo a reconhecer a importância de algumas práticas locais e a adoptar uma perspectiva menos pedagógica da relação entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento local e mais próxima de uma lógica de parceria com o Outro (Castro et al., 2010; Mouro e Castro, 2006). Tal como no presente estudo, esta hibridização de representações estava associada à renegociação da identidade profissional destes técnicos, o que ilustra o papel fundamental das expectativas acerca do futuro nas mudanças no pensamento e acção (Valsiner, 2003). As representações sociais devem, portanto, ser entendidas enquanto situadas não apenas num contexto espacial, mas também numa dimensão temporal (Bauer e Gaskell, 2008).

representacionais, baseada na descrição e análise das intervenções destes dois grupos de actores locais, é importante para a compreensão da direcção da mudança a nível local;

(2) conhecer os formatos comunicativos através dos quais as propostas societais são colocadas em circulação e negociadas ao nível local, detalhando os recursos retóricos usados pela comunidade local e pelos técnicos locais para representar a sua relação com as leis e com os outros interlocutores com quem co-actua na implementação destas leis;

(3) identificar diferentes *themata* propostos para debate consoante o Outro a quem se dirige a apresentação de argumentos. Para isso, partimos de uma concepção dialógica do processo representacional, que permite examinar como diferentes objectivos relacionais (da relação Ego-Alter) se manifestam nos processos comunicativos e na re-presentação do Objecto.

Em relação ao primeiro objectivo, verificámos que as posições dos residentes e dos técnicos locais são, em muitos aspectos, convergentes, particularmente no que diz respeito à forma como re-presentam as novas leis e as instituições que fiscalizam a sua aplicação. Como discutiremos com mais detalhe, embora todos concordem com a conservação da biodiversidade enquanto princípio geral, os dois grupos propõem também que a sua implementação naquele contexto está condicionada pela difícil tradução das leis para práticas concretas. Esta posição face às leis de conservação da biodiversidade surge, portanto, como consensual entre “leigos” e “peritos” locais. É na representação recíproca – comunidade sobre os técnicos e vice-versa - que encontramos alguns pontos de divergência e tensão, com implicações principalmente para a forma como os técnicos gerem a sua identidade profissional. Voltaremos a este aspecto após a discussão dos processos comunicativos que permitem à comunidade e técnicos contestar a conservação da biodiversidade “em contexto” sem a recusar de forma flagrante enquanto norma social e legal.

Um segundo objectivo para este estudo consistia exactamente em conhecer os formatos comunicativos através dos quais as propostas societais são colocadas em circulação e negociadas ao nível local. Como já referimos, globalmente, os discursos da comunidade e dos técnicos locais afirmam uma preocupação genérica com a conservação da biodiversidade. O acordo com estas leis é reafirmado frequentemente pelos vários participantes, embora de forma vaga e genérica, salientando que este não é um assunto em debate. Esta *convencionalização* (Marková, 2008) da norma de protecção da natureza está associada ao meta-conhecimento sobre as normas sociais (Elcherot et al., 2011), ou seja, mostra como as comunidades locais estão cientes das normas societais sobre estas matérias e recorrem a

formatos comunicativos específicos (que inclui afirmações genéricas e ausência de elaboração da posição tomada) para evitar contestar de modo flagrante estas normas.

Convencionar surge, no entanto, como parte de um processo de resistência subtil às propostas societais, uma vez que o acordo com a conservação da biodiversidade é, neste contexto, uma convenção genérica que pode ser mantida porque não interfere com a abertura de espaços para debate sobre as formas concretas de aplicação das leis. Como procurámos ilustrar, uma afirmação genérica de acordo com a norma parece ser suficiente para permitir aos participantes introduzir argumentos que criticam a aplicação da lei no contexto concreto, um formato retórico que resulta do debate e negociação com o Outro (indivíduo, grupo ou norma institucional/cultural) (Jovchelovitch, 2007; Marková, 2008; ver análise dos Excertos 3a e 3b). A materialização da norma geral nas leis de conservação da biodiversidade que regulam os usos do solo é, ao contrário da norma, um assunto debatido e contestado com recurso a diferentes argumentos, que se apoiam na polarização de *themas* como a flexibilidade vs. rigidez na aplicação das leis, a inclusão vs. exclusão do conhecimento local ou a oposição entre direitos e deveres. A alternância entre os processos de *convencionalização* e *tematização* no debate das novas leis aponta para a utilização estratégica de campos representacionais híbridos, em que ideias anteriormente antagónicas coexistem, como espaços conceptuais onde processos de resistência subtil às leis com elevada força normativa podem emergir (Castro e Mouro, 2011). Estes resultados demonstram a importância de estudar os processos de representar (Bauer e Gaskell, 2008; Billig, 2008), ao invés de estudar apenas as estruturas das representações, uma vez que através da análise destes processos podemos avançar no conhecimento sobre a relação entre normas, ideias e práticas.

Um terceiro objectivo para este estudo consistia em partir de uma concepção dialógica do processo representacional para identificar diferentes *thema* propostos para debate consoante o Outro a quem se dirige a apresentação de argumentos. Assim, parecem ser dois os principais argumentos utilizados pela comunidade local na dissociação da norma quando o interlocutor é o Estado: a rigidez na aplicação das leis e a exclusão da perspectiva local na designação das zonas protegidas. Para estes residentes, com interesses investidos na conservação da biodiversidade, as leis devem ser mais flexíveis, para responder às características do contexto a que são aplicadas, o que pode implicar redefinir os critérios (como a quantidade específica de exemplares de uma espécie protegida) a partir dos quais são aprovados investimentos que, *a priori*, suplantam os seus limites. Além disso, é defendido que as leis que regulam a Rede Natura excluem a realidade e o conhecimento local, uma vez que os critérios técnico-científicos que serviram de base à definição destas zonas protegidas

são apresentados como desligados do contexto local. A comunidade local critica, deste modo, o processo de designação e implementação da Rede Natura e defende que os processos deliberativos sejam abertos à comunidade.

As representações da comunidade sobre os técnicos que fiscalizam a implementação das leis de conservação são marcadas também pela crítica face à falta de sensibilidade ao contexto em que as leis estão a ser aplicadas. O recurso a estes conteúdos e modos de representar sugere que as comunidades procuram distanciar-se de uma representação homogeneizante das populações locais presente nas leis de conservação, invocando para tal características particulares do contexto. Esta perspectiva dialógica coloca também em evidência os processos identitários que enquadram a reconstrução representacional das questões da conservação da biodiversidade. Como exemplificámos, os proprietários contestam a aplicação rígida das novas leis através da valorização do saber local e da afirmação do seu papel de guardiões da natureza. Isso sustenta a importância de examinar e compreender melhor a interacção entre os processos de construção do significado e de posicionamento social, uma proposta que a abordagem das representações sociais têm vindo a fazer nos últimos anos (Campbell e Jovchelovitch, 2000; Castro, 2002a; Castro e Batel, 2008; Marková et al., 2008; Howarth, 2004, 2006; Vala e Castro, 2011).

A importância de considerar a inter-relação entre a construção da identidade e os processos representacionais é particularmente evidente quando são analisados os discursos dos técnicos locais sobre a conservação da biodiversidade e as actuais políticas ambientais. As representações destes grupos profissionais intermédios, que articulam o nível societal e o nível local, reflectem a interface entre as esferas científica, legal e leiga (Castro e Batel, 2008), sendo possível analisar o papel dos processos representacionais na reconciliação destas fontes de tensão e ambiguidade. Como vimos, os ideais da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, mas também da participação pública, foram filtrados para a esfera pública local, o que torna relevante compreender como gerem os técnicos a tensão entre estes ideais e as representações leigas, algo negativas, dos “verdes” e da sua perspectiva ecológica. A análise apresentada mostra a tentativa, por parte destes técnicos, de abrir vias de entendimento com o(s) Outro(s), mais do que a afirmação de posições imutáveis, mesmo que essa tentativa implique ajustamentos contextuais. Ou seja, encontramos aqui “pessoas a representar”, o que nos permite ilustrar a forma como as relações e objectivos relacionais estão imbricados nos processos relacionais que ocorrem num determinado contexto.

Esta análise ganha ainda maior relevo se considerarmos que os processos representacionais destes “peritos em contexto” têm recebido pouca atenção por parte da

literatura. Os estudos que têm examinado este sistema intermédio mostram, no entanto, que os processos representacionais e identitários que aqui ocorrem são determinantes para compreender a mudança social (Aveling, 2011; Castro e Batel, 2008; Morant, 2006; Morant e Edwards, 2011; Renedo e Jovchelovitch, 2007). As suas formas de representar são úteis para compreender de que forma e através de que processos as políticas e as leis se tornam práticas concretas em contextos interaccionais específicos. O seu papel na tradução das leis pode, também, determinar se e com que rapidez estas se transformam em práticas (Castro e Batel, 2008).

Neste estudo vimos como os peritos entrevistados recorrem a formatos discursivos orientados para simultaneamente integrar as preocupações locais sobre os valores naturais e conseguir algum consenso em torno das suas próprias ideias e actuações. As suas intervenções são fortemente orientadas para re-construir a sua imagem profissional junto da comunidade local. Para tal, distanciam-se dos técnicos do Estado que fiscalizam as novas leis e criticam as leis por imporem deveres que interferem com direitos básicos e fundamentais. Além disso, invocam os mesmos argumentos usados pela comunidade local para contestar as novas leis, criticando a sua rigidez e a falta de investimento na informação sobre as novas leis. Estes mediadores entre o nível macro, das políticas e leis ambientais, e o nível micro, dos comportamentos ecológicos na comunidade, encontraram nos discursos globais sobre o desenvolvimento sustentável um enquadramento conceptual através do qual se tornou possível reinterpretar os valores ambientais reconciliando-os com o desenvolvimento económico. Esta ‘realidade consensual’ (Rose et al., 1995) é um recurso para a sua relação com a comunidade, é um ponto de partida comum que pode ser utilizado para interagir com os outros elementos da comunidade onde estão inseridos.

Além disso, este estudo torna também saliente que, apesar de o conhecimento local estar a começar a ser reconhecido e legitimado por estes peritos, há uma clivagem entre as concepções de mudança social e de envolvimento dos actores locais veiculadas nos discursos de peritos e comunidade. Os mecanismos de participação sugeridos pelos peritos locais assentam num modelo pedagógico de relação entre as partes (Lima, 2004) que não encontra correspondência no modelo de envolvimento e participação (Jovchelovitch, 2007, 2008) ambicionado pela comunidade. Esta discrepância reflecte e é ilustrativa das dimensões das relações de poder em contexto que estão ainda por articular (Campbell e Jovchelovitch, 2000). Parece-nos evidente que as características das representações sociais dos profissionais aqui examinados, orientadas por uma estratégia de aproximação à comunidade que questiona a rigidez das novas leis e por uma concepção pedagógica da relação com as comunidades, têm

como consequência a desaceleração dos processos de mudança social propostos pelas novas leis de conservação.

A análise efectuada ao uso dos formatos comunicativos *convencionalização* e *tematização* sugere também uma constante tensão entre tipos distintos de racionalidades, apontando para a expressão de polifasia cognitiva. Quer a comunidade quer os técnicos locais fazem uso da contradição entre diferentes conhecimentos, o conhecimento institucionalizado e o conhecimento local, para definir posições situadas (Jovchelovitch, 2004), embora com objectivos relacionais diferentes.

A polifasia cognitiva é útil, neste contexto, para distinguir entre diferentes tipos de conhecimento e propor o reconhecimento do saber local. Em primeiro lugar, permite tornar consensual o conhecimento institucionalizado; este passa a ser um conhecimento com o qual todos concordam e que, portanto, perde o seu valor diferenciador ou identitário (Billig, 1997; Castro, 2003; Castro e Lima, 2001; Vala et al., 1998). Todos somos, afinal, “ambientalistas”, o que significa que as questões a debater são de outro âmbito. O saber institucionalizado é, neste processo, destituído de valor pragmático, uma vez que não serve nem para definir práticas concretas nem para construir identidades específicas. Essa função é reservada, antes, ao conhecimento local. Para defender a legitimidade e o reconhecimento do conhecimento local na esfera pública, são feitas associações com conteúdos identitários que situam e contextualizam este saber. A mais-valia do conhecimento local é, assim, a sua especificidade, por oposição às características generalistas do conhecimento institucionalizado. Esta distinção entre uma dimensão normativa e uma dimensão funcional ou pragmática (Moloney e Walker, 2002) permite também que ideias e práticas que são aparentemente contraditórias sejam conciliadas no discurso, o que faz da polifasia cognitiva um mecanismo que harmoniza fontes de tensão e ambiguidade entre o nível societal e o nível local. As consequências desta harmonização para a mudança social podem ser variadas, mas neste contexto parece evidente que elas resultam na desaceleração da mudança.

Os técnicos locais, na posição de mediadores entre o nível societal e local, também recorrem à polifasia cognitiva e fazem-no para construir uma relação positiva com a comunidade onde estão inseridos. A polifasia é aqui usada especificamente para resistir à imagem negativa que “os do ambiente” detêm junto da comunidade e para propor a sua reformulação como profissionais atentos aos problemas locais e que valorizam as práticas locais. Para isso, e à semelhança da comunidade, diferenciam os dois tipos de conhecimento, o institucionalizado e o local, distinguindo uma vez mais entre o que é normativo e o que é funcional. O saber local é, assim, valorizado pela sua componente pragmática, embora a

triangulação entre as diferentes representações demonstre que isto é feito tendo em perspectiva a reconstrução da identidade profissional dos técnicos locais. Neste contexto, as posições dos técnicos podem ser entendidas como um reforço à desaceleração da mudança proposta pela comunidade. Não é de rejeitar, no entanto, a hipótese de que esta abertura à articulação entre o global e o local neste sistema mediador possa contribuir para a legitimação dos saberes locais e o surgimento de formas híbridas de representação (Aveling, 2011; Jovchelovitch, 2007) da conservação da biodiversidade na esfera legal que integrem a perspectiva da comunidade.

No global, este estudo contribui para avançar na compreensão dos processos sócio-psicológicos que moldam as relações entre as leis e as práticas de conservação e para ilustrar formas de resistência subtil às novas leis que são actuadas ao nível local. No próximo capítulo apresentamos um segundo estudo que procura responder a algumas das questões aqui levantadas integrando os contributos da psicologia social do ambiente revistos no Capítulo 2. Assim, no próximo estudo pretende-se:

- (1) examinar se o padrão encontrado neste estudo - acordo com a norma geral e debate das condições concretas de aplicação das novas leis - se mantém quando é inquirida uma amostra representativa das comunidades locais; iremos recorrer ao inquérito como metodologia de recolha de dados;
- (2) verificar se este padrão se diferencia consoante as posições sociais e os factores contextuais que diferenciam os grupos que compõem a comunidade, contribuindo assim para uma concepção menos homogénea das populações locais;
- (3) clarificar o papel dos processos identitários na aceitação ou resistência a estas propostas de mudança social.

Este segundo estudo será, portanto, orientado para conhecer melhor a forma como variáveis de diferentes níveis de análise, o individual, o comunitário e o societal, interagem e moldam a aceitação dos comportamentos ecológicos na esfera pública.

Capítulo V

Dinâmicas identitárias em contexto – a articulação entre níveis de análise (Estudo 2)

1. Introdução¹²

No presente estudo, retomamos os contributos da psicologia social do ambiente (Capítulo 2) para prosseguir dois objectivos específicos. O primeiro objectivo consiste em caracterizar como as comunidades locais respondem às pressões legais para a mudança em prole dos objectivos ecológicos através da testagem das relações preditivas entre crenças, atitudes e apoio a práticas de conservação. Isso permitirá verificar se o padrão encontrado no Estudo 1 – acordo com a norma geral e debate das condições concretas de aplicação das novas leis, se mantém quando é inquirida uma amostra alargada e heterogénea das comunidades locais e se utiliza o inquérito como metodologia de recolha de dados.

O segundo objectivo é o de examinar se estas variáveis interagem com factores sócio-psicológicos, como a identificação com o lugar ou a avaliação do processo de definição das áreas protegidas, para ajudar a moldar as reacções das comunidades. Estas análises permitirão avaliar a heterogeneidade e complexidade das reacções locais e contribuirão para a compreensão de como processos representacionais e identitários moldam a aceitação ou recusa das práticas de conservação legalmente enquadradas.

Para enquadrar estes objectivos importa também retomar as distinções propostas no Capítulo 2 para situar o nosso objecto de estudo. A tipologia adoptada propõe que as posições das comunidades locais face às leis e práticas de conservação da biodiversidade são comportamentos ambientais da esfera pública (Stern, 2001), um contexto de actuação que tem recebido pouca atenção da literatura da psicologia ambiental. Além disso, as comunidades locais estão a adaptar-se a novas leis ambientais que vinculam directamente indivíduos a alterar as suas práticas (Castro, 2011) e afectam as relações entre grupos dentro e fora das comunidades (como ilustrado no Estudo 1). Para compreender as formas de adaptação e resistência a estas leis é, portanto, necessário recorrer a diferentes níveis de análise – individual, contextual e societal – e examinar os posicionamentos das comunidades locais na intersecção entre estes níveis.

¹² O presente capítulo foi baseado em Mouro e Castro (2010).

1.1. A relação entre o nível individual e o nível societal

Na relação entre o nível individual e o nível societal é preciso considerar que o compromisso dos governos em atingir metas de sustentabilidade originou o lançamento de campanhas e projectos para encorajar mudanças no comportamento dos indivíduos, como a adopção da agricultura extensiva. Estes procedimentos, que procuram ‘normalizar’ ideias e comportamentos na sociedade, também despoletam o debate e a controvérsia na vida pública (Castro, 2006; Jovchelovitch, 2007), instigando processos de negociação e transformação do significado. Em muitos casos, isto resulta na emergência de campos representacionais complexos que acomodam as velhas e novas normas (Castro e Lima 2001; Hovardas e Stamous, 2006; Moloney e Walker, 2002; Moscovici, 1988). Ao examinar estes campos representacionais complexos, a psicologia social do ambiente tem mostrado que as crenças alinhadas com as novas normas (i.e. as crenças pró-ecológicas) apresentam níveis elevados de acordo e menor variância do que as crenças não-ecológicas (Castro, et al., 2009; Milfont e Duckitt, 2004) e que os indivíduos conseguem usar uma combinação de ambas para responder às exigências do quotidiano (Castro et al., 2009; Kurz et al., 2005). Além disso, estes diferentes conjuntos de crenças desempenham papéis diferentes nos processos que orientam a escolha de um comportamento. Por exemplo, quando se trata de comportamentos da esfera privada, sabemos que a rejeição das crenças negativas pode ser mais determinante do comportamento do que a aceitação das crenças positivas (Castro et al., 2009; Corral-Verdugo et al., 2003), o que reforça a necessidade de avaliar a contribuição distinta de conjuntos separados de crenças para a compreensão das reacções a situações controversas e dilemáticas.

Um segundo ponto que tem de ser considerado a este propósito é o de que as atitudes são muito influenciadas por normas em circulação (Staats, 2003). Como vimos no Estudo 1, quando as normas têm bastante força social e são sustentadas por um vínculo legal as posições expressas pelos respondentes tendem a alinhar-se com elas. Consequentemente, a oposição e a resistência terão de ser expressas através de formas que não se opõem directamente à norma. No Estudo 1 ilustrámos como o acordo genérico com a norma pode ser articulado com formas de resistência mais subtil, i.e., através do recurso a argumentos contextuais e orientados para as dificuldades de implementar certos comportamentos (Castro et al., 2009; Kurz et al., 2005). Isto sugere que, neste caso, as crenças poderão ser melhores preditores dos comportamentos do que as atitudes, uma vez que a sua heterogeneidade permite a negociação de posições intermédias, tal como a pesquisa tem demonstrado para os comportamentos da esfera privada (Corral-Verdugo et al., 2003). Assumindo que uma

avaliação global (atitude sobre as áreas protegidas em geral) será mais permeável às pressões normativas do que a avaliação de uma situação específica (atitude face à área protegida da região) (como o Estudo 1 também sugere), é possível antecipar que conjuntos distintos de crenças podem também ter diferente força preditiva para as atitudes gerais e específicas sobre um mesmo assunto.

O estudo apresentado irá abordar estes dois pontos da seguinte forma:

(a) Recorrendo a um conjunto de crenças que incluem quer ideias positivas quer ideias negativas em circulação na sociedade sobre a designação das zonas protegidas;

(b) testando as ligações preditivas daquelas para a atitude geral (distal) e para a atitude específica (proximal) face às zonas protegidas;

(c) comparando a força preditiva da ligação tradicional ‘atitudes-apoio a práticas ecológicas’ com a ligação alternativa ‘crenças-apoio a práticas ecológicas’.

Em concreto, foram desenvolvidas três hipóteses principais relativamente à relação esperada entre estas variáveis.

Hipótese 1: O conjunto de crenças medido organizar-se-á em dois factores distintos, um reunindo asserções positivas sobre as áreas protegidas (crenças pró-ecológicas) e outro reunindo afirmações sobre as consequências negativas das áreas protegidas (crenças não-ecológicas). As crenças pró-ecológicas apresentarão médias mais elevadas do que as não-ecológicas. Estas últimas apresentarão também maior variância nas respostas obtidas (Castro e Lima, 2001; Castro et al, 2009; Milfont e Duckitt, 2004).

Hipótese 2: As atitudes face às áreas protegidas em geral (avaliações distais) serão melhor preditas por crenças pró-ecológicas, enquanto que as atitudes face à área protegida regional (avaliações proximais) serão melhor preditas pelas crenças não-ecológicas.

Hipótese 3: O apoio às práticas de conservação será melhor predito pelas crenças do que pelas atitudes. Mais especificamente, espera-se que a rejeição das crenças não-ecológicas seja um melhor preditor do apoio às práticas de conservação do que o acordo com as crenças pró-ecológicas (Corral-Verdugo et al., 2003).

1.2. A relação entre o nível individual e o nível comunitário

Na relação entre o nível individual e o nível comunitário, a pesquisa mostra-nos que a relação com o lugar desempenha um papel relevante na predição das reacções das comunidades às exigências para adoptar práticas de protecção da biodiversidade. No entanto, estes estudos apontam também para a existência de relações complexas entre a identificação com o lugar e o apoio às políticas de conservação, em que uma elevada identificação com o lugar está em alguns casos positivamente associada com o apoio à mudança pró-ecológica (Carrus et al., 2005b; Devine-Wright e Howes, 2011; Uzzell et al., 2002; van Vugt, 2002), enquanto em outros casos prevê formas de resistência a este tipo de mudança (Bonaiuto et al., 2002; Devine-Wright e Howes, 2011; Stoll-Kleeman, 2001; Uzzell et al., 2002). Recorde-se que no caso específico da designação de parques naturais, a pesquisa sugere que estes resultados contraditórios podem dever-se a moderadores das reacções locais, nomeadamente o envolvimento na tomada de decisão e o grau em que os residentes são afectados pela designação da área protegida (Bonaiuto et al., 2002; Carrus et al., 2005b). No entanto, essas hipóteses não foram ainda directamente testadas. Para avançar na compreensão das relações propostas, no estudo aqui apresentado serão examinados os efeitos moderadores de três factores sócio-psicológicos:

(1) A avaliação do processo de designação do sítio Natura 2000 - Apesar de a participação pública ter ganho elevada força normativa formal e informal, devido às pressões internacionais, as comunidades locais ainda são frequentemente marginalizadas dos processos de tomada de decisão que levam à selecção dos locais de intervenção ambiental (Buchecker et al., 2003; Stoll-Kleeman, 2001). As decisões sobre a escolha de áreas Natura 2000 basearam-se primordialmente na perícia científica associada à conservação da biodiversidade, desvalorizando e ignorando contribuições locais e específicas a cada contexto (Stoll-Kleeman, 2001, Visser et al., 2007). Consequentemente, e como ilustrámos já no Estudo 1 (Capítulo 4), a forma como o processo de designação é avaliado pode interferir na construção da atitude e apoio às práticas de conservação.

(2) A confiança institucional - Esta variável permitirá distinguir posições face às instituições implicadas na designação das zonas protegidas e na fiscalização de práticas de conservação, as autoridades nacionais, ou confiança institucional (Bonaiuto et al., 2008; Devine-Wright e Howes, 2010; Lima e Castro, 2005).

(3) O nível de interesses investidos no uso do solo e recursos naturais - O papel moderador dos interesses investidos na utilização dos recursos naturais é avaliado através da

diferenciação entre proprietários e não proprietários. Os proprietários constituem um grupo de interesse muito relevante neste contexto dado ser um grupo directamente afectado pelas regulamentações sobre as práticas de uso da terra e de, em consequência disso, serem parceiros privilegiados nos projectos de conservação (Visser et al., 2007).

Para estes moderadores é esperado o seguinte padrão de resultados:

Hipótese 4a: Quando o interesse investido é baixo, uma elevada identificação com o lugar estará associada a um apoio mais acentuado à zona protegida; quando o interesse investido é elevado, uma elevada identificação com o lugar estará associada a um apoio mais débil à zona protegida.

Hipótese 4b: Quando a avaliação do processo é boa, uma elevada identificação com o lugar estará associada a um apoio mais acentuado à zona protegida; quando a avaliação do processo é má, uma elevada identificação com o lugar estará associada a um apoio mais débil à zona protegida.

Hipótese 4c: Quando a confiança institucional é elevada, uma elevada identificação com o lugar estará associada a um apoio mais acentuado à zona protegida; quando a confiança institucional é reduzida, uma elevada identificação com o lugar estará associada a um apoio mais débil à zona protegida.

A capacidade moderadora destes factores relativamente ao padrão de relações entre crenças e atitudes e entre atitudes e apoio a práticas de conservação será também analisada, embora sem hipóteses de partida.

2. Método

2.1.Participantes e procedimento

Participaram no estudo 161 residentes em oito freguesias incluídas em duas áreas Natura 2000, *Sítio de Importância Comunitária Moura/Barrancos*, no Alentejo e *Sítio de Importância Comunitária Serra do Caldeirão*, no Algarve¹³. O inquérito telefónico ocorreu

¹³ Este estudo acompanhou a fase de implementação do Programa Lince, pela LPN. As zonas Natura 2000 seleccionadas correspondem a duas áreas geográficas de ocorrência histórica do lince ibérico, espécie cujo estatuto de “criticamente ameaçada” contribuiu para a designação destas zonas protegidas. O objectivo principal

entre Novembro de 2005 e Maio de 2006 e teve como critério de amostragem quotas não-probabilísticas com base no Censos 2001 para a população residente nas freguesias seleccionadas. Em cada lar foi convidada a participar a pessoa que, tendo pelo menos 18 anos, tivesse celebrado mais recentemente o seu aniversário. O estudo foi introduzido como tendo por objectivo conhecer as opiniões dos residentes sobre a região onde vivem e os participantes foram informados do carácter anónimo do inquérito. O tempo médio de resposta ao questionário foi de 20 minutos.

No global, a amostra é composta por 70.8% de mulheres.¹⁴ A média etária é de 51.3 anos (DP=17.9) e o nível de instrução é baixo para a maioria dos participantes (Tabela 4).¹⁵ No que respeita à classificação da freguesia, 82 (51%) participantes vivem em freguesias predominantemente rurais e 79 (49%) participantes vivem em freguesias classificadas como áreas predominantemente urbanas.¹⁶

Tabela 4. Caracterização sócio-demográfica dos participantes

		Global	Região 1 - SIC Moura-Barrancos	Região 2 - SIC Caldeirão
<i>N total</i>				
<i>Sexo</i>	Mulheres (%)	70.8	65.5	76.6
<i>Idade</i>	M (DP)	51.3 (17.9)	50.7 (17.9)	51.9 (18.0)
	Min-Max	18-88	18-88	18-83
<i>Nível de instrução (%)</i>				
	Até 1º ciclo completo	50.3	47.0	53.9
	6º ano	10.7	13.3	7.9
	9º ano	11.9	9.6	14.5
	12º ano	16.4	16.9	15.8
	Ensino superior	10.7	13.3	7.9
<i>Densidade populacional (%)</i>				
	Predominantemente Rural	51	64	36

da LPN, neste contexto, é o da recuperação e manutenção de habitat mediterrânico favorável à ocorrência desta espécie.

¹⁴ Esta percentagem é consonante com a composição demográfica das freguesias incluídas na amostra (INE, 2004): 60% da população com mais de 15 anos é do sexo feminino.

¹⁵ Estas percentagens são também representativas da estatística oficial para as freguesias em análise, onde 46 a 57% da população residente com mais de 19 anos têm pelo menos 50 anos de idade (INE, 2004). Os níveis de educação variam entre os 61 e os 65% quando se trata da escolaridade básica completa, de 11 a 17% para o 6º ano, de 11 a 13% para o 9º ano, de 10 a 20% para o terceiro ciclo, e de 5 a 10% para o ensino superior (INE, 2004).

¹⁶ De acordo com os parâmetros estabelecidos (INE, 2004), são consideradas áreas urbanas as freguesias com densidade populacional superior a 100 habitantes/km² ou com população residente superior a 2000 habitantes.

2.2. Variáveis

O instrumento utilizado (Anexo B) foi construído com base em pesquisa anterior e em contactos estabelecidos com a equipa do projecto e residentes locais. O questionário tinha um tamanho reduzido devido aos constrangimentos associados à metodologia seleccionada, o inquérito telefónico, e às características sócio-demográficas da população. Todos os itens foram avaliados através de uma escala de cinco pontos, em que os extremos representavam as posições 1 – discordo totalmente e 5 – concordo totalmente; as excepções à utilização desta escala são claramente identificadas.

Crenças sobre as áreas protegidas – Foram utilizados oito itens, adaptados do estudo de Carrus e colaboradores (2005b)¹⁷ ao contexto local. Exemplos destes itens são “as áreas protegidas melhoram a qualidade de vida.” ou “...levam a que haja menos emprego na região.”

Atitude face às áreas protegidas em geral (atitude global) – A avaliação das áreas protegidas foi medida através de uma questão: *em geral, qual é a sua posição em relação às áreas protegidas?*

Atitude face às áreas protegidas regionais (atitude área regional) – Foi utilizada a seguinte questão para avaliar a posição face à área protegida situada na região onde o participante vivia – *qual é a sua posição em relação às áreas protegidas da sua região, isto é, no [Alentejo/Algarve]?*

Práticas de conservação – O acordo com as práticas orientadas para manter as características das áreas protegidas regionais foi medido através de quatro itens (e.g. limitar a caça de espécies consideradas protegidas pelas autoridades), agregados num índice ($\alpha=.61$; mean inter-item $r=.28$; $M=4.32$, $DP=.75$). As práticas relevantes para este contexto foram identificadas pela equipa do projecto.

¹⁷ Estes itens foram originalmente utilizados para medir atitudes em relação aos parques naturais (Bonaiuto et al., 2002, p. 639). Neste estudo, no entanto, a atitude é definida como uma “evaluation ... along a dimension of favour or disfavour” (Ajzen e Fishbein, 2000, p. 3) e portanto a sua operacionalização consiste na formulação de questões avaliativas. Os itens usados por Carrus e colaboradores (2005b) foram considerados antes representativos de crenças sobre as áreas protegidas porque são exemplificativos de posições sobre as consequências da designação das áreas protegidas e não avaliações directas acerca destas (ver também Armitage, 2003).

Identificação com o lugar – A identificação com o lugar foi medida através de dois itens (Sinto orgulho por viver em ...; Gosto de viver em ...) (Duarte e Lima, 2005), agregados num índice ($r=.60$; $M=4.34$; $DP=.99$)¹⁸.

Interesses investidos no uso de recursos naturais – Este indicador resultou da diferenciação entre proprietários e não proprietários, respectivamente alto e baixo interesse investido, identificados através da questão “*Tem algum terreno/propriedade nesta região?*”.

Avaliação do processo – a avaliação do processo de designação foi avaliada através da questão “*de um modo geral, considera que a forma como esta área protegida foi criada foi um processo que correu...*”, com resposta numa escala de cinco pontos, entre 1 – muito mal a 5 – muito bem).

Confiança institucional – Os níveis de confiança foram avaliados através da questão “*Até que ponto confia nas seguintes entidades para lhe darem informação sobre as áreas protegidas?*”, com uma escala de cinco pontos, entre 1-Nada a 5-Muito (Lima e Castro, 2005). Da lista de entidades apresentadas, foram seleccionadas para esta análise os dois itens relativos às autoridades nacionais responsáveis pela designação das áreas protegidas, o Governo e o ICNB, agregados num único índice ($r=.53$; $M=2.95$, $DP=1.19$).

O questionário incluía também questões sobre variáveis socio-demográficas e sobre o conhecimento prévio sobre a área protegida na região.

3. Resultados

3.1 As posições das comunidades locais em relação às áreas protegidas

O primeiro objectivo do estudo era uma descrição sistemática das reacções das comunidades locais às pressões legais para a conservação de áreas protegidas. A primeira hipótese previa que as crenças sobre as áreas protegidas se organizariam em dois factores com distintos níveis de acordo e de variância. Para testar esta hipótese, foi efectuada uma análise de componentes principais com rotação *Varimax*, da qual resultaram dois factores responsáveis por 65% da variância total das respostas (Tabela 5). O primeiro factor, agrupando três itens em que é enfatizado o valor das áreas protegidas para a conservação da natureza e bem-estar humano, foi designado de crenças pró-conservação. O segundo factor é constituído por dois itens focalizados sobre o impacto negativo das áreas protegidas para o

¹⁸ Os mesmos itens foram utilizados para aceder à identificação com a região, no entanto esta variável apresentava níveis de variância pouco adequados à sua inclusão nas análises ($r=.81$; $M=4.65$; $DP=.68$).

desenvolvimento económico, a que se chamou crenças acerca de impacto económico negativo.

Foram calculadas médias agregadas para cada factor (Pro-Conservação: $\alpha=.66$; *mean inter-item* $r=.39$; $M=4.52$, $DP=.58$; Impacto económico negativo: $r=.61$; $M=2.91$, $DP=1.28$). Os dois factores não se encontram associados ($r=-.15$; ns). O nível de acordo com as crenças pro-conservação está significativamente acima do ponto 4 (concordo) da escala ($t=3.988$, $p<.000$; 86.8% concordam ou concordam muito com estas crenças¹⁹), enquanto que as crenças sobre os impactos negativos não diferem do ponto médio da escala ($t=-.824$, ns) e apresentam maior variabilidade de respostas (37.8% concordam e 33.1% discordam). Os resultados conferem assim apoio à primeira hipótese do estudo.

Tabela 5. Estrutura factorial das crenças sobre as áreas protegidas

	<i>Pró-Conservação</i>	<i>Impacto económico negativo</i>
As áreas protegidas melhoram a qualidade de vida das pessoas	.796	
É correcto preservar a herança natural através das áreas protegidas	.792	
As áreas protegidas ajudam a preservar o ambiente	.718	
As áreas protegidas levam a que haja menos emprego na região onde são criadas		.840
Para se proteger a natureza prejudica-se sempre as actividades económicas		.838
<i>Variância explicada (Total 65%)</i>	35.8	29.1

Nota: Na tabela constam apenas os *loadings* superiores a .30 em cada um dos factores.

Além disso, os residentes nas duas áreas Natura 2000 expressaram atitudes positivas quer em relação às áreas protegidas em geral ($M=4.32$; $DP=1.00$; 82.9% acordo) quer em relação à área protegida da sua região ($M=4.39$; $DP=1.00$; 85.5% acordo), com ambas as médias significativamente superiores ao ponto 4 da escala (atitude global: $t=3.988$, $p<.000$; atitude área regional: $t=4.846$, $p<.000$).

¹⁹ As percentagens agregam as respostas aos pontos 4 e 5 da escala.

Em suma, a conjugação das atitudes positivas e do acordo com as crenças pro-conservação indica que as áreas protegidas recebem um apoio genérico na sua função de instrumentos de conservação da natureza. Além disso, a maior variância presente nas crenças sobre o impacto negativo das áreas protegidas sugere que é em torno destas crenças que podemos encontrar posições mais variadas dentro da comunidade. Uma análise mais detalhada do padrão de articulação entre crenças pro-conservação e de impacto negativo revela que mais de 30% dos respondentes concordam simultaneamente com ambos os factores de crenças, sugerindo este resultado que as posições sobre estes instrumentos legais são complexas. Esta heterogeneidade aponta também para uma relação mais fraca entre atitudes e comportamentos (Armitage, 2003), o que iremos examinar em seguida.

3.2 Lidar com a mudança: a articulação entre crenças, atitudes e práticas

As correlações entre as variáveis sócio-demográficas e as variáveis sócio-psicológicas são apresentadas na Tabela 620. Análises exploratórias mostraram que as variáveis socio-demográficas não apresentam poder preditivo significativo quando, num segundo passo, são colocadas as variáveis sócio-psicológicas nas regressões múltiplas, pelo que se apresentam os resultados apenas com as últimas.

A segunda hipótese para este estudo previa que as avaliações distal e proximal das áreas protegidas seriam preditas de forma distinta pelos dois factores de crenças. Tal como previsto, as regressões múltiplas mostraram que as atitudes globais são melhor preditas pelas crenças pro-conservação ($B=.546, p<.000$), enquanto que as atitudes para a área regional são melhor preditas pelas crenças sobre os impactos negativos ($B=-.115, p<.000$) – e também pela atitude global ($B=.318, p<.000$) (Tabela 7).²¹

²⁰ Nem o sexo do participante nem o seu conhecimento prévio sobre a área protegida regional se mostraram significativamente associados às restantes variáveis. A idade está associada ao tempo de residência ($r=.69, p<.01$) e ao nível de instrução ($r=-.63, p<.01$). O tempo de residência e o nível de instrução estão também associados entre si ($r=-.554, p<.01$). Nas áreas predominantemente rurais, os residentes são mais velhos ($r=.20, p<.05$), vivem há mais tempos nas localidades ($r=.20, p<.05$) e têm níveis de instrução mais baixos ($r=-.36, p<.01$) do que nos núcleos urbanos.

²¹ Os resultados revelam também que o acordo com as crenças pró-conservação aumenta o nível de apoio à área protegida regional porque é incrementada a atitude geral positiva face às áreas protegidas ($Adj.R^2=.21$; $R^2Change=.13$; $F(2,152)=20.698, p<.000$). O teste a este efeito de mediação revelou que o efeito significativo das crenças pró-conservação se torna não significativo quando as atitudes globais são incluídas na regressão, indicando uma mediação total (Sobel test $z=3.72, p<.000$).

Tabela 6. Matriz de correlações para as variáveis sócio-demográficas e sócio-psicológicas

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Idade	-.011	.073	-.016	-.165*	-.240**	,031	-,162*	-,033	-,079
Tempo residência	-.139	.097	-.069	-.190*	-.258**	,173*	-,069	,027	-,080
Nível de instrução	-.031	-.151	.029	.159*	.170*	-,060	,070	,021	-,005
Densidade populacional	.014	-.056	-.038	.027	-.074	-,198*	-,047	,055	-,204*
Área protegida	.034	.140	.189*	-.054	.194*	,162*	-,304**	-,042	,017
1. Crenças Pro-Conservação		-.154	.422**	.299**	.366**	,060	-,095	,318**	,187*
2. Crenças impacto negativo			-.180*	-.385**	-.187*	,028	,060	-,218*	-,003
3. Atitude global				.446**	.190*	,016	-,126	,330**	,241**
4. Atitude área regional					.211**	,025	-,118	,236**	-,040
5. Apoio a práticas de conservação						-,132	,028	,116	,047
6. Identificação com lugar							-,059	,206*	,095
7. Interesses investidos								,107	,250**
8. Avaliação do processo									,309**
9. Confiança institucional									-

** $p < .01$ * $p < .05$ A densidade populacional foi categorizada como 1-Urbano, 2-Rural. A área protegida foi categorizada como 1-SIC Moura-Barrancos, 2- SIC Caldeirão

A terceira hipótese visava testar a capacidade preditiva de atitudes e crenças para explicar o apoio às práticas de conservação. Através de regressões múltiplas, foram testados os efeitos directos destas variáveis, utilizando primeiro como preditores as crenças (primeiro bloco) e depois as atitudes (segundo bloco), como sugerem os modelos tradicionais, ou utilizando a ordem inversa entre os blocos. Tal como antecipado, o apoio às práticas de conservação é melhor predito pelas crenças do que pelas atitudes. As atitudes têm, aqui, muito menor capacidade preditiva (atitudes no primeiro bloco: $Adj.R^2 = .036$; $F(2,142) = 3.667$, $p < .05$)

do que as crenças (crenças no primeiro bloco: $Adj.R^2=.137$; $F(2,142)=12.474$, $p<.000$). Além disso, quando as atitudes são integradas na regressão como segundo bloco, a percentagem total de variância explicada ($Adj.R^2$) diminui de .137 para .127 ($F\ Change\ (2,140)=.136$, ns). Contrariamente ao esperado, as crenças pró-conservação prevêm significativamente o apoio às práticas de conservação ($B=.392$), enquanto que as crenças sobre o impacto económico negativo das áreas protegidas não contribuem para explicar este apoio (Tabela 7). A hipótese 3 foi assim apenas parcialmente suportada.

Tabela 7. Regressões múltiplas para as atitudes e apoio a práticas

<i>Critério</i>	Atitude geral ¹		Atitude área regional ²		Apoio práticas conservação ³	
<i>Preditor</i>	<i>B</i>	<i>Effect size</i>	<i>B</i>	<i>Effect size</i>	<i>B</i>	<i>Effect size</i>
(Constante)	-.102		.215**		-.204*	
Crenças pró-conservação	.546***	15.3%	.262**	3.2%	.392***	10.1%
Crenças impacto negativo	-.042	1.1%	-.115***	8.9%	-.025	5.2%
Atitude geral			.318***	8.9%	-.009	0.0%
Atitude área regional					.041	0.2%

*** $p<.000$ ** $p<.01$ * $p<.05$ ¹ $Adj.R^2=.171$; $F(2,144)=16.054$, $p<.000$; ² $Adj.R^2=.342$; $F(3,141)=25.958$, $p<.000$; ³ $Adj.R^2=.127$; $F(4,140)=6.229$, $p<.000$.

3.3 Mudança em contexto: análise dos moderadores sócio-psicológicos

O segundo objectivo proposto para este estudo foi o de examinar os moderadores sócio-psicológicos para a relação entre a identificação com o lugar e as atitudes em relação às áreas protegidas. Foram testados três potenciais moderadores: interesses investidos em recursos naturais, avaliação do processo de designação da área e confiança institucional. Os efeitos moderadores foram avaliados com recurso à análise de regressões múltiplas hierárquicas (Aiken e West, 1991). Para minimizar problemas de multicolinearidade, foram utilizados valores centrados em todas as variáveis. No passo 1 das regressões foram introduzidas as variáveis centradas e no passo 2 as interacções relevantes (com cada moderador) (Tabela 8). Este modelo foi testado para cada moderador separadamente, tendo como variáveis critério primeiro a atitude face à zona protegida regional e depois o apoio às práticas de conservação.

Era esperado que a relação entre a identificação com o lugar e a atitude face à área protegida regional se invertesse para os diferentes níveis dos moderadores testados (Hipóteses 4a, 4b e 4c). Para testar estas hipóteses, procedeu-se à transformação do primeiro moderador, interesses investidos, em variável dummy (0-baixo nível de interesses investidos; 1-elevado nível de interesses investidos) antes da sua introdução nas análises. As análises realizadas revelaram um efeito significativo da interacção entre identificação com o lugar e interesses investidos ($B=.299$; $p<.05$; *effect size*=1.9%) na predição da atitude face à área regional. Os resultados desta moderação são apresentados na Figura 1. Um incremento na identificação com o lugar prevê uma atitude mais positiva face à área protegida para os residentes com interesses investidos (ainda que de forma tendencial: $B=.163$; $p=.10$), enquanto que para os residentes sem interesses investidos esta relação se revelou não significativa ($B=-.136$; *ns*). Este padrão de relações não é consistente com a hipótese 4a, relativa a este moderador, revelando até uma relação inversa à que tinha sido proposta. Não foram encontrados outros efeitos moderadores significativos para as relações entre a identificação com o lugar e as atitudes ou o apoio a práticas de conservação.

Foram ainda avaliados, através de regressões múltiplas, os efeitos dos mesmos três moderadores nas relações entre crenças, atitudes e apoio a práticas (Tabela 8). Não foram encontrados outros efeitos de moderação para a predição das atitudes. Para o apoio às práticas de conservação, foram encontrados dois efeitos de interacção significativos, um relativo à variável interesses investidos e outro à variável confiança institucional.

As análises mostraram um efeito significativo da interacção entre a atitude face à área regional e os interesses investidos na predição do apoio às práticas ($B=.368$; $p<.05$; *effect size*=3.1%). Este efeito sugere que uma atitude mais positiva face à área regional prediz o apoio às práticas de conservação para os residentes com interesses investidos ($B=.247$; $p<.05$), mas não para os residentes sem interesses investidos, entre os quais esta relação se mostrou não significativa ($B=-.121$; *ns*) (Figura 2).

A confiança institucional mostrou-se também um moderador relevante, embora com menor expressão, para a predição das práticas de conservação ($B=.156$; $p<.10$; *effect size*=2.3%). Neste caso, a natureza da interacção entre as crenças pró-conservação e a confiança institucional foi examinada para três níveis do moderador: elevada (+1 d.p.), média e baixa confiança (-1 d.p.) (Figura 3). Um maior acordo com as crenças pro-conservação prevê um maior apoio às práticas quando os participantes apresentam níveis baixos ($B=.509$, $p<.000$) ou médios de confiança institucional ($B=.326$, $p<.001$), enquanto que para os

residentes com elevada confiança institucional esta relação se mostrou não significativa ($B=.142$, *ns*).

Tabela 8. Regressões múltiplas hierárquicas para atitude face à área protegida regional e para apoio às práticas de conservação

Moderadores:	<i>Interesses investidos</i>	<i>Avaliação do processo</i>	<i>Confiança institucional</i>
Critério: <i>atitude area regional</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>B</i>
(Constante)	-.301	-.319	-.320
Identificação com lugar	-.136	.077	.004
Crenças pró-conservação	.548**	.438**	.522**
Crenças impacto negativo	-.174**	-.128**	-.113**
<i>Moderador</i>	.061	-.008	-.041
Identificação com lugar x <i>Moderador</i>	.299*	-.048	-.030
Crenças Pro-Conservação x <i>Moderador</i>	-.257	-.035	.075
Crenças impacto negativo x <i>Moderador</i>	.071	-.003	-.010
R ² Ajustado	.270 ^a	.227 ^b	.185 ^c
Critério: <i>apoio práticas conservação</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>B</i>
(Constante)	-.411	-.414	-.395
Identificação com lugar	-.181	-.050	-.101
Crenças pró-conservação	.287*	.385**	.326**
Crenças impacto negativo	-.121	-.039	-.027
Atitude área regional	.002	.085	.067
<i>Moderador</i>	-.027	-.004	-.011
Identificação com lugar x <i>Moderador</i>	.048	.072	-.034
Crenças Pro-Conservação x <i>Moderador</i>	.230	-.133	-.156 [†]
Crenças impacto negativo x <i>Moderador</i>	-.049	-.031	.001
Atitude área regional x <i>Moderador</i>	.368*	.056	.020
R ² Ajustado	.187 ^d	.109 ^e	.127 ^f

** $p<.01$ * $p<.05$ [†] $p<.10$ ^a $F(7,136)=8.541$, $p<.000$; ^b $F(7,111)=5.942$, $p<.000$; ^c $F(7,124)=6.826$, $p<.000$; ^d $F(9,134)=4.663$, $p<.000$; ^e $F(9,109)=2.604$, $p<.01$; ^f $F(9,122)=3.119$, $p<.01$.

Figura 1. Atitude face à área protegida regional por nível de identificação com o lugar – efeito moderador dos interesses investidos

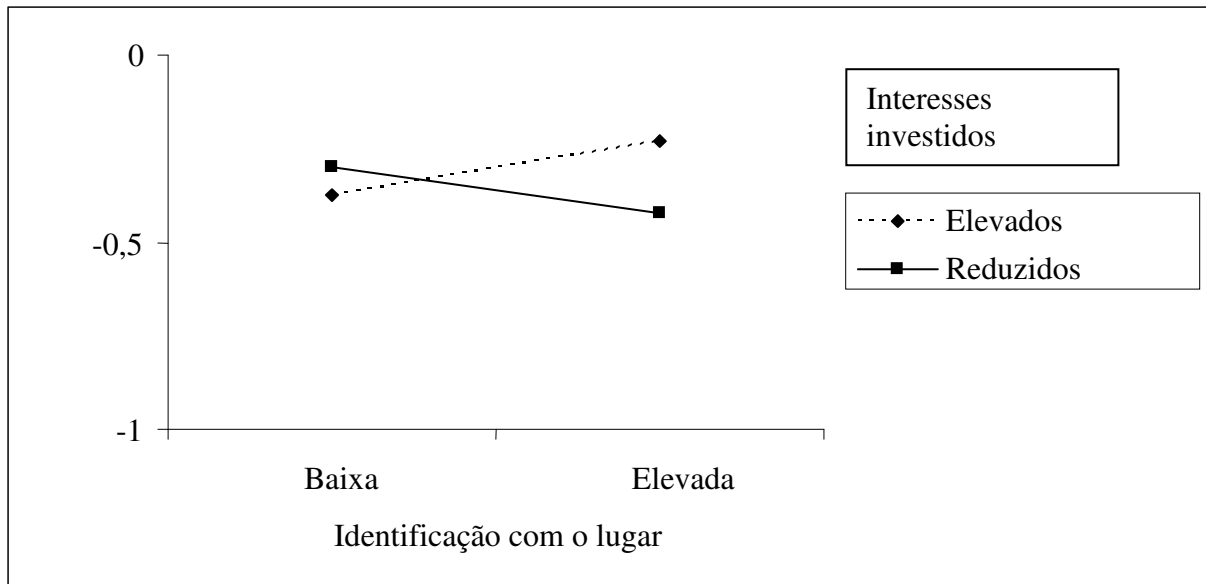


Figura 2. Apoio às práticas de conservação por nível de atitude face à área protegida regional – efeito moderador dos interesses investidos

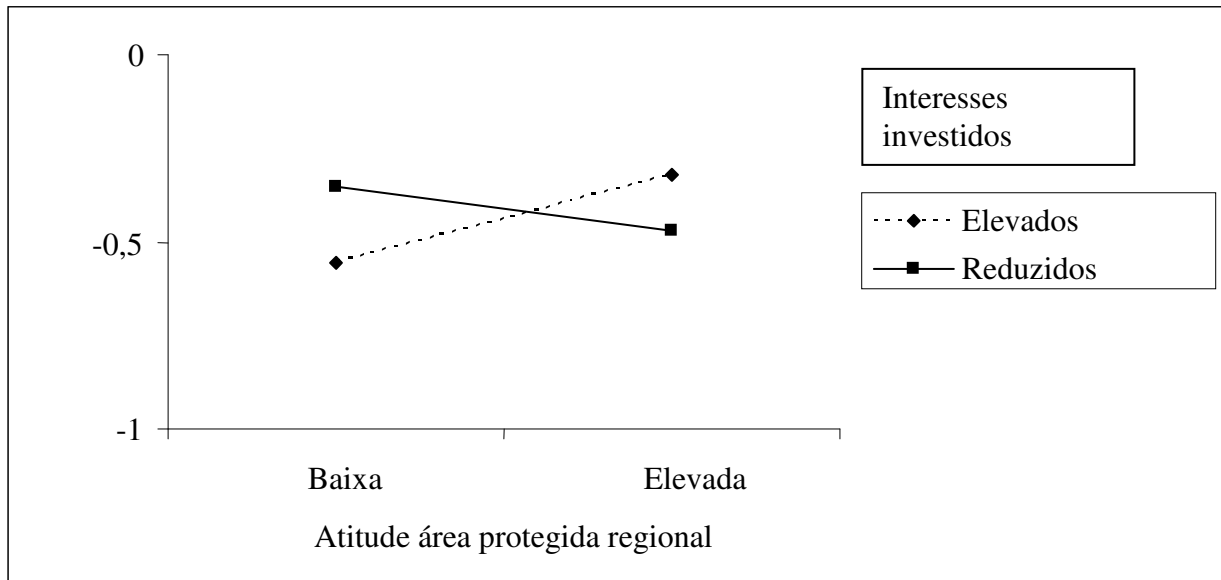
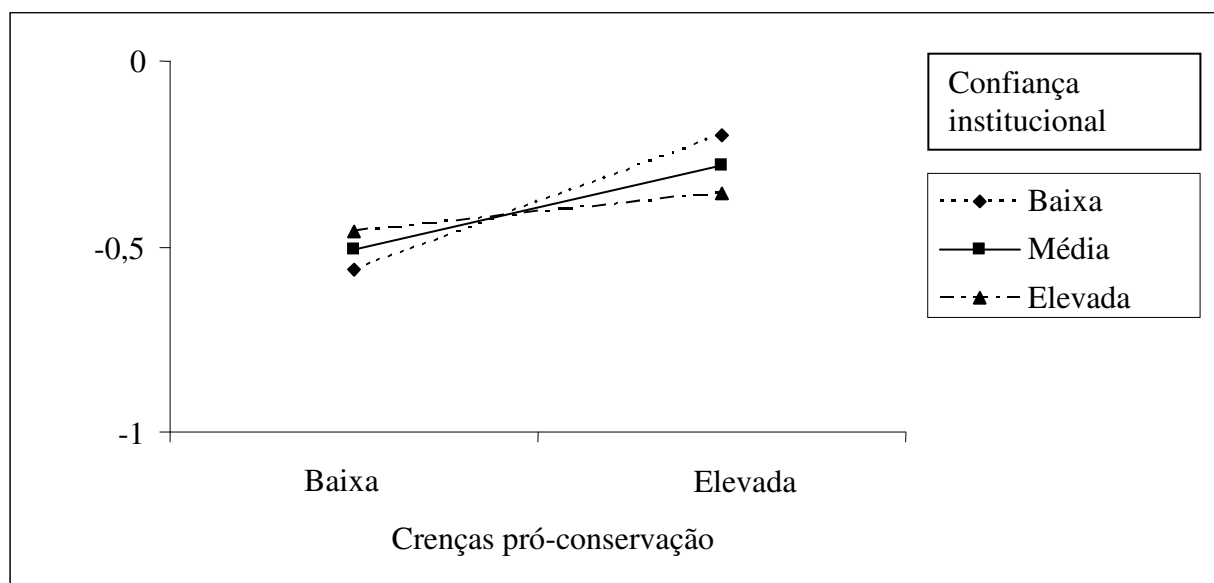


Figura 3. Apoio às práticas de conservação por grau de acordo com as crenças pró-conservação – efeito moderador da confiança institucional



4. Discussão

No estudo apresentado foram examinadas as reacções de comunidades locais a inovações legais na área da conservação da biodiversidade enquanto expressões de apoio a novas políticas ecológicas e exemplos de comportamentos não activistas na esfera pública (Stern, 2000). Conforme as inovações legais vão sendo introduzidas na e apropriadas pela esfera pública, trazem consigo um peso normativo que pode afectar as posições públicas, tornando necessário revelar os caminhos para a aceitação e para a resistência que residem por detrás das posições socialmente desejáveis. Neste estudo, foram utilizadas duas formas de aceder aos padrões de aceitação e resistência face às leis que regulam a conservação da biodiversidade.

A primeira foi a de testar associações alternativas para as tradicionais ligações entre crenças, atitudes e práticas. Tal como seria de esperar para um contexto muito normativo e legalmente enquadrado, as comunidades locais apoiam de forma generalizada a designação das zonas protegidas. No entanto, os resultados demonstram também que podemos encontrar ideias positivas e negativas a coexistir e a serem elaboradas pelo mesmo indivíduo, tal como a literatura tem mostrado (Castro e Lima, 2001; Castro et al., 2009; Hovardas et al., 2009). Além disso, verificámos como a rejeição das ideias negativas em circulação na sociedade é

relevantes para a formação de atitudes positivas, tal como tem sido concluído para outros comportamentos (Castro et al., 2009; Corral-Verdugo et al., 2003). Tal como esperado, as crenças pró-conservação elevadas predizem as atitudes positivas face às áreas protegidas em geral. Por outro lado, a rejeição da ideia de que as áreas protegidas têm impactos económicos negativos é um preditor muito significativo das atitudes em relação às áreas protegidas regionais, ou seja, das atitudes locais ou em contexto. Outro resultado relevante é o do apoio às práticas de conservação ser, neste contexto, melhor predito pelas crenças, particularmente as positivas, do que pelas atitudes. Estes resultados demonstram a importância de utilizar na pesquisa conjuntos heterogêneos de crenças que incorporem significados conflitantes, de modo a aumentar a compreensão sobre as complexas interações entre as exigências sociais e as reacções individuais (Castro, 2006). Sugere também que é necessário explorar melhor o papel da contradição e da ambivalência para lidar com assuntos controversos como o que aqui é analisado.

A hipótese de que as crenças negativas seriam melhores preditores do apoio às práticas de conservação (Castro et al., 2009; Corral-Verdugo et al., 2003) não recebeu, no entanto, apoio empírico. Este resultado reforça a literatura que sugere diferentes conjuntos de variáveis ou diferentes padrões de relações entre variáveis para explicar os comportamentos da esfera pública e os da esfera privada (Stern, 2000). Além disso, a usual formulação das leis em termos genéricos e abstractos parece permitir às comunidades simultaneamente apresentar níveis de apoio global elevados e tentar reinterpretar a lei e expressar desacordo com as suas aplicações específicas e contextuais (ver Estudo 1; Castro e Mouro, 2010; Tuffin e Frewer, 2008).

A segunda proposta deste estudo relaciona-se com a pesquisa anterior que mostra como as reacções de indivíduos e comunidade são moldadas por factores sócio-psicológicos relevantes no contexto, tais como a identidade de lugar (e.g. Carrus et al., 2005b). O contributo deste estudo resultou da testagem do papel moderador de três factores sócio-psicológicos: interesses investidos nos recursos naturais locais, avaliação do processo de designação da área protegida e confiança nas instituições responsáveis pela área protegida. Ter ou não interesses investidos revelou ser o único factor moderador da relação entre a identificação com o lugar e a atitude face à área protegida. No entanto, ao contrário do esperado, é para os proprietários que uma identificação com o lugar mais elevada prevê uma atitude mais positiva face à área protegida. Este resultado sugere que quando os residentes sofrem directamente o impacto das leis que exigem mudança de práticas, por serem forçados a lidar com as regulamentações impostas que controlam os seus usos quotidianos da terra

(elevado interesse investido), o orgulho de viver numa área protegida é particularmente relevante para facilitar avaliações positivas das intervenções legais.

A análise do impacto destes moderadores sobre as restantes relações estudadas mostrou também que o nível de interesses investidos e de confiança institucional desempenham um papel relevante na previsão de apoio às práticas de conservação. Quando os residentes são proprietários ou quando confiam pouco nas autoridades nacionais que gerem as áreas protegidas, encontramos um padrão mais claro de relações entre crenças, atitudes e apoio a práticas. Para os proprietários, o apoio às práticas de conservação depende de uma atitude positiva face à área protegida; e para os que confiam menos nas autoridades nacionais, o acordo com crenças pró-conservação é relevante para prever o apoio às práticas de conservação. Uma consequência directa deste padrão de resultados é a de que, embora seja possível prever as reacções dos residentes com interesses investidos para este contexto, o mesmo não acontece para os residentes que não têm de lidar directamente com estas pressões legais no seu quotidiano. Porém, os residentes sem interesses investidos são, de qualquer forma, parte relevante da esfera pública onde os debates sobre a importância destas intervenções pró-ambientais têm lugar. Isto significa que é necessária mais pesquisa que incida sobre a compreensão das suas posições e sobre as dinâmicas que ocorrem dentro e entre estes *clusters* sócio-psicológicos que compõem as comunidades locais. Este é um objectivo de pesquisa que iremos prosseguir no Estudo 3.

A dificuldade em identificar preditores específicos que contribuam para explicar as posições dos residentes sem interesses investidos sugere, portanto, que é necessário identificar outras variáveis sócio-psicológicas que aumentem a compreensão sobre as relações que as comunidades locais desenvolvem com a lei. Embora a opção por um número reduzido de itens utilizados para cada variável se deva aos constrangimentos específicos do método de recolha de dados utilizado, o inquérito telefónico, será importante investir em indicadores mais robustos nos próximos estudos. Algumas propostas da literatura que podem constituir um contributo apontam para a importância do tipo de relações dentro da comunidade, avaliadas por exemplo através do sentido de comunidade (Obst e White, 2005).

Outra forma de aumentar a compreensão sobre as reacções locais às leis de conservação da biodiversidade consiste em avaliar outras formas de expressar resistência e desacordo face às propostas sociais distintas das atitudes. Concretamente, é necessário aumentar o conhecimento sobre respostas que impliquem acção colectiva por parte dos membros das comunidades. A intenção de protesto tem sido algumas vezes incluída em estudos sobre a adesão a comportamentos ambientais, embora sem se investir na relevância da

distinção entre este e outros formatos de posicionamento face a esses comportamentos (Kaiser, 2006). A compreensão sobre o recurso a este formato de resistência no campo da psicologia social do ambiente é, assim, ainda bastante limitado (Batel, 2010). Torna-se necessário compreender melhor qual a expressão desta intenção e de que modo ela interfere na aceitação de novas directivas sobre a relação com o solo e a paisagem (de Weerd e Klandermans, 1999) com consequências para a conservação da biodiversidade. Estas duas últimas propostas de pesquisa serão retomadas no Estudo 4.

No global, estes resultados sugerem que as comunidades locais não devem ser tratadas de forma homogénea e que as diferentes vozes dos grupos que as compõem devem ser tornadas mais evidentes. Uma forma de contribuir neste sentido consiste em continuar a investir na pesquisa sobre os factores sócio-psicológicos que organizam as diferentes perspectivas sobre a situação avaliada e sobre as dinâmicas da interacção entre estas diferentes perspectivas (Castro e Mouro, 2011; Uzzell e Räthzel, 2009). Como procurámos demonstrar neste estudo, estes moderadores colocam em evidência a necessidade de as intervenções locais responderem às dimensões locais adaptando a sua abordagem às preocupações dos diferentes grupos que compõe a comunidade (Dewulf, Craps e Dercon, 2004). Iremos prosseguir nestas direcções, primeiro com um estudo sobre a heterogeneidade de representações e posições na comunidade e depois com um estudo em que testamos novos moderadores.

Capítulo VI

Heterogeneidade e projectos representacionais na comunidade (Estudo 3)

1. Introdução

Este terceiro estudo tem como objectivo principal aprofundar o conhecimento da diversidade de posições dentro das comunidades locais face às mudanças legislativas relacionadas com a conservação da natureza e da biodiversidade²². Partindo de cinco grupos de discussão focalizada realizados numa zona rural do Alentejo interior, pretende-se investigar que noções e elementos discursivos diferenciam as posições face às leis de conservação da natureza dentro das comunidades. Parte-se do pressuposto de que as dinâmicas entre as novas propostas legais e as normas locais dependem da relação de proximidade às novas leis de quem as re-presenta. Este pressuposto recebeu confirmação empírica no Estudo 2, que mostrou que os conteúdos das representações dos membros das comunidades residentes em sítios Natura 2000 face a estas áreas protegidas se organizavam de modo diferente consoante o tipo de relação destes residentes com as leis de conservação e as instituições que as regulam. Concretamente, o Estudo 2 mostrou que existem diferenças sistemáticas entre proprietários de terrenos e não proprietários na forma como as suas crenças, atitudes e apoio às práticas de conservação se organizam para apoiar as novas leis. Além disso, o nível de interesses investidos, que distingue proprietários de não proprietários, revelou-se também um moderador significativo das relações entre os elementos representacionais e os processos identitários de relação com o lugar.

Os resultados do segundo estudo sugerem, portanto, diferentes tomadas de posição por parte de grupos sociais distintos dentro das comunidades locais. Embora no global cerca de um terço dos respondentes tenha concordado quer com as crenças positivas quer com as negativas sobre as zonas protegidas, revelando formas de resistência subtil às novas leis consensuais na comunidade, as constelações de elementos representacionais que sustentam estes posicionamentos assumem, para proprietários e não proprietários, organizações distintas. A posição dos proprietários resulta de uma organização representacional mais complexa, em que o apoio às práticas de conservação depende da articulação entre crenças, atitudes e processos identitários. Comparativamente, a posição dos não proprietários surge associada apenas à interacção entre crenças positivas e negativas face às zonas protegidas, isto é, está estruturada sobre uma organização representacional menos complexa e que parece estar dissociada dos processos identitários que enquadram a relação com o lugar físico.

²² Este estudo foi parcialmente financiado pelo Programa LIFE-Natureza da Comissão Europeia no âmbito do projecto LIFE Lince Moura/Barrancos (ref. LIFE06 NAT/P/000191).

Estes resultados apontam para que seja necessário compreender melhor como se mobilizam e conjugam processos representacionais e identitários dentro das comunidades locais para receber as novas leis de conservação. Isso permitirá aumentar a compreensão sobre os processos que permitem às comunidades e aos grupos que as compõem mobilizar-se para simultaneamente apresentar uma posição bastante consensual – o acordo generalizado com a conservação da natureza - e manifestar formas distintas de resistir às novas leis. Com este terceiro estudo pretende-se então comparar o modo como residentes com e sem interesses investidos (re)constroem e (re)significam o conhecimento sobre as leis de conservação da biodiversidade e como estes processos de representação reflectem os seus projectos para a comunidade.

Como enquadramento para este estudo retomamos a proposta da abordagem das representações sociais de salientar a importância que os processos comunicativos, relacionais e culturais (Moscovici, 1998; Moscovici e Marková, 1998) desempenham na construção social de significado. As representações sociais são sempre historicamente enquadradas e contextualmente produzidas e negociadas e, por isso, os formatos comunicativos que estas assumem estão sujeitos aos constrangimentos normativos (Doise, 1993; Moscovici, 1961/1976) que emergem dos níveis societal e local. No presente estudo parte-se ainda da ancoragem como mecanismo de apropriação das novas leis para compreender como temas globais e locais são articulados em actos representacionais orientados para fomentar ou limitar o avanço das propostas de mudança.

O processo de ancoragem (Moscovici, 1976) permite integrar uma nova ideia na comunicação ao estabelecer ligações com representações e conteúdos já existentes. O posicionamento de diferentes grupos e actores sociais em relação às novas leis resulta, consequentemente, da interacção entre as novas ideias que circulam sobre as leis e as normas locais já estabelecidas (Batel e Castro, 2008; Buijs, 2009; Castro e Mouro, 2011; Tuffin e Frewin, 2008). Além disso, no decurso deste processo de ancoragem, as novas e velhas ideias tendem a modificar-se (Moscovici, 1988) e muitas vezes as ‘novas’ representações acabam por ser uma articulação híbrida do que é familiar e não-familiar (Buijs, 2009; Castro, 2006; Moscovici, 1998). A comparação entre diferentes grupos dentro de cada comunidade contribui assim para compreender quais as organizações dos conteúdos representacionais que emergem neste contexto.

Para examinarmos como a articulação entre temas globais e locais (Uzzell, 2000) constrói posições específicas face às leis de conservação da biodiversidade no presente estudo focam-se especificamente: (1) na forma como nos grupos de discussão serão apresentadas as

ideias sobre a natureza a nível global (Visões da natureza, tal como definidas pela Teoria Cultural, Dake, 1992); (2) os projectos identitários e representacionais relativos ao futuro da comunidade a nível local (Campbell e Jovchelovitch, 2000; Jovchelovitch, 2007; Gaskell e Bauer 2008).

Este estudo pretende também contribuir para o entendimento das relações entre representações, identidade e poder na comunidade, uma lacuna tornada saliente por vários autores (Campbell e Jovchelovitch, 2000; Howarth, 2002, 2006). A literatura tem mostrado que diferentes práticas discursivas estão associadas a posicionamentos e identidades distintas (Castro, 2002a; Gervais e Jovchelovitch, 1999; Howarth, 2006; Tuffin e Frewin, 2008). Identidades e práticas são aspectos que se relacionam com o processo de re-presentação por salientarem a instrumentalidade das representações na definição das relações entre diferentes interlocutores e de como se actua ou deve actuar em determinado contexto.

Quanto à relação entre re-presentação e poder, ela tem sido pouco examinada em geral (Howarth, 2006) e também no caso específico das novas leis para a sustentabilidade. Torna-se assim ainda necessário compreender como as narrativas da comunidade sobre a forma como lidam com os dilemas com que se confrontam, mas também como introduzem conteúdos relacionados com o envolvimento nos processos decisoriais (Campbell e Jovchelovitch, 2000), estão orientadas para apoiar, questionar ou rejeitar as mudanças propostas. Nesta perspectiva, é importante compreender ‘o que é que as representações sociais estão a fazer?’ (Moscovici, 1972; Howarth, 2006), ou seja, é necessário analisar a comunicação e o discurso do ponto de vista das suas consequências, questionando se a retórica utilizada pretende legitimar, contestar ou transformar as novas leis da conservação.

Em síntese, para este estudo temos como objectivo analisar como são (re)construídas representações das novas leis de conservação da natureza por diferentes sub-grupos que constituem as comunidades locais residentes em sítios Natura 2000, que conversaram em conjunto sobre estas questões em cinco grupos de discussão. Pretende-se conhecer em detalhe as categorias – globais e locais - que cada sub-grupo utiliza para re-presentar a sua relação com as novas leis e, concretamente, como estas representações estão associadas à construção da sua identidade, à adesão a novas práticas de conservação e à concepção do seu papel enquanto agentes desta mudança.

2. Método

2.1 Recolha do material textual

Com vista a conhecer em detalhe os temas e categorias que diferentes grupos mobilizam para se posicionar face às novas leis de conservação foi delineado um estudo qualitativo com recurso a grupos de discussão focalizada. Esta técnica de recolha de dados é um instrumento privilegiado para a identificação de diferentes estruturas argumentativas produzidas e em circulação sobre os assuntos em discussão porque permite a amostragem de perspectivas consensuais e conflituantes sobre o mesmo assunto (Gaskell, 2002).

Foram realizados cinco grupos de discussão focalizada com membros das comunidades locais abrangidas pelo *Sítio de Importância Comunitária Moura/Barrancos* da Rede Natura 2000²³. Nestas reuniões participaram 28 residentes com diferentes inserções sócio-profissionais. O principal critério de selecção dos participantes resulta do critério de segmentação que se revelou predictor de diferenças na relação entre atitudes face a zonas protegidas e práticas de conservação no Estudo 2: o nível de interesses investidos na exploração de recursos naturais.

Assim, foram recrutados residentes nos concelhos de Moura e Barrancos que (a) fossem proprietários de terreno na área de actuação do projecto e/ou com actividade profissional ou associativa relacionada com a exploração de recursos naturais (agricultura, criação de gado, exploração florestal, gestão cinegética, etc.) ou (b) não tivessem propriedade nem uma actividade relacionada directamente com a exploração de recursos naturais. Este critério de segmentação permite conhecer e comparar as posições dos membros da comunidade que se confrontam directamente com as leis que regem a Rede Natura 2000 e as de outros membros da comunidade que, não se confrontando directamente com a lei, se apropriam de e transformam as ideias que circulam sobre esses assuntos.

Os grupos eram homogéneos na sua composição relativamente ao nível de interesses investidos (participantes com vs. sem interesses investidos) e heterogéneos em características menos relevantes para o objectivo de pesquisa (idade, profissão, ter nascido na região) (Tabela 9). Os principais tópicos abordados estavam relacionados com a mudança e a

²³A recolha destes dados inseriu-se no âmbito do projecto LIFE Lince Moura-Barranco (ref. LIFE06 NAT/P/000191) e uma análise preliminar do material textual consta do relatório intercalar deste projecto (Mouro e Castro, 2008). Cada participante recebeu e validou o resumo da reunião em que participou; o conjunto de resumos obtidos foi disponibilizado na página de Internet do projecto.

estabilidade na região, com a relevância das questões da conservação da natureza e com as perspectivas para o futuro da região (Anexo C). As sessões duraram entre 90 e 130 minutos.

Tabela 9. Composição dos grupos de discussão focalizada

<i>Nº</i>	<i>Condição</i>	<i>Participantes</i>	<i>Idades</i>	<i>Duração</i>
1	Com interesses investidos	N=5 (proprietários locais, com actividades agrosilvopastoril e cinegética)	30-55	110m
2	Com interesses investidos	N=7 (1 proprietário, 1 gestor caça, 2 membros cooperativa agrícola, 3 membros associações desenvolvimento local)	25-65	130m
3	Sem interesses investidos	N=7 (residentes não proprietários e com actividades profissionais diversas)	25-55	90m
4	Com interesses investidos	N=5 (1 proprietário, 1 gestor caça, 1 membro associação caça, 1 presidente de junta freguesia, 1 membro de entidade reguladora das florestas)	35-65	110m
5	Sem interesses investidos	N=4 (residentes não proprietários e com actividades profissionais diversas)	25-55	90m

2.2. Critérios de análise do material textual

Foi efectuada a transcrição integral do material gravado durante as reuniões, que constitui o *corpus* textual deste estudo. O resumo e a análise preliminar de cada grupo de discussão permitiu avaliar o seu contributo para as questões de pesquisa e identificar quando foi atingido o nível de saturação teórica (Bauer e Gaskell, 2000). As intervenções dos participantes foram analisadas e considerou-se que delas emergiram três temas, que permitem caracterizar os processos de representação da relação com as leis para a conservação da biodiversidade.

Um conjunto de intervenções refere-se a modos de conceber a relação pessoas-natureza. Para dar sentido a estas intervenções, foram usadas as premissas da Teoria Cultural, que propõe existirem diferentes *visões da natureza* (robusta, frágil, benigna e caprichosa) e formas de lidar com e solucionar problemas ambientais (respectivamente, hierárquica, igualitária, individualista e fatalista) (Castro, 2000; Dake, 1992; Lima, 2005; Lima e Castro

2005; Steg e Sievers, 2000). Neste estudo, esta é uma temática mais genérica que reflecte crenças gerais sobre a vulnerabilidade da natureza e que serve de enquadramento às restantes.

O segundo tema tem que ver com a direcção das propostas de desenvolvimento da comunidade para o futuro, que designámos de *projectos representacionais* (Gaskell e Bauer 2008). Concretamente, distingue-se entre projectos que estejam em consonância com as leis de conservação da natureza dos que propõe que ela seja melhorada ou profundamente alterada.

O terceiro tema ilustra as *posições face às leis de conservação*. Aqui se distinguem posições em que é dada primazia à lei, daquelas posições em que esta é apresentada como desajustada ao contexto (Tuffin e Frewin, 2008) ou ainda, de forma mais rígida, como um claro obstáculo ao desenvolvimento pretendido para a comunidade.

Os excertos comentados na próxima secção foram, portanto, seleccionados de modo a ilustrar a presença de diferentes posições face às novas leis de conservação da biodiversidade ancoradas em temas de âmbito mais genérico, como as visões da natureza, ou de âmbito mais concreto e contextual, como os projectos para a comunidade.

3. Análises

Antes de apresentarmos com detalhe os temas - e as categorias que dentro de cada tema abordam dimensões diferentes - em que as perspectivas locais dos sub-grupos sobre as leis de conservação ancoram, é necessário referir que neste estudo volta a emergir um padrão consensual, por parte das comunidades, de lidar com as propostas de inovação legal para a conservação da biodiversidade - o apoio genérico a esta norma social. Em todos os grupos de discussão foi expresso, pelos participantes, esse acordo genérico com a conservação da biodiversidade. Assim, tal como nos Estudos 1 e 2, verificou-se que os entrevistados organizaram o seu discurso de modo a tornar saliente a sua adesão, ainda que superficial, à nova norma. Como vimos no Estudo 1, esta estratégia retórica, de ‘convencionar’ a norma (Marková, 2008), tem como consequência abrir o espaço representacional para a introdução de críticas às novas leis sem que isso implique uma resistência flagrante às novas normas, evitando assim as consequências sociais de um discurso anti-normativo.

Um segundo aspecto consenso que emerge destas sessões resulta de os residentes apresentarem estas comunidades como lugares que foram afastados do desenvolvimento económico e do progresso. Recorrendo a diferentes argumentos, residentes com e sem

interesses investidos descrevem o lugar onde vivem como esquecido pelos governos, e consequentemente, isolado, com falta de infra-estruturas e despovoado. Embora alguns participantes sugiram também que é preciso haver mais iniciativa local, no global os discursos locais são marcados pelo fatalismo frequentemente associado ao presente e futuro do interior do país.

Tendo presente este enquadramento genérico, apresentamos em seguida as temáticas de ancoragem a partir das quais foram estabelecidas comparações entre os dois grupos de residentes – proprietários/ com interesses investidos e não proprietários/ sem interesses investidos – para compreender melhor as dinâmicas contextuais na construção dos significados das novas leis. Os temas e categorias dentro deles estão associados quer a propostas teóricas, como a da Teoria Cultural, quer aos dados empíricos, como no caso das posições face às leis de conservação. O objectivo é ilustrar como a ancoragem nestas diferentes noções interage para construir diferentes perspectivas e posições face às leis e práticas de conservação da biodiversidade. Para cada tema serão apresentados e comentados excertos ilustrativos das diferentes categorias de ancoragem, sempre que possível oriundos dos dois sub-grupos que se pretende aqui comparar.

Começamos então por exemplificar o modo como as comunidades se expressam relativamente à conservação da natureza e da biodiversidade, tendo por enquadramento as propostas da Teoria Cultural (Dake, 1992; Douglas e Wildavsky, 1982).

3.1 Visões da natureza

Os primeiros excertos ilustram diferentes *visões da natureza* tendo por base as propostas da Teoria Cultural. Relativamente a este tema, encontramos nos discursos dos residentes exemplos de três visões da natureza: hierárquica, individualista e igualitária. Genericamente, uma visão hierárquica propõe que a natureza é robusta, tolerante embora apenas até certo ponto, e que os problemas ambientais podem ser solucionados por peritos e controlados recorrendo à intervenção do governo (Dake, 1992; Lima, 2005). Os primeiros dois excertos exemplificam a referência um *modelo hierárquico* de gestão da biodiversidade como forma de evitar a extinção de espécies. Estes excertos ilustram propostas avançadas por dois residentes as quais ancoram na responsabilização do Estado na conservação das espécies, ao sugerir que esta seja feita em cativeiro ou reservas naturais.

Excerto 1 – visão hierárquica (com interesses investidos)

Qualquer pessoa pensa que nenhuma espécie deve ser extinta, com certeza pronto. Agora quais são as consequências de um grande esforço para não extinguir nenhuma espécie? (...) a Europa teve *n* espécies que foram sendo extintas, se nós as queremos preservar para que não se extingam tem que ser em sistema de cativeiro (representante de cooperativa agrícola, GDisc.2-CA1)

Excerto 2 – visão hierárquica (sem interesses investidos)

A pergunta era se deveríamos preservar a natureza. Acho que sim tendo em conta que por exemplo o Concelho tem um espaço que é visitado, a Contenda [reserva de caça gerida pelo Estado], e que ao preservar-se também esse próprio espaço poderia estar-se, e voltamos novamente a falar aquilo que já aqui falamos, podemos também estar a contribuir também para o próprio desenvolvimento ao nível do turismo. (advogada, GDisc.5-R4)

No excerto 1, um residente com interesses investidos, representante de uma cooperativa agrícola local, salienta que, embora a extinção de qualquer espécie seja, em si mesma, um resultado indesejável, este resultado não pode sobrepor-se ao “grande esforço” que as comunidades teriam de fazer para evitar que ele acontecesse. Por isso, e porque a extinção de espécies é apresentada como um fenómeno que ocorre frequentemente (“a Europa teve *n* espécies que foram sendo extintas”), o ónus da responsabilidade sobre a protecção das espécies não deve ser colocado nas comunidades. É antes uma responsabilidade geral (“se nós as queremos preservar”) garantir que as espécies subsistam em cativeiro, um tipo de solução que cabe ao Estado implementar, e por isso hierárquica.

O segundo excerto mostra que os residentes sem interesses investidos também recorrem a esta visão da natureza para delinear soluções acerca da conservação da biodiversidade. Neste caso concreto, uma residente considera que faz sentido a conservação da natureza a nível local apenas se esta for confinada a um espaço específico, que identifica com uma reserva de caça que já existe naquela zona e que é gerida pelo Estado. Isto permite, segundo esta residente, que a biodiversidade local seja protegida e que ainda haja alguma mais-valia económica para a comunidade, em termos turísticos. A visão hierárquica da conservação da biodiversidade tem, portanto, como consequência afastar das propriedades privadas e retirar aos cidadãos locais a responsabilidade pela protecção das espécies – embora não a afaste totalmente do contexto local.

Os dois próximos excertos introduzem uma *visão individualista* da conservação da natureza, orientada para apresentar uma natureza benigna, que se auto-regula e que, pelo menos a nível local, não está ameaçada. Em geral, a visão individualista propõe que os recursos que a natureza fornece são abundantes e que a humanidade tem capacidade para os controlar, nomeadamente através dos avanços tecnológicos (Dake, 1992). A crença na abundância de recursos surge associada a crenças sobre a liberdade de agir e a aplicação das leis do mercado, sendo rejeitado o controlo por parte do Estado (Dake, 1992; Lima, 2005). Como veremos, em consonância com esta perspectiva, o excerto 3 apresenta uma natureza que se tem vindo a auto-regular com o apoio da intervenção humana, neste caso concreto, do tipo de gestão que o proprietário (e a sua família ao longo das últimas gerações) tem efectuado na sua propriedade.

Excerto 3 – visão individualista (com interesses investidos)

Um dia mandaram-me, o ICN, um papel a dizer que eu tinha na minha propriedade [...] um ninho de águias reais em tal sítio. E depois mandavam as coisas daquilo que me aconteceria se eu tocasse naquilo (...) ou seja não perceberam que as águias reais só existiam, só nidificaram ali não é por eles serem os grandes protectores da natureza, é por causa do tipo de exploração que eu cultivo na minha propriedade! (proprietário, GDisc.1-P2)

Este proprietário pretendeu tornar saliente que não são as novas leis de conservação da biodiversidade que protegem as espécies. Segundo ele, uma espécie ameaçada (águia) voltou a nidificar na sua propriedade sem que houvesse qualquer intervenção do Estado nesse sentido. Com base nesse exemplo, o papel do Estado é desvalorizado. Ao invés de incentivar práticas de gestão dos recursos naturais que efectivamente se mostram favoráveis à protecção da biodiversidade (“só nidificaram ali por causa do tipo de exploração que eu cultivo”), o Estado restringe a livre iniciativa dos proprietários nos seus terrenos. A intervenção do Estado nestas matérias é, assim, apresentada como paradoxal e, por isso, desacreditada. A ameaça à liberdade pessoal que a intervenção estatal representa constitui, neste discurso, um factor de risco para a própria conservação das espécies ameaçadas.

Um segundo exemplo do uso de características individualistas na representação da conservação da biodiversidade foi retirado das sessões com residentes sem interesses investidos. Neste excerto, uma residente questiona porque é que é necessário proteger a natureza naquele local, porque é que é preciso que as propriedades privadas sejam sujeitas às

novas leis de conservação da biodiversidade, quando não há evidências de que a natureza ali esteja em perigo.

Excerto 4 – visão individualista (sem interesses investidos)

Se há problema que eu não tenha na minha cabeça é a protecção da natureza aqui. Né? [risos] Que ela tá tão protegida, eu acho, não há fábricas, não há poluentes, não há carros (...) as poucas iniciativas e as poucas possibilidades que há de fazer qualquer coisa ainda vão ser dificultadas exactamente pelos planos de protecção da natureza (...) acho que as pessoas aceitam mal que lhes aconteça isso. Porque não percebem porque é que o seu pequeno terreno tá numa, tá numa área protegida. Mas porquê? Quais são as ameaças? (farmacêutica, GDisc.3-R7)

Para esta residente o risco ambiental está claramente associado a ameaças como a poluição. A sua intervenção opõe assim uma definição biofóbica do “ambiente”, como poluído e a necessitar de intervenção humana, a uma visão biofílica da “natureza”, não intervencionada e de que se pode desfrutar (Hovardas e Stamous, 2006). Esta construção argumentativa, tal como a anterior, pretende salientar que actualmente não existe grande motivo para preocupação com a protecção da natureza a nível local. Concretamente, esta residente evoca um argumento muito semelhante ao que sustenta a hipermetropia ambiental (Castro e Mouro, 2011; García-Mira et al., 2005; Lima e Castro, 2005; Uzzell, 2000), mecanismo através do qual os problemas ambientais a nível local são minimizados face aos problemas ambientais globais. Assim, embora a preocupação com “a natureza, e com o ambiente, e com o planeta” seja considerada relevante, também é proposto que só faz sentido agir se houver algum problema para resolver a nível local – o que não é o caso. O uso deste tipo de argumentação pelos residentes sem interesses investidos pode ajudar a compreender porque é que no Estudo 2 não foi encontrada relação entre a identificação com o local e as atitudes face às zonas protegidas para este grupo: se a conservação da natureza é representada como uma questão não-local, a atitude será pouco afectada pelos processos identitários de relação com o lugar físico.

No conjunto, estes dois excertos mostram que a perda de biodiversidade não é considerada um problema ambiental ao nível local, da comunidade (García-Mira et al., 2005), o que pode estar associado ao facto de esta questão ambiental ser frequentemente tratada de forma genérica e descontextualizada pela imprensa nacional e alvo de contestação na imprensa local (Castro et al., 2011). Este distanciamento é utilizado pelos residentes para

criticar as leis de conservação por estas dificultarem “ainda mais” as possibilidades de desenvolvimento dos concelhos no interior do país.

Finalmente, no próximo excerto encontramos um exemplo de uma *visão igualitária* da conservação da biodiversidade. A visão igualitária é aquela que propõe que a natureza é frágil e efémera, sendo necessário protegê-la da interferência humana (Dake, 1992). Os recursos que a natureza fornece são vistos como escassos e, conseqüentemente, considera-se necessário forçar a alteração de comportamentos que comprometam o equilíbrio da natureza. Nos grupos de discussão focalizada que realizámos esta visão da natureza foi proposta apenas por uma residente sem interesses investidos. No excerto 5, esta residente defende que, na hierarquia de valores, a conservação da natureza é um valor superior e que, por isso, não se deve permitir excepções às leis que protegem o património natural.

Excerto 5 – visão igualitária (sem interesses investidos)

Por causa do Alqueva (...) vi muito património fantástico, inigualável desaparecer. Portanto, logo aí por muito que pudesse ser a bem de outros valores, e claro que esperamos que ainda seja, logo aí houve uma degradação do património natural que nós tínhamos à nossa disposição. Porque, porque havia uma cegonha preta em Santo Amador ou porque havia um bufo real na, na em Santo Aleixo e, e agora já não há. Não sei, era só um casal, desapareceram, não interessa. (...) Acho que se deve preservar, acho que há valores superiores (designer, GDisc.3-R4)

Esta residente introduz o exemplo da construção da barragem do Alqueva para ilustrar como, a nível local, o património natural foi já bastante afectado. A defesa do património natural justifica-se pelo seu valor intrínseco, por ser “fantástico”. Recorrendo à ironia, contesta que a quantidade de exemplares de uma espécie possa determinar se esta deve ou não ser salva (“era só um casal, não interessa”), uma vez que o que desapareceu é “inigualável”²⁴. A natureza é, deste modo, representada como algo frágil, que precisa de ser protegido através de um esforço comum prioritário.

Além disso, distinguindo-se das outras perspectivas, a conservação da biodiversidade é aqui claramente apresentada como um problema local, sendo usados exemplos concretos da

²⁴ É de notar que esta contra-argumentação responde directamente a um argumento que identificámos no Estudo 1, apresentado por um autarca que pretendia contestar a rigidez com que as leis são aplicadas “por causa de um casal de morcegos”. A presença destes argumentos em diferentes comunidades locais sugere que estes circulam não apenas na comunidade, mas também a nível regional, e que as diferentes posições se encontram umas com as outras numa esfera pública mais alargada que está a debater as questões da conservação da biodiversidade de forma activa.

sua perda no contexto específico em que os residentes vivem. Assim, embora a literatura tenha mostrado que os “igualitários” tendem a preocupar-se mais com os problemas ambientais globais do que com os locais (Lima e Castro, 2005), o próprio desenrolar do debate parece ter exigido que fosse dada maior atenção aos exemplos locais. Em resposta à visão individualista (excerto 4) de que “o problema não está aqui” é contraposta a visão igualitária de que o problema é também local e afecta “o património natural que nós tínhamos à nossa disposição”. A comunidade é, deste modo, convocada a reconhecer a perda de biodiversidade como uma questão local e a hierarquizar os seus valores em função disto.

Importa ainda referir que nestes debates não encontrámos traços da visão fatalista da natureza, a que propõe uma natureza caprichosa, imprevisível, que não é possível controlar. Para esta perspectiva, é difícil prever se os problemas ambientais se vão ou não agravar e que consequências poderão daí resultar (Dake, 1992; Lima, 2005). É provável que esta visão da natureza não tenha surgido porque implicaria adoptar uma posição anti-normativa, de questionar se as preocupações com a conservação da natureza fazem ou não sentido. Ora, como já foi ilustrado no Estudo 1, as comunidades têm a preocupação de não contestar de forma explícita esta norma, recorrendo antes a formatos argumentativos que permitem simultaneamente concordar com a norma (“convencionar”) e contestar os seus modos concretos de aplicação (“tematizar”) (Marková, 2008).

Na próxima secção apresentam-se diferentes posições dos participantes face à forma como os projectos para o futuro da comunidade se conciliam com as novas leis de conservação da biodiversidade.

3.2 Projectos para o futuro da comunidade

Com este tema pretende-se ilustrar os modos como os membros das comunidades locais projectam o futuro da comunidade (Bauer e Gaskell, 2008), organizando essas propostas de acordo com o que implicariam em termos de manutenção ou revisão das leis de conservação da biodiversidade. Foram identificadas três tipos de propostas: (1) as que se orientam para cumprir as leis, (2) as que propõem algumas alterações e (3) as que, para serem implementadas, implicariam mudanças profundas nas leis de conservação.

No excerto 6 apresenta-se um exemplo de como é defendido o cumprimento das leis de conservação através da conciliação entre actividades económicas e protecção das espécies locais. Para este membro de uma associação de desenvolvimento local o que importa no futuro é investir em formas de conciliar estes dois motivos de orgulho local.

Excerto 6 – cumprir a lei (com interesses investidos)

Eu penso que eh eh eu também subscrevo as críticas que foram estabelecidas ao ICN (...) Agora eu continuo a dizer que eh este território, nós temos que conciliar diferentes interesses porque há os agricultores, há os caçadores, há os que usufruem da paisagem (...) as pessoas pagam bem por actividades de observação da natureza ou o quer que seja e que são compatibilizáveis com com a agricultura que existe nesses territórios (...) Eu fico muito orgulhoso quando digo que este concelho é conhecido pelo azeite que produz, mas também me sinto orgulhoso por dizer que este concelho tem digamos a colónia mais importante da Europa de morcegos (...) Nós temos é que ver, portanto não é dizer que os morcegos não são importantes, são importantes! O olival é importante e com a ajuda dos morcegos se calhar ainda valorizamos mais o olival que tem melhor qualidade porque não é sulfatado. Portanto, as coisas estão todas ligadas (representante de associação de desenvolvimento local, GDisc.2-ADL2)

Em geral, as propostas que surgiram nos debates de actividades económicas locais que não contrariam as leis de conservação da biodiversidade têm que ver com o turismo de observação da natureza e a revitalização de usos tradicionais do solo, como o olival extensivo ou a produção de figo. A intervenção deste participante foca este tipo de conciliação de interesses. Como se entende pelo início da sua intervenção, este residente procura esclarecer que subscreve as críticas feitas ao ICNB (sobre a sua dificuldade em integrar as perspectivas locais) antes de apresentar a sua visão para o futuro destas comunidades. Esta é uma forma de inocular (Potter, 1996) a possível rejeição dos seus argumentos por parte dos participantes que consideram necessário alterar as actuais leis.

Assim, embora concorde que é preciso haver mais diálogo das instituições nacionais com o nível local, este residente defende também que existe potencial para surgirem iniciativas locais que conciliem os diferentes interesses da comunidade e a conservação da biodiversidade. Para acentuar como a sua perspectiva integra também a dimensão económica, de rentabilidade dos recursos, torna saliente que o azeite local é motivo de orgulho e propõe que a preservação de espécies locais é importante (também) porque contribui para a qualidade deste produto. A lógica que subjaz a este argumento é a de que a comunidade e a natureza local integram ambas um sistema dinâmico em que as partes se influenciam mutuamente e retiram vantagem dessas relações.

Nas propostas dos residentes sem interesses investidos encontramos também um exemplo de complementaridade entre as actividades económicas e a conservação da natureza que não pressupõe alteração às actuais leis, no âmbito de uma proposta de cumprir a lei.

Excerto 7 – cumprir a lei (sem interesses investidos)

Há outra coisa que se percebeu aqui por este pequeno painel, que as pessoas vêem protecção do ambiente mais como ameaça do que como uma, uma, um, uma potencialidade da região. E eu acho que é uma coisa que bem pensada, se calhar a tal mini-casa no meio do, da herdade, muito bem promovida, com um bom design [riso] e com, com um projecto integrado também a nível da protecção na natureza terá muito mais potencialidades de rentabilidade económica do que um grande projecto com muitas habitações que seja mais um hotel no meio do campo mas uma coisa desligada da natureza. As pessoas não têm visão daquilo que a protecção da natureza lhes poderá trazer de bom. E por isso encaram como uma, uma ameaça. (designer, GDisc.3-R5)

Neste excerto, uma residente entra no debate sobre os constrangimentos à construção de infra-estruturas de habitação/turísticas em Rede Natura propondo que se respeite as limitações impostas e que se invista em projectos mais pequenos, que têm até a vantagem de serem mais sustentáveis. A mais-valia destes pequenos projectos é, portanto, não apenas proteger a natureza, mas também garantir a rentabilidade aproveitando o que a “natureza lhes poderá trazer de bom”. Em suma, ambos os excertos que ilustram esta perspectiva orientada para cumprir a lei dão bastante visibilidade à dimensão económica da conservação da biodiversidade, remetendo claramente para o conceito híbrido de sustentabilidade (Rosa e Silva, 2005).

Um segundo conjunto de excertos pretende exemplificar uma outra visão para o futuro destas comunidades, a de que é possível conciliar as actividades económicas com a conservação da biodiversidade mas apenas se houvessem algumas alterações às actuais leis. O excerto 8 exemplifica esta tomada de posição nos residentes com interesses investidos.

Excerto 8 – alterar a lei (com interesses investidos)

Estamos, mediante uma série de compensações, muitos de nós na disposição de prescindir. Porque conhecemos o nosso ecossistema, estamos na disposição de prescindir de técnicas em princípio mais agressivas e até de maiores produções. Com uma compensação que nos permita viver da agricultura. (proprietário, GDisc.1-P1)

Este proprietário com actividade agrícola propõe que muitos agricultores estariam dispostos a prescindir de “maiores produções”, ou seja, de maior lucro, para evitar a perda de biodiversidade. O seu argumento é o de que “conhecemos o nosso ecossistema”, e portanto sabem que algumas técnicas são mais agressivas e isso terá consequências sobre o solo e a paisagem. No entanto, avança que isso só será possível mediante compensações que compensem a perda de rendimento que terão por adoptar essas técnicas menos agressivas. A situação actual não permite que o agricultor tire rendimentos suficientes da sua exploração agrícola – pelo menos se respeitar aquilo que as leis de conservação propõem como boas práticas. Assim, este agricultor propõe que a lei seja alterada, no sentido de compensar os baixos rendimentos que uma agricultura tradicional, extensiva trará. A responsabilidade pela continuidade das políticas de conservação da biodiversidade fica assim dependente da iniciativa do Estado em integrar estas reivindicações.

Alguns residentes sem interesses investidos consideram também que é possível conciliar desenvolvimento económico e conservação da natureza mediante a alteração das leis. No excerto 9 a proposta consiste em aumentar as possibilidades de desenvolver o turismo, ainda que de forma controlada.

Excerto 9 – alterar a lei (sem interesses investidos)

Ter turismo mas sempre com regras e havendo dando sempre atenção à parte da qualidade, preservar muito as coisas como há pouco estávamos a falar. Realmente a parte da natureza é importante e há bocado estávamos a falar no Alentejo se queremos conservá-lo estamos na melhor altura, não é? Não é construirmos e depois é que pensamos ‘afinal essa parte também é’. Desde que não seja exagerado como é o caso do concelho de Moura que eu acho que é um exagero, desde que seja controlado mas controlado e que deixe também desenvolver o concelho, não é? (jornalista, GDisc.5-R2)

O turismo “com regras” (que se opõe à exploração turística desregrada que ocorre em algumas zonas) justifica-se porque “realmente a parte da natureza” é importante para atrair turistas, uma vez que este é um factor diferenciador daqueles concelhos. Nas palavras de outra residente sem interesses investidos, “temos que aproveitar o que temos e o que temos é campo” (advogada, R3-FG5). O discurso deste participante mobiliza-se, assim, para defender

a conservação da paisagem, embora proponha que haja menos rigidez nas leis que, na sua opinião, restringem o desenvolvimento daquele concelho.

Os excertos 10 e 11 pretendem ilustrar propostas de futuro para as comunidades locais que implicam, necessariamente, alterações profundas nas actuais leis. É que propõe este representante de uma cooperativa agrícola local, ao defender que o futuro da região está no aparecimento de mais indústria, para que a transformação dos produtos locais seja feita na região.

Excerto 10 – alterar profundamente a lei (com interesses investidos)

Indústria! Mais indústria (...) que estejam ligadas à transformação das produções locais (...) Temos olivais, temos porco preto, temos coisas de turismo relacionadas com o Alqueva, têm que ser potencializados. Qual é o inconveniente disso, vamos pôr turistas no Alqueva e vão estragar o ambiente? Acho que não, tem que ser tudo ordenado, é o que temos à mão e isso tem que ser potencializado, agora se existem só constrangimentos, obstruções a isto então a região não se modifica. (representante de cooperativa agrícola, GDisc.2-CA1)

A proposta deste participante é a de que sejam exploradas e potencializadas as actuais áreas de negócio – olival, porco preto – através da indústria de transformação, mas também novas áreas de negócio, como o turismo associado ao Alqueva. Este tipo de proposta implica alterações substanciais nas leis uma vez que pressupõe a utilização de terrenos das zonas protegidas para a construção de infra-estruturas de média e grande escala. Acarreta, além disso, outras consequências negativas para a conservação da biodiversidade associadas às descargas poluentes resultantes deste tipo de investimentos. Mas isso não parece ser um “inconveniente” que justifique existirem “só constrangimentos, obstruções”. A representação das comunidades locais como estagnadas e privadas do acesso ao progresso e riqueza contribui para sustentar a defesa destes projectos, como é ilustrado também pelo excerto seguinte.

Excerto 11 - alterar profundamente a lei (sem interesses investidos)

Acabou-se a base [agrícola], acabou praticamente, ou ela ficou muito reduzida, não há outras actividades económicas que possam suportar a, a vida das pessoas. Não há indústria, aquilo que eu vejo é tudo muito oco, muito vazio. (...) os decisores locais deviam ter procurado alternativas, do tipo financiar empresas que se quisessem

instalar aqui, fábricas eh hh facilitar, qualquer entidade, qualquer empresário, qualquer coisa que viesse criar riqueza aqui e para nós conseguirmos manter o nível que tínhamos. (farmacêutica, R7-FG3)

Para esta residente sem interesses investidos o quase desaparecimento da estrutura agrícola que gerava riqueza a nível local justifica que se possibilite o acesso aos recursos locais por parte de qualquer tipo de investimento que crie riqueza, nomeadamente “fábricas”. A transição do sector agrícola para o sector de serviços como grande empregador destes concelhos é apresentada como sendo um projecto “oco”, que não permitiu “manter o nível que tínhamos”. Esta perspectiva face ao futuro da comunidade, ilustrada pelos excertos 10 e 11, não integra, portanto, a conservação da natureza e da biodiversidade como elementos representacionais que contribuem para definir estes territórios. A oposição entre desenvolvimento económico e conservação da biodiversidade é aqui extremada, procurando recuperar a representação das zonas rurais como zonas de produção (Figueiredo, 2008) e atribuindo à natureza apenas o papel instrumental de incentivar o turismo.

3.3. Posição face às leis de conservação

A articulação entre os dois temas apresentados acima sustenta três tipos de posição face às leis de conservação da natureza: a primazia da lei, a lei que não se adapta ao contexto e a lei como obstáculo aos projectos locais. Começamos pela posição que dá primazia à lei, aquela que não admite que o cumprimento da lei seja colocado em causa. No excerto 12 uma residente sem interesses investidos salienta como é para si preocupante a desconsideração face aos regulamentos que definem o tipo de utilização da terra. Na sua perspectiva, se é proibido construir por ser um território com características ecológicas importantes, então essas leis devem ser cumpridas.

Excerto 12 – Primazia da lei

A mim o que me preocupa é, é ser proibido construir porque é reserva agrícola, porque é reserva ecológica e ver construção lá. (designer, GDisc.3-R4)

Esta perspectiva face às leis de conservação está ancorada numa visão igualitária da natureza (excerto 5) e num projecto para a comunidade que se enquadra nos limites da lei

(excerto 7). Este discurso focado na primazia da lei (Tuffin e Frewin, 2008) foi usado apenas por residentes sem interesses investidos.

A segunda posição, ilustrada no excerto 13, considera, por sua vez, que a lei é muito genérica e precisa de adaptação ao contexto concreto em que vai ser colocada em prática.

Excerto 13 – Falta adaptação ao contexto (com interesses investidos)

A lei é seca, é estranha, até pode estar bem feita, mas é seca às contingências, à evolução das das coisas, às circunstâncias pontuais (...) Por exemplo, para criar uma pequena empresa de turismo rural é preciso um um milhão de papéis eh e e eh e não apenas é preciso esse milhão de papéis porque a lei obriga, depois ainda está tudo muito sujeito à vontade das pessoas. Isto é difícil assim (representante de associação de desenvolvimento local, GDisc.2-ADL1)

Várias intervenções de residentes com interesses investidos propõem uma leitura das leis de conservação que se pode sintetizar nas expressões usadas por esta participante: estas leis são “estranhas”, “secas”, não respondem ao contexto ou “às circunstâncias pontuais”. Torna-se, portanto, difícil cumprir a lei devido à burocracia que entorpece o sistema e devido às múltiplas leituras que uma lei abstracta pode ter, ficando “tudo muito sujeito à vontade das pessoas” que avaliam e fiscalizam os casos concretos.

A grande causa avançada para este desfasamento entre o nível societal, onde as leis são redigidas em termos muitas vezes abstractos, e o nível local, onde as mesmas leis têm de ser traduzidas em práticas concretas (Castro e Mouro, 2011), é a falta de envolvimento das comunidades locais nas decisões acerca destas matérias. Nas palavras de outro residente, é preciso “ouvir localmente os interessados, localmente. Numa negociação que é geral, se calhar não interessa pronto que toda a gente se vá pronunciar sobre tudo. Tem que os interessados pronunciarem-se” (representante de cooperativa agrícola, CA1-FG2). Isto significa que também não é preciso ouvir todos, que para os residentes com interesses investidos uma participação do tipo hierárquico ou normativo (Moscovici e Doise, 1991), em que apenas alguns devem ser chamados a participar, pode ser suficiente. Afastam-se assim de uma perspectiva consensual da participação, em que toda a comunidade com as suas diferentes perspectivas seria envolvida nas tomadas de decisão.

Não obstante, os residentes sem interesses investidos também estão atentos às alterações que estas leis têm vindo a introduzir, contestam a “cegueira” destas leis e, como o

excerto 14 ilustra, propõem uma aplicação das leis de conservação ainda mais relativista, argumentando que as proibições devem ser avaliadas “caso a caso”.

Excerto 14 – Falta adaptação ao contexto (sem interesses investidos)

Em relação à preservação da natureza, acho que os casos devem tomados caso a caso. Serem avaliados ver os prós e os contras, se vão mesmo ou não, contra a preservação da natureza e depois aí decidir (...) mas não bloquear assim completamente logo de início com uma lei. (...) Há uma lei que se aplica a todos os casos. Penso que aqui se deveria cada projecto deveria ser analisado. (advogada, GDisc.5-R4)

O apelo à adaptação da lei ao contexto (Tuffin e Frewin, 2008), ao relativismo na aplicação da lei, ancora, neste caso, numa visão hierárquica da natureza, segundo a qual as questões ambientais podem ser controladas através de regulamentos e leis. No entanto, a defesa dessa posição está condicionada pela capacidade de esses regulamentos e leis integrarem e reflectirem o conhecimento local e algumas preocupações locais (excertos 8 e 9). De outro modo, a visão hierárquica tenderá a relegar para o Estado o papel exclusivo de protecção da biodiversidade, para o realizar em espaços confinados e com fronteiras bem delimitadas, afastando das comunidades essa responsabilidade (excertos 1 e 2).

A terceira e última posição, ilustrada nos excertos 15 e 16, considera que a lei é um obstáculo ao desenvolvimento local. Os dois excertos apresentados propõem que as leis de conservação colocam em causa a sustentabilidade da economia local, por não permitir o investimento em novas actividades económicas. As restrições às actividades económicas e à construção nas zonas protegidas faz com que a lei seja entendida como algo que deve ser profundamente alterado.

Excerto 15 – A lei como obstáculo (com interesses investidos)

O que eu sei é que tá-se há há há três ou quatro anos a esta parte é travar uma situação que esta zona toda podia tar cheia de olivais (...) foi tudo negado (...) porque dizem eles que altera o habitat [dos morcegos]. (...) e depois tem a ver também por causa das abetardas, que altera o habitat e que elas vão pra outro lado. (...) Se a gente deixar de semear se a gente deixar de coiso elas comem o quê? Não comem nada (proprietário e agricultor, GDisc.1-P5)

No excerto 15 um proprietário contesta as actuais leis de conservação por impossibilitarem a transição de um sistema tradicional extensivo para um sistema de exploração agrícola intensivo, neste caso de olival. A inclusão das propriedades em sítios Natura 2000 faz com que seja “tudo negado” em nome da protecção de espécies ameaçadas de extinção, como os morcegos e as abetardas. Estas leis são, portanto, representadas como um obstáculo ao desenvolvimento económico, posição que ancora numa visão individualista da natureza, segundo a qual a única ameaça que paira sobre estas espécies é a de que o seu habitat desapareça por os proprietários deixarem de cultivar as suas propriedades (ver também excerto 3). As ameaças não são, portanto, locais (excerto 4).

O próximo excerto evidencia como o discurso da “lei como obstáculo” circula pela comunidade e é apropriado pelos residentes sem interesses investidos para se posicionarem face às leis de conservação.

Excerto 16 – A lei como obstáculo (sem interesses investidos)

Não é por experiência própria, mas oiço dizer que é muito difícil, quer dizer, compra-se um olival, quer-se construir um armazém não se pode (...) nós já temos problemas que cheguem em termos de desenvolvimento, e isso vem complicar mais alguma coisa que se queira fazer. Vem complicar muito mais, né? (bancário, R2-FG3)

Apesar de não ter “experiência própria” no contacto com as novas leis, este residente já ouviu relatos das dificuldades que estas trazem aos proprietários. E se a conservação da biodiversidade não é vista como um problema local (excerto 4), os entraves ao desenvolvimento são entendidos desta forma. As dificuldades sentidas pelos proprietários passam a fazer parte dos problemas que “nós já temos”. Consequentemente, estas leis só vêm “complicar muito mais” uma situação que já é difícil. Não é, portanto, surpreendente que esta posição face à lei ancore também em projectos para a comunidade que implicariam alterações profundas da lei (excertos 10 e 11).

A tabela seguinte procura sintetizar os três discursos que encontramos nas comunidades locais para representar a sua relação com as novas leis e se posicionar face a elas.

Tabela 10. Associação entre a posição face à lei e as categorias de ancoragem por nível de interesses investidos

<i>Posição face às leis de conservação</i>	<i>Visões da natureza</i>	<i>Projectos futuros (implicam)</i>	<i>Grupos dentro da comunidade</i>
Primazia da lei	Igualitária	Cumprir a lei	Sem interesses investidos
Falta de adaptação ao contexto	Hierárquica	Melhorar a lei	Com e Sem interesses investidos
Obstáculo	Individualista	Alterar a lei	Com e Sem interesses investidos

Em suma, e como a tabela 10 ilustra, as diferentes posições face à lei presentes na comunidade encontram-se ancoradas em diferentes visões da natureza, uma categoria global, e em diferentes projectos para a comunidade, uma categoria local. Além disso, quando procuramos compreender quem expressa os diferentes discursos, constatamos que estes não estão particularmente associados a quem tem ou não interesses investidos, com excepção do discurso que torna saliente a primazia da lei. Este discurso, que propõe a conservação da natureza como um valor superior que não deve ser subjugado a outros, surgiu apenas em residentes sem interesses investidos.

Os outros dois discursos, um claramente moderado, que pretende ver respondidas algumas preocupações locais, e o outro mais rígido em relação à necessidade de alterar profundamente as novas leis, surgem quer nos grupos de residentes com interesses investidos, quer nos grupos de residentes sem interesses investidos. Uma análise mais fina mostraria que cada um destes dois tipos de discurso de resistência às novas leis pode ter actores específicos diferentes (por exemplo, no discurso de adaptação ao contexto encontramos mais vezes proprietários com investimento em técnicas agro-ambientais, favoráveis à protecção das espécies locais, enquanto que o discurso da lei enquanto obstáculo é proferido por membros de cooperativas agrícolas). Além disso, mostraria que estes discursos não são estanques e que, por vezes, o mesmo actor recorre a elementos de dois discursos distintos para avançar na argumentação. Mas consideramos que esta análise mostra principalmente que os discursos estão em circulação pelas comunidades e que, com maior ou menor grau de elaboração, vão sendo apropriados e mobilizados pelos diferentes grupos que as compõem para se posicionar face a estas propostas de mudança.

4. Discussão

Este estudo tinha como objectivo principal caracterizar a diversidade de posições dentro das comunidades locais face às mudanças legislativas relacionadas com a conservação da biodiversidade. Mais concretamente, pretendia-se comparar os elementos discursivos mobilizados por dois grupos distintos de residentes – com e sem interesses investidos – para os quais haviam sido encontradas diferenças no Estudo 2. Os resultados do Estudo 2 apontavam exactamente para a necessidade de compreender melhor como cada um destes dois grupos articula processos representacionais e identitários que permitem simultaneamente oferecer um apoio genérico às normas e ideias que circulam sobre as questões da conservação da natureza e manifestar resistência às novas leis.

As análises efectuadas no presente estudo partiram da proposta da abordagem das representações sociais de que os formatos comunicativos em que a representação é expressa estão sujeitos a constrangimentos normativos (Doise, 1993; Moscovici, 1961/1976) que emergem dos níveis societal e local. Considerando então que o meta-conhecimento das normas sociais e culturais estrutura o acto de representar (Elcherot et al., 2011), procurámos ilustrar como as representações das novas leis são ancoradas em diferentes temas e categorias, uns de carácter global, como as ideias sobre a natureza (Dake, 1992; Douglas e Wildavsky, 1986), outros de carácter local, como os projectos para o futuro da comunidade (Bauer e Gaskell, 2008).

Os resultados deste estudo reforçam os resultados dos dois estudos anteriores, uma vez que, globalmente, os discursos dos residentes estavam organizados para salientar as dificuldades de implementar a conservação da natureza a nível local devido a problemas inerentes à lei ou à ausência de ameaças à natureza e às espécies naquele contexto, e não devido a um desacordo (flagrante) com os valores da conservação. Neste aspecto as posições dos residentes são bastante consensuais. Não obstante, o apoio genérico à conservação da biodiversidade que tinha sido já encontrado nos estudos anteriores é acompanhado por diferentes formas de lidar com a mudança proposta, moldadas por diferentes agendas e realidades sócio-psicológicas.

As análises realizadas permitiram identificar três posições emergentes dos discursos locais em relação à lei, consolidando propostas anteriores de que as relações e posições das comunidades locais face às questões ambientais são heterogéneas e complexas (Buijs, 2009; Castro e Mouro, 2011; Hovardas et al., 2009; Lima, 2009; Lima e Castro, 2005). A primeira

posição face às leis de conservação está orientada para apoiar as actuais políticas de conservação e defender a primazia da lei (Tuffin e Frewin, 2008). Esta posição está ancorada em argumentos que sublinham a necessidade de mudanças radicais nos comportamentos para assegurar um acesso igualitário aos recursos (visão igualitária). Este argumento é complementado com expectativas futuras orientadas para o eco-turismo e outras actividades económicas sustentáveis, como a observação de aves. É neste padrão de argumentação que encontramos claras diferenças entre os dois grupos de residentes que foram comparados, uma vez que apenas os residentes sem interesses investidos recorrem a ele.

As duas outras posições veiculam diferentes tipos de resistência à inovação legal. Uma posição salienta os problemas relacionados com o relativismo contextual da lei (Tuffin e Frewin, 2008). Ainda que os argumentos utilizados neste discurso estejam ancorados na importância atribuída às regulações e leis (visão hierárquica), as leis são apresentadas como “cegas às circunstâncias e realidades locais” e isso é ilustrado com exemplos concretos. Isso faz com que estas leis sejam caracterizadas como ineficazes ou difíceis de implementar. Estes argumentos, apresentados por membros das associações locais e proprietários com projectos sustentáveis, surgem combinados com expectativas de que a lei seja revista e melhorada.

As dificuldades em ganhar voz neste processo de designação das áreas Natura 2000 já se reflectem, no entanto, em propostas para separar os objectivos da conservação dos projectos para a comunidade. Estas propostas sugerem que a conservação da biodiversidade deve ser feita ‘em cativeiro’, de modo a não sacrificar a comunidade, uma posição que extrema a visão hierárquica da natureza ao ponto de colocar toda a responsabilidade pela resolução do problema da extinção das espécies na intervenção do Estado. Os residentes sem interesses investidos também utilizam esta configuração discursiva para se posicionar face às novas leis.

No último caso, a lei é representada como um obstáculo ao progresso. Neste discurso, a natureza é vista como robusta (visão individualista), sem necessidade de intervenção do Estado. Estes argumentos são complementados com expectativas claras sobre o futuro, que trará leis menos rígidas e limitativas quer para a indústria (vocalizadas por produtores locais e residentes sem interesses investidos), quer para a agricultura intensiva (vocalizadas por proprietários e agricultores). Ambos os grupos procuram, através deste discurso, dissociar a conservação da natureza do contexto local. É possível, ainda assim, fazer algumas distinções entre residentes com e sem interesses investidos.

Os residentes com interesses investidos contestam a intervenção do Estado por esta ter resultados inversos àqueles que se pretendem obter com a regulamentação que foi criada.

Afastar os agricultores e proprietários é, nesta perspectiva, uma “má prática” de conservação. Os residentes sem interesses investidos recorrem a descrições biofóbicas do “ambiente” e biofílicas da “natureza” (Hovardas e Stamous, 2006) para tornar muito saliente que não existem problemas ambientais a nível local. Os problemas ambientais, que justificam intervenção humana, estão nas grandes cidades; nas zonas rurais, do interior, a natureza está “tão protegida” que não faz sentido haver estas novas leis. Esta é uma forma de minimizar os problemas ambientais a nível local face aos problemas ambientais globais, tal como descreve a literatura sobre hipermetropia ambiental (Castro e Mouro, 2011; García-Mira et al., 2005; Lima e Castro, 2005; Uzzell, 2000). Este pode ser um contributo para compreender o padrão encontrado no Estudo 2 para este grupo, de não associação entre a identificação com o local e as atitudes face às zonas protegidas. Ao representarem a conservação da natureza como uma questão não-local, isso permite-lhes dissociar a avaliação das novas zonas protegidas dos processos identitários de relação com o lugar físico. Retomaremos esta questão no Estudo 4.

Outro resultado que distingue os dois grupos aqui comparados é o facto de os residentes com interesses investidos proporem uma modalidade de participação nas decisões sobre as novas leis do tipo hierárquico ou normativo (Moscovici e Doise, 1991), que mantém na negociação apenas “os interessados”. Esta modalidade afasta das decisões o outro grupo de residentes, sem interesses investidos. Uma vez que este resultado emergiu da análise efectuada, julgamos interessante retomar esta distinção no Estudo 4, para averiguar de forma mais sistemática o posicionamento dos dois grupos face a diferentes modalidades de participação e examinar se estas interagem com outros factores para predizer o envolvimento em acções colectivas.

Em síntese, uma forma de apropriação das novas leis tipifica uma forma subtil de resistência à mudança, pedindo o ajustamento entre as leis e as especificidades locais. A outra aspira à subtracção deste obstáculo ao desenvolvimento, recusando de forma flagrante as novas leis. Uma terceira forma de apropriação aceita estas inovações legais e antecipa um futuro compatível com as mesmas. As três posições encontradas ancoram quer em categorias genéricas (visões da natureza que podemos encontrar em vários países, e.g. Castro, 2002a; Steg e Sievers, 2000), quer em normas e preocupações locais. Isto ilustra como os mecanismos de apropriação da inovação e resistência à mudança são melhor compreendidos quando são estudados os processos de ancoragem em contexto e quando estes são associados aos interesses específicos dos diferentes grupos que compõem as comunidades.

Capítulo VII

Relação com o lugar, avaliação da mudança e protesto na recepção da conservação da biodiversidade (Estudo 4)

1. Introdução

Para o quarto e último estudo²⁵, feito por questionário a uma amostra representativa, temos como objectivo geral confirmar e ampliar os resultados anteriores. Iremos assim examinar a presença de diferentes configurações representacionais nas comunidades locais, a partir da conjugação de três dimensões: (1) posicionamento face às leis de conservação da natureza, (2) ligação ao lugar e com a comunidade e (3) avaliação do contexto.

Uma vez que as leis para a conservação da natureza são recebidas nas comunidades locais por diferentes actores com diferentes posições e identidades sociais, é necessário um maior conhecimento acerca de como estas propostas societais afectam a forma como cada grupo gere as suas reacções à mudança. Encontrámos evidências de que estes posicionamentos se diferenciam consoante a proximidade face às leis (Estudos 2 e 3). Concretamente, diferentes níveis de interesses investidos no uso da terra – como o ser proprietário de um terreno ou desenvolver actividades agrícolas – e de confiança nas instituições que designam e fiscalizam as zonas protegidas (Estudo 2 e 3; ver também Lima e Castro, 2005). Estes são factores contextuais que moderam as relações entre processos identitários e o apoio às políticas de conservação (Estudo 2), mas também entre crenças, atitudes e apoio a práticas de conservação (Estudos 2 e 3), mostrando que circulam nas comunidades locais formas de resistência subtil a estas leis. Neste quarto e último estudo pretende-se confirmar a presença destas relações e ainda examinar se estes factores contextuais moderam também a expressão de formas flagrantes de contestação cívica, como a intenção de protesto. Para aumentar a compreensão sobre estas relações, este estudo visa então a prossecução de três objectivos específicos, que se apresentam em seguida.

O primeiro objectivo específico deste estudo é o de confirmar o impacto da confiança institucional e dos interesses investidos enquanto moderadores das atitudes face às zonas protegidas e do apoio a práticas de conservação. Como tem vindo a ser salientado ao longo deste trabalho, as atitudes associadas às questões da conservação da natureza são, em geral, muito positivas e consensuais (Estudo 2; ver capítulo 2), embora este consenso não reflecta uma igualmente expressiva adesão a práticas pró-ambientais. O ajustamento entre a expressão das atitudes e as normas legais sugere que indivíduos e grupos têm um meta-conhecimento sobre estas pressões normativas (Elcherot et al., 2011) que resulta na elaboração, por parte das

²⁵ Este estudo foi parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto “Psicologia do Desenvolvimento Sustentável” (ref. PDCT/PSI/60975/2004).

comunidades, de formas subtis de resistência e contestação. Mostrámos já que as formas específicas de expressar acordo ou desacordo com as políticas públicas podem assumir diferentes formatos consoante a natureza da relação com a lei (Estudo 2 e 3; ver também Castro e Batel, 2008; Tuffin e Frewin, 2008). Esses formatos de resistência são expressos através de modos específicos de sustentar o acordo ou desacordo consoante a natureza da relação com a lei. O Estudo 2 evidenciou que os padrões de relações entre processos identitários, atitudes e práticas para apoiar as zonas protegidas são distintos consoante o grau de interesses investidos no uso de recursos naturais e o grau de confiança nas instituições nacionais (Mouro e Castro, 2010). De um modo geral, pudemos concluir que é mais fácil prever as atitudes e práticas dos que têm uma relação próxima com a lei e têm menor confiança nas instituições que regulam as áreas protegidas do que dos restantes residentes.

Para além de confirmar os resultados anteriores, pretende-se examinar o impacto da ligação ao lugar para o apoio às leis de conservação a partir de diferentes dimensões desta relação (Cameron, 2004; Obst e White, 2005). Um dos aspectos que importa clarificar relativamente aos resultados anteriores (Estudo 2) é o da contribuição da identificação com o lugar para a predição de atitudes favoráveis às zonas protegidas. No Estudo 2, em que foi utilizada uma medida unidimensional de identificação, este contributo não apresentou a mesma relevância para todos os grupos examinados. No presente estudo, optou-se por adoptar uma medida mais complexa de ligação ao lugar, dado a literatura sugerir que diferentes dimensões desta relação (como a identificação com o lugar e o sentido de comunidade – ver Capítulo 2) apresentam contributos distintos para tomadas de posição face a políticas de conservação (e.g. Castro, Batel, Mouro e Sarrica, 2009; Carrus et al., 2005b; Lima e Castro, 2005). Assim, foram seleccionados para este estudo indicadores da escala de sentido de comunidade (e.g. Lima e Castro, 2005; Obst e White, 2005) e das dimensões cognitiva e relacional do modelo de identidade social de Cameron (2004) que permitissem integrar aspectos da ligação ao lugar enquanto espaço físico e social.

O segundo objectivo específico consiste em alargar o estudo do impacto de factores contextuais a alguns dos indicadores sugeridos por estudos anteriores. Concretamente, pretende-se avaliar o potencial moderador (a) da hipermetropia e (b) da avaliação que é feita das mudanças a nível local. Os estudos anteriores mostraram que, para além do impacto do tipo de relação com as leis (Estudo 2) e das relações estabelecidas com o lugar e com a comunidade (Estudo 2; Carrus et al., 2005b; Bonaiuto et al., 2002; Devine-Wright, 2009; Devine-Wright e Howes, 2010), as diferentes configurações representacionais são moldadas por outros factores contextuais que contribuem para a avaliação e posicionamento face às

propostas de mudança. Mais concretamente, os posicionamentos dos membros das comunidades locais podem apoiar-se nos projectos que diferentes grupos detêm para a comunidade (Estudo 3; Bauer e Gaskell, 2008; Campbell e Jovchelovitch, 2001; Castro e Mouro, 2011) ou no risco associado aos problemas ambientais a nível global e local (Estudo 3; Lima e Castro, 2005; García-Mira et al., 2005; Uzzell, 2000). Foram já examinados alguns mecanismos retóricos através dos quais isto acontece (Estudos 3) e que ilustram como as representações sociais das leis que modelam a relação entre as comunidades locais e a conservação da natureza incluem e reflectem os projectos e expectativas que estas têm sobre o seu futuro (Estudo 3; Bauer e Gaskell, 2008; Campbell e Jovchelovitch, 2001; Castro e Mouro, 2011; Uzzell et al., 2002). Outro exemplo consiste na hipermetropia ambiental (Uzzell, 2000), em que os problemas ambientais a nível local são minimizados face aos problemas ambientais a nível global (Estudo 3). Com vista a compreender se estes padrões de resistência ocorrem de forma sistemática nas comunidades, os dois factores de avaliação da situação a nível local referidos serão incluídos no modelo de previsão do apoio às zonas protegidas e às práticas de conservação.

O terceiro e último objectivo específico consiste em examinar o papel das dimensões da ligação ao lugar e de relação com as leis e instituições públicas na adesão a práticas de protesto, alargando o modelo de análise à previsão de fenómenos de acção cívica individual e colectiva. Como já foi discutido (ver Capítulo 2), a literatura da psicologia social e ambiental tem-se interessado por duas dimensões de apoio a políticas de conservação na esfera pública: (1) as atitudes de aprovação ou reprovação das políticas de conservação (Bonaiuto et al, 2002, Carrus et al., 2005, Corral-Verdugo, et al., 2003; Hernandez et al., 2010, Pelletier, Legault e Tuson, 1996; Rauwald e Moore, 2002) e (2) o envolvimento em acções colectivas para modificar as leis e políticas existentes (de Weerd e Klandermans, 1999; Klandermans, 1997, 2002). A psicologia ambiental tem-se interessado pouco pela acção cívica colectiva (Batel, 2010; Stern, 2000), mas podemos encontrar alguns exemplos de modelos teóricos que ajudam a prever em que contextos e situações há maior probabilidade de as comunidades responderem às propostas de mudança social através deste tipo de acção na psicologia social (Klandermans, 1997, 2002) e na psicologia comunitária (McMillan e Chavis, 1986; Prezza e Constantini, 1998). Uma meta-análise recente mostra que os processos identitários têm um papel central na previsão de movimentos de acção colectiva (van Zomeren, Postmes e Spears, 2008) uma vez que o nível de identificação não apenas prevê melhor as reacções a diferentes tipos de situações, como, além disso, é preditor dos níveis de injustiça e de eficácia percebidos que contribuem também para o envolvimento em acções colectivas. Aqui

testaremos o impacto de diferentes dimensões de ligação ao lugar sobre a adesão à acção colectiva.

Assim, no presente estudo alargamos o âmbito de investigação a outras dimensões da ligação ao lugar, derivadas da proposta de modelo identitário de Cameron (2004) e do modelo de sentido de comunidade (e.g. Obst e White, 2002), e avaliamos potenciais moderadores na predição de práticas de protesto relativamente às zonas protegidas. Para além das dimensões de relação com as leis, propomos testar o efeito moderador da valorização, pelos residentes, de dois tipos de participação pública. No Estudo 1 verificou-se que a tematização da aplicação das leis, salientando a sua rigidez e a não-inclusão das comunidades nas tomadas de decisão, intervinha na resistência às propostas legais e o Estudo 3 evidenciou que esta resistência era acompanhada pela distinção entre diferentes modalidades de participação pública (Moscovici e Doise, 1991; Jovchelovitch, 2007), apoiadas por diferentes grupos na comunidade. Uma das modalidades propõe um formato de participação mais consensual, em que todos os actores locais podem participar, e outro um formato hierárquico, em que a decisão é tomada pelas instâncias governamentais, os especialistas e os que são por estes considerados agentes relevantes a nível local. Interessa, portanto, clarificar o papel destas modalidades de participação na adesão a comportamentos de resistência activa e flagrante face às novas leis.

Em suma, este estudo pretende estudar a influência de diferentes factores de ligação ao lugar (identificação com o lugar, sentido de comunidade) e de posição face à lei (crenças e atitudes) sobre as práticas de conservação da biodiversidade. Prevê-se que estas relações sejam moderadas pelo tipo de relação com as leis e instituições públicas (interesses investidos e confiança institucional) e pela avaliação da situação local (hipermetropia e avaliação da mudança). Concretamente, foram desenvolvidas três hipóteses principais relativamente à relação esperada entre estas variáveis.

Hipótese 1. A relação entre identificação com o lugar e as atitudes face às leis e práticas de conservação será positiva apenas para os residentes com interesses investidos. No caso dos residentes sem interesses investido a relação não será significativa (Estudo 2).

Hipótese 2. O sentido de comunidade estará positivamente associado às atitudes e práticas de conservação, prevendo-se que esta relação seja mais forte para (a) níveis elevados de interesses investidos e (b) níveis baixos de confiança institucional.

Hipótese 3. As crenças e atitudes estarão positivamente associadas, respectivamente, a atitudes e práticas de conservação (Estudo 2), sendo estas relações mais fortes quando

(a) os residentes têm interesses investidos e (b) a confiança institucional é mais baixa (Estudo 2).

A análise dos efeitos moderadores da hipermetropia e da avaliação da mudança a nível local será exploratória, sem hipóteses de partida.

Com este estudo pretende-se também estudar a influência de diferentes factores de ligação a lugar (identificação com o lugar, sentido de comunidade) e de posição face à lei (crenças e atitudes) sobre a intenção de envolvimento em acções colectivas (intenção de protesto). Prevê-se que estas relações sejam moderadas pela relação com as leis (interesses investidos e confiança institucional) e pelo acordo com diferentes modalidades de participação pública (participação consensual e hierárquica). Para estas relações é esperado o seguinte padrão de resultados:

Hipótese 4. Níveis mais elevados de ligação ao lugar aumentarão a probabilidade de envolvimento em acções cívicas colectivas (e.g., Devine-Wright, 2009; Devine-Wright e Howes, 2010; Mannarinni et al., 2009). Estas relações serão mais fortes quando: (a) os residentes têm interesses investidos e (b) a confiança institucional é mais baixa.

A análise dos efeitos moderadores da modalidade de participação pública local será exploratória, sem hipóteses de partida.

2. Método

2.1. Participantes e procedimento

Participaram neste estudo 229 residentes em sete freguesias incluídas ou próximas de duas áreas Natura 2000, o *Sítio de Importância Comunitária Moura/Barrancos*, no Alentejo, e o *Sítio de Importância Comunitária Serra do Caldeirão*, no Algarve. O inquérito telefónico ocorreu entre Julho e Novembro de 2008 e teve como critério de amostragem o preenchimento de quotas não-probabilísticas, com base no Censos 2001 para a população residente nas freguesias seleccionadas. À semelhança do Estudo 2, em cada lar, foi convidada a participar a pessoa que, tendo pelo menos 18 anos, tivesse celebrado mais recentemente o seu aniversário. O estudo foi apresentado como tendo por objectivo conhecer as opiniões dos

residentes sobre a região onde vivem e os participantes foram informados do carácter anónimo das suas respostas. O tempo médio de resposta ao questionário foi de 30 minutos.

No global, a amostra é composta por 65,5% de mulheres. A média etária é de 58,9 anos ($DP=16,7$) e o nível de instrução é baixo para a maioria dos participantes (Tabela 9). No que respeita à densidade populacional, ao nível da freguesia, 121 (52,8%) participantes vivem em freguesias predominantemente rurais e 108 (47,2%) participantes vivem em freguesias classificadas como áreas predominantemente urbanas. Cerca de um terço dos participantes é proprietário de terrenos na zona inquirida. Um terço dos participantes (49% dos proprietários e 22% dos não proprietários) tem actividades agrícolas.

2.2. Variáveis

O instrumento utilizado teve por base o questionário do Estudo 2, ao qual foram acrescentadas as novas variáveis e alguns novos indicadores de modo a aumentar a robustez das medidas já utilizadas (Anexo D). Todos os itens foram avaliados através de escalas de resposta com cinco pontos, em que os extremos representavam as posições 1 – discordo totalmente e 5 – concordo totalmente; as excepções à utilização desta escala são identificadas na descrição das variáveis. O questionário incluía também questões sobre variáveis sócio-demográficas e sobre o conhecimento prévio acerca das zonas protegidas.

Tabela 11. Características sócio-demográficas da amostra

		<i>TOTAL</i>	<i>Area 1 Alentejo</i>	<i>Area 2 Algarve</i>
N Total		229	115	114
<i>Sexo (%)</i>	Feminino	65.5	67.8	63.2
<i>Idade</i>	<i>M (DP)</i>	58.9 (16.7)	57.3 (17.3)	60.5 (15.9)
	Min-Max	18-87	19-85	18-87
<i>Nível de instrução (%)</i>				
Até 4 anos		57.0	51.3	62.8
Até 9 anos		27.6	29.6	25.6
Até 12 anos		7.5	10.4	4.4
Licenciatura ou superior		7.9	8.7	7.1
<i>Densidade populacional (%)</i>	Rural	52.8	73.0	32.5
<i>Proprietários (%)</i>		36.4	36.5	36.3
<i>Com actividade agrícola</i>		32.2	31.6	31.9

As variáveis examinadas organizam-se em cinco dimensões: (1) posicionamento face às leis, (2) relação com as leis, (3) avaliação da situação local, (4) ligação ao lugar e (5) posicionamento face a processos de participação cívica.

Posicionamento face às leis de conservação

Crenças sobre a zona protegida da região – Foram utilizados seis itens que se organizaram em dois factores responsáveis por 54% da variância total das respostas. O primeiro factor agrupa dois itens que enfatizam o valor acrescido das áreas protegidas para a sustentabilidade da região (*esta zona protegida traz novas oportunidades de emprego para a região; deve existir porque ajuda a que haja produtos regionais de melhor qualidade*), designado *Crenças pró-conservação* ($r=.27$; $M=3.32$, $DP=.83$). O segundo factor é constituído por quatro itens focalizados sobre o impacto negativo das áreas protegidas para o desenvolvimento económico (e.g. *esta zona protegida prejudica a região porque impede que se construam novas estradas ou barragens; é um motivo de orgulho porque protege os animais e plantas típicos desta região* (invertido); *prejudica os agricultores e produtores florestais desta região*), designado *Crenças de impacto económico negativo* ($\alpha=.62$; *mean inter-item* $r=.29$; $M=2.46$, $DP=.77$). Os dois factores encontram-se negativamente associados ($r=-.205$, $p<.01$).

Atitude face à zona protegida da região – a atitude foi medida através da questão: *qual é a sua posição em relação às áreas protegidas na sua região* ($M=4.15$, $DP=1.04$).

Apoio a práticas de conservação – o acordo com as práticas orientadas para manter as características das zonas protegidas foi medido através de seis itens, agregados num índice único ($\alpha=.67$; *mean inter-item* $r=.25$; $M=3.95$, $DP=.65$). As práticas relevantes para este contexto foram validadas pela equipa do Programa Lince, da LPN, e incluíam itens como “Não arrancar sobreiros ou azinheiros” ou “Limitar a caça em alguns locais da área protegida”.

Relação com as leis e instituições públicas

Interesses investidos no uso de recursos naturais – Este indicador diferencia proprietários de não proprietários, a que corresponde respectivamente alto e baixo interesse

investido no uso de recursos naturais. Um terço dos participantes indicou ser proprietário/a de um terreno na zona onde vive (Tabela 9).

Confiança institucional – Os níveis de confiança foram avaliados através de uma escala de cinco pontos, em que 1-Nada e 5-Muito. Da lista de entidades apresentadas, foram seleccionadas para esta análise os dois itens relativos às autoridades nacionais responsáveis pela designação das áreas protegidas, o Governo ($M=2.37$; $DP=1.08$) e o ICNB ($M=3.32$; $DP=1.05$), agregados num único índice ($r=.28$; $M=2.95$, $DP=1.19$).

Avaliação da situação local

Avaliação da mudança ao nível local – A avaliação da mudança foi medida através de dois itens, relativos a alterações do Passado-presente (*Nos últimos anos, acha que a zona onde vive mudou para...*; $M=3.65$; $DP=1.13$) e para o Futuro (*E nos próximos anos, acha que vai mudar para ...*; $M=3.02$, $DP=1.14$). Foi utilizada uma escala de resposta de cinco pontos, em que 1-Muito pior e 5-Muito melhor. Foi criado um índice agregando os dois indicadores ($r=.64$, $M=3.33$; $DP=1.03$).

Hipermetropia ambiental – A desvalorização dos problemas ambientais a nível local comparativamente ao nível global foi medida através de duas questões: *Qual o estado actual do ambiente no mundo* ($M=3.42$; $DP=.63$) e *na sua região* ($M=2.30$; $DP=.89$). A escala de resposta compreendia os níveis 1-não é um problema, 2-é um problema mas não é grave, 3-é um problema grave e 4-é um problema muito grave. Foi criado um índice de hipermetropia ($M=1.12$; $DP=.95$) a partir da subtracção da avaliação local à avaliação global, com valores compreendidos entre -3 a 3 (máxima hipermetropia).

Ligação ao lugar

A ligação ao lugar foi medida através de doze itens retirados da literatura (ver Cameron, 2004; Lima e Castro, 2005; McMillan e Chavis, 1986; Obst e White, 2005). Os indicadores utilizados foram pré-testados num estudo sobre a adesão a comportamentos sustentáveis (Castro et al., 2009b). Da análise factorial exploratória resultaram três componentes, que explicam 68% da variância total das respostas:

1. *Centralidade da identificação* (5 itens) ($\alpha=.87$; $M=4.02$; $DP=.99$) – e.g. *Sinto orgulho por viver aqui; Vivo neste local por minha opção* (corresponde à dimensão cognitiva, *Centralidade*, na escala de identidade social de Cameron, 2004);

2. *Partilha de necessidades/Interdependência* (2 itens) ($r=.28$; $M=3.67$; $DP=.85$) – *Eu e as pessoas que aqui vivem queremos o mesmo para este local; as pessoas daqui têm uma maneira parecida de ver as coisas* (corresponde à dimensão *Preenchimento de necessidades* na escala de sentido de comunidade);

3. *Integração/ Laços na comunidade* (2 itens) ($r=.31$; $M=4.22$; $DP=.92$) – *Conheço de vista a maior parte das pessoas que aqui vive; Poucas pessoas daqui me conhecem* (corresponde à dimensão *Pertença* na escala de sentido de comunidade).

Posicionamento face aos processos de participação cívica

Intenção de protesto – Foram seleccionadas três acções diferentes de protesto face às zonas protegidas: escrever uma carta a reclamar; ir a uma reunião; participar num protesto (Castro et al., 2009b; Prezza e Constantini, 1998). Cada acção de protesto foi avaliada em duas dimensões: (a) *eficácia* atribuída à acção (*até que ponto irão as seguintes acções alterar a actual situação*; escala 1-Nada a 4-Muito; $\alpha=.54$; *mean inter-item* $r=.27$; $M=3.50$; $DP=.81$) e (b) *intenção* futura de realizar a acção (escala 1-Nada a 4-Muito; $\alpha=.71$; *mean inter-item* $r=.45$; $M=3.50$, $DP=.81$).²⁶

Influência na mudança a nível local – Foi considerado para este efeito um dos indicadores da escala de Sentido de Comunidade que não foi agregado com os restantes na factorização das componentes de ligação ao lugar (*Tenho pouca influência sobre o que acontece nesta localidade*). Este item foi considerado relevante para a compreensão do envolvimento dos membros das comunidades locais em acções cívicas e por isso incluído nas análises de adesão a estes comportamentos.

Modalidade de participação pública – Para aceder à distinção entre as duas formas de participação pública, normativa/hierárquica e consensual (Moscovici e Doise, 1991), foram criados seis itens, que se organizaram em dois factores responsáveis por 54% da variância total das respostas. Na *participação normativa*, o acesso à discussão e a possibilidade de influenciar a tomada de decisão são determinados pela hierarquia e estruturas de poder preexistentes (e.g. *As decisões sobre as áreas protegidas devem ser tomadas pelo governo; devem ser deixadas para os especialistas*; $\alpha=.51$; *mean inter-item* $r=.26$; $M=3.50$, $DP=.81$). Na *participação consensual* a pluralidade de pontos de vista é respeitada e o

²⁶ Os participantes foram inquiridos também relativamente à *realização anterior* de cada acção (escala 1-Nunca a 4-Mais de três vezes; $\alpha=.71$). Uma vez que nenhuma das três acções tinha sido efectuada no passado por mais do que 10% dos participantes ($N\text{ máx.}=21$; $N\text{ total para pelo menos uma acção de protesto}=29$), optou-se por excluir este indicador das análises posteriores.

envolvimento na tomada de decisão é garantida para os vários grupos e actores (e.g. Antes de se tomar decisões sobre as áreas protegidas, devia haver sessões públicas em que todas as pessoas que lá vivem pudessem dar a sua opinião; as decisões sobre as áreas protegidas devem ser partilhadas entre governo, autarquias e populações; $\alpha=.57$; *mean inter-item* $r=.31$; $M=4.43$, $DP=.61$).

3. Resultados

3.1 A relação com as leis e instituições públicas

O primeiro objectivo deste estudo consistia em confirmar o impacto do tipo de relação com as leis de conservação da natureza sobre o posicionamento face a essas leis e à sua aplicação. Para esse efeito efectuou-se, num primeiro momento, a comparação entre as posições de residentes com e sem interesses investidos no uso da terra, mais concretamente entre proprietários e não proprietários, face ao conjunto de indicadores presentes no questionário (Tabela 12). Os resultados desta comparação evidenciam que estes residentes não se distinguem nos níveis de concordância com crenças, atitudes e práticas, de apoio ou contestação, associadas às políticas de conservação da natureza que regulamentam a designação de zonas protegidas Natura 2000. Isto aponta para um elevado consenso a nível do posicionamento destas comunidades face às políticas de conservação, com uma avaliação global positiva face a estas políticas.

No entanto, os residentes com e sem interesses investidos diferenciam-se nos indicadores que reflectem diferentes concepções da situação local, no que diz respeito a alterações temporais ou a comparações entre o local e o global. Nestes indicadores verifica-se que os proprietários fazem uma avaliação mais negativa das mudanças a nível local e diferenciam pouco a gravidade dos problemas ambientais a nível local comparativamente ao nível global; os não proprietários fazem uma avaliação significativamente mais positiva das mudanças locais e apresentam níveis mais acentuados de hipermetropia, minimizando os problemas ambientais locais em comparação com os mundiais. Além disso, proprietários e não proprietários distinguem-se na percepção das relações de interdependência e orientação para a resolução conjunta de problemas na comunidade, com os primeiros a considerarem que estas são menos expressivas do que os segundos. Não foram, no entanto, encontradas

diferenças significativas entre os dois grupos na preferência por diferentes modalidades de participação pública, como o Estudo 3 sugeria.

Em suma, ao examinar o impacto directo da proximidade às leis sobre as restantes variáveis podemos concluir que esta não modera a atitude positiva e a posição pouco contestatária face às áreas protegidas da região, mas parece alterar a forma como é representado o contexto em que estas mudanças são propostas. Aqueles que estão mais próximos da lei (com interesses investidos) representam o contexto local em que estas leis são recebidas de forma menos positiva e consideram que as relações dentro da sua comunidade estão menos orientadas para a resolução conjunta dos problemas locais.

Para além de examinar o impacto directo da relação com as leis, concretamente ao nível dos interesses investidos, procedeu-se à análise dos efeitos de moderação quer para as inter-relações entre os elementos representacionais que constituem o posicionamento face às leis de conservação da natureza (crenças, atitudes e práticas), quer para a relação entre estes elementos e as dimensões de ligação ao lugar. Pretendia-se com estas análises confirmar o impacto dos dois moderadores testados no Estudo 2, a confiança institucional e os interesses investidos em recursos naturais. A Tabela 13 apresenta a matriz de correlações entre as variáveis em estudo.

Os efeitos moderadores foram avaliados com recurso à análise de regressões múltiplas hierárquicas (Aiken e West, 1991). Para minimizar problemas de multicolinearidade, foram utilizados valores centrados em todas as variáveis. No passo 1 das regressões foram introduzidas as variáveis centradas e no passo 2 as interacções relevantes (com cada moderador) (Tabelas 14 e 15). Este modelo foi testado para cada moderador separadamente, tendo como variáveis critério primeiro a atitude face à zona protegida regional (Tabela 14) e depois o apoio às práticas de conservação (Tabela 15). Foram também testados os efeitos de interacção entre interesses investidos e as restantes moderadoras, para os quais não se obtiveram resultados significativos.

Os resultados do Estudo 2 sugeriam que era mais fácil prever as atitudes face às zonas protegidas e o apoio a práticas de conservação para os residentes com interesses investidos (proprietários de terreno) e com menor confiança nas instituições que regulamentam e fiscalizam as zonas protegidas (Mouro e Castro, 2010). Ao contrário do esperado, as análises efectuadas com a presente amostra não revelaram efeitos de interacção significativos entre o nível de interesses investidos e os factores de ligação ao lugar, o que

desconfirma a Hipótese 1. Foi encontrado apenas um efeito de interacção significativo, entre os laços na comunidade e o nível de confiança institucional ($B=.154$; $p<.05$; $effect\ size=1.4\%$).

Tabela 12. Médias e desvios-padrão globais e por nível de interesses investidos

		<i>Interesses investidos</i>			<i>T-test</i>
		<i>Global</i>	Proprietários	Não proprietários	<i>Sign.</i>
Crenças pro-conservação	M	3.32	3.21	3.38	ns
	DP	.83	.92	.78	
Crenças impacto económico negativo	M	2.46	2.55	2.40	ns
	DP	.77	.79	.75	
Atitude áreas protegidas na região	M	4.15	4.01	4.24	ns
	DP	1.0	1.23	.91	
Práticas de conservação	M	3.95	3.88	4.00	ns
	DP	.66	.74	.60	
Confiança institucional	M	2.87	2.81	2.91	ns
	DP	.91	.96	.89	
Avaliação da mudança	M	3.33	3.15	3.43	.052
	DP	1.03	1.04	1.02	
Hipermetropia	M	1.11	.88	1.25	.004
	DP	.94	.88	.96	
Centralidade da identificação	M	4.02	4.11	3.97	ns
	DP	.99	.88	1.05	
Interdependência	M	3.67	3.49	3.78	.015
	DP	.86	.88	.83	
Laços/integração	M	4.22	4.25	4.20	ns
	DP	.92	.83	.97	
Participação consensual	M	4.42	4.38	4.46	ns
	DP	.61	.57	.64	
Participação hierárquica	M	3.50	3.38	3.58	ns
	DP	.82	.87	.78	
Intenção de protesto	M	1.82	1.88	1.79	ns
	DP	.74	.74	.74	
Eficácia do protesto	M	1.88	1.85	1.90	ns
	DP	.65	.63	.66	

Tabela 13. Matriz de correlações para as variáveis sócio-demográficas²⁷ e sócio-psicológicas

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Sexo	-.175**	-.079	-.109	.043	.024	-.094	-.096	-.211**	-.114	.234**	-.043	-.017	-.098	-.041	-.134*
Idade	.207**	-.001	-.093	.100	.084	-.159*	-.193**	-.383**	-.163*	.016	-.051	-.038	-.172**	.113	-.213**
Tempo residência	.399**	.021	.139*	-.064	.097	-.145*	-.114	-.325**	-.100	-.089	-.009	-.030	-.084	.035	-.160*
Nível de instrução	-.158*	-.091	.085	.052	-.050	.169*	.267**	.400**	.188**	-.126	.083	.097	.154*	-.122	.283**
Densidade pop.	.088	-.057	-.274**	-.159*	-.022	.110	-.166*	-.061	-.193**	-.056	-.173**	.381**	.137*	.001	.003
Zona protegida	.060	-.078	-.333**	.021	-.089	.014	-.219**	-.016	-.201**	.002	-.126	.528**	-.029	.029	-.012
1. Centralidade Id.		.253**	.060	-.047	-.067	.038	.118	-.147*	-.012	-.071	-.033	.240**	.096	.113	-.006
2. Interdependência			.162*	.077	-.071	.219**	.181**	.035	.186**	.162*	.201**	.062	.189**	.342**	.010
3. Laços				-.014	.084	.145*	.223**	.138*	.092	-.026	.143*	-.085	.111	.076	.098
4. Crenças positivas					-.342**	.251**	.138*	.074	.241**	.094	.204**	.052	.031	.114	.006
5. Crenças negativas						-.365**	-.303**	.004	-.151*	-.098	-.240**	-.146*	-.140*	-.219**	-.157*
6. Atitudes							.352**	.104	.129	.071	.316**	.165*	.220**	.309**	.132
7. Apoio práticas								.140*	.073	.085	.219**	.073	.094	.270**	.258**
8. PP intenção									.521**	-.057	-.027	.008	.087	-.083	.323**
9. PP eficácia										.040	.201**	-.057	.101	-.029	.192**
10. Int. investidos											.053	.129	.191**	.119	.087
11. Confiança inst.												-.001	.070	.298**	.036
12. Aval. mudança													.058	.106	.014
13. Hipermetropia														.112	.316**
14. PP consensual															.054
15. PP hierárquica															

** $p < .01$ * $p < .05$ O Sexo foi categorizado como 1-Masculino, 2-Feminino. A densidade populacional foi categorizada como 1-Rural, 2-Urbano. A zona protegida foi categorizada como 1-SIC Moura-Barrancos, 2-SIC Caldeirão. PP=Participação pública.

²⁷ As correlações das variáveis socio-demográficas entre si mostram que a idade está associada ao tempo de residência ($r = .563$, $p < .01$) e ao nível de instrução ($r = -.639$, $p < .01$). O tempo de residência e o nível de instrução estão também associados entre si ($r = -.515$, $p < .01$). Estão mais familiarizados com as áreas protegidas os residentes do sexo masculino ($r = .273$, $p < .01$), mais novos ($r = .158$, $p < .05$) e com níveis de instrução mais elevados ($r = -.270$, $p < .01$).

Este efeito sugere que laços mais bem estabelecidos na comunidade predizem atitudes mais favoráveis face às zonas protegidas para os *residentes com menos confiança nas instituições públicas* ($B=.260$; $p<.01$), mas não para os residentes com elevados níveis de confiança institucional, entre os quais esta relação se mostrou não significativa ($B=.094$; ns). A hipótese 2b foi, assim, parcialmente confirmada. Para o apoio às práticas de conservação não foram encontrados efeitos de interação significativos entre as dimensões de ligação ao lugar e os factores de relação com as leis.

Tabela 14. Regressões múltiplas hierárquicas para atitude face às áreas protegidas

Moderadores	<i>Interesses investidos</i>	<i>Confiança institucional</i>	<i>Hipermetropia</i>	<i>Avaliação mudança</i>
Critério: <i>atitude área regional</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>B</i>
(Constante)	-,927	-,953	-,940	-,906
Nível de instrução	,046*	,037	,052*	,057**
Rural/urbano	,189**	,190**	,185*	,189**
Zona protegida	,010	,034	-,007	-,052
Centralidade da identificação	,014	,044	,008	,082
Interdependência na comunidade	,077	,086*	,101**	,082*
Laços na comunidade	,208*	,177*	,169*	,157*
Crenças Pró-conservação	,058	,094*	,114**	,120**
Crenças impacto negativo	-,166**	-,153**	-,177**	-,185***
<i>Moderador</i>	-,022	,110**	,047	,025
Centralidade da identificação x <i>Moderador</i>	-,018	-,057	,156*	,243***
Interdependência x <i>Moderador</i>	,057	-,063	-,051	-,091**
Laços na comunidade x <i>Moderador</i>	-,025	,154*	,075	-,095
Crenças Pró-conservação x <i>Moderador</i>	,082	-,029	-,068	,027
Crenças impacto negativo x <i>Moderador</i>	-,075	-,045	,003	,118**
R ² Ajustado	.222 ^a	.266 ^b	.245 ^c	.294 ^d

*** $p<.000$ ** $p<.01$ * $p<.05$ ^a $F(14,206)=5.471$, $p<.000$; ^b $F(14,201)=6.555$, $p<.000$; ^c $F(14,203)=6.023$, $p<.000$; ^d $F(14,206)=7.536$, $p<.000$.

Para além dos factores de ligação ao lugar, foram incluídos nas regressões os factores de posicionamento face às zonas protegidas, como as crenças e as atitudes. Estas análises revelaram um efeito significativo da interação entre atitudes e interesses investidos ($B=-.396$;

$p<.05$; $effect\ size=2\%$) na predição do apoio às práticas de conservação. Em consonância com os resultados obtidos no Estudo 2, um incremento na atitude face à zona protegida prevê um maior apoio às práticas de conservação para os *residentes com interesses investidos* ($B=.188$; $p<.05$), enquanto que para os residentes sem interesses investidos esta relação se revelou não significativa ($B=.027$; ns). A hipótese 3a foi, portanto, confirmada.

Tabela 15. Regressões múltiplas hierárquicas para apoio às práticas de conservação

Moderadores: <i>Interesses investidos</i> <i>Confiança institucional</i>		<i>Hipermetropia</i>	<i>Avaliação mudança</i>
Critério: <i>apoio práticas conservação</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>B</i>
(Constante)	3,925	4,008	4,018
Nível de instrução	,117***	,111***	,104***
Rural/urbano	-,136	-,161	-,140
Zona protegida	-,170*	-,153	-,152
Centralidade da identificação	,186	,233**	,159
Interdependência na comunidade	,080	-,003	,046
Laços na comunidade	,357**	,174*	,196*
Crenças Pró-conservação	-,022	-,016	-,037
Crenças impacto negativo	-,188***	-,249***	-,208***
Atitude áreas protegidas	,188*	,175*	,209*
<i>Moderador</i>	,095	,206*	-,001
Centralidade da identificação x <i>Moderador</i>	-,018	,022	-,144
Interdependência x <i>Moderador</i>	-,066	,061	,001
Laços na comunidade x <i>Moderador</i>	-,238	,209	-,018
Crenças Pró-conservação x <i>Moderador</i>	-,017	,044	,020
Crenças impacto negativo x <i>Moderador</i>	-,148	,206**	-,030
Atitude área regional x <i>Moderador</i>	-,396*	,022	-,165
R ² Ajustado	.299 ^a	.300 ^b	.289 ^c

*** $p<.000$ ** $p<.01$ * $p<.05$ ^a $F(13,204)=8.117$, $p<.000$; ^b $F(13,201)=8.409$, $p<.000$; ^c $F(13,202)=7.738$, $p<.000$; ^d $F(13,205)=8.065$, $p<.000$.

Verificou-se também um efeito moderador significativo entre a confiança institucional e as crenças de impacto económico negativo ($B=.206$; $p<.01$; $effect\ size=2.3\%$). Esta interacção sugere que crenças mais negativas sobre as zonas protegidas predizem um menor

apoio às práticas de conservação para os *residentes com menor confiança nas instituições públicas* ($B=-.436$; $p<.000$), mas não para os residentes com elevados níveis de confiança institucional, entre os quais esta relação se mostrou não significativa ($B=.062$; ns). Este resultado confirma a hipótese 3b.

Em síntese, estes resultados sugerem que, tal como no Estudo 2, as relações entre os elementos representacionais que sustentam a posição sobre as zonas protegidas são mais complexas quando se trata de residentes com interesses investidos, que têm uma relação mais próxima com as leis de conservação da natureza, e de residentes com baixa confiança nas instituições públicas que regulam a designação das zonas protegidas.

3.2 A avaliação da situação local

Para responder ao terceiro objectivo proposto, testam-se agora os efeitos de moderação de outros dois factores contextuais, associados à representação da situação a nível local: a avaliação da mudança e o nível de hipermetropia. As análises efectuadas são idênticas às realizadas para os moderadores anteriores e os seus resultados constam nas Tabelas 14 e 15.

Para o apoio às práticas de conservação não foram encontrados efeitos de interacção significativos entre os factores de avaliação da situação local e as dimensões de ligação ao lugar ou de posicionamento face às leis de conservação (Tabela 14). Para as atitudes face às zonas protegidas foram encontrados quatro efeitos de interacção (Tabela 15), que passamos a descrever.

Um efeito significativo resulta da interacção entre a hipermetropia e a centralidade da pertença ao lugar ($B=.156$; $p<.05$; *effect size*=1.3%). Este efeito sugere que uma maior centralidade da pertença prediz atitudes mais favoráveis face às áreas protegidas para os residentes que apresentam mais hipermetropia ($B=.179$; $p<.10$), mas não para os residentes com reduzida hipermetropia, entre os quais esta relação se mostrou não significativa ($B=-.129$; ns). Isto significa que quando os problemas a nível local são minimizados, a atitude favorável face às zonas protegidas está mais dependente da importância que o local tem para a definição da identidade. Uma vez que os residentes sem interesses investidos são aqueles que apresentam níveis mais elevados de hipermetropia (Tabela 6.3), podemos considerar que esta variável nos ajuda a prever a forma como estes residentes configuram as suas representações face às políticas de conservação da natureza.

Verificaram-se também efeitos de moderação significativos entre a avaliação da mudança e dois factores de ligação ao lugar. Por um lado, a interacção entre a centralidade da

pertença ao lugar e a avaliação da mudança ($B=.243$; $p<.01$; *effect size*=5.2%) sugere que uma maior centralidade da pertença prediz atitudes mais favoráveis face às áreas protegidas para os residentes que avaliam mais positivamente a mudança a nível local ($B=.279$; $p<.01$). Para os residentes que avaliam de forma negativa a mudança, esta relação inverte-se ($B=-.171$; $p<.05$): quanto mais central é a sua pertença ao lugar, menos favorável é a sua atitude.

A interacção entre a interdependência na comunidade e a avaliação da mudança ($B=-.091$; $p<.01$; *effect size*=2.2%) sugere um efeito oposto ao anterior. Neste caso, a percepção de maior interdependência prediz atitudes mais favoráveis face às áreas protegidas para os residentes que avaliam de forma negativa a mudança a nível local ($B=.167$; $p<.001$), mas não para os residentes que avaliam positivamente esta mudança ($B=.010$; *ns*).

Estes dois efeitos de moderação da avaliação da mudança local sobre as atitudes face às zonas protegidas demonstram que a posição face às leis de conservação da natureza está bastante associada a estes dois tipos de factores: a forma como é representada a situação local e o modo como a ligação ao lugar e a comunidade são concebidas pelos residentes.

A última moderação significativa resulta da interacção entre a avaliação da mudança e as crenças negativas sobre as zonas protegidas. A interacção entre as crenças de impacto económico negativo e a avaliação da mudança ($B=.118$; $p<.01$; *effect size*=2.6%) sugere que a rejeição de crenças negativas prediz atitudes mais favoráveis para os residentes que avaliam de forma mais positiva as mudanças a nível local ($B=-.180$; $p<.000$). Esta associação é ainda mais forte para os residentes que avaliam de forma negativa estas mudanças ($B=-.193$; $p<.000$).

Em síntese, estes resultados sugerem que a organização dos elementos representacionais que sustentam as atitudes face às zonas protegidas é mais complexa quando se trata de residentes que avaliam negativamente as mudanças a nível local e com níveis mais elevados de hipermetropia. Para esses residentes a centralidade da ligação ao lugar e as relações de interdependência na comunidade são factores que influenciam as suas atitudes e práticas, indo para além do impacto das crenças positivas e negativas que circulam sobre as zonas protegidas.

3.3 Impactos da relação com as leis e da modalidade de participação pública na intenção de protesto

Um último objectivo para este estudo consistia em alargar o modelo de análise à previsão de fenómenos de acção cívica individual e colectiva. Para este efeito, foram

realizadas análises similares às apresentadas acima tendo agora como variável critério a intenção de protesto face às zonas protegidas. Para estas análises foram seleccionadas como variáveis predictoras, para além das dimensões da ligação ao lugar e de relação com as leis e instituições públicas, a eficácia associada às acções de protesto e a percepção de influência na alteração da situação a nível local. Foram testados efeitos de moderação para os interesses investidos, a confiança institucional e a preferência por duas modalidades de participação na tomada de decisão sobre as questões da conservação da natureza (Tabela 16).

Verificou-se um efeito moderador significativo entre o nível de interesses investidos e a percepção de interdependência na comunidade. A interacção entre estas variáveis ($B=-.227$; $p<.05$; $effect\ size=1.5\%$) sugere que uma percepção de maior interdependência prediz uma menor intenção de protesto para os *residentes proprietários* ($B=-.150$; $p<.05$). Para os *residentes não proprietários* esta relação não se mostrou significativa ($B=.078$; ns). Este resultado contradiz a hipótese 4a, segunda a qual se previa que a ligação ao lugar aumentaria a intenção de protesto.

Verificou-se também que a confiança institucional modera a relação entre dois factores de ligação ao lugar, a centralidade da pertença e a interdependência, e a intenção de protesto. A interacção entre a centralidade da pertença e o nível de confiança institucional ($B=-.192$; $p<.05$; $effect\ size=1.2\%$) sugere que uma maior centralidade está associada a uma menor intenção de protesto nos *residentes com maior confiança nas instituições públicas* ($B=-.193$; $p<.06$). Entre os *residentes com baixos níveis de confiança institucional* esta relação se mostrou não significativa ($B=.116$; ns). Este resultado contradiz a hipótese 4b, uma vez que se esperava que a relação positiva entre ligação ao lugar e intenção de protesto ocorresse nos residentes com menor confiança institucional.

Foi encontrado também um efeito de interacção entre interdependência na comunidade e confiança institucional ($B=.196$; $p<.000$; $effect\ size=3.9\%$). A percepção de maior interdependência está associada a maior intenção de protesto quando os níveis de confiança institucional são mais elevados ($B=.156$; $p<.01$). Inversamente, quando os níveis de confiança institucional são baixos, uma maior interdependência na comunidade está associada a menor intenção de protesto ($B=-.163$; $p<.01$). Este resultado contradiz também a hipótese 4b, uma vez que se previa uma relação positiva entre ligação ao lugar e intenção de protesto para os residentes com menor confiança institucional.

Relativamente ao impacto da preferência por diferentes modalidades de participação cívica, constata-se que no caso da participação hierárquica esta preferência não intervém de modo directo ou em interacção com as restantes variáveis na predição da intenção de protesto.

A participação consensual, por sua vez, tem não apenas um efeito directo significativo – quanto maior a concordância com esta modalidade de participação pública, maior a intenção de protesto –, como interage de forma significativa com a centralidade da pertença ao lugar ($B=-.474$; $p<.05$; $effect\ size=1.1\%$) e a eficácia atribuída às acções de protesto ($B=1.438$; $p<.01$; $effect\ size=1.6\%$). Assim, quando concordam bastante com a participação consensual, os residentes para quem a pertença ao lugar é muito relevante têm menor intenção de protestar contra as zonas protegidas ($B=-.211$; $p<.06$); para os residentes que concordam menos com a participação consensual esta relação não é significativa ($B=.079$; ns).

Tabela 16. Regressões múltiplas hierárquicas para intenção de protesto

	Moderadores	<i>Interesses investidos</i>	<i>Confiança institucional</i>	<i>Participação hierárquica</i>	<i>Participação consensual</i>
Critério: <i>intenção de protesto</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	
(Constante)	1,898	1,880	2,058	2,074	
Sexo	-,186*	-,205**	-,151*	-,214**	
Tempo de residência	-,005*	-,004*	-,006**	-,005**	
Nível de instrução	,094**	,107***	,066*	,070**	
Centralidade da identificação	-,125	-,047	-,076	,010	
Interdependência na comunidade	,078	-,002	-,021	-,013	
Laços na comunidade	,087	,106	,179*	,097	
Eficácia da acção de protesto	2,017***	1,852***	2,496***	1,906***	
Influência a nível local	-,068*	-,088*	-,086**	-,098***	
<i>Moderador</i>	,027	-,086*	-,014	,321**	
Centralidade da identificação x <i>Moderador</i>	,299	-,192*	,162	-,474*	
Interdependência x <i>Moderador</i>	-,227*	,196***	,042	,196	
Laços na comunidade x <i>Moderador</i>	,014	-,076	-,066	,305	
Eficácia x <i>Moderador</i>	-,272	-,243	,332	1,438**	
R ² Ajustado	.484 ^a	.517 ^b	.526 ^c	.543 ^d	

*** $p<.000$ ** $p<.01$ * $p<.05$ ^a $F(13,197)=16.131$, $p<.000$; ^b $F(13,194)=18.013$, $p<.000$; ^c $F(13,193)=18.585$, $p<.000$; ^d $F(13,191)=1.653$, $p<.000$.

A defesa da modalidade de participação consensual também interfere na relação entre a atribuição de eficácia às acções cívicas de protesto e a intenção de efectuar essas acções, aumentando a força dessa relação. Quanto maior for o acordo com uma participação do tipo

consensual, melhor a eficácia percebida ajudará a predizer a intenção de protesto ($B_{P. consensual\ baixa}=1.840$; $p<.000$; $B_{P. consensual\ elevada}=2.140$; $p<.000$).

Em suma, os resultados obtidos mostram que a relação com a lei e o tipo de participação eleito modelam a relação entre as ligações com o lugar físico e com o lugar social e a intenção de protestar contra as zonas protegidas. Para os proprietários e para os que têm menos confiança nas instituições nacionais, a percepção de maior interdependência diminui a probabilidade de protestarem. Para os que têm mais confiança e para os que concordam com uma participação cívica consensual, a centralidade na pertença ao lugar actua como um amortecedor da intenção de protesto, diminuindo a sua probabilidade de ocorrência.

4. Discussão

Para este último estudo tínhamos como objectivo geral consolidar e ampliar os resultados dos três estudos anteriores, procurando confirmar a presença de diferentes configurações representacionais nas comunidades locais cujo quotidiano passou, nos últimos anos, a ser marcado por novas leis e regulamentos que as convocam para a conservação da natureza e da biodiversidade. Os três estudos anteriores sugeriam que as representações sociais das leis para a conservação da natureza, e em particular da designação de zonas protegidas inseridas na rede europeia Natura 2000, emergem a partir da conjugação entre as posições face às leis de conservação da natureza e as dimensões de ligação ao lugar e com a comunidade. Estes estudos mostraram também que esta articulação entre processos representacionais e identitários varia consoante a relação de proximidade com as leis e consoante a avaliação que é feita do contexto em que estas mudanças ocorrem e do modo como estas intervirão nos projectos da comunidade.

Para aumentar a compreensão sobre as referidas inter-relações, este último estudo visou responder a quatro objectivos específicos, cujos resultados são comentados em seguida. Antes disso, apresenta-se um breve comentário sobre os resultados globais do inquérito efectuado, que apontam, numa primeira leitura, para um elevado consenso e apoio nas comunidades relativamente à conservação da natureza e designação de zonas protegidas.

4.1. Avaliação da mudança: consensos e dissensões na comunidade

Neste estudo, tal como nos anteriores, as atitudes associadas à conservação da natureza assumem valores muito positivos e consensuais. Para melhor compreender este consenso, foi efectuada a comparação entre as posições de residentes com e sem interesses investidos – factor importante para discriminar posições na comunidade nos Estudos 2 e 3 – face ao conjunto de indicadores presentes no questionário. Os resultados desta comparação mostraram que uma maior ou menor proximidade às leis de conservação não distingue os níveis de concordância com crenças, atitudes e práticas, de apoio ou contestação, associadas às políticas de conservação da natureza que regulamentam a designação de áreas protegidas. Isto aponta para um elevado consenso no posicionamento destas comunidades face às políticas de conservação, resultado que pode ser entendido como uma avaliação global positiva face a estas políticas.

Alguns autores discutem, no entanto, a necessidade de considerar, na avaliação destas respostas, a importância do ajustamento das comunidades às pressões normativas (Castro, 2006), sobre as quais indivíduos e grupos detêm um meta-conhecimento (Elcherot et al., 2011). Assim, tal como temos vindo a propor ao longo deste trabalho, consideramos que estes resultados devem ser entendidos enquanto indicativos da capacidade de adaptação das comunidades às novas normas para a sustentabilidade (Castro e Mouro, 2011; Devine-Wright, 2009). Em consequência, os factores analisados não devem ser lidos isoladamente, mas antes deve ser investigada a sua conjugação e devem ser examinadas as configurações que se associam a diferentes posicionamentos sócio-psicológicos.

Por exemplo, ao analisarmos as posições de residentes com e sem interesses investidos nos indicadores que reflectem diferentes concepções da situação local, verificou-se que os proprietários fazem uma avaliação mais negativa das mudanças a nível local e diferenciam pouco a gravidade dos problemas ambientais a nível local (comparativamente ao nível global); por sua vez, os não proprietários fazem uma avaliação significativamente mais positiva das mudanças locais e apresentam níveis mais acentuados de hipermetropia, minimizando os problemas ambientais locais em comparação com os globais. Em conjugação com os resultados descritos acima, podemos concluir que embora todos apresentem uma atitude positiva e uma posição pouco contestatária face às áreas protegidas da sua região, a proximidade às leis de conservação parece alterar a forma como é representado o contexto em que estas mudanças ocorrem. Aqueles que estão mais próximos da lei representam o contexto local em que estas leis são recebidas de forma menos positiva e isso, como discutiremos

adiante, tem consequências para o recurso a formatos de resistência mais flagrantes ou mais subtis por diferentes grupos dentro da comunidade.

4.2. Avaliação da mudança em contexto: a relação com as leis e instituições públicas

O primeiro objectivo deste estudo consistia em confirmar a confiança institucional e os interesses investidos enquanto moderadores das atitudes face às zonas protegidas e do apoio a práticas de conservação. Tal como para o Estudo 2, partiu-se da premissa de que as formas específicas de expressar acordo ou desacordo com as políticas públicas assumem diferentes formatos consoante a natureza da relação com a lei (Batel e Castro, 2009; Tuffin e Frewin, 2008). O impacto do tipo de relação com as leis foi já ilustrado pelo modo como, por exemplo, proprietários e não proprietários organizam de forma distinta as suas representações sobre a conservação da natureza e as leis que regem as zonas protegidas (Mouro e Castro, 2010).

No presente estudo, as análises aos efeitos de moderação do nível de interesses investidos mostraram que este factor não interage com os factores de ligação ao lugar na predição das atitudes face às zonas protegidas. Este resultado diverge dos resultados do Estudo 2, em que a identificação com o lugar era um melhor preditor das atitudes de residentes proprietários do que dos não proprietários. No entanto, como já referimos, a medida unidimensional de identificação com o lugar usada no Estudo 2 mostrou ter um contributo reduzido para a compreensão das relações analisadas. Consequentemente, neste estudo foram utilizados indicadores das dimensões cognitiva e relacional do modelo de identidade social de Cameron (2004) e da escala de sentido de comunidade (e.g. Lima e Castro, 2005; Obst e White, 2005), testados em trabalhos anteriores sobre tomadas de posição face a práticas de conservação (Castro et al., 2009) e avaliação da qualidade ambiental (Lima e Mouro, 2009).²⁸

²⁸ A análise da Tabela 11 permite fazer um breve comentário à contribuição distinta destes factores para as relações estudadas, que torna saliente a importância de usar medidas multi-dimensionais na pesquisa. De facto, os três factores de ligação ao lugar encontrados nestes estudo – *Centralidade da identificação*, *Interdependência e Laços na comunidade* – apresentaram padrões distintos de associação com as restantes variáveis, sugerindo que desempenham diferentes papéis na recepção das propostas de mudança na comunidade. Verificou-se que quanto mais forte a rede de apoio (laços), maior o envolvimento em diferentes formatos de apoio e contestação face às zonas protegidas (atitudes, práticas de conservação e intenção de protesto). O desenvolvimento destes laços parece ser sustentado pela duração da permanência no lugar e pela dimensão da localidade, sendo os laços mais fortes para os que residem há mais tempo nas localidades e em zonas rurais.

Para a centralidade da identificação com o lugar encontramos um padrão de relações muito diferente. Em termos da recepção das novas leis, este factor não tem impacto directo na predição de atitudes ou práticas. No entanto, este parece ser o factor que mais interage com as representações do contexto de mudança na comunidade

Relativamente ao papel moderador da confiança institucional, esta variável interage com os laços na comunidade para a predição das atitudes. Os resultados obtidos apontam para que, quando os residentes têm pouca confiança nas instituições públicas que designam e regulam as zonas protegidas, laços mais bem estabelecidos na comunidade tenham um impacto favorável sobre as suas atitudes face às zonas protegidas. Para os residentes com elevados níveis de confiança institucional esta relação não é significativa, sugerindo que, nesse caso, as atitudes estarão mais dependentes da rejeição de ideias negativas sobre o impacto económico das zonas protegidas.

No que diz respeito ao apoio às práticas de conservação, os resultados mostraram que este apoio está associado a laços mais fortes dentro da comunidade. No entanto, tal como no Estudo 2, não foram encontrados efeitos moderadores significativos entre os factores de relação com as leis analisados (interesses investidos e confiança institucional) e as dimensões de ligação ao lugar no apoio às práticas de conservação.

Por outro lado, e uma vez mais tal como o inquérito anterior mostrou (ver Estudo 2), as relações entre crenças, atitudes e apoio a práticas são moderadas pelo tipo de relação com as leis e as instituições públicas. O nível de interesses investidos intervém na relação entre atitudes face à área protegida e apoio às práticas de conservação, mostrando que esta relação é significativa e positiva apenas para os residentes com interesses investidos. Nos residentes sem interesses investidos, são os laços na comunidade e a rejeição das crenças negativas sobre as zonas protegidas que sustentam o apoio às práticas de conservação.

O segundo efeito moderador encontrado mostra ainda que a confiança institucional modera a relação entre as crenças de impacto económico negativo e o apoio às práticas de conservação. Quando os residentes têm pouca confiança nas instituições públicas que designam e regulam as zonas protegidas, as crenças negativas têm um papel particularmente importante na adesão às práticas de conservação. Quando os níveis de confiança institucional

(avaliação da mudança e hipermetropia) e com as dimensões de contextualização das decisões institucionais (confiança institucional e modalidade de participação pública) na predição das posições face às políticas de conservação. Isto significa que, como alguma evidência empírica tem vindo a mostrar, a identificação com o lugar não tem uma relação linear com o apoio às políticas de conservação e sustentabilidade; esta relação é complexa e está dependente de factores contextuais que maximizam, minimizam ou invertem a direcção destas relações (Bonaiuto et al., 2002; Carrus et al., 2005; Mouro e Castro, 2010; Uzzell et al., 2001).

Finalmente, a percepção de interdependência parece estar muito dependente de haver previamente uma forte ligação ao lugar físico e, em termos relacionais, uma boa rede de contactos; além disso, embora não se encontre associada directamente ao envolvimento em formas de resistência flagrante às novas leis, este factor influencia positivamente a percepção de eficácia dessas acções. Este factor, conjuntamente com os laços na comunidade, contribui também para prever atitudes mais positivas face às zonas protegidas, o que consolida o pressuposto de que as relações sociais na comunidade sustentam os processos de ajustamento entre atitudes e normas sociais (Castro e Mouro, 2011; ver também Elcherot et al., 2011).

são mais elevados, esta adesão depende principalmente dos laços estabelecidos na comunidade e da atitude global face à zona protegida da região.

Estes resultados confirmam, em geral, os dos estudos anteriores. Pode-se concluir a partir destes resultados que a relação com a lei e com as instituições públicas modera as relações entre a integração na comunidade e as atitudes face às zonas protegidas, e entre crenças, atitudes e práticas de conservação. Os efeitos de moderação encontrados mostram que estas relações são mais complexas para os residentes que têm uma relação mais próxima com as leis de conservação da natureza e que têm menor confiança nas instituições que regulam as áreas protegidas do que para os restantes residentes. A interligação entre processos representacionais e identitários parece, assim, ser mais forte e mais articulada para aqueles que, dentro das comunidades, estão mais atentos às novas leis de conservação, quer por serem mais afectados por estas leis, quer por terem níveis de confiança mais baixos nas instituições que as regulam.

4.3. A avaliação da situação local enquanto contexto para a representação da mudança

Um segundo objectivo deste estudo consistia em averiguar do impacto de outros factores contextuais, derivados do Estudo 3, sobre as configurações representacionais que sustentam as posições locais face às leis de conservação. Concretamente, testou-se o efeito moderador da avaliação da mudança a nível local, assumindo que os posicionamentos dentro das comunidades locais se apoiam nos projectos que diferentes grupos detêm para a comunidade (Estudo 3; Bauer e Gaskell, 2008; Campbell e Jovchelovitch, 2001; Castro e Mouro, 2011), e no nível de hipermetropia ambiental, ou seja, da minimização dos problemas ambientais a nível local comparativamente ao nível global (Estudo 3; Lima e Castro, 2005; Uzzell, 2000).

Os resultados obtidos com estes dois factores de avaliação da mudança a nível local demonstram que esta dimensão intervém no modo como as relações com o lugar contribuem para atitudes mais favoráveis face às zonas protegidas. Quando os problemas a nível local são minimizados (hipermetropia mais acentuada), uma atitude favorável face às zonas protegidas está mais dependente da importância que o local tem para a definição da identidade. Ou seja, quando não são percebidos problemas de conservação da natureza a nível local, ou são minimizados em relação ao nível mundial, o facto de a pertença ao lugar ser central para a identidade contribui para que as zonas protegidas sejam avaliadas mais positivamente. Quando os problemas ambientais a nível local não são diferenciados face aos globais, a

centralidade da identificação deixa de ter um papel preditor para a compreensão destas atitudes. A minimização dos problemas ambientais a nível local constitui-se, assim, como uma condicionante à aceitação das novas propostas legais de conservação da natureza, ao tornar a tomada de posição face às zonas protegidas mais dependente dos processos identitários que regulam a ligação ao lugar físico. Tal como já sugeria o Estudo 3, esta parece ser uma modalidade de resistência subtil utilizada pelos residentes sem interesses investidos, que apresentam níveis mais elevados de hipermetropia.

O impacte da ligação ao lugar sobre as atitudes para com as zonas protegidas é também modelado pela avaliação da mudança ocorrida a nível local. Para os residentes que avaliam positivamente a mudança, tal como para os que percebem menor hipermetropia ambiental, a relação entre a centralidade da pertença e a atitude é positiva. Nesse caso, o facto de as alterações na comunidade serem avaliadas como favoráveis parece permitir que o orgulho por pertencer ao lugar favoreça avaliações positivas das zonas protegidas. Para os residentes que avaliam negativamente a mudança a nível local, encontramos o efeito inverso: quanto maior a centralidade da pertença, mais negativa será a atitude. No caso destes residentes, uma atitude mais positiva estará dependente, antes, de uma percepção de fortes relações de interdependência na comunidade.

Estes resultados mostram que a posição face às leis de conservação da natureza está bastante associada quer à forma como é representada a situação local, quer ao modo como as relações com o lugar físico e a comunidade são concebidas pelos residentes. Como os residentes não proprietários têm uma representação mais positiva da situação local, a centralidade da identificação com a localidade intervém de modo indirecto na forma como se posicionam face às propostas de mudança para a sustentabilidade. No caso daqueles que avaliam menos positivamente a mudança, e que corresponderão de modo geral aos residentes proprietários, um posicionamento mais favorável face às zonas protegidas estará mais associado à percepção da capacidade de organização da comunidade para resolver problemas e menos associado à importância e centralidade de viver naquela zona.

A avaliação da mudança local também modela a relação entre os elementos representacionais sobre a conservação da natureza. A rejeição de crenças negativas acerca das zonas protegidas é determinante para a expressão de uma atitude positiva. Esta relação é significativa para os residentes que avaliam de forma mais positiva as mudanças a nível local e torna-se ainda mais forte para os residentes que avaliam de forma negativa estas mudanças. Ou seja, atitudes positivas face a esta política de conservação dependem da desconstrução de

ideias negativas sobre a mesma e isso é ainda mais importante quando os residentes avaliam de forma negativa o contexto em que estas propostas legais são implementadas.

Em síntese, estes resultados sugerem que as relações entre os elementos representacionais e identitários que sustentam as atitudes face às zonas protegidas são mais complexas quando se trata de residentes que avaliam negativamente as mudanças a nível local e apresentam níveis mais elevados de hipermetropia. Para esses residentes a centralidade da ligação ao lugar e as relações de interdependência na comunidade são factores que influenciam as suas atitudes indo para além do impacte das crenças positivas e negativas que circulam sobre as zonas protegidas.

4.4. Processos e contextos que sustentam uma resistência activa à mudança

No presente estudo alargámos o modelo testado com o primeiro inquérito (Estudo 2) a outras dimensões da ligação ao lugar, derivadas da proposta de modelo identitário de Cameron (2004) e do modelo de sentido de comunidade (e.g. Obst e White, 2002), e avaliámos potenciais moderadores na predição de atitudes e práticas de conservação relativamente às zonas protegidas. Como último objectivo para este estudo, propusemos examinar o papel das dimensões da ligação ao lugar e de relação com as leis e instituições públicas na adesão a práticas de protesto, alargando o modelo de análise à previsão de fenómenos de acção cívica individual e colectiva. Para isso, além das dimensões de relação com as leis já examinadas, propôs-se testar o efeito moderador da valorização, pelos residentes, de dois tipos de participação pública (Jovchelovitch, 2007; Moscovici e Doise, 1991), um mais consensual, em que todos os actores locais podem participar, e outro hierárquico, em que a decisão é tomada pelas instâncias governamentais, os especialistas e os que são por estes considerados agentes relevantes a nível local.

Relativamente à relação com as leis, encontrámos um efeito moderador significativo entre o nível de interesses investidos e a percepção de interdependência na comunidade. Os residentes proprietários terão menor intenção de protestar face às áreas protegidas se percepcionarem maior interdependência na comunidade. Este resultado parece sugerir que se aqueles que estão mais próximos das leis perceberem que a comunidade tem capacidade de se mobilizar para resolver os problemas com que se defronta, então a via do protesto é preterida.

Verificou-se também que a confiança institucional modera a relação entre dois factores de ligação ao lugar, a centralidade da pertença e a interdependência, e a intenção de protesto. Os residentes com mais confiança institucional têm maior intenção de protesto se o

lugar não tiver um papel central para si e se percepcionarem maior interdependência na comunidade. No caso dos residentes com baixa confiança institucional, tal como para os proprietários, uma menor intenção de protesto depende de uma percepção de maior interdependência na comunidade. No conjunto, estes resultados são diferentes do que se poderia esperar com base na literatura: que uma elevada identificação ou um elevado sentido de comunidade levariam a maior intenção de protesto. Como vimos aqui, isso parece depender do contexto e do grupo que está a tomar essa decisão.

Estes dois resultados, relativos ao papel moderador da confiança institucional, indicam também que diferentes factores de ligação ao lugar podem ter um papel distinto face ao envolvimento em acções colectivas. No caso dos residentes com níveis mais elevados de confiança, o orgulho e a importância atribuída ao lugar físico (centralidade) diminui a sua intenção de protestar, enquanto que a partilha de uma visão conjunta (interdependência) aumenta a intenção de protesto.

Relativamente ao impacto da preferência por diferentes modalidades de participação cívica, constatou-se que a modalidade hierárquica não intervém na predição da intenção de protesto. A modalidade de participação consensual, por sua vez, interage de forma significativa com a centralidade da identificação com o lugar e com a eficácia atribuída às acções de protesto. Assim, quando concordam bastante com a participação consensual, os residentes para quem a pertença ao lugar é muito relevante têm menor intenção de protestar contra as zonas protegidas; para os residentes que concordam menos com a participação consensual esta relação não é significativa.

Os resultados obtidos mostram, portanto, que a relação com a lei e o tipo de participação eleito moderam a relação entre as ligações com o lugar físico e com o lugar social e a intenção de protestar contra as zonas protegidas. Para os proprietários e para os que têm menos confiança nas instituições nacionais, a percepção de maior interdependência entre os membros da comunidade diminui a probabilidade de protestarem. Para os que têm mais confiança e para os que concordam com uma participação cívica consensual, a centralidade da identificação com o lugar actua como um inibidor da intenção de protesto, diminuindo a sua probabilidade de ocorrência.

4.5. Conclusões

O conjunto de resultados apresentados permite avançar com algumas conclusões relativamente à contribuição deste estudo para a compreensão das relações que as comunidades locais estabelecem com as novas leis para a sustentabilidade.

A primeira diz respeito à importância de considerar, nestes estudos, diferentes factores de relação com o lugar, que abrangem a ligação ao “lugar físico” e ao “lugar social”. Diferentes dimensões mostraram ter relações distintas, directas e indirectas, com atitudes face às leis e práticas de conservação e com a intenção de protestar contra essas leis.

A segunda conclusão resulta da comparação efectuada entre diferentes grupos dentro da comunidade com base na sua relação com as leis e instituições. A distinção entre residentes com e sem interesses investidos, que sugere diferentes graus de proximidade e contacto com as novas leis, mostrou-se relevante para compreender melhor que factores são determinantes para haver um maior apoio às práticas de conservação propostas e menor intenção de protestar face às mesmas. Outro factor relevante é a confiança institucional. Este estudo tornou mais claro que, dentro destas comunidades e com o modelo de análise utilizado, é mais fácil prever os factores que determinam as posições daqueles que são proprietários e daqueles que têm pouca confiança nas instituições que designam e fiscalizam as zonas protegidas, como o Estudo 2 já sugeria. Podemos então considerar que são estes grupos de residentes que têm vindo a pensar, discutir e decidir mais sobre as questões da conservação da biodiversidade a nível local, o que os coloca numa fase mais complexa de resposta à mudança (Devine-Wright, 2009).

No mesmo sentido, os factores que permitem diferenciar a avaliação da situação local, ou seja, o contexto mais global em que as novas leis se inserem, mostraram-se importantes para identificar diferentes respostas da comunidade face à conservação da biodiversidade a nível local. A distinção global-local, característica da hipermetropia (Uzzell, 2000), e avaliação da mudança na comunidade ao longo do tempo interagem com as dimensões da ligação ao lugar na previsão das atitudes face às zonas protegidas. Além disso, ajudam a caracterizar os diferentes grupos dentro da comunidade. Por exemplo, os não proprietários apresentam níveis de hipermetropia mais acentuados do que os proprietários (o que vai ao encontro do Estudo 3) e têm uma percepção mais positiva da mudança local. O cruzamento destes resultados indica que a identificação com o lugar é determinante também para uma atitude positiva dos não proprietários, embora só seja possível concluir esta associação a partir da avaliação que é feita do contexto local em que as novas leis são recebidas.

Em quarto lugar, este estudo permite também concluir que é importante avaliar, de forma distinta, a expressão de diferentes formas de apoio e resistência às novas normas para a sustentabilidade. Neste estudo, as atitudes face às leis e práticas de conservação e a acção colectiva são determinadas por diferentes preditores e por diferentes relações de moderação. Isso permitiu concluir que o apoio às práticas de conservação depende da interacção entre a relação com as leis (interesses investidos e confiança institucional) e o posicionamento face às leis (crenças e atitudes face às zonas protegidas), enquanto que a intenção de protesto depende da interacção entre a relação com as leis e a ligação ao lugar (centralidade da identificação e interdependência).

Finalmente, este estudo sugere ainda que é importante dar maior atenção à forma como as comunidades concebem a participação pública, algo que não tem sido explorado nos estudos sobre acção cívica e colectiva. Neste caso mostrou-se que a adesão a uma modalidade de participação pública consensual determina a intenção de protesto, principalmente quando é atribuída maior eficácia à acção a desenvolver.

SECÇÃO III – DISCUSSÃO GERAL

Este trabalho teve como objectivo geral aumentar a compreensão sobre como as novas leis para a sustentabilidade são recebidas por indivíduos, grupos e comunidades. Vivemos uma fase de generalização de práticas sustentáveis (Castro et al., 2009; Castro, 2011) em que indivíduos e comunidades são convocados, através de novas leis, a alterar as suas formas de agir em prol da sustentabilidade. No entanto, apesar da força normativa formal que estas práticas foram ganhando, associada à força normativa informal da opinião pública, favorável a estas matérias, é ainda bastante acentuada a clivagem entre as ideias e as práticas pró-ambientais (Castro, 2006; Uzzell e Rätzsch, 2009; Steg e Vlek, 2009; Vining e Ebro, 2002). Além disso, apesar da participação pública relativa às matérias ambientais estar actualmente regulamentada, raramente os indivíduos e comunidades são envolvidos nos processos de tomada de decisão sobre as questões ambientais que afectam o seu quotidiano (Batel, 2010; Castro e Batel, 2008; Schmidt, 2008). As características dilemáticas deste “percurso para a sustentabilidade” tornam-no, assim, um objecto privilegiado de pesquisa para a psicologia ambiental e social (Bonnes e Bonaiuto, 2002).

A psicologia ambiental tem dado bastante atenção à discrepância entre a elevada adesão às ideias pró-ambientais e a fraca expressão de comportamentos sustentáveis, embora focando-se quase exclusivamente em comportamentos individuais da esfera privada (Stern, 2000; Uzzell e Rätzsch, 2009), como a separação de resíduos domésticos. Outros tipos de comportamento, da esfera pública (Stern, 2000), como a adesão a práticas de conservação da biodiversidade, tem recebido menos atenção desta literatura. A aceitação deste tipo de práticas públicas por parte de indivíduos e comunidades é, no entanto, fundamental para mitigar os efeitos das alterações climáticas (Castro e Mouro, 2011). Isto significa que o ajustamento entre estas políticas e os projectos das comunidades locais que vão implementar as novas leis é crucial para prosseguir as metas da sustentabilidade.

A pesquisa que se tem interessado por compreender como são recebidas as leis para a conservação da biodiversidade – que propõem a designação de parques e outras zonas protegidas, bem como restrição de algumas práticas não-ambientais – tem mostrado que estas novas leis são recebidas com alguma contestação pelas comunidades locais (Carrus, et al., 2005; Stoll-Kleeman, 2001). Um dos objectivos deste trabalho consistia então em compreender como é que é mantida, por parte das comunidades locais, esta dissociação entre normas legais e socialmente valorizadas e a implementação das práticas de conservação concretas, procurando contribuir para o estudo destas questões quando se trata de analisar “comportamentos não activistas da esfera pública” (Stern, 2000).

O facto de a psicologia ambiental se basear principalmente em modelos de cariz individualista (Uzzell e Rätzsch, 2009), que dão pouca atenção ao contexto e às relações sociais e institucionais que intervêm nos posicionamentos sociais, torna necessário integrar, na análise destes comportamentos, conceitos e processos desenvolvidos para conceptualizar os objectos de estudo de forma mais situada e dinâmica oriundos da psicologia social. Algumas dessas propostas foram já consideradas por uma psicologia social ambiental (Bonnes et al., 2003), nomeadamente o estudo dos processos identitários (e.g., Bonaiuto et al., 2002) ou das normas sociais (Fielding et al., 2008b). Outras propostas têm recebido menor atenção, como a análise do papel da contradição e uso de ideias diferentes para dissociar normas e ideias de práticas específicas (Castro et al., 2009). Ou o recurso a conceitos molares, como o de representações sociais, que organizem normas, crenças e atitudes em configurações que ganham sentido quando analisadas e interpretadas à luz dos contextos em que ocorrem e das normas sociais e culturais que as enquadram (Buijs, 2009; Castro, 2006; Castro e Batel, 2008; Devine-Wright, 2009; Hovardas et al., 2009).

Neste trabalho abordámos, assim, quatro aspectos que precisam de receber mais atenção por parte da literatura da psicologia social e ambiental.

(1) O primeiro são as especificidades dos processos sócio-psicológicos envolvidos na mudança social proposta através de novas leis e regulamentos e, portanto, com elevada carga normativa (Castro, 2011);

(2) O segundo está relacionado com a especificidade dos processos que facilitam ou constroem a adesão a comportamentos sustentáveis da esfera pública (Stern, 2000), como a adesão às novas leis da conservação da biodiversidade, sobre os quais existe ainda pouca pesquisa;

(3) O terceiro aspecto é a identificação e caracterização de diferentes formas de resistência às propostas de mudança para a sustentabilidade, umas mais flagrantes, como a acção colectiva e o protesto (de Weerd e Klandermans, 1999), outras mais subtis, como a combinação de ideias aparentemente contraditórias (Castro, 2006) ou a minimização dos problemas ambientais ao nível local (Uzzell, 2000);

(4) O quarto aspecto tem que ver com o recurso preponderante a teorias individualistas, que não integram as dimensões contextual e/ou societal/cultural nos seus modelos de análise (Castro, 2006; Uzzell e Rätzsch, 2009).

Com o objectivo de contribuir para avançar nestas lacunas, a pesquisa efectuada neste trabalho focou o caso concreto das inovações legais criadas para a conservação da natureza e

da biodiversidade e aplicadas à Rede europeia de Sítios Natura 2000. Estas novas leis pretendem salvaguardar ecossistemas em que residem espécies de fauna e flora ameaçadas. Para tal, estas leis regulam e restringem *comportamentos individuais* que ocorrem na *esfera pública* (Stern, 2000), como o tipo de prática agrícola. Uma das características dos comportamentos regulados por estas leis é, portanto, a sua visibilidade junto de outros elementos da comunidade. Além disso, dado a tradução dos imperativos legais da Rede Natura 2000 para práticas concretas de conservação contar com a intervenção de vários protagonistas e interlocutores (e.g., Stoll-Kleeman, 2001), estas leis afectam também as *relações* entre indivíduos e grupos dentro e fora das comunidades rurais (Castro e Mouro, 2011) e com os peritos de institutos governamentais e de projectos da conservação da biodiversidade.

Para além de focarmos um contexto concreto para estudar os comportamentos legalmente enquadrados que ocorrem na esfera pública, procurámos examinar os processos representacionais e identitários que contribuem para diferentes posicionamentos dentro das comunidades locais. Para isso, através do recurso à triangulação metodológica, analisámos como são apropriadas e resistidas as novas leis no detalhe da comunicação, examinámos a posição de um dos sistemas mediadores (técnicos locais) e as representações mútuas entre este e a comunidade local, comparámos diferentes grupos na comunidade e testámos determinantes e moderadores sócio-psicológicos para diferentes formas de resistência às novas leis e de posicionamento face a elas. Estas análises foram enquadradas quer por conceitos oriundos de tradições mais individualistas, como os de crenças e atitudes, quer pela perspectiva sócio-construcionista das representações sociais, que dá relevo aos processos sociais e societais através dos quais as ideias são apropriadas, negociadas e re-apresentadas.

No global, as análises realizadas evidenciam que estamos perante fenómenos complexos que importa continuar a estudar. As conclusões dos estudos apresentados não esgotam, de todo, as questões a que é ainda preciso responder e que será importante abordar em novos estudos. Mas contribuem para insistirmos numa concepção da mudança social como um processo dinâmico e interactivo, em que os diferentes níveis de actuação – individual, contextual e societal – se encontram e complementam, ainda que muitas vezes isso resulte na desaceleração da própria mudança. E ilustram como, para compreendermos em que contexto as leis foram criadas e como respondem ao acolhimento que foram tendo, é necessário perceber como é que o “senso comum” se apropria de, questiona e desafia as propostas de mudança (Bauer e Gaskell, 2008). Foi para isso que procurámos contribuir com

este trabalho, cujo percurso vamos agora brevemente rever, antes de apresentar as principais conclusões que dele se podem retirar e algumas propostas para o futuro.

1. A conservação da biodiversidade enquanto mudança social para a sustentabilidade

Começámos por, no Capítulo I, contextualizar de forma abrangente a mudança social para a sustentabilidade, apresentando as suas fases de introdução nas sociedades actuais e o contexto específico sobre o qual focámos o nosso trabalho. Nos anos 80 tornou-se claro que o “desenvolvimento sustentável” seria o conceito orientador das políticas subsequentes, integrando valores antropocêntricos e ecocêntricos que tradicionalmente se opunham. A institucionalização dos novos riscos ambientais e a dificuldade em envolver o nível local trouxeram também novas propostas de relação entre as instituições e os públicos, e fizeram com que a participação pública ganhasse força normativa.

A designação de zonas Natura 2000, que contextualiza o nosso trabalho, foi marcada também pelas tensões entre visões ecocêntricas e antropocêntricas e pelo predomínio do conhecimento científico nas tomadas de decisão. Uma vez que a conservação da biodiversidade ao nível local só terá lugar com a colaboração das comunidades locais e estas têm manifestado alguma contestação face às novas leis, o estudo de como estas leis têm sido recebidas é fundamental para a compreensão dos processos de mudança social para a sustentabilidade com enquadramento legal.

No Capítulo II, revimos as abordagens teóricas dominantes no estudo da relação pessoas-ambiente que poderiam ajudar a enquadrar os nossos objectivos de estudo. Vimos que estas abordagens propõem três ângulos de análise para a relação entre ideias e comportamentos: (1) respostas individuais, como as crenças e as atitudes, e (2) respostas colectivas, como o protesto, (3) que se diferenciam de acordo com os processos identitários e factores contextuais que definem a situação.

Uma das críticas mais prementes à literatura da psicologia ambiental é a de que esta tem frequentemente por base modelos individualistas e reducionistas do comportamento, muitas vezes não considerando o contexto social e político em que este ocorre (Uzzell e Rätzsch, 2009). Tendo por base esta crítica, procurámos em primeiro lugar situar o objecto que nos propúnhamos examinar. A tipologia adoptada (Castro, 2011; Stern, 2000) diferencia entre comportamentos ambientais da esfera pública vs. privada, regulados por leis que vinculam indivíduos vs. governos a alterar comportamentos individuais vs. relações entre grupos. As leis que regulam a Rede Natura 2000 com vista à protecção da biodiversidade

regulam diretamente comportamentos individuais da esfera pública (e.g., práticas agrícolas e cinegéticas), mas também têm consequências para as relações dentro das comunidades e entre estas e os técnicos que implementam e fiscalizam acções de conservação.

Em segundo lugar, assumimos a necessidade de examinar o contributo de diferentes níveis de análise para compreender como este tipo de mudança social é condicionada e gerida através quer de estruturas e instituições (nível societal), quer de relações entre grupos dentro e fora das comunidades (nível contextual), quer das posições individuais (nível individual) (Castro e Mouro, 2011; Mouro e Castro, 2010).

Na segunda parte do Capítulo II apresentámos uma revisão de conceitos e modelos que têm sido usados como *indicadores de adesão e resistência à mudança* para a sustentabilidade e desta revisão retirámos algumas orientações para a pesquisa empírica. Destas orientações salientamos, em primeiro lugar, a importância de considerar que os posicionamentos dos indivíduos e das comunidades são regulados pelo seu meta-conhecimento em relação às normas (Elchereth et al., 2011), o que torna difícil contrariar de forma flagrante ideias e práticas socialmente valorizadas (Castro, 2006). Isso tornava necessário examinar, na interacção entre os níveis individual e societal, o papel de factores de crenças distintos (positivos e negativos) para a predição de atitudes, compreender como eles se organizam e quais destas organizações podem constituir formas de resistência subtil à mudança. Em segundo lugar, destacou-se a importância de examinar que factores suportam formatos de resistência flagrante, como o protesto.

Além disso, quer a literatura sobre atitudes pró-ambientais quer a literatura sobre a acção colectiva têm dado relevo à capacidade preditiva dos processos identitários, embora as relações encontradas não sejam sempre lineares. Isso apontava para a necessidade de, no nosso trabalho, considerar diferentes dimensões de ligação ao lugar, nomeadamente distinguindo entre factores de ligação ao lugar “físico” e de ligação ao lugar “social” (Hidalgo e Hernandez, 2001).

Finalmente, considerando que as leis de conservação da biodiversidade também restringem as relações entre grupos dentro e fora da comunidade e que as comunidades são configurações heterogéneas e complexas, tornava-se necessário seleccionar algumas variáveis que dessem visibilidade a essas diferentes representações. Neste trabalho foram examinados moderadores ligados, por exemplo, à relação com as leis (interesses investidos e confiança institucional) e à avaliação da situação local (hipermetropia e avaliação da mudança).

No Capítulo III recorreremos à abordagem das representações sociais, enquanto teoria sobre a forma como o conhecimento quotidiano se apropria de propostas de inovadoras de

ideias e práticas e as transforma, para integrar nas nossas análises uma perspectiva dinâmica e dialógica da recepção da inovação legal para a sustentabilidade. Esta abordagem contribuiu para concebermos a recepção à mudança como resultante de uma interacção constante e dinâmica entre os diferentes componentes representacionais (normas, crenças e atitudes), que muitas vezes é marcada pelo uso de ideias contraditórias, como proposto no conceito de polifasia cognitiva.

A polifasia pode ser associada a uma concepção dialógica do pensamento social (Marková, 2003), uma vez que é da interacção entre diferentes sujeitos (indivíduos, grupos e instituições) que resulta a produção de significados distintos sobre o mesmo objecto social. Essa heterogeneidade de significados e de saberes, alguns associados a diferentes esferas de inovação (científica, político-legal), constitui os campos representacionais onde diferentes posições são afirmadas e novas representações podem emergir.

Uma vez que as relações dialógicas se reproduzem quotidianamente através de acções comunicativas (Marková, 2003), neste trabalho procurámos também relacionar a polifasia com o recurso a diferentes formatos comunicativos. Baseámo-nos na proposta de Marková (2008) para examinar formatos retóricos que permitem, por um lado, afirmar o acordo com uma norma geral (convencionar) e, por outro, recorrer a *themas* para debater e problematizar aplicações concretas dessa norma (tematizar).

Além disso, esta teoria propõe que o acto de re-presentar está sujeito a constrangimentos normativos (Doise, 1993; Moscovici, 1961/1976) que resultam de as representações serem entidades historicamente enquadradas e contextualmente produzidas e negociadas. Tornava-se então necessário examinar como diferentes representações e posições dentro das comunidades estão ancoradas quer a concepções globais, quer a projectos locais.

Esta teoria propõe também que, para compreender a mudança social, é necessário examinar a forma como os sistemas mediadores traduzem as propostas do nível societal para os níveis contextual e individual. Tradicionalmente, têm sido analisados os contributos da imprensa, enquanto sistema mediador, na disseminação de diferentes representações; mais recentemente, tem sido examinado o papel dos peritos e técnicos para a aceleração ou desaceleração da mudança (e.g., Morant, 2006). Neste trabalho examinámos também os formatos comunicativos a que os técnicos locais recorrem para re-presentar as suas relações com as novas leis e com as comunidades.

Da articulação entre as orientações de pesquisa dos Capítulos II e III resultaram três questões de investigação, às quais procurámos responder com os estudos empíricos apresentados na Secção II. Iremos agora rever brevemente o modo como os estudos permitem

responder às questões de investigação antes de discutirmos as contribuições teóricas deste trabalho.

(1) *Que processos representacionais permitem contestar e resistir às novas leis, que detêm força normativa informal (a que emerge do consenso social) e formal (a que emerge das leis), a qual torna difícil contrariar estas ideias e práticas de forma flagrante?*

No Estudo 1 (Capítulo VI) examinámos os formatos comunicativos usados pelas comunidades e técnicos locais para lidar com a mudança proposta pelas novas leis de conservação. Verificámos que ambos os grupos recorrem aos formatos de *convencionalização* e *tematização* para simultaneamente expressar um acordo genérico com a importância de proteger a natureza e as espécies e contestar a aplicação concreta das novas leis. Convencionar e tematizar, recorrendo ao formato “sim, mas” (Castro, 2006), integram um mesmo processo de resistência subtil às propostas societais, uma vez que manter um acordo genérico com a norma permite abrir espaços para debater as formas de materializar esta norma nos contextos específicos. Estes resultados ilustram, portanto, como indivíduos e comunidades detêm meta-conhecimento sobre as normas societais (Elchereth et al., 2011) e como usam formas criativas de lhes resistir sem as contestar abertamente.

No geral, os processos representacionais utilizados por técnicos e comunidades estão orientados para desacelerar os processos de mudança social propostos pelas novas leis de conservação. Esta desaceleração faz uso da tensão entre tipos distintos de racionalidades, apontando para a expressão de polifasia cognitiva (Jovchelovitch, 2004). Quer a comunidade quer os técnicos locais fazem uso da contradição entre diferentes conhecimentos, o conhecimento institucionalizado e o conhecimento local, para definir as suas posições.

A comparação entre comunidade e técnicos locais mostra que estes usam *thema* semelhantes para debater as novas leis, embora com objectivos relacionais diferentes em perspectiva. Ambos os grupos discutiram a aplicação das novas leis usando o *themata rigidez* vs. *flexibilidade* das leis, propondo que as leis devem ser menos rígidas, mais sensíveis ao contexto local. A comunidade local propõe ainda que seja debatido o processo através do qual as leis foram criadas e que levou à *exclusão* (vs. *inclusão*) do conhecimento local das tomadas de decisão. A comunidade orienta assim as suas intervenções para conseguir o reconhecimento do saber local e o envolvimento da comunidade enquanto parceira no debate sobre a conservação da natureza a nível local. Os técnicos locais, por sua vez, utilizam, em espelho, os argumentos da comunidade, argumentando que as leis interferem com vários

direitos da mesma (construir uma habitação, ser informados sobre leis que as afectam). As suas intervenções são, no entanto, orientadas para re(construir) uma imagem profissional positiva junto da comunidade local, afastando-se assim das posições dos institutos governamentais, as quais contribuem para uma imagem negativa dos “ambientalistas”.

O facto de nos termos centrado detalhadamente sobre estes aspectos no Estudo 1 permitiu compreender melhor os resultados dos outros estudos empíricos, em que as posições (atitudes) face à conservação da biodiversidade e às zonas protegidas designadas para esse efeito foram também sempre muito positivas e consensuais. O Estudo 1 permitiu mostrar como isso pode reflectir formas de resistência subtil à mudança social. Os seus resultados apoiam a decisão de usarmos um conjunto heterogéneo de crenças para avaliar de forma mais sistemática as posições das comunidades locais nos Estudos 2 e 4. Estes estudos mostraram, por sua vez, como as crenças positivas e negativas sobre as novas zonas protegidas têm diferentes papéis na previsão de atitudes face a essas áreas e no apoio às práticas de conservação. A triangulação de métodos foi, portanto, útil para compreendermos como diferentes meios de re-presentar (no discurso informal, na resposta a um questionário) podem fornecer dados complementares sobre estes processos (Bauer e Gaskell, 2008).

(2) Que factores e contextos sócio-psicológicos contribuem para a adesão ou resistência às novas leis?

A segunda questão de pesquisa tem que ver com a identificação de variáveis e contextos que actuem como determinantes da adesão às novas leis. Partimos das propostas da psicologia social do ambiente para examinar o contributo quer dos processos identitários de ligação ao lugar, quer de diferentes formatos de relação com a lei (interesses investidos e confiança nas instituições). No primeiro inquérito (Estudo 2), analisámos a forma como estes factores interferem nas relações entre crenças, atitudes e práticas; no segundo inquérito (Estudo 4), alargámos esta análise a formas de resistência mais flagrante, expressas através da intenção de protestar contra as zonas protegidas.

Ambos os estudos mostraram que a identificação com o lugar não tem um papel directo sobre a adesão às novas leis e práticas de conservação, nem sobre a intenção de protesto. Esta associação depende do tipo de relação com as leis. Assim, verificou-se que uma maior identificação com o lugar ajuda a prever atitudes mais positivas face às zonas protegidas, mas apenas para os proprietários (Estudo 2), e prevê menor intenção de protesto nos residentes com mais confiança institucional (Estudo 4). O Estudo 4 também mostrou que

a avaliação da situação local (hipermetropia e avaliação da mudança) intervém na relação entre a identificação com o lugar e as atitudes: uma maior identificação ajuda a prever atitudes mais positivas face às zonas protegidas nos residentes com hipermetropia e que avaliam positivamente a mudança local.

No caso da resistência activa ou flagrante às novas leis, que medimos através da intenção de protesto, o Estudo 4 permitiu mostrar que a identificação com o lugar se relaciona também com um factor sócio-psicológico que até agora não tinha sido considerado por esta literatura: a modalidade de participação pública. Não encontramos o resultado esperado; com base no Estudo 3, os residentes com interesses investidos concordariam mais com uma modalidade de participação hierárquica, em que apenas os mais afectados têm voz, e esta determinaria diferenças na intenção de protesto entre residentes com e sem interesses investidos. Não obstante, verificámos que para os residentes que defendem uma participação cívica consensual, em que todos têm direito a participar nas decisões e não apenas os mais afectados, o orgulho da ligação ao lugar físico actua como um inibidor da intenção de protesto, diminuindo a sua probabilidade de ocorrência.

Poder-se-ia concluir, portanto, que a identificação com o lugar é um “facilitador” do apoio às novas leis para indicadores tanto de nível individual como colectivo. No entanto, encontramos um efeito inverso no caso dos residentes que avaliam negativamente as mudanças locais nos últimos anos: para estes residentes, uma elevada identificação com o lugar está associada a uma atitude mais negativa em relação às zonas protegidas. Este conjunto de resultados corrobora, portanto, aqueles que têm sido encontrados pela literatura sobre estas questões: que a relação entre a identidade de lugar e o apoio a práticas sustentáveis não é linear e é afectada pelo contexto sócio-psicológico em que as posições são tomadas (Bonaiuto et al., 2002; Carrus et al., 2005b; Castro e Lima, 2005; Uzzell et al., 2002).

A dificuldade em encontrar relações directas entre a ligação ao lugar e as posições face às novas leis no Estudo 2 resultou ainda na utilização, no Estudo 4, de uma medida multidimensional que englobasse não apenas a ligação ao “lugar físico”, mas também ao “lugar social”. Uma diferença imediata em relação à identificação com o lugar é que as duas dimensões de sentido de comunidade utilizadas se revelaram preditoras directas das atitudes (interdependência e laços na comunidade) e práticas de conservação (apenas os laços na comunidade). Além disso, estas dimensões interagem com as dimensões de relação com a lei e de avaliação da situação local na predição de atitudes e protesto. Assim, para quem tem baixa confiança nas instituições, laços mais bem estabelecidos na comunidade predizem atitudes mais positivas; para quem avalia a mudança local como negativa, as atitudes positivas

dependem de uma percepção de maior interdependência na comunidade. No caso do protesto, uma percepção de maior interdependência na comunidade leva proprietários e residentes com menor confiança institucional a reduzirem a sua intenção de protesto. Isto significa que a percepção de que existem relações próximas na comunidade e de que esta se mobiliza para a resolução de problemas é um importante contributo para que haja apoio às práticas sustentáveis (e.g., Mannarini e Fedi, 2009), particularmente para aqueles residentes que estão mais próximos das leis e menos satisfeitos com as instituições e com a situação local.

Ainda assim, mais uma vez encontramos um resultado que indica uma direcção oposta desta relação: para os residentes com níveis de confiança institucional elevados, uma maior percepção de interdependência na comunidade indicia uma maior intenção de protesto contra as zonas protegidas. Seria necessário testar se, neste caso, a interdependência aumenta a percepção de eficácia da acção colectiva destes residentes, tornando a acção cívica mais relevante do que a relação de confiança. Este último resultado seria, ainda assim, o mais próximo do que é proposto pela literatura relativa ao sentido de comunidade, segundo a qual um maior sentido de comunidade promove mais participação cívica (e.g., Prezza e Constantini, 1998).

Importa também salientar que em ambos os estudos, 2 e 4, se verificou que o apoio às práticas de conservação era determinado por atitudes mais positivas, no caso dos proprietários, e pelo acordo com crenças positivas (Estudo 2) e rejeição de crenças negativas (Estudo 4), no caso dos residentes com baixa confiança institucional. Estes resultados confirmam, a nosso ver, que a relação com a lei e as instituições públicas é determinante do tipo de configuração que os elementos representacionais assumem.

No global, os resultados destes dois estudos apontam para que as relações entre ligação ao lugar, atitudes e práticas de conservação, e intenção de protesto sejam mais complexas para aqueles que têm uma relação mais próxima com as leis, confiam menos nas autoridades nacionais, não vêem problemas ambientais a nível local ou avaliam negativamente a situação local. A forma como os processos representacionais e identitários se articulam para apoiar a mudança parece, assim, ser mais determinante entre aqueles que, dentro das comunidades, estão mais atentos às novas leis de conservação, quer por serem mais afectados por estas leis, quer por terem níveis de confiança mais baixos nas instituições que as regulam, quer por considerarem que as novas leis não são necessárias, quer por estarem insatisfeitos com a situação da comunidade. Por outras palavras, poderíamos concluir que a relação estabelecida com as leis e a avaliação da mudança local são contextos sócio-psicológicos que contribuem para definir a relação das comunidades com comportamentos da

esfera pública legalmente enquadrados. E significa também que é importante estabelecer conexões entre o local e o global, entre o lugar e a conservação da biodiversidade, um resultado que é corroborado pelo Estudo 3, como discutiremos mais adiante.

(3) Que representações e posições emergem nas comunidades locais face às leis e práticas de conservação e que grupos estão associados a elas?

No Estudo 3 (Capítulo VI) ilustrámos a presença de três posições face às leis de conservação da biodiversidade que coexistem nas comunidades locais. Uma delas defende a primazia da lei, ancora numa visão da natureza como frágil, que precisa de ser protegida (visão igualitária), e num projecto para a comunidade que impeça excepções aos limites que a lei estabeleceu. Esta posição é mobilizada sobretudo por residentes sem interesses investidos que apresentam a extinção da biodiversidade como um problema que é também local e que exige a participação da comunidade na protecção da paisagem e dos recursos naturais.

Uma segunda posição debate as dificuldades da aplicação ao contexto de leis que são rígidas e cegas às especificidades locais. A natureza é descrita como robusta, mas necessitando de intervenção, que deve ser orientada por peritos e regulada pelo Estado (visão hierárquica). Os projectos para a comunidade procuram compatibilizar a protecção de recursos naturais com a existência de actividades económicas lucrativas. A actual dificuldade em conseguir este equilíbrio nas práticas agrícolas faz surgir propostas de alteração das leis. E a dificuldade em ter voz nos processos de decisão sobre as leis de conservação da biodiversidade parece estar a acentuar uma representação da extinção de espécies como um problema não-local, ou que pelo menos não deve exigir um grande esforço por parte da comunidade. Alguns destes residentes – com e sem interesses investidos – propõem mesmo que a conservação da biodiversidade se faça apenas em zonas restritas (semi-cativeiro) sobre as quais o Estado poderá, então, tomar decisões não participadas sobre estas matérias.

A terceira posição propõe a lei como um obstáculo ao progresso e exige uma reformulação profunda das suas premissas. Esta posição ancora numa visão da natureza como robusta e sem necessidade de intervenção humana para a proteger (visão individualista). Os proprietários e agricultores tornam saliente que esta é uma natureza intervencionada há muitas gerações e que isso confere legitimidade à sua actuação, tornando o papel do Estado obsoleto nestas matérias. Os residentes sem interesses investidos recorrem a perspectivas “biofílicas” da natureza, como estando protegida e nada poluída, para afastar a conservação da biodiversidade da agenda das comunidades rurais e do interior do país. Os projectos para a

comunidade requerem, neste caso, alterações profundas nos limites das leis, uma vez que estão orientados para defender a indústria e a agricultura intensiva.

Estes resultados mostram como as representações sobre as novas leis ancoram em processos representacionais que mobilizam conteúdos distintos e que os organizam de modo a salientar diferentes versões da relação entre conservação da biodiversidade e a comunidade local. As organizações representacionais que emergiram partilham várias características com as de estudos recentes sobre representações sociais da natureza no contexto holandês (Buijs, 2009), o que confirma a assumpção de que alguns elementos representacionais estão presentes em diferentes padrões culturais, como os estudos sobre as visões da natureza já tinham sugerido (Dake, 1992; Douglas e Wildavsky, 1986).

Este estudo evidencia também como estas representações estão associadas à forma como as comunidades concebem os processos de tomada de decisão sobre estas matérias e como a sua insatisfação face aos mesmos pode resultar na dissociação entre a conservação da natureza e o contexto local. Como procurámos demonstrar no ponto anterior, a ligação ao local é um factor determinante do apoio às práticas de conservação nos grupos com interesses investidos e que avaliam negativamente o contexto local (Estudos 2 e 4). Se alguns grupos dentro da comunidade conseguirem dissociar a conservação da natureza do nível local e associá-la a outros projectos locais, perder-se-á um dos factores que facilitava a adesão às leis e práticas de conservação.

O Estudo 3 permitiu ainda mostrar como o encontro entre as diferentes posições contribui para ajustamentos entre elas: embora fosse previsível que quem propõe uma visão igualitária da natureza salientasse a dimensão global da extinção das espécies (Lima e Castro, 2005), neste contexto específico e perante a dissociação que outros residentes fizeram entre este problema ambiental e o contexto local, os “igualitários” tiveram de acentuar a dimensão local da protecção da biodiversidade. Mostrou-se, assim, que as comunidades têm posições heterogéneas face às novas leis e que as representações que estão associadas a essas posições estão a ser debatidas a nível local. Além disso, o facto de residentes com e sem interesses investidos apresentarem posicionamentos semelhantes face às leis de conservação evidencia que este debate não ocorre apenas entre aqueles que estão mais próximos e são directamente mais afectados pelas novas leis. Este debate ocorre já na esfera pública alargada que constituem os vários grupos dentro da comunidade.

Outro contributo para responder à questão de investigação colocada resulta de o Estudo 1 ter mostrado como a insatisfação com os processos de tomada de decisão se reflecte na relação entre os actores sociais que co-actam na implementação das novas leis. A

comunidade local acentua a diferenciação entre residentes e técnicos que fiscalizam a aplicação das leis com base na sua postura “rígida” e pouco sensível ao contexto e aos entendimentos locais sobre a gestão dos recursos naturais. Diminuir a “rigidez” na aplicação das leis e integrar o conhecimento local nos processos participativos tornaram-se objectivos relacionais, que modelam as interações entre grupos dentro e fora da comunidade.

No entanto, o acentuar da natureza conflituosa da relação entre os dois grupos (residentes e técnicos) por parte da comunidade tem consequências não apenas para a imagem e relação que esta estabelece com os técnicos de institutos governamentais, mas também com os técnicos de associações locais que implementam projectos com acções para a conservação da biodiversidade a nível local. Como vimos no Estudo 1, estes últimos tem uma postura menos “rígida” face ao conhecimento local e estão orientados para construir uma relação de proximidade com as comunidades. Inclusivamente, a sua tentativa de aproximação à comunidade pode ser vista como um factor adicional de desaceleração da mudança tal como ela está neste momento prescrita. Não obstante, pode ser também através deste sistema técnico, que já mostrou abertura ao conhecimento local e à sua coexistência com as preocupações globais para a sustentabilidade, que a comunidade terá mais rapidamente oportunidade de fazer emergir formas híbridas de representação (Jovchelovitch, 2007) da conservação da biodiversidade na esfera legal que integrem a perspectiva local.

2. Principais contribuições teóricas

De um modo geral, este trabalho propunha-se compreender melhor como são recebidas as inovações legais para a sustentabilidade. A opção por um caso de estudo concreto, as leis para a conservação da biodiversidade, orientou este trabalho para objectivos mais específicos, associados às características deste contexto. Assim, os estudos realizados pretendiam contribuir para aumentar o conhecimento sobre comportamentos individuais da esfera pública (Stern, 2000), regulados por leis e regulamentos que suscitam também alterações entre os grupos que co-actuem na implementação das leis (como as comunidades e os técnicos locais). Na literatura da psicologia social encontramos ainda poucos estudos que partam deste enquadramento – a esfera político-legal enquanto fonte de inovação – e na psicologia ambiental encontramos também pouca pesquisa sobre comportamentos ambientais da esfera pública.

Para enquadrar teoricamente as nossas análises partimos, então, das propostas que encontrámos nestas literaturas, procurando adaptá-las ao estudo da recepção de novas leis e práticas de conservação da biodiversidade enquanto proposta de mudança social. Da literatura da psicologia ambiental retirámos contributos dos modelos atitudinais, que salientam a importância de factores proximais como as crenças e as atitudes. No entanto, como estes modelos têm tido dificuldade em integrar factores sociais e contextuais (Uzzell e Rätzsch, 2009), foi necessário alargar o âmbito de pesquisa aos modelos identitários e de sentido de comunidade. Estes constituíram um contributo importante para avaliar a forma como as relações em contexto interferem na recepção das novas leis, como estudos prévios vinham propondo (e.g., Bonaiuto et al., 2002). Poucos estudos têm, no entanto, procurado examinar simultaneamente a ligação ao lugar “físico” e “social” (Batel, 2010; Hidalgo e Hernández, 2001; Scannell e Gifford, 2010) – como procurámos salientar, uma perspectiva multidimensional da relação ao lugar permite ter uma compreensão mais detalhada sobre a forma como esta interfere na recepção da mudança. Esta conclusão aplica-se também ao estudo da acção colectiva, para a qual testámos os mesmos preditores, o que faz confluir para a mesma pesquisa a literatura da psicologia social e da psicologia comunitária que se tem interessado pelos determinantes da participação cívica.

Outra limitação que encontrámos nos modelos atitudinais tem que ver com a própria concepção da dinâmica da mudança social. Em geral, estes modelos prevêem a substituição das velhas ideias e práticas pelas novas ideias e práticas, embora os resultados encontrados por esta mesma literatura tenham vindo a sugerir que essa mudança é muitas vezes lenta e se confronta com múltiplos factores que abrem espaço para a resistência (Dunlap, 2008). Isso contribui para compreender porque é que o elevado consenso em torno da importância das questões ambientais (também encontrado nos nossos estudos) não se reflecte em igual adesão a práticas sustentáveis. Mais do que rejeitar os indicadores que a literatura da psicologia ambiental tem proposto para analisar estas questões, considerámos importante re-conceptualizar o que eles nos mostram. Isto significa, no caso concreto das atitudes, ler estas respostas “individuais” tendo em perspectiva a sua origem social. A diferença está principalmente na forma como se retiram conclusões sobre os dados obtidos, e não tanto no modo como se operacionalizam os conceitos. Neste trabalho não se pretendeu, portanto, rejeitar os contributos dos modelos tradicionais da psicologia social e ambiental, mas antes reler o que deles resulta à luz de uma proposta epistemológica distinta.

Para fazer esta releitura recorreremos a uma abordagem sócio-construcionista, concretamente à teoria das representações sociais (Moscovici, 1961/76). Como já

salientámos, o conceito de representações sociais pretende ser um conceito molar que capta a dinâmica do pensamento social. Assim, as representações sociais são entendidas como constelações de normas, crenças e atitudes que podem ser distintamente articuladas pelos indivíduos consoante os objectivos relacionais, sociais e culturais a que respondem (Castro e Batel, 2008; Jovchelovitch, 2007). Mas, mais importante, as representações sociais são conhecimento co-construído, que resulta da interacção entre indivíduos, grupos, instituições, em processos comunicativos concretos e contextualizados. Recorrer a esta abordagem permitiu-nos conceber as respostas “individuais” como respondendo a normas sociais sobre as quais os indivíduos detêm meta-conhecimento (Elchereth et al., 2011). Como ilustrámos com o conjunto de estudos empíricos realizados, é possível concordar com uma norma, em geral, e contestar a sua aplicação concreta, e diferentes grupos fazem-no recorrendo a diferentes argumentos. Por isso foi importante examinar a forma como outros factores, como as crenças, os processos identitários ou factores contextuais são mobilizados para a resistência à mudança e os processos comunicativos concretos através dos quais isto é conseguido.

Uma das propostas da teoria das representações sociais que enfatiza a dinâmica do pensamento social é o conceito de polifasia cognitiva. Este conceito tem sido utilizado para descrever o uso de recursos potencialmente contraditórios disponíveis nos campos representacionais, nomeadamente o uso de conhecimentos provenientes de diferentes esferas – tecno-científica, político-legal, tradições e padrões culturais. Existem ainda poucos trabalhos que se dediquem ao estudo deste fenómeno, e menos ainda que se concentrem sobre a articulação entre conhecimento local e conhecimento institucionalizado, oriundo da esfera político-legal. Consequentemente, este trabalho pode contribuir para o estudo deste conceito ao identificar formatos retóricos que são utilizados para dissociar a norma das práticas concretas quando estas são legalmente enquadradas. Como ilustrámos, a resistência a estas propostas de mudança pode ser expressa recorrendo à convencionalização e à tematização (Marková, 2008), que em conjunto permitem fazer uso da contradição entre as leis/normas sociais e as práticas locais.

As formas concretas que a polifasia assume estão, por sua vez, ligadas aos objectivos relacionais dos grupos. Como ilustrámos no Estudo 1, quer a comunidade quer os técnicos locais recorrem a esta ferramenta representacional, embora o façam tendo em perspectiva diferentes objectivos ou projectos para o seu grupo. Esses projectos estão ligados a processos identitários (reconhecimento do valor do grupo, construção de uma imagem positiva) que enquadram também as intervenções polifásicas (Gervais e Jovchelovitch, 1999). No nosso trabalho foi particularmente interessante observar estes fenómenos ocorrerem nos

representantes do sistema técnico, que medeia a relação entre o nível societal, das leis, e o nível individual, das práticas concretas. Isto significa que, como outros estudos já sugeriam (Castro e Batel, 2008; Renedo e Jovchelovitch, 2007), a polifasia não é um fenómeno específico do senso comum. Ela pode ser utilizada em qualquer esfera em que diferentes conhecimentos e racionalidades se encontrem umas com as outras – ou seja, em qualquer esfera.

A presença de polifasia cognitiva nos discursos quer do senso comum quer do sistema técnico pode, assim, ser um indicador da hipótese que Moscovici levanta, a de que, a polifasia será a regra, e não a excepção (Moscovici e Marková, 1998). Duas alternativas podem, no entanto, competir para explicar estes dados. Uma delas consiste em considerar que isso depende da fase em que a mudança social se encontra. Marková (2008) proporia que em períodos em que as representações sociais estejam mais estabilizadas, porque não está em curso um debate social sobre o seu objecto, os objectos sociais são menos tematizados – e haveria menos sinais de polifasia cognitiva. Por sua vez, quando existe debate social sobre determinado objecto social, haveria maior tematização (Marková, 2008) – e a emergência de posições distintas sobre esse objecto contribuiria para que a polifasia cognitiva fosse mais viável. No nosso caso, isso levaria a supor que a polifasia cognitiva emergiu porque estamos numa fase de Generalização da mudança normativa em que novas leis pretendem normalizar ideias e comportamentos, mas ainda existe debate social sobre como estas normas se podem traduzir em práticas concretas.

Um desenvolvimento desta hipótese consiste em considerar que, efectivamente, a polifasia está muito presente no pensamento social, mas pode desempenhar diferentes funções consoante a fase de introdução da mudança social. Esta hipótese apontaria para que em períodos de maior estabilidade a polifasia tenha como função integrar, tornar híbridos diferentes conhecimentos e práticas (e.g., Wagner et al., 1999) e que quando existe debate social polarizado assuma a função de dissociar diferentes conhecimentos (e.g., Vala et al., 1998). Estas funções podem ainda variar consoante os projectos dos grupos (Bauer e Gaskell, 1999, 2008) – que podem ser consensualizantes ou oposicionais – que, num determinado contexto, respondem aos imperativos de mudança, como ilustram os estudos de Jovchelovitch e Gervais (1999; Gervais e Jovchelovitch, 1998). Parece-nos que os resultados dos estudos anteriores e o nosso trabalho apoiam melhor esta hipótese. É, no entanto, necessário um trabalho adicional de compilação de resultados e teste de hipóteses através de novos estudos que não cabem no âmbito deste trabalho.

Consideramos que os principais contributos deste trabalho resultam, portanto, da articulação entre diferentes teorias e tradições da psicologia na análise da recepção da inovação legal para a conservação da biodiversidade. Para esta articulação contribuiu o recurso a diferentes metodologias, que permitiram aceder a diferentes meios de representar (Bauer e Gaskell, 2008). Assim, procurámos não apenas apresentar descrições sistemáticas dos processos representacionais, utilizando inquéritos que permitem comparar os dados obtidos com outros estudos da psicologia ambiental (Estudos 2 e 4), mas também ter em atenção o detalhe da comunicação e do discurso através do qual formas subtis de resistência à mudança ganham expressão (Estudos 1 e 3).

Esta diversidade metodológica também contribuiu para focarmos a pesquisa em diferentes níveis de análise: analisámos respostas individuais e interacções entre participantes; comparámos diferentes grupos dentro das comunidades, incluindo representantes do sistema técnico; identificámos dimensões globais e locais de ancoragem das posições face às leis; testámos preditores para modos de resistência quer flagrante e colectiva (protesto), quer subtil e “individual” (atitudes). E julgamos poder afirmar que, embora não seja uma tarefa simples ou de resultados imediatos, faz sentido e é importante para o avanço da pesquisa, em particular na psicologia social do ambiente, investir em triangulações teóricas e metodológicas (Apostolidis, 2006; Breakwell e Canter, 1993; Castro, 2006) como as que se procuraram adoptar neste trabalho.

3. Limitações e propostas para o futuro

Os estudos realizados apresentam também limitações e lacunas, que tentaremos aqui transformar em propostas para o futuro. Uma primeira lacuna resulta do facto de termos considerado teoricamente o impacto das normas sociais e do seu meta-conhecimento sem, no entanto, ter operacionalizado estes conceitos nos estudos empíricos. O interesse pelas normas sociais nos modelos tradicionais, atitudinais, da psicologia ambiental é ainda bastante recente (Bamberg e Möser, 2007). Alguns estudos sugerem, ainda assim, que é importante considerar estes determinantes para comportamentos ambientais da esfera pública como os que aqui examinámos (Fielding et al., 2008; Hernández et al., 2010a). Uma forma de contribuir para esse literatura seria considerar que diferentes contextos podem produzir algumas normas sociais distintas e realizar estudos comparativos nesse sentido. No caso da recepção das novas

leis da conservação da biodiversidade, seria interessante comparar, por exemplo, o interior com o litoral, uma vez que estão sujeitos a pressões económicas muito distintas.

No mesmo sentido, embora tenhamos focado a importância do uso de ideias contraditórias enquanto forma de resistência às novas práticas de conservação, não recorremos, nos nossos estudos, às medidas que a psicologia social propõe para captar esta noção – a ambivalência atitudinal. Este conceito tem recebido bastante interesse por parte da literatura das atitudes e já foi aplicado no estudo de alguns comportamentos da esfera privada, como a reciclagem (Castro et al., 2009). Este estudo mostrou que a ambivalência reduz a probabilidade de ocorrência do comportamento; estudos futuros poderão testar se encontramos os mesmos padrões de ambivalência para comportamentos da esfera pública.

Outra forma de prosseguir os trabalhos iniciados sobre a forma como as comunidades recebem as questões da conservação da biodiversidade consiste em alargar o âmbito de estudo às espécies concretas que se pretende proteger da extinção (Mouro e Castro, 2009). Embora a focalização em determinadas espécies, em detrimento do habitat, possa ter como consequência uma representação fragmentada da natureza (Buijs, 2009), como vimos neste trabalho a protecção desta ou daquela espécie (os morcegos, as lontras ou o lince) está bastante saliente para as comunidades e é usada para, nalguns casos, contestar os critérios de aplicação das leis (Estudos 1 e 3). Assim, e uma vez que as espécies têm características e funções distintas (mais úteis, mais belas), é importante examinar se as formas de resistência que encontramos para as zonas protegidas em geral se diferenciam quando são avaliadas diferentes espécies (Castro, Mouro e Silva, 2011). No mesmo sentido, é importante averiguar como são integrados os resultados dos projectos de conservação da biodiversidade a nível local, que fazem variar o número de exemplares das espécies protegidas. Essas intervenções podem alterar a percepção de ameaça de extinção que paira sobre a espécie, que é reduzida quando aumenta a familiaridade ou número de exemplares avistados (Castro, Mouro e Costa, 2009) e isso ter consequências para a forma como é concebido o equilíbrio da natureza (Dake, 1992) – que como vimos é um dos recursos usados pelos grupos nas comunidades para se posicionarem face às leis de conservação (Estudo 3).

Algumas limitações resultam de questões metodológicas. O número de participantes poderia ser maior nos vários estudos, embora nos pareça que, no caso dos estudos qualitativos, as análises efectuadas demonstraram bem a presença dos processos representacionais em curso. Nos estudos quantitativos, um número superior de participantes teria permitido testar efeitos de moderação conjunta, contribuindo para compreender melhor que diferentes posições emergem nas comunidades inquiridas. Além disso, o número de itens

utilizado nos questionários para cada indicador foi, algumas vezes, muito pequeno. Isso deveu-se principalmente ao método de recolha adoptado, o inquérito telefónico, e tentámos contornar essa questão para vários indicadores no Estudo 4.

Uma última limitação tem que ver com a estabilidade dos resultados relativos à identificação com o lugar nos estudos quantitativos. A associação entre identificação e atitudes favoráveis às zonas protegidas encontrada no Estudo 2 para os proprietários não se manteve no Estudo 4. Uma vez que outros resultados, relativos ao apoio às práticas de conservação, se mantiveram estáveis, consideramos que a diferença nos resultados para a identificação se pode ter devido à alteração desta medida, que no Estudo 4 passou a integrar a dimensão de centralidade (escolha do lugar para residir). São necessários novos estudos com estes indicadores para confirmar esta explicação.

4. Implicações para as políticas de conservação da biodiversidade

“A psicologia social pode interessar-se também pelas condições que permitem a existência de instituições que devem garantir o exercício dos direitos, assim como pelas condições que permitem engendrar uma realidade diferente, uma realidade que não se deixe encerrar na ordem de uma dada situação ou contexto, mas que torne possível encarar a construção de uma ordem justa.” (Valentim e Doise, 2008, pp. 37-78).

O conjunto de resultados obtidos neste trabalho sugere diversas implicações para a implementação de políticas e projectos de conservação da biodiversidade que importa salientar. Em primeiro lugar, os resultados sugerem que é importante, por parte das instituições que regulamentam a conservação da biodiversidade, considerar as comunidades como entidades heterogéneas e complexas, onde diferentes posições são socialmente construídas e emergem face às propostas de mudança. Essa diversidade de posições reflecte, por exemplo, diferentes níveis de proximidade às leis (só os residentes sem interesses investidos defendem a primazia da lei) e diferentes hierarquias de valores (entre o valor intrínseco da natureza e valores antropocêntricos) (Estudo 3). A presença de diferentes representações da conservação da biodiversidade ao nível local aponta para a necessidade de as políticas e os projectos de conservação procurarem responder a essa diversidade (García-Mira, 2009), ao invés de adoptarem formatos de comunicação unidireccional baseados apenas na primazia da lei. Para conseguir promover a construção de consensos na comunidade acerca

destas questões, o Estado precisa, em primeiro lugar, de conhecer a diversidade de posições e de as envolver em processos participativos. Subscrevemos, portanto, a proposta de Buijs (2009) quando defende a importância da “cultural sustainability as a prerequisite for the ecological sustainability of natural areas.” (p. 227). Envolver as comunidades locais em processos participativos pode aumentar o seu nível de confiança nas instituições governamentais e, como vimos, isso é determinante da aceitação das novas leis e práticas de conservação (Estudos 2 e 4).

É importante, no entanto, que os processos de participação pública decorram desde as fases iniciais de decisão sobre as propostas legais e a sua implementação. Como Buijs (2009) evidenciou, quando estes processos têm lugar depois de uma escalada de conflito torna-se mais difícil conseguir que os grupos envolvidos (técnicos e comunidade) alterem as suas representações. Assim, embora numa fase mais avançada estes processos possam ainda contribuir para melhorar as relações entre as partes, esta melhoria pode ser bastante débil uma vez que os objectivos relacionais que orientam a interacção podem ter cristalizado. A melhor forma de lidar com a diversidade de pontos de vista na comunidade será então adoptar a lógica “diversificar-planear-explicar” (Buijs, 2009), por esta ordem, e não pela inversa, como habitualmente ocorre. Em primeiro lugar é preciso diversificar a forma como as políticas são aplicadas aos contextos concretos, assumindo que diferentes áreas poderão ser alvo de diferentes tipos de intervenção. Nesta fase é importante conhecer e integrar as diferentes perspectivas do público e usá-las para planear o projecto ou política a implementar. Quando este processo participativo é difícil de implementar, é preciso então explicar porque é que os valores sociais da comunidade não foram considerados (em vez de explicar apenas qual o interesse ecológico da intervenção) (Buijs, 2009).

Estas sugestões estão alinhadas com aquilo que vimos as comunidades proporem nos Estudos 1 e 3. Uma das suas propostas mais frequentes é a de que o conhecimento local e as opiniões face às matérias ecológicas regulamentadas sejam integrados nos processos de tomada de decisão. No entanto, como o Estudo 1 também mostrou, para que o envolvimento das comunidades nestes processos ocorra é necessário que os técnicos que traduzem os imperativos legais para práticas concretas transformem as noções de participação pública bi-direccional, transformativa em objectivos relacionais. Ou seja, é necessário que, na interacção com as comunidades, os técnicos tenham como objectivo não (apenas) o informar, mas o conhecer os projectos locais e integrar o saber local nas propostas de mudança. As entrevistas que realizámos a técnicos locais sugerem que é utilizada ainda uma perspectiva pedagógica da relação com o Outro que não reconhece legitimidade nos seus pontos de vista. Assim, embora

os técnicos locais que entrevistámos procurem uma aproximação à comunidade defendendo a revisão das leis, a sua concepção de cidadania (para os residentes locais) ainda está muito mais centrada nos deveres (devem aprender sobre o que é importante) do que nos direitos (devem ver o seu ponto de vista reflectido na definição das políticas) (Batel, 2010). Alguns dos nossos resultados sugerem, no entanto, que integrar as comunidades nos processos de decisão pode mesmo resultar num maior apoio às novas leis. Se a participação cívica contribuir para aumentar a percepção de interdependência na comunidade (a sua capacidade de mobilização para resolverem problemas locais), então é esperado que aumente também o apoio às práticas sustentáveis (Estudo 4). Logo, o envolvimento das comunidades é importante e útil para fazer avançar estas mudanças.

Uma vez que, no caso que escolhemos abordar, não houve envolvimento dos públicos nas tomadas de decisão, encontramos as comunidades a “tematizar” as leis e as suas formas concretas de aplicação como rígidas e pouco ajustadas ao contexto local. Esta é, como vimos, uma forma de as comunidades proporem o reconhecimento do conhecimento local, mas pretende assegurar também a alteração concreta de algumas práticas de conservação com base numa lógica distinta da que orienta o conhecimento científico. Isto não significa que se deve idealizar o conhecimento local como melhor ou mais ajustado do que os outros conhecimentos. O conhecimento quotidiano tem uma estrutura lógica própria e distinta da do conhecimento científico porque serve objectivos distintos (Jovchelovitch, 2007; Moscovici, 1961/76, 1988). O que está aqui em questão é se, para além deste encontro entre diferentes esferas poder contribuir para a melhoria da relação entre as partes, a qualidade das decisões pode ser incrementada pela articulação de diferentes conhecimentos (Beierle, 1998; Schmidt et al., 2006).

Este encontro entre diferentes saberes pode, além disso, ser mais ou menos transformativo (Aveling, 2011; Jovchelovitch, 2007). Um factor que pode ajudar a diferenciar que tipo de relação entre estes diferentes conhecimentos se deve valorizar é, como discute Lima (2004), a forma como a ciência tem conseguido responder a diferentes riscos. Quando as respostas da ciência são claras e consensuais relativamente aos factores de risco e à forma como reduzir ou controlar os problemas causados, como no caso da transmissão do HIV, o conhecimento científico pode ser mais valorizado e ser necessário um maior ajustamento das práticas locais. Quando o contributo da ciência é mais ambíguo e sujeito a múltiplas interpretações, como é o caso das práticas específicas para conservação da biodiversidade, que se orientam pelo “princípio da precaução” (Rosa e Silva, 2005), a hibridização entre diferentes conhecimentos pode ser útil e necessária.

É preciso ainda que a esfera político-legal invista em ligar a conservação da natureza, um tema global, ao contexto local. Como os estudos empíricos mostraram, o orgulho no lugar onde residem aumenta o apoio às zonas protegidas por parte dos proprietários, dos que não vêem problemas ambientais ao nível local e dos que confiam pouco nas instituições governamentais (Estudo 4). Esses são os residentes que têm posições menos favoráveis em relação às novas leis (Estudo 3), sobre as quais é necessário intervir se o objectivo for, efectivamente, generalizar a mudança para a sustentabilidade. Para tornar a conservação da biodiversidade uma meta local, é necessário integrar a dimensão da comunidade na definição de políticas e leis (Uzzell, 2000; García-Mira, 2009). Sabemos que isto é, de alguma forma, feito quando são criados Planos Sectoriais (actualmente Intervenções Territoriais Integradas) específicos para diferentes zonas da Rede Natura 2000. No entanto, os níveis de resistência, ainda que mais subtil do que flagrante, que encontramos nos nossos estudos empíricos sugerem que esta atenção ao contexto local não é ainda suficiente. A descrição pelas comunidades das mudanças ocorridas a nível local ainda raramente propõe como problemas locais a degradação dos valores naturais e a extinção das espécies autóctones (Estudos 1 e 3), o que dificulta a transição da preocupação global com a conservação da biodiversidade para o nível local. Parece-nos, portanto, razoável afirmar que há ainda algum trabalho a fazer neste sentido, se pretendemos, enquanto sociedade, construir novas formas de cidadania sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrieu, J.-C. (2001). A structural approach to social representations. In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social* (pp.42-47). Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Adams, G., & Markus, H. R. (2001). Culture as patterns: An alternative approach to the problem of reification. *Culture and Psychology*, 7, 283-296.
- Aiken, L.S., & West, S.G. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. London: Sage.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179–211.
- Ajzen, I. (2001). Nature and operation of attitudes. *Annual Review of Psychology*, 52, 27–58.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2000). Attitudes and the attitude-behavior relation: Reasoned and automatic processes. In W. Stroebe, & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (pp. 1–33). New York: John Wiley & Sons.
- Albanesi, C., Cicognani E., & Zani B. (2007). Sense of community, civic engagement and social well being in adolescence: An empirical study. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 17, 387-406.
- Alexandre, J. (2010). Being a minority: Predictors of relative ingroup prototypicality and strategies to achieve social change. Tese de Doutoramento não publicada. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE/IUL.
- Alphandéry, P., & Fortier, A. (2010). Local settings and biodiversity: A sociological approach to the implementation of the EC Habitats Directive in France. *Current Sociology*, 58(5), 755–776.
- Altman, I., & Rogoff, B. (1987). World views in psychology: Trait, interactional, organismic and transactional perspectives. In D. Stokols, & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology*, vol. 1 (pp. 1–40). Florida: Krieger Publishing Company.
- Apostolidis, T. (2006). Representations sociales et triangulation: Une application en psychologie sociale de la sante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, 211-226.
- Armitage, C. (2003). Beyond attitudinal ambivalence: Effects of belief homogeneity on attitude-intention-behaviour relations. *European Journal of Social Psychology*, 33, 551-563.
- Armitage, C., & Conner, M. (2001). Attitudinal ambivalence: A test of three key hypotheses. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1421-1432.
- Aveling, E.-L. (2011). Mediating between international knowledge and local knowledge: The critical role of local field officers in an HIV prevention intervention. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 21, 95-110.
- Baker, S. (2007). Sustainable development as symbolic commitment: Declaratory politics and the seductive appeal of ecological modernisation in the European Union. *Environmental Politics*, 16, 297-317.
- Bamberg, S. (2003). How does environmental concern influence specific environmentally related behaviors? A new answer to an old question. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 21–32.
- Bamberg, S., & Möser, G. (2007). Twenty years after Hines, Hungerford, and Tomera: A new

- meta-analysis of psycho-social determinants of pro-environmental behaviour. *Journal of Environmental Psychology*, 27, 14–25.
- Bangerter, A. (1995). Rethinking the relation between science and common sense: A comment on the current state of SR theory. *Papers on Social Representations*, 4, 1-78.
- Barbanente, A., & Monno, V. (2005). Changing discourses, practices and spaces of coexistence: Perspectives for the environmental regeneration of the Ofanto River Basin. *Planning Theory & Practice*, 6, 171–190.
- Batel, S. (2010). *Participação pública entre normas e factos: Uma análise psico-social*. Tese de Doutoramento não publicada. Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL.
- Batel, S., & Castro, P. (2009). A social representations approach to the communication between different spheres: An analysis of the impacts of two discursive formats. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 39, 415-433.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (1999). Towards a paradigm for research on social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 29 (2), 163–186.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2008). Social representations theory: A progressive research programme for social psychology. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 38, 335-353.
- Beierle, T. (1998). Public participation in environmental decision: An evaluation framework using social goals. Discussion paper.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Billig, M. (1989). Psychology, rhetoric, and cognition. *History of the Human Sciences*, 2, 289-307.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions*. Londres: Sage.
- Billig, M. (1996). *Arguing and thinking: A rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bliuc, A.-M., McGarty, C., Reynolds, K., & Muntele, D. (2007). Opinion-based group membership as a predictor of commitment to political action. *European Journal of Social Psychology*, 37, 19–32.
- Bonaiuto, M., Billota, E., Bonnes, M., Ceccarelli, M., Martorella, H., & Carrus, G. (2008). Local identity and the role of individual differences in the use of natural resources: The case of water consumption. *Journal of Applied Social Psychology*, 38, 947-967.
- Bonaiuto, M., Breakwell, G. & Cano, I. (1996). Identity processes and environmental threat: The effects of nationalism and local identity upon perception of beach pollution. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 6, 157-175.
- Bonaiuto, M., Carrus, G., Martorella, H., & Bonnes, M. (2002). Local identity processes and environmental attitudes in land use changes: The case of natural protected areas. *Journal of Economic Psychology*, 23, 631-653.
- Bonnes, M., & Bonaiuto, M. (2002). Environmental Psychology: From spatial-physical environment to sustainable development. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Eds.), *Handbook of Environmental Psychology* (2nd ed., pp. 28-54). New York: John Wiley e Sons.
- Bonnes, M., Lee, T., & Bonaiuto, M. (2003). Theory and practice in environmental

- psychology – An introduction. In M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto, *Psychological theories for environmental issues* (pp. 1-25). Ashgate.
- Breakwell, G. M., & Canter, D. V. (eds.) (1993). *Empirical Approaches to Social Representations*. Oxford: Clarendon Press.
- Buchecker, M., Hunziker, M., & Kienast, F. (2002). Participatory landscape development: Overcoming social barriers to public involvement. *Landscape and Urban Planning*, 64, 29-46.
- Buijs, A. (2009). *Public Natures. Social representations of nature and of local practices*. Wanigen UR, Netherlands: Alterra.
- Cameron, J. (2004). A three-component model of social identification. *Self and Identity*, 3, 239-262.
- Campbell, C., & Jovchelovitch, S. (2000). Health, community and development: Towards a social psychology of participation. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 10, 225-270.
- Carrus, G., Bonaiuto, M., & Bonnes, M. (2005b). Environmental concern, regional identity, and support for protected areas in Italy. *Environment & Behavior*, 37, 237-257.
- Carrus, G., Fornara, F., & Bonnes, M. (2005a). As origens da psicologia ambiental e os “factores externos”. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp. 67-90). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carrus, G., Passafaro, P., & Bonnes, M. (2008). Emotions, habits and rational choices in ecological behaviours: The case of recycling and use of public transportation. *Journal of Economic Psychology*, 28, 51-62.
- Castro, P., Mouro, C., & Costa, M. (2011). Relatório Técnico da Acção D1 do Projecto Conservação da Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres nas estepes cerealíferas do Baixo Alentejo (LIFE07/NAT/P/654). Lisboa: CIS/ISCTE-IUL.
- Castro, P. (2002a). *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente: Representações sociais e discursos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, P. (2002b). Notas para uma leitura da Teoria das Representações Sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, XXXVII, 959-979.
- Castro, P. (2003). Pensar a natureza e o ambiente – alguns contributos a partir da Teoria das Representações Sociais. *Estudos de Psicologia*, 8, 263-271.
- Castro, P. (2006). Applying social psychology to the study of environmental concern and environmental worldviews – contributions from the social representations approach. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 16, 247-266.
- Castro, P. (2011). Legal innovation for social change: Exploring change and resistance to different types of sustainability laws. Manuscript submitted for publication.
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social representation, change and resistance: On the difficulties of generalizing new norms. *Culture & Psychology*, 14, 475-497.
- Castro, P., & Gomes, I. (2005). Genetically modified organisms in the Portuguese Press: Thematisation and anchoring. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 35, 1-18.
- Castro, P., & Lima, L. (2001). Old and new ideas about the environment and science: An exploratory study. *Environment & Behaviour*, 33, 400-423.

- Castro, P., & Mouro, C. (2011). Psycho-social processes in dealing with legal innovation in the community: Insights from biodiversity conservation. *American Journal of Community Psychology*, 47-362-373.
- Castro, P., Batel, S., Devine-Wright, H., Kronberger, N., Mouro, C., Weiss, K., & Wagner, W. (2010). Redesigning nature and managing risk: Social representation, change and resistance. In M.K. Tolba, S. Soliman, & A. Abdel-Hadi (Eds.), *Environment, Health and Sustainable Development*. Hogrefe & Huber Publishers.
- Castro, P., Batel, S., Mouro, C., & Sarriça, M. (2009b). A importância da relação com o lugar para os comportamentos de cidadania e as práticas pró-ambientais. Comunicação apresentada no X Congresso em Psicologia Ambiental: Comportamento Humano e Alterações Globais, 28-30 Janeiro, Lisboa.
- Castro, P., Garrido, M., Reis, E., & Menezes, J. (2009a). Ambivalence and conservation behaviour - an exploratory study on the recycling of metal cans. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 33-42.
- Castro, P., Mouro, C., & Gouveia, R. (2011). The conservation of biodiversity in protected areas: Comparing the presentation of legal innovations in the national and the regional press. *Society & Natural Resources*, in press.
- Chan, K., Pringle, R., Ranganathan, J., Boggs, C., Chan, Y. et al. (2007). When agendas collide: Human welfare and biological conservation. *Conservation Biology*, 21, 59-68.
- Chavis, D. M., & Wandersman A. (1990). Sense of community in the urban environment: A catalyst for participation and community development. *American Journal of Community Psychology*, 18, 55-81.
- Colombo, M., Mosso, C., & DePiccoli, N. (2001). Sense of community and participation in urban contexts. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11, 457-464.
- Corral-Verdugo, V., & Frías-Armenta, M. (2006). Personal normative beliefs, antisocial behavior, and residential water conservation. *Environment and Behavior*, 38 (3), 406-421.
- Corral-Verdugo, V., Bechtel, R., & Fraijo-Sing, B. (2003). Environmental beliefs and water conservation: An empirical study. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 247-257.
- Costarelli, S., & Colloca, P. (2004). The effects of attitudinal ambivalence on pro-environmental behavioural intentions. *Journal of Environmental Psychology*, 24, 279-288.
- Dake, P. (1992). Myths of nature: Culture and the social construction of risk. *Journal of Social Issues*, 41, 21-37.
- Danielson, F., Burgess, N., Jensen, P., & Pirhofer-Walzl, K. (2010). Environmental monitoring: The scale and speed of implementation varies according to the degree of peoples involvement. *Journal of Applied Ecology*, 47 (6), 1166-1168.
- Davidson, W. B., & Cotter, P. R. (1986). Measurement of sense of community within the sphere of city. *Journal of Applied Social Psychology*, 16, 608-619.
- De Weerd, M., & Klandermans, B. (1999). Group identification and political protest: Farmers' protest in the Netherlands. *European Journal of Social Psychology*, 29, 1073-1095.
- Devine-Wright, P. (2009). Rethinking NIMBYism: The role of place attachment and place identity in explaining place-protective action. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19, 426-441.

- Devine-Wright, P., & Howes, Y. (2010). Disruption to place attachment and the protection of restorative environments: A wind energy case study. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 271-280.
- Dewulf, A., Craps, M., & Dercon, G. (2004). How issues get framed and reframed when different communities meet: A multi-level analysis of a collaborative soil conservation initiative in the Ecuadorian Andes. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14, 177-192.
- Dietz, T., Stern, P., & Guagnano, G. (1998). Social structural and social psychological bases of environmental concern. *Environment and Behavior*, 30, 450-471.
- Dixon, J., & Durrheim, K. (2000). Displacing place-identity: A discursive approach to locating self and other. *British Journal of Social Psychology*, 39, 27-44.
- Doise, W. (1982). *Les niveaux d'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. In G. M. Breakwell & D. V. Canter (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations* (pp. 157-170). Oxford: Clarendon Press.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hemel Hempstead: Harvester-Wheatsheaf.
- Dono, J., Webb, J., & Richardson, B. (2010). The relationship between environmental activism, pro-environmental behaviour and social identity. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 178-186.
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (1982). *Risk and Culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press.
- Drury, J., & Reicher, S. (2005). Explaining enduring empowerment: A comparative study of collective action and psychological outcomes. *European Journal of Social Psychology*, 35, 35-58.
- Drury, J., & Reicher, S. D. (2000). Collective action and psychological change: The emergence of new social identities. *British Journal of Social Psychology*, 39, 579-604.
- Duarte, P., & Lima, M. L. (2005). Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. *Psicologia*, 19, 193-226.
- Duarte, P., Mouro, C., & Neves, J. (2010). Corporate social responsibility: Mapping its social meaning. *Management Research*, 8, 101-122.
- Dunlap, R. E., & Van Liere, K. D. (1978). The "New Environmental Paradigm": A proposed measuring instrument and preliminary results. *The Journal of Environmental Education*, 9 (4), 10-19.
- Dunlap, R. E., Van Liere, K. D., Mertig, A. G., & Jones, R. E. (2000). Measuring endorsement of the New Ecological Paradigm: A Revised NEP Scale. *Journal of Social Issues*, 56, 425-442.
- Dunlap, R.E. (2008). The New Environmental Paradigm Scale: From marginality to worldwide Use. *The Journal of Environmental Education*, 40, 3-18.
- Durrheim, K., & Dixon, J. (2005). Studying talk and embodied practices: Toward a psychology of materiality of 'race relations'. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15, 446-460.

- Elcherorth, G., Doise, W., & Reicher, S. (2011). On the knowledge of politics and the politics of knowledge: How a social representations approach helps us rethink the subject of political psychology. *Political Psychology*, in press.
- Ellemers, N., Spears, R., & Doosje, B. (1997). Sticking together or falling apart: In-group identification as a psychological determinant of group commitment versus individual mobility. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 617-626.
- European Commission (2008). Environment Fact Sheet - Natura 2000. Retrieved August 13, 2008, from http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/nat2000/factsheet_en.pdf
- Ferranti, F., Beunen, R., & Speranza, M. (2010). Natura 2000 Network: A comparison of the Italian and Dutch implementation experiences. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 12 (3), 293-314.
- Fielding, K., McDonald, R., & Louis, W. (2008a) Theory of planned behaviour, identity and intentions to engage in environmental activism. *Journal of Environmental Psychology*, 28, 318-326.
- Fielding, K., Terry, D., Masser, B., & Hogg, M. (2008b). Integrating social identity theory and the theory of planned behaviour to explain decisions to engage in sustainable agricultural practices. *British Journal of Social Psychology*, 47, 23-48.
- Figueiredo, E. (2008). Imagine there's no rural: The transformation of rural spaces into places of nature conservation in Portugal. *European Urban and Regional Studies*, 15, 159-171.
- Gallup (2011). Environment. Consultado em Maio 2011: <http://www.gallup.com/poll/1615/Environment.aspx#1>
- García-Mira, R., Real, J. E., & Romay, J. (2005). Temporal and spatial dimensions in the perception of environmental problems: An investigation of the concept of environmental hyperopia. *International Journal of Psychology*, 40, 5-10.
- García-Mira, R. (2009). Sostenibilidad y cultura ambiental: Aspectos psicosociales, educativos y de participación pública. In R. García-Mira & P. V. Marcote (Orgs.), *Sostenibilidad, Valores y Cultura Ambiental* (pp. 31-56). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Editora Vozes.
- Gaskell, G., Allansdottir, A., Allum, N., Castro, P., Esmer, Y., Fischler, C., Jackson, J. et al. (2011). The 2010 Eurobarometer on the life sciences. *Nature Biotechnology*, 29, 113-114.
- Gervais, M.-C., & Jovchelovitch, S. (1998). Health and identity: The case of the Chinese community in England. *Social Science Information*, 37, 709-729.
- Harré, R. (1998). The epistemology of social representations. In U. Flick (ed.), *The Psychology of the Social* (pp. 129-137). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hawcroft, L., & Milfont, T. (2010). The use (and abuse) of the new environmental paradigm scale over the last 30 years: A meta-analysis. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 143-158.
- Hernández, B., Martín, A., Ruiz, C., & Hidalgo, M. (2010a). The role of place identity and place attachment in breaking environmental protection laws. *Journal of Environmental*

- Psychology*, 30, 281-288.
- Hernández, B., Suárez, E., Hess, S., & Corral-Verdugo, V. (2010b). Ecological worldviews. In V. Corral-Verdugo, C.H. Garcia-Cadena & M. Frias-Armenta (Eds.), *Psychological Approaches to Sustainability: Current Trends in Theory, Research and Applications*. (pp.83-108). New York: Nova.
- Hidalgo, M. & Hernández, B. (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21 (3), 273-281.
- Hiedanpää, J. (2005). The edges of conflict and consensus: A case for creativity in regional forest policy in Southwest Finland. *Ecological Economics*, 55, 485– 498.
- Hovardas, T., & Poirazidis, K. (2007). Environmental policy beliefs of stakeholders in protected area management. *Environmental Management*, 39, 515-525.
- Hovardas, T., & Stamous, G. (2006). Structural and narrative reconstruction of rural residents' representations of 'nature', 'wildlife', and 'landscape'. *Biodiversity & Conservation*, 15, 1745–1770.
- Hovardas, T., Constantinos, J., Korfiatis, & Pantis, J. (2009). Environmental representations of local communities' spokespersons in protected areas. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19 (6), 459-472.
- Howarth, C. (2004). Re-presentation and resistance in the context of school exclusion: Reasons to be critical. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 14, 356–377.
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45, 65-86.
- INE (2004). As cidades em números. [CD-ROM]. Instituto Nacional de Estatística.
- Jorgensen, B. & Stedman, R. (2001). Sense of place as an attitude: Lakeshore owners' attitudes toward their properties. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 233-248.
- Jovchelovitch, S. & Gervais, M-C. (1999). Social representations of health and illness: The case of the Chinese community in England. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 9, 247- 260.
- Jovchelovitch, S. (2002). Rethinking the diversity of knowledge: Cognitive polyphasia, belief and representation. *Psychologie et Société*, 5, 121-138.
- Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia e Sociedade*, 16 (2), 20-31.
- Jovchelovitch, S. (2007). *Knowledge in context. Representations, community and culture*. Cambridge: Routledge.
- Jovchelovitch, S. (2008). Reflections on the diversity of knowledge: Power and dialogue in representational fields. In T. Sugiman, K. Gergen, W. Wagner, & Y. Yamada (eds.), *Meaning in action: constructions, narratives, and representations*. (pp. 23-36). Tokyo, Japan: Springer.
- Kaiser, F. (2006). A moral extension of the theory of planned behavior: Norms and anticipated feelings of regret in conservationism. *Personality and Individual Differences*, 41 (1), 71-81.

- Kaiser, F., Ranney, M., Hartig, T., & Bowler, P. (1999). Ecological behavior, environmental attitude, and feelings of responsibility for the environment. *European Psychologist*, 4, 59-74.
- Kelly, G., & Steed, L. (2004). Communities coping with change: A conceptual model. *Journal of Community Psychology*, 32, 201–216.
- Klandermans, B. (1997). *The Social Psychology of Protest*. Oxford, UK: Blakwell Publishers.
- Klandermans, B. (2002). How group identification helps to overcome the dilemma of collective action. *American Behavioral Scientist*, 45, 887-900.
- Krott, M., Julien, B., Lammertz, M., Barbier, J.M., Jen, S., Ballesteros, M., & de Bovis, C. (2000). Voicing interests and concerns: NATURA 2000 - An ecological network in conflict with people. *Forest Policy and Economics*, 1, 357-366.
- Kurz, T., Donaghue, N., Rapley, M., & Walker, I. (2005). The ways that people talk about natural resources: Discursive strategies as barriers to environmentally sustainable practices. *British Journal of Social Psychology*, 44, 603-620.
- Kurz, T., Linden, M., & Sheehy, N. (2007). Attitudinal and community influences on participation in new curbside recycling initiatives in Northern Ireland. *Environment and Behavior*, 39, 367-391.
- Laessoe, J. (2007). Participation and sustainable development: The post-ecologist transformation of citizen involvement in Denmark. *Environmental Politics*, 16, 231-250.
- Laffan, B., & O'Mahony, J. (2008). 'Bringing Politics Back In'. Domestic conflict and the negotiated implementation of EU nature conservation legislation in Ireland. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 10, 175–197.
- Lalli, M. (1988). Urban related identity. In D. Canter, J. Jesuino, L. Soczka e G. Stephenson (Eds.), *Environmental Social Psychology* (pp.303-311) London: Kluwer Academic Press.
- Lecoq, M., Santos, E., Mouro, C., Castro, P., Allcorn, R., & Loureiro, F. (2007). LIFE-Nature project "Recovery of Iberian Lynx Habitat in Moura/Barrancos Site", Portugal. Poster apresentado nas *VIII Jornadas de la SECEM - Sociedad Española para la Conservación y Estudio de los Mamíferos*. Huelva, Espanha, 5 a 8 de Dezembro.
- Liebe, U., Preisendörfer, P., & Meyerhoff, J. (2010) To pay or not to pay: Competing theories to explain individuals' willingness to pay for public environmental goods. *Environment and Behavior*, 43 (1), 106-130.
- Lima, M. L. (2004). Images of the public in the debates about risk – Consequences for participation. *Portuguese Journal of Social Science*, 2, 149-163.
- Lima, M. L. (2005). Percepção de riscos ambientais. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. (pp. 203-245). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, M. L. (2009). Sostenibilidad y participación social. In R. García-Mira & P. V. Marcote (Orgs.), *Sostenibilidad, Valores y Cultura Ambiental* (pp. 211-224). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Lima, M. L. (2011). Participar na construção de paisagens – Um desafio para a Psicologia Social do Ambiente. In B. Fernández-Ramírez, C. Villodres, C. Ferrer, & M. Méndez, *Psicologia Ambiental 2011: Entre los estudios urbanos y el análisis de la sostenibilidad* (pp. 1-14). Almeria: Universidad de Almeria.

- Lima, M. L., & Sautkina, H. (2007). Psicologia ambiental: Um esboço sobre o seu desenvolvimento em Portugal e no Mundo. *Psicologia*, 21, 5-15.
- Lima, M.L. & Pato, J. (2006). A participação pública no domínio da água. Questões sociais. Relatório final do Projecto “Água e Participação Pública”. Lisboa: CIS/ISCTE.
- Lima, M.L., & Castro, P. (2005). Cultural theory meets the community: Worldviews and local issues. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 23–35.
- Long, D.A., & Perkins, D.D. (2003). Confirmatory factor analysis of the Sense of Community Index and development of a Brief SCI. *Journal of Community Psychology*, 31, 279–296.
- Loureiro, A. L. (1999). *Espaço Público e Identidade: Visitantes e Residentes do Parque Natural de Montesinho*. Dissertação de Mestrado não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Loureiro, A. L. (2010). *Porque poupamos energia? Altruísmo, ambientalismo e contexto na explicação do comportamento de poupança de energia*. Tese de Doutoramento não publicada. Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL.
- LPN (2007). Programa Lince. Consultado em Outubro de 2007 em <http://www.lpn.pt/LPNPortal/DesktopModules/ProgramaDetalhes.aspx?ItemID=10&Mid=40>
- Magioglou, T. (2008). The Creative Dimension of Lay Thinking in the Case of the Representation of Democracy for Greek Youth. *Culture & Psychology*, 14, 442–466.
- Mannarini, T., Fedi, A., & Trippetti, S. (2009). Public involvement: How to encourage citizen participation. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 10, 225-270.
- Marková, I. (2003). *Dialogicality and Social Representations: The Dynamics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marková, I. (2008). A dialogical perspective of social representations of responsibility. In T. Sugiman, K. Gergen, W. Wagner, & Y. Yamada (eds.), *Meaning in action: constructions, narratives, and representations*. (pp. 253-270). Tokyo, Japan: Springer.
- McMillan, D.W., & Chavis, D.M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6–23.
- Milfont, T. L., Hawcroft, L. J., & Fischer, R. (2008). A meta-analysis of the societal variables associated with environmental attitudes. Unpublished manuscript, Centre for Applied Cross-Cultural Research, Victoria University of Wellington, New Zealand.
- Milfont, T.L., & Duckitt, J. (2004). The structure of environmental attitudes: A first- and second-order confirmatory factor analysis. *Journal of Environmental Psychology*, 24, 289-303.
- Milfont, T.L., & Duckitt, J. (2010). The environmental attitudes inventory: A valid and reliable measure to assess the structure of environmental attitudes. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 80-94.
- Moloney, G., & Walker, I. (2002). Talking about transplants: Social representations and the dialectical, dilemmatic nature of organ donation and transplantation. *British Journal of Social Psychology*, 41, 299-320.
- Moloney, G., Hall, R., & Walker, I. (2005). Social representations and themata: The construction and functioning of social knowledge about donation and transplantation. *British Journal of Social Psychology*, 44, 415-441.

- Monteiro, M. B., Guerra, R., & Rebelo, M. (2009). Reducing prejudice: Common in-group and dual identity in unequal status intergroup encounters. In S. Demoulin, J. P. Leyens & J. F. Dovidio (Eds.), *Intergroup misunderstandings: Impact of divergent social realities* (pp 273-290). London, UK: Psychology Press.
- Morant, N. (2006). Social representations and professional knowledge: The representation of mental illness among mental health practitioners. *British Journal of Social Psychology*, 25, 817-838.
- Morant, N., & Edwards, E. (2011). Police responses to diversity: A social representational study of rural British policing in a changing representational context. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 21 (4), 281-296.
- Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2. Ed). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1972). Theory and society in social psychology. In J. Israel & H. Tajfel (Eds.), *The context of social psychology: A critical assessment*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2005). Foreword. In W. Wagner, & N. Hayes (2005), *Everyday discourse and common sense. The theory of social representations*. Hampshire, England. Palgrave Macmillan.
- Moscovici, S., & Doise, W. (1991). *Dissensões e Consenso. Uma teoria geral das decisões colectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Moscovici, S., & Marková, I. (1998). Ideas and their development, a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. *Culture & Psychology*, 4, 349-410.
- Moscovici, S., & Vignaux, G. (1994). Le concept de thémata. In C. Guimelli (ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 24-71). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Mouro, C. (2003). *Estratégias de gestão de identidade e percepção de variabilidade em adolescentes portuguesas de origem cabo-verdiana*. Dissertação de Mestrado não publicada. Lisboa: ISCTE.
- Mouro, C., & Castro, P. (2009). Relatório lince Recuperação do habitat do Lince-Ibérico no Sítio Moura/Barrancos (LIFE06 NAT/P/000191) - Relatório final CIS – Parceiro 2. Lisboa: CIS/ISCTE-IUL.
- Mouro, C., & Castro, P. (2010). Local communities responding to ecological challenges - A psycho-social approach to the Natura 2000 network. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20, 139–155.
- Mummendey, A., Kessler, T., Klink, A., & Mielke, R. (1999). Strategies to cope with negative social identity: Predictions by social identity theory and relative deprivation theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 229–245.
- Nigbur, D., Lyons, E., & Uzzell, D. (2010). Attitudes, norms, identity and environmental behaviour: Using an expanded theory of planned behaviour to predict participation in a kerbside recycling programme. *British Journal of Social Psychology*, 49, 259-284.

- Obst, P., & White, K. (2005). An Exploration of the Interplay between Psychological Sense of Community, Social Identification and Salience. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15, 127–135.
- Obst, P., Smith, S., & Zinkiewicz, L. (2002). An exploration of sense of community, part 3: Dimensions and predictors of psychological sense of community in geographical communities. *Journal of Community Psychology*, 30, 119–133.
- Patterson, M., & Williams, D. (2005). Maintaining research traditions on place: Diversity of thought and scientific progress. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 361–380.
- Pelletier, L., Legault, L., & Tuson, K. (1996). The Environmental Satisfaction Scale: A measure of satisfaction with local environmental conditions and government environmental policies. *Environment and Behavior*, 28, 5–26.
- Peterson, N., Speer, P., & McMillan, D. (2008). Validation of a Brief Sense of Community Scale: Confirmation of the principal theory of sense of community. *Journal of Community Psychology*, 36 (1), 61–73.
- Pol, E. (2002). Environmental management: A perspective from Environmental Psychology. In R.B. Bechtel, & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (pp.55–84). New York: Wiley.
- Potter, J. (1996). *Representing reality: Discourse, rhetoric and social construction*. London: Sage.
- Prezza, M., & Constantini, S. (1998). Sense of community and life satisfaction: Investigation in three different territorial contexts. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 8, 181–194.
- Proshansky, H., Fabian, A. & Kaminoff, R. (1983). Place identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3 (1), 57–83.
- Proshansky, M. (1978). The city and the self identity. *Environment & Behavior*, 10 (2), 147–169.
- Raudsepp, M. (2005). Why is it so difficult to understand the theory of social representations? *Culture & Psychology*, 11, 455–468.
- Rauwald, K. S., & Moore, C. F. (2002). Environmental attitudes as predictors of policy support across three countries. *Environment and Behavior*, 34, 709–739.
- Renedo, A., & Jovchelovitch, S. (2007). Expert knowledge, cognitive polyphasia and health: A study on social representations of homelessness among professionals working in the voluntary sector in London. *Journal of Health Psychology*, 12 (5), 779–790.
- Rosa, H., & Silva, J. (2005). From environmental ethics to nature conservation policy: Natura 2000 and the burden of proof. *Journal of Agricultural e Environmental Ethics*, 18, 107–130.
- Rose, D., Efraim, D., Gervais, M.-C., Joffe, H., Jovchelovitch, S., & Morant, N. (1995). Questioning consensus in social representations theory. *Papers on Social Representations*, 4, 1–6.
- Rouquette, M. L., Sautkina, E., Castro, P., Felonneau, M. L., & Guillou-Michel, E. (2005). Social representations theory and environmental studies. In B. Martens, & A. Keul (Eds.), *Designing Social Innovation – Planning, Building, Evaluating* (pp. 107–115). Göttingen: Hogrefe & Huber Publishers.

- Saguy, T., Dovidio, J. F., & Pratto, F. (2008). Beyond contact: Intergroup contact in the context of power relations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34, 432-445.
- Sarason, S. B. (1974). *The psychological sense of community: prospects for a community psychology*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 1-10.
- Schmidt, L. (2008). Ambiente e políticas ambientais: Escalas e desajustes. In M. Villaverde, K. Wall, S. Aboim & F. Carreira da Silva, (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS* (pp. 285-314). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2006). Who's afraid of Local Agenda 21? Top-down and bottom-up perspectives on local sustainability. *International Journal of Environment and Sustainable Development*, 5, 181-198.
- Siebert, R., Laschewski, L., & Dosch, A. (2008). Knowledge dynamics in valorising local nature. *Sociologia Ruralis*, 48, 223-239.
- Soromenho-Marques, V. (2005). A constelação ambiental – metamorfoses da nossa visão do mundo. In L. Soczka (Org.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. (pp. 11-38). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Staats, H. (2003). Understanding proenvironmental attitudes and behaviour: An analysis and review of research based on the Theory of Planned Behaviour. In M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto (Rds.), *Psychological theories for environmental issues* (pp.171-201). England: Ashgate.
- Stedman, R. (2002). Toward a social psychology of place: Predicting Behavior from place-based cognitions, attitude and identity. *Environment & Behavior*, 34 (5), 561-581.
- Steg, L., & Sievers, I. (2000). Cultural theory and individual perceptions of environmental risks. *Environment and Behavior*, 32, 250-269.
- Steg, L., & Vleck, C. (2009). Encouraging pro-environmental behaviour: An integrative review and research agenda. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 309-317.
- Steg, L., Dreijerink, L., & Abrahamse, W. (2005). Factors influencing the acceptability of energy policies: A test of VBN theory. *Journal of Environmental Psychology* 25, 415-425.
- Stern, P. (2000). Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. *Journal of Social Issues*, 56, 407-424.
- Stokols, D., & Altman, I. (Eds.) (1987). *Handbook of environmental psychology*, Volumes 1 and 2. New York: John Wiley and Sons.
- Stoll-Kleemann, S. (2001). Barriers to nature conservation in Germany: A model explaining opposition to protected areas. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 369-385.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories*. Cambridge: Cambridge Academic Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of inter-group behavior. In S. Worchel & L. W. Austin (eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (pp.7-24). Chigago: Nelson-Hall.

- Tuffin, K., & Frewin, K. (2008). Constructing the law: Discourses and social practices. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 18, 68–82.
- Twigger-Ross, C., Bonaiuto, M., & Breakwell, G. (2003). Identity theories and environmental psychology. In M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto (Eds.), *Psychological theories for environmental issues* (pp.203-233). England: Ashgate.
- Uzzell, D. (2000). The psycho-spatial dimension of global environmental problems. *Journal of Environmental Psychology*, 20, 307-318.
- Uzzell, D., & Rätzl, N. (2009). Transforming environmental psychology. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 340-350.
- Uzzell, D., Pol, E., & Badenas, D. (2002). Place identification, social cohesion, and environmental sustainability. *Environment & Behavior*, 34, 26-53.
- Vala, J. (2000). Representações sociais. Para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (pp.457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (2007). A construção social das diferenças entre grupos humanos e as novas expressões do racismo. In Moreira, A. & Camargo, B. (Eds.), *Contribuições para a Teoria e o Método de Estudo das Representações Sociais* (pp. 319-338). Paraíba: Editora Universitária da UFPB.
- Vala, J., & Castro, P. (2011). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*, no prelo.
- Vala, J., Garcia-Marques, L., Gouveia-Pereira, M., & Lopes, D. (1998). Validation of polemical social representations: Introducing the intergroup differentiation of heterogeneity. *Social Science Information*, 37, 469-492.
- Valentim, J., & Doise, W. (2008). De um estado de facto a um estado de direito: Elementos de psicologia social normativa. In A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e Justiça* (pp. 37-77). Coimbra: Nova Almedina.
- Valsiner, J. (2003). Beyond social representations: A theory of enablement. *Papers on Social Representations*, 12, 7.1-7.16.
- Van Liere, K., & Dunlap, R. (1981). Environmental concern: Does it make a difference how it's measured? *Environment & Behavior*, 3, 651–676.
- Van Vugt, M. & Snyder, M. (2002). Cooperation in society: Fostering community action and civic participation. *American Behavioral Scientist*, 45 (5), 765-768.
- Van Vugt, M. (2002). Central, individual, or collective control? Social dilemma strategies for natural resource management. *American Behavioral Scientist*, 45, 783-800.
- Van Vugt, M., & De Cremer, D. (1999). Leadership in social dilemmas. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 587-599.
- Van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative social identity model of collective action: A quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, 134, 4, 504-535.
- Vining, J., & Ebreo, A. (2002). Emerging theoretical and methodological perspectives on conservation behavior. In R. B. Bechtel, & A. Churchman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 541-558). New York: Wiley.

- Visser, M., Moran, J., Regan, E., Gormally, M., & Skeffington, M. (2007). The Irish agri-environment: How turlough users and non-users view converging EU agendas of Natura 2000 and CAP. *Land Use Policy*, 24, 362-373.
- Wagner, W. (1998). Social representations and beyond-brute facts, symbolic coping and domesticated worlds. *Culture and Psychology*, 4, 297-329.
- Wagner, W., & Hayes, N. (2005). *Everyday discourse and common sense. The theory of social representations*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Wagner, W., Duveen, G., Verma, J., & Themel, M. (1999). The modernization of tradition: Thinking about madness in Patna, India. *Culture and Psychology*, 5, 413-445.
- Wagner, W., Duveen, G., Verma, J., & Themel, M. (2000). 'I have some faith and at the same time I don't believe' - Cognitive polyphasia and cultural change in India. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 10, 301-314.
- Wakefield, S., Elliot, S., Eyles, J., & Cole, D. (2006). Taking environmental action: The role of local composition, context, and collective. *Environmental Management*, 37, 40-53.
- Winkel, G., Saegert, S. & Evans, G. (2009). An ecological perspective on theory, methods, and analysis in environmental psychology: Advances and challenges. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 318-328.
- Wynne, B. (1996). May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide. In S. Lash, B. Szerszynski & B. Wynne (Eds.), *Risk, environment and modernity: towards a new ecology* (pp. 44-83). London: Sage.

ANEXOS

Anexo A

Guiões de entrevista semi-estruturada do Estudo 1

Guião de entrevista semi-estruturada para residentes

1. Começo por pedir que me o que faz e que actividades desenvolve aqui Serra do Caldeirão.
2. Como é viver no Algarve? E aqui em (*especificar localidade*)?
3. Diga-me como é viver aqui na Serra do Caldeirão.
 - Aspectos positivos.
 - Problemas
4. Na sua opinião, têm havido mudanças na Serra nos últimos anos ou tem-se mantido sempre igual?
5. Vamos falar agora de um assunto mais geral. Não sei se sabe que o governo decidiu criar áreas em que a natureza tem de ser protegida. De uma maneira geral, o que é que pensa sobre estas zonas de manutenção da natureza?
6. A serra do Caldeirão é uma das zonas que o Governo decidiu que tem ser protegida. O que pensa de existir essa zona de protecção da natureza na sua região?
7. Como é para si viver dentro de uma zona de protecção da natureza?
8. Nos últimos anos, desde que a área de protecção da natureza foi criada, lembra-se de aparecerem pessoas de fora ou desconhecidos aqui na zona?
 - Sabe quem são essas pessoas? Pertencem a associações, ao governo...?
 - Como é quando essas pessoas aparecem? Fale-me de situações em que isso tenha acontecido.
9. Qual foi o papel das autoridades quando a área de protecção foi criada?
 - Lembra-se de receber informações ou esclarecimentos?
 - Lembra-se de ter havido alguma reunião na Junta de Freguesia, por exemplo, sobre este assunto?
10. Em geral, o que pensa de existir um sítio ou reuniões onde as pessoas possam falar e dar opinião sobre os assuntos da região?
11. Se houvesse uma reunião onde as pessoas pudessem falar sobre esta zona de protecção da natureza participaria?
12. Há algum assunto de que não falámos e que gostasse de abordar?

Guião de entrevista semi-estruturada para técnicos de associações locais

1. Fale-me um pouco da [associação], há quanto tempo existe e o que esteve na origem da sua fundação.
2. Há quanto tempo pertence à associação? Diga-me como entrou para a associação. Qual o seu papel / funções na associação?
3. Como é pertencer a uma associação de desenvolvimento na Serra do Caldeirão?
 - Grandes desafios
 - Dificuldades sentidas no terreno
4. Que tipo de acções desenvolve a associação?
5. Quando a associação tenta implementar um projecto ou desenvolver uma actividade na região com quem tem de contactar?
6. Como é o relacionamento da associação com as entidades com quem tem de contactar regularmente? *Pedir exemplos.*
 - Experiências concretas
 - Obstáculos
 - Cooperação (Iniciativas de destaque)
7. Gostava que me falasse agora da Serra do Caldeirão. Na sua opinião, nos últimos anos têm havido mudanças na Serra ou tem-se mantido sempre igual?
8. (não) Mencionou a protecção da natureza. Quais são as grandes questões ambientais na Serra do Caldeirão?
9. A Serra do Caldeirão é uma das áreas abrangidas pela Rede Natura 2000. O que pensa sobre isto?
 - Que consequências tem para aquela zona?
 - Qual tem sido o papel do governo nesta questão?
10. Quais os aspectos fundamentais para o sucesso da implementação da Rede Natura?
11. (não) Mencionou o envolvimento das pessoas. O que pensa sobre isto?
12. Como tem sido o envolvimento das pessoas aqui da região em decisões como a implementação da Rede Natura?
13. Como se poderá promover o envolvimento das pessoas nestas questões?
14. Que papel poderá desempenhar a associação neste âmbito?
15. Há algum assunto de que não tenhamos falado e que gostasse de abordar?

Anexo B

Questionário do Estudo 2

Questionário do Estudo 2

Localidade: _____ **Freguesia:** _____

Região: Alentejo

Introdução

Boa tarde, o meu nome é ... e estou a ligar de uma Universidade de Lisboa, o ISCTE, mais precisamente do Centro de Investigação e de Intervenção Social. Estamos a fazer um estudo para saber a opinião das pessoas que vivem em Portugal sobre o local onde vivem.

E estamos a telefonar-lhe porque é habitante do Algarve / Alentejo. Estamos a contactar várias pessoas desta região para que sejam as próprias pessoas a dar a sua opinião sobre a localidade e a região onde vivem.

As perguntas que lhe vou fazer não têm respostas certas ou erradas, o que é importante é que dê a sua opinião pessoal. As suas respostas são confidenciais, só serão conhecidas pelas pessoas que estão a fazer este estudo.

1. Sexo: 1M 2F

2. Gostaria de começar por saber a sua idade: _____ (confirmar que é > 18 anos)

3. Há quanto tempo vive nesta localidade, em dizer localidade? _____ anos

4. Gostaria de saber até que ponto gosta do local onde vive, de localidade. Pensando em localidade, pode dizer-me quanto é que concorda com as seguintes frases:

	1 Discorda muito	2 Discorda em parte	3 Não concorda nem discorda	4 Concorda em parte	5 Concorda muito
a) Sinto-me orgulhoso por viver em ... dizer localidade	1	2	3	4	5
b) Gosto de viver em ... dizer localidade	1	2	3	4	5

5. Agora gostaria de saber até que ponto gosta da região onde vive.

a) Sinto-me orgulhoso por viver no Alentejo	1	2	3	4	5
b) Gosto de viver no Alentejo	1	2	3	4	5

6. Queria agora a sua opinião em relação a um assunto mais geral. Tem-se falado muito nos problemas do ambiente. Na sua opinião, o estado actual do ambiente:

1 Não é um problema	2 É um problema mas não é grave	3 É um problema grave	4 É um problema muito grave
------------------------	---------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------

7. E na sua opinião, o que é que se tem feito para proteger a natureza:

1 Não se tem feito nada	2 Tem-se feito pouca coisa	3 Tem-se feito bastante coisa	4 Tem-se feito muita coisa
-------------------------------	----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------

Vamos voltar a falar mais concretamente da zona onde vive. Sabe que em Portugal há sítios em que o governo decidiu criar áreas em que a natureza tem de ser protegida.

8. De maneira geral, qual é a sua posição em relação a estas áreas protegidas?

1 Discorda muito	2 Discorda em parte	3 Não concorda nem discorda	4 Concorda em parte	5 Concorda muito
---------------------	------------------------	-----------------------------------	------------------------	---------------------

9. Sabe se existe uma dessas áreas protegidas na zona onde vive? 1) Sim 2) Não

10. Se sim, sabe que nome é dado à área protegida da sua região? (Rede Natura 2000, ZPEs...)

11. E qual é a sua posição em relação a existir essa área protegida na sua região, no Alentejo?

1	2	3	4	5
Discorda muito	Discorda em parte	Não concorda nem discorda	Concorda em parte	Concorda muito

a) Já lhe aconteceu haver alturas em que pensou de uma maneira e alturas em que pensou doutra maneira sobre as áreas protegidas?

1	2	3	4	5
Isso nunca aconteceu		Às vezes		Isso aconteceu muitas vezes

b) E já lhe aconteceu umas vezes ser a favor e outras vezes ser contra as áreas protegidas?

1	2	3	4	5
Isso nunca aconteceu		Às vezes		Isso aconteceu muitas vezes

12. Vou agora dizer-lhe algumas das coisas que têm sido ditas acerca das áreas protegidas e gostaria de saber até que ponto concorda com cada uma delas:

1	2	3	4	5
Discorda muito	Discorda em parte	Não concorda nem discorda	Concorda em parte	Concorda muito

a) As áreas protegidas melhoram a qualidade de vida das pessoas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

b) Para o ambiente ser salvo não é preciso haver áreas protegidas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

c) Para fazer qualquer coisa numa área protegida são precisas demasiadas autorizações

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

d) As áreas protegidas ajudam a preservar o ambiente

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

e) É correcto preservar a herança natural através das áreas protegidas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

f) As áreas protegidas levam a que haja menos emprego na região onde são criadas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

g) Para se proteger a natureza prejudica-se sempre as actividades económicas.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

h) É possível proteger a natureza e ao mesmo tempo ter actividades económicas com lucro.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

13. Existem várias coisas que podem ser feitas para manter as características da zona protegida da sua região. Até que ponto concorda com:

a) proibir a caça em alguns locais da área protegida, mesmo que sejam terrenos privados

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

b) não caçar uma espécie (por exemplo, coelho bravo) que foi considerada protegida pelas autoridades

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

c) plantar árvores e outras plantas recomendadas pelas autoridades

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

d) deixar áreas de mato com ½ hectare nos terrenos, criando passagens corta-fogos

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

14. Voltando à área protegida de Moura-Barrancos, quando essa área protegida foi criada, lembra-se se as pessoas receberam informação?

1	2	3	4	5
Não houve informação	Houve pouca	Houve razoável	Houve bastante	Houve muita informação

15. E tem procurado informação sobre essa área protegida da sua região?

1	2	3	4	5
nunca	Poucas vezes	Várias vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes

16. E já participou em reuniões na junta de freguesia sobre essa área protegida?

1	2	3	4	5
nunca	Poucas vezes	Várias vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes

17. Sabe que associações locais trabalham nessa área protegida na sua região?

1) Não 2) Sim Dê-me um exemplo _____

18. De uma forma geral, como acha que tem corrido este processo das áreas protegidas na sua região?

1	2	3	4	5
Muito mal	Mal	Médio	Bem	Muito bem

19. Gostava que me dissesse também se alguma vez se sentiu prejudicado por viver numa área protegida

1	2	3	4	5
nunca	Poucas vezes	Várias vezes	Bastantes vezes	Muitas vezes

20. Quanto é que confia nas seguintes entidades para o informar sobre a zona protegida:

1 não confio nada	2 Confio pouco	3 mais ou menos	4 Confio bastante	5 confio muito
-------------------------	-------------------	--------------------	----------------------	-------------------

a)	Governo	1	2	3	4	5
b)	Câmara Municipal	1	2	3	4	5
c)	Junta de Freguesia	1	2	3	4	5
d)	Associações de caçadores da sua região	1	2	3	4	5
e)	Associações florestais da sua região	1	2	3	4	5
f)	Instituto para a Conservação da Natureza (ICN)	1	2	3	4	5
g)	QUERCUS	1	2	3	4	5
h)	Liga para a Protecção da Natureza (LPN)	1	2	3	4	5
i)	Associações locais de protecção do ambiente	1	2	3	4	5
j)	Amigos e vizinhos	1	2	3	4	5

21. Se houvessem acções de protesto contra as zonas protegidas na sua região, tinha intenção de participar?

1	2	3	4	5
Não tinha nenhuma intenção de participar				Tinha muita intenção em participar

Dados demográficos

Para terminar preciso que me indique alguns dos seus dados pessoais:

22. Qual é o seu nível de instrução:

1) não sabe ler nem escrever	3) primária completa	5) 9ºano (5ºliceu)
2) primária incompleta	4) 6ºano (ciclo)	6) 12ºano(7ºliceu)
		7) universitário/politécnico

23. Qual é/era a sua profissão/ actividade?

24. Tem algum terreno nesta região?

1) Sim

2) Não

Se sim, está dentro dos limites da área protegida?

1) Sim

2) Não

25. Para além da sua profissão, ocupa o seu tempo nalguma das seguintes actividades (permitir resposta múltipla)?

1) Caça

2) Agricultura

3) Exploração florestal (e.g. cortiça)

4) Exploração produtos regionais (e.g. mel, medronho)

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

Anexo C

Guião orientador de grupos de discussão focalizada do Estudo 3

Guião orientador de grupos de discussão focalizada

1. Começo por pedir a cada um de vocês que se apresente, dizendo como se chamam e que actividades têm ligadas à zona de Moura-Barrancos. (abertura)
2. Gostava que começássemos por uma questão mais geral sobre a zona de Moura-Barrancos. Gostava de saber se na vossa opinião nos últimos anos têm havido mudanças ou se esta zona se tem mantido sempre igual? (introdução)
3. Esta é uma zona tradicionalmente considerada rural. Gostava de saber em que medida é que isso reflecte a forma como vêm estes concelhos. (transição)
4. Parte dos concelhos de Moura e Barrancos está incluída na Rede Natura 2000. O que é que isto significa para vocês, a que é que associam a Rede Natura? (chave)
5. A Rede Natura 2000 foi criada com vista à protecção da natureza. Como é que vêm as questões da protecção da natureza aqui nestes concelhos? (chave)
6. Uma das razões porque foi criada aqui uma zona Natura 2000 é a existência de uma espécie ameaçada de extinção, o lince ibérico. O que sabem sobre esta espécie? E que relação tem com a história destes concelhos? (chave)
7. Que projectos de conservação da natureza realizados aqui nestes concelhos conhecem? Que vantagens e desvantagens podem trazer para esta zona? (chave)
8. Para terminar, queria que dissessem, na vossa opinião, qual é que acham que é o futuro desta região? Especificamente que dissessem o que vocês acham que vai acontecer e o que gostariam que acontecesse? (fecho)
9. Há algum assunto de que não tenhamos falado e que gostassem de abordar? (fecho)

Anexo D

Questionário do Estudo 4

Questionário do Estudo 4

INTRODUÇÃO (semelhante à do Estudo 2)

1. Sexo: (1) M (2) F (codificar pela voz/nome)
2. Então gostaria de começar por saber a sua **idade**: _____ (confirmar que é > 18 anos)
3. Há quanto tempo vive nesta localidade, em (*localidade*)? _____ anos
4. Há quanto tempo vive no Algarve? _____ anos. Nasceu no Algarve? (1) S (2) N

5. Gostaria agora de saber o que pensa sobre o local onde vive. Vou ler-lhe algumas frases e para cada uma vai dizer-me se concorda ou discorda com a frase, dizendo um número de 1 a 5.

1	2	3	4	5
Discorda muito	Discorda em parte	Não concorda nem discorda	Concorda em parte	Concorda muito

Pensando em (*localidade*), diga-me quanto é que concorda com as seguintes frases:

1. Sinto-me orgulhoso por viver em ...	1.....2.....3.....4.....5
2. Gosto de viver em ...	1.....2.....3.....4.....5
3. ... foi o local que eu escolhi para viver	1.....2.....3.....4.....5
4. Conheço de vista a maior parte das pessoas que vive em ...	1.....2.....3.....4.....5
5. Eu e as pessoas que aqui vivem queremos o mesmo para ...	1.....2.....3.....4.....5
6. Se pudesse, deixaria de viver em ...	1.....2.....3.....4.....5
7. Vivo em ... por minha opção/escolha	1.....2.....3.....4.....5
8. As pessoas de ... dão-se bem umas com as outras	1.....2.....3.....4.....5
9. Importo-me com o que as pessoas de ... pensam sobre mim.	1.....2.....3.....4.....5
10. Poucas pessoas de ... me conhecem	1.....2.....3.....4.....5
11. As pessoas que vivem em ... têm uma maneira parecida de ver as coisas	1.....2.....3.....4.....5
12. Tenho pouca influência sobre o que acontece em ...	1.....2.....3.....4.....5

6. Acha que a zona onde vive mudou nos últimos anos?

1	2	3	4	5
Mudou para muito pior		Não mudou nada		Mudou para muito melhor

7. E nos próximos anos, acha que vai...

1	2	3	4	5
Mudar para muito pior		Continuar na mesma		Mudar para muito melhor

Quer agora a sua opinião em relação a um assunto mais geral. Ultimamente tem-se falado muito nos problemas do ambiente e da natureza.

8. Na sua opinião, o estado actual do ambiente no Mundo (*ler todas as âncoras*):

1	2	3	4
Não é um problema	É um problema mas não é grave	É um problema grave	É um problema muito grave

9. E na sua região, acha que o estado actual do ambiente:

1	2	3	4
Não é um problema	É um problema mas não é grave	É um problema grave	É um problema muito grave

10. Em Portugal há sítios em que o governo decidiu que a natureza tem de ser protegida e para isso foram criadas áreas protegidas. Na sua opinião, existem áreas protegidas é algo com que:

1	2	3	4	5
Discorda muito	Discorda em parte	Não concorda nem discorda	Concorda em parte	Concorda muito

11. E qual a sua posição em relação a existirem áreas protegidas na sua região, no Algarve? É algo com que:

- | | | | | |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Discorda muito | Discorda em parte | Não concorda nem discorda | Concorda em parte | Concorda muito |

12. E já lhe aconteceu haver alturas em que pensou de uma maneira e outras em que pensou de outra maneira sobre as áreas protegidas?

- | | | | | |
|----------------------|--------------|---------------|--------------|-----------------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Isso nunca aconteceu | Poucas vezes | Algumas vezes | Várias vezes | Isso aconteceu muitas vezes |

Vamos voltar a falar mais concretamente da zona onde vive. Uma parte do concelho onde vive está dentro do Sítio Serra do Caldeirão, que por sua vez faz parte da Rede Natura 2000.

13. Já ouviu este nome, Rede Natura 2000, é-lhe familiar? (1) S (2) N

14. Sabia que existe esta área Rede Natura de Serra do Caldeirão? (1) S (2) N

15. E o que pensa sobre a Serra do Caldeirão ser considerada uma zona onde se deve fazer protecção da natureza? Isso é algo com que:

- | | | | | |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Discorda muito | Discorda em parte | Não concorda nem discorda | Concorda em parte | Concorda muito |

16. Tem algum terreno nesta região?

1) Sim 2) Não

17. Se sim, está dentro dos limites da área protegida?

1) Sim 2) Não 3) Não sabe

18. Vou agora dizer-lhe algumas frases sobre o Sítio Serra do Caldeirão, para me dizer qual o seu grau de acordo com cada uma delas. Acha que esta zona protegida na Serra do Caldeirão...

- | | | | | |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Discorda muito | Discorda em parte | Não concorda nem discorda | Concorda em parte | Concorda muito |

1) ... só vem trazer mais problemas a uma região que já tem muitas dificuldades	1.....2.....3.....4.....5
2) ... traz novas oportunidades de emprego para a região	1.....2.....3.....4.....5
3) ... prejudica os agricultores e produtores florestais desta região	1.....2.....3.....4.....5
4) ... deve existir porque ajuda a que haja produtos regionais de melhor qualidade	1.....2.....3.....4.....5
5) ... prejudica a região porque impede que se construam novas estradas ou barragens	1.....2.....3.....4.....5
6) ... é um motivo de orgulho porque protege os animais e plantas típicos desta região	1.....2.....3.....4.....5

19. Existem várias coisas que podem ser feitas para manter as características da zona protegida da sua região. Gostaria de saber até que ponto concorda com:

- | | | | | |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Discorda muito | Discorda em parte | Não concorda nem discorda | Concorda em parte | Concorda muito |

1) Limitar a caça em alguns locais da área protegida, mesmo que sejam terrenos privados	1.....2.....3.....4.....5
2) Diminuir a caça ao coelho bravo, considerado protegido pelas autoridades	1.....2.....3.....4.....5
3) Plantar árvores e outras plantas recomendadas pelas autoridades	1.....2.....3.....4.....5
4) Deixar áreas de mato nos terrenos, criando, em contrapartida, corta-fogos	1.....2.....3.....4.....5
5) Não arrancar sobreiros ou azinheiras	1.....2.....3.....4.....5
6) Não plantar olival intensivo (por muitas oliveiras por km2 de terreno) em áreas de montado e áreas limpas (de cereais)	1.....2.....3.....4.....5

20. E já lhe aconteceu umas vezes ser a favor e outras vezes ser contra a área protegida da sua zona?

1	2	3	4	5
Isso nunca aconteceu	Poucas vezes	Algumas vezes	Várias vezes	Isso aconteceu muitas vezes

21. Sabe se as pessoas têm recebido ou receberam alguma vez informação sobre o facto de haver uma área protegida na Serra do Caldeirão?

1	2	3	4	5
Não houve informação	Houve pouca	Houve razoável	Houve bastante	Houve muita informação

22. De uma forma geral, como acha que tem corrido este processo das áreas protegidas na sua região?

1	2	3	4	5
Muito mal	Mal	Médio	Bem	Muito bem

23. Diga-me agora até que ponto concorda com as seguintes frases:

1	2	3	4	5
Discorda muito	Discorda em parte	Não concorda nem discorda	Concorda em parte	Concorda muito

1. O governo tem tomado decisões sobre esta zona protegida com base na opinião dos especialistas sobre como a natureza deve ser protegida	1.....2.....3.....4.....5
2. O governo tem tomado decisões sobre esta área protegida com base nas preocupações das pessoas que aqui vivem	1.....2.....3.....4.....5
3. As decisões sobre as áreas protegidas devem ser deixadas para os especialistas	1.....2.....3.....4.....5
4. As decisões sobre as áreas protegidas devem ser tomadas pelo governo	1.....2.....3.....4.....5
5. As decisões sobre as áreas protegidas devem ser tomadas pelas autarquias (câmara e junta de freguesia)	1.....2.....3.....4.....5
6. As decisões sobre as áreas protegidas devem ser tomadas pelas populações que lá vivem	1.....2.....3.....4.....5
7. Para tomar decisões sobre as áreas protegidas, não é preciso ouvir todas as pessoas que lá vivem, só as mais importantes	1.....2.....3.....4.....5
8. Antes de se tomar decisões sobre as áreas protegidas, devia haver primeiro sessões públicas em que todas as pessoas que lá vivem pudessem dar a sua opinião	1.....2.....3.....4.....5
9. As decisões sobre as áreas protegidas devem ser partilhadas entre governo, autarquias e populações	1.....2.....3.....4.....5

24. Existem algumas coisas que se podem fazer para dar a conhecer a opinião que temos sobre o que acontece à nossa volta. Por exemplo:

1) Escrever ou pedir a alguém para escrever uma carta a reclamar sobre essa área protegida

1. Acha que ... ajuda a mudar a situação na área protegida?	1) não	2) pouco	3) bastante	4) muito
2. Já o fez?	1) nunca	2) 1 vez	3) 2 a 3 vezes	4) Mais de 3 x
3. Estaria disposto/a a fazê-lo?	1) não	2) pouco	3) bastante	4) muito

2) Ir a uma reunião aí na região em que se falasse sobre a área protegida

1. Acha que ... ajuda a mudar a situação na área protegida?	1) não	2) pouco	3) bastante	4) muito
2. Já o fez?	1) nunca	2) 1 vez	3) 2 a 3 vezes	4) Mais de 3 x
3. Estaria disposto/a a fazê-lo?	1) não	2) pouco	3) bastante	4) muito

3) Participar num protesto contra essa área protegida

1. Acha que ... ajuda a mudar a situação na área protegida?	1) não	2) pouco	3) bastante	4) muito
2. Já o fez?	1) nunca	2) 1 vez	3) 2 a 3 vezes	4) Mais de 3 x
3. Estaria disposto/a a fazê-lo?	1) não	2) pouco	3) bastante	4) muito

25. Diga-me agora quanto é que confia nas seguintes entidades para o informar sobre assuntos relativos à zona protegida de Serra do Caldeirão:

	1	2	3	4	5
	não confio nada	confio pouco	mais ou menos	confio bastante	confio muito
1) Governo				1 2 3	4 5
2) Câmara Municipal				1 2 3	4 5
3) Junta de Freguesia				1 2 3	4 5
4) Associações de caçadores da sua região				1 2 3	4 5
5) Associações de agricultores e florestais da sua região				1 2 3	4 5
6) Instituto para a Conservação da Natureza (ICN)				1 2 3	4 5
7) QUERCUS				1 2 3	4 5
8) Liga para a Protecção da Natureza (LPN)				1 2 3	4 5

Para terminar preciso que me indique alguns dos seus dados pessoais:

26. Qual é o seu nível de instrução:

- 1) não sabe ler nem escrever 3) primária completa 5) 9ºano (5ºliceu)
 2) primária incompleta 4) 6ºano (ciclo) 6) 12ºano (7ºliceu) 7) superior

27. Qual é/era a sua profissão/ actividade? (Indicar se já está reformado/a)

28. Para além da sua profissão, ocupa o seu tempo em alguma das seguintes actividades? (resposta múltipla)

- 1) Caça
 2) Agricultura
 3) Exploração florestal (e.g. cortiça, olival)
 4) Exploração produtos regionais (e.g. mel, medronho)
 5) Outra actividade turística ou cultural – Qual?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO